



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO**

CAMILLE BROPP CARDOSO

**JORNALISMO DE VERIFICAÇÃO EM CONTEXTO DE INFODEMIA
EM CIÊNCIA E SAÚDE: AVALIAÇÃO EXPLORATÓRIA E PROPOSTA
DE BOAS PRÁTICAS**

CAMPINAS, SP

2025

CAMILLE BROPP CARDOSO

**JORNALISMO DE VERIFICAÇÃO EM CONTEXTO DE
INFODEMIA EM CIÊNCIA E SAÚDE: AVALIAÇÃO EXPLORATÓRIA
E PROPOSTA DE BOAS PRÁTICAS**

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural.

Orientadora: Simone Pallone de Figueiredo

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ESTUDANTE
CAMILLE BROPP CARDOSO E ORIENTADA PELA
PROFA. DRA. SIMONE PALLONE DE FIGUEIREDO

CAMPINAS, SP

2025

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Ana Lucia Siqueira Silva - CRB 8/7956

C179j Cardoso, Camille Bropp, 1982-
Jornalismo de verificação em contexto de infodemia em ciência e saúde :
avaliação exploratória e proposta de boas práticas / Camille Bropp Cardoso.
- Campinas, SP : [s.n.], 2025.

Orientador: Simone Pallone de Figueiredo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP), Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Desinformação. 2. Jornalismo de verificação. 3. Fact-checking. 4.
Pandemia de COVID-19, 2020-. 5. Qualidade em jornalismo. I. Figueiredo,
Simone Pallone de, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações complementares

Título em outro idioma: Verification journalism in context of infodemic in science and health : evaluation and proposal of good practices

Palavras-chave em inglês:

Disinformation

Journalism of verification

Fact-checking

COVID-19 Pandemic, 2020-

Quality in journalism

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestra em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Simone Pallone de Figueiredo [Orientador]

Taís Seibt

Fabiano Ormaneze

Data de defesa: 17-01-2025

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS: 16. Paz, justiça e instituições eficazes

ODS: 3. Saúde e bem-estar

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-9918-2761>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8105787712336480>

Folha de aprovação



BANCA EXAMINADORA

Simone Pallone de Figueiredo

Taís Seibt

Fabiano Ormaneze

**IEL/UNICAMP
2025**

**Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora,
consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria
de Pós Graduação do IEL.**

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao Hermes, à Pipiu e ao Pingo, pela companhia e pelo apoio.

À minha orientadora, Simone, pela motivação e pelos tours por Campinas.

Aos meus colegas de mestrado, pelo inesquecível apoio mútuo entre os que buscaram aproveitar os estudos e ao mesmo tempo sobreviver a uma pandemia.

À Unicamp, pelo mestrado que me deu bibliografia e reflexões para uma vida inteira.

À UFPR, pela possibilidade de continuar minha formação.

À UFSC, que me deu o amor pelo jornalismo.

E viva eternamente a universidade pública.

“[...] o jornalismo é como a política, uma arte do possível, e como a filosofia, o cenário de uma luta em que a materialidade do mundo termina por se impor”

(Nilson Lage)

RESUMO

O termo infodemia, popularizado durante a pandemia de Covid-19, refere-se ao fenômeno caracterizado pelo excesso de informação circulante sobre um assunto, comparado à disseminação de uma doença. Essa condição explica o interesse sobre o tema no período da pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, sendo a primeira pandemia a atingir o mundo em época de uso consolidado da internet e da presença massiva das redes sociais. Trata-se, ainda, de um encontro inédito da infodemia com o jornalismo de verificação como recurso responsivo da instituição jornalismo frente à desinformação. Diante do quadro, esta pesquisa de caráter exploratório busca analisar a adesão do jornalismo de verificação no Brasil sobre as temáticas da pandemia de Covid-19, às considerações da literatura científica sobre efetividade da correção da desinformação e sobre a qualidade do jornalismo de ciência e de saúde. Assim se constrói a pergunta de pesquisa: pensando no avanço e na especialização da prática, qual o nível de incorporação pelo jornalismo de verificação da bibliografia acadêmica que trata do combate à desinformação em cenário de infodemia em ciência e saúde? O corpus foi montado por meio da seleção de veículos de jornalismo de verificação, com foco na diversificação de propostas editoriais e públicos perseguidos: Agência Lupa, Fato ou Fake (G1) e Boatos. O método se baseia na análise de conteúdo do tipo categorial, na qual se recorreu à verificação justificada de presença/ausência de chaves pré-determinadas em sete áreas: aproximação com leitores e entrega de recursos duradouros contra desinformação; autenticidade e verossimilhança; contextualização; transparência; etiquetas, selos e outros elementos do design editorial; reflexões sobre comunicação (jornalismo) em saúde e ciência; e reflexões sobre comunicação em saúde e ciência em contexto de infodemia. Os resultados da análise apontam para uma experiência de cobertura jornalística relevante em termos de produtividade e de amplitude de temas; heterogênea no grau de preocupação com precisão e transparência; e de abordagem essencialmente funcionalista do jornalismo de verificação, com poucos recursos de engajamento, contextualização e multiplicidade de fontes. As análises também colaboraram com a proposição de um Manual de Boas Práticas para o Jornalismo de Verificação, a ser adotado por jornalistas e público. Tais constatações dão guarida a que se destaquem as capacidades do jornalismo de verificação no combate à desinformação de ciência e saúde, ao passo que também expõem conflitos da prática com a sua missão declarada e com um ideal de objetividade jornalística que está em revisão.

Palavras-chave: Desinformação, Jornalismo de verificação, Fact-checking, Pandemia de Covid-19, Qualidade no jornalismo

ABSTRACT

Infodemic, a term popularized during the COVID-19 pandemic, refers to the phenomenon characterized by an excess of information circulating about a subject, which in this sense is equated to the spread of a disease. This condition explains the interest in the topic during the COVID-19 pandemic, declared by the World Health Organization on March 11, 2020, given that it is the first pandemic to hit the world at a time of consolidated internet use and the massive existence of social media. It is also an unprecedented meeting of infodemic with the presence of verification journalism as a responsive resource of the journalism institution for disinformation. In this context, this research seeks to analyze the adherence of verification journalism in Brazil on the topics of the Covid-19 pandemic, to considerations in scientific literature on the effectiveness of correcting misinformation and on the quality of science and health journalism. This way, the research question is constructed: considering the advancement and specialization of practice, what is the level of incorporation by fact-checking journalism of the academic bibliography that deals with combating disinformation in the context of infodemics in science and health? The corpus was assembled through the selection of fact-checking journalism outlets, with a focus on diversifying editorial proposals and targeted audiences: Lupa, Fato ou Fake (G1) and Boatos. The method is based on categorical content analysis, in which justified verification of the presence/absence of predetermined keys was used in seven areas: approaching readers and delivering lasting resources against disinformation; authenticity and verisimilitude; contextualization; transparency; labels, seals and other elements of editorial design; reflections on communication (journalism) in health and science; and reflections on communication in health and science in the context of infodemics. The results of the analysis point to a relevant journalistic coverage experience in terms of productivity and breadth of topics; heterogeneous in the degree of concern with accuracy and transparency; and an essentially functionalist approach to fact-checking journalism, with few resources for engagement, contextualization and multiple sources. Such findings support the emphasis on the capabilities of fact-checking journalism in combating science and health disinformation, while also exposing conflicts between the practice and both its stated mission and an ideal of journalistic objectivity that is under scrutiny.

Keywords: Disinformation, Verification journalism, Fact-checking, Covid-19 pandemic, Quality in journalism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1. Etapas e boas práticas do jornalismo de verificação.....	33
FIGURA 2. Relação de características entre as categorias da verificação.....	46
FIGURA 3. Fatores levantados pelo Reuters Institute Digital News Report 2022 para o evitamento de notícias.....	117
FIGURA 4. Evolução temática da cobertura da #CORONAVIRUSFACTS.....	123
FIGURA 5. Método de seleção das verificações para o corpus de pesquisa.....	128
FIGURA 6. Exemplo de uso de recurso visual para apuração de desinformação baseada em imagem.....	145
FIGURA 7. Exemplo de recurso visual com pouca acessibilidade devido à língua.....	147
FIGURA 8. Exemplos de apresentação do título nos veículos do corpus.....	149
FIGURA 9. Exemplos de apresentação das referências visuais instantâneas para comunicar as análises nos veículos do corpus.....	150
FIGURA 10. Discussão — Exemplo de anúncio com desinformação.....	162
FIGURA 11. Discussão — Exemplos de contextualização encerrada em editorias que não chega às verificações.....	164
FIGURA 12. Discussão — Exemplo de uso de apresentação de diálogos dos processos jornalísticos pela Lupa.....	166

GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Presença no corpus das chaves do indicador “Aproximação com leitores e entrega de recursos duradouros contra desinformação”.....	137
GRÁFICO 2. Presença no corpus das chaves do indicador “Autenticidade e verossimilhança (associadas à precisão)”.....	140
GRÁFICO 3. Presença no corpus das chaves do indicador “Contextualização”.....	142
GRÁFICO 4. Presença no corpus das chaves do indicador “Transparência (de processos e de métodos) como suporte de objetividade jornalística”.....	144
GRÁFICO 5. Presença no corpus das chaves do indicador “Etiquetas, selos e outros elementos do design editorial como recursos contra a desinformação”.....	148

GRÁFICO 6. Presença no corpus das chaves do indicador “Reflexões sobre comunicação (jornalismo) em saúde e ciência”.....	151
GRÁFICO 7. Presença no corpus das chaves do indicador “Reflexões sobre comunicação em saúde e ciência em contexto de infodemia”.....	152
GRÁFICO 8. Escolhas editoriais: suporte das verificações.....	154
GRÁFICO 9. Escolhas editoriais: editorias segundo os veículos.....	155
GRÁFICO 10. Escolhas editoriais: tipo de fonte.....	156
GRÁFICO 11. Escolhas editoriais: entrevistas inéditas.....	157
GRÁFICO 12. Escolhas editoriais: sugestão de leitores.....	157

QUADROS

QUADRO 1. Comparação de características dos modelos do jornalismo tradicional e do jornalismo de verificação.....	27
QUADRO 2. Contexto da verificação entre as técnicas de combate à desinformação.....	45
QUADRO 3. Conceitos do universo da desordem informacional.....	78
QUADRO 4. Categorização de transtornos informacionais em relação ao contato com a mídia profissional.....	94
QUADRO 5. Informações sobre os veículos e o corpus de checagens.....	125
QUADRO 6. Recursos do jornalismo de verificação e da comunicação em saúde e ciência adaptados a indicadores de boas práticas de verificação em contexto de infodemia.....	130
QUADRO 7. Critérios de análise do corpus de verificações, da adaptação para esta pesquisa aos princípios do sistema de avaliação.....	134

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: UM NOVO TIPO JORNALÍSTICO ENFRENTA UMA INFODEMIA.....	14
I. Desenho metodológico.....	18
II. Estrutura da dissertação.....	20
1. JORNALISMO DE VERIFICAÇÃO: TIPO DA ERA DIGITAL QUE REAFIRMA PRINCÍPIOS JORNALÍSTICOS.....	21
1.1. O delineamento na comparação com o jornalismo hegemônico.....	25
1.1.1. Características específicas do jornalismo de verificação.....	32
1.1.2. Categorização: um tipo guarda-chuva.....	44
1.1.3. Etos.....	47
1.2. Um novo capítulo da objetividade jornalística.....	54
1.2.1. Ainda é jornalismo? Notas sobre um novo tipo pela retomada de autoridade.....	61
1.2.2. Frentes da percepção sobre o jornalismo de verificação.....	67
2. DOS DISTÚRBIOS INFORMACIONAIS À INFODEMIA: UM PANORAMA.....	74
2.1. Conceitos da desinformação e suas características.....	76
2.1.1. Fenômenos complexos da “era da ignorância”.....	82
2.1.2. Fatores subjetivos associados à desinformação.....	90
2.1.3. Como fica o jornalismo: amadurecer para não desinformar.....	93
2.1.4. Legitimidade e perspectivas do combate à desordem informacional.....	103
2.2. Situação informacional da pandemia no Brasil.....	112
2.2.1. Incertezas iniciais e persistentes em quadro de evitamento de notícias.....	114
2.2.3. A pandemia como alavanca da virada do debunking.....	119
3. SUGESTÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE BOAS PRÁTICAS PARA O JORNALISMO DE VERIFICAÇÃO NO CONTEXTO DE INFODEMIA.....	125
3.1. Escolhas metodológicas.....	125
3.1.1. Corpus.....	125
3.1.2. Indicadores adaptados.....	129
3.1.3. Método de análise.....	134
3.2. Resultados.....	136
3.2.1. Aproximação com leitores e entrega de recursos duradouros contra desinformação...	137
3.2.2. Autenticidade e verossimilhança (associadas à precisão).....	139
3.2.3. Contextualização.....	141
3.2.4. Transparência (de processos e de métodos) como suporte de objetividade.....	144
3.2.5. Etiquetas, selos e elementos do design editorial como recursos.....	147
3.2.6. Reflexões sobre comunicação (jornalismo) em saúde e ciência.....	151
3.2.7. Reflexões sobre comunicação em saúde e ciência em contexto de infodemia.....	152
3.2.8. Escolhas editoriais.....	154
3.3. Discussão.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS: VELHOS E NOVOS DESAFIOS PARA UM TIPO JORNALÍSTICO DE APOIO À SAÚDE PÚBLICA E À CIÊNCIA.....	169

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175
ANEXOS.....	226

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: UM NOVO TIPO JORNALÍSTICO ENFRENTA UMA INFODEMIA

Em que pese a disputa sobre se a internet comercial criou uma nova sociedade, é consenso que a informação hoje tem centralidade nas sociedades contemporâneas, sendo essas sociedades as mais mergulhadas em informação disponível da história da humanidade (Webster, 2014; Blöbaum, 2016). Não desprezam esse fato mesmo as discussões que contrapõem as ideias de sociedade da informação, termo forte nos anos 1990 hoje sob escrutínio, e a informatização da sociedade, criada por uma abordagem mais crítica sobre a existência de alterações estruturais. E nesse curto passado recente desde que se deu a popularização da internet, período onde mal se encaixam 30 anos, couberam pelo menos duas guinadas no significado da hiperinformação — a profusão de informação causada pela alteração na ecologia midiática, com ruptura relevante da autoridade dessa produção (Morais; Grafolin, 2023). A primeira virada é política. Até o início dos anos 2010 a hiperinformação não era vista como necessariamente danosa. Discussões acadêmicas — especialmente as com a participação do teórico que Rüdiger (2013) chama de tecnófilo — tinham tom positivo devido às possibilidades conferidas pela internet às conversas públicas: horizontalidade, acessibilidade, inclusão, pluralidade de vozes, promessas de incremento da participação política e, como resultado, da qualidade da democracia. Havia uma sublimação do histórico que indicava que a tecnologia não altera uma sociedade no capitalismo (Moretzsohn, 2007).

O otimismo trincou a partir de 2016, quando processos políticos no Norte Global escancararam os fenômenos de desinformação contidos na hiperinformação, o que levou ao centro da discussão os impactos negativos dela sobre as democracias liberais, reflexos que tiveram repercussão política e acadêmica (Waisbord, 2018). Nesse sentido, em vez de fortalecer a democracia, a configuração da internet em modelos de negócio de conteúdo geraria efeito contrário ao beneficiar o isolamento informacional, entre outros danos (Moretzsohn, 2017). As plataformas tecnológicas mostraram um reforço de dinâmicas já existentes em termos de concentração econômica (Joseph, 2019), com a maior parte dos lucros sendo divididos entre os maiores criadores e distribuídos entre as maiores empresas, que estão em países do Norte Global — o panorama do colonialismo de dados (Silveira, 2022; Cassino, 2022). O modelo de exploração econômica da internet gerou ainda a personalização do que consumimos na rede, o que significa que todos viveríamos em bolhas informativas criadas por filtros algorítmicos e temos percepções afetadas até no que diz respeito ao que é real ou verdadeiro (Pariser, 2012). Os antigos espaços do jornalismo, que era o “porteiro” dos

temas da esfera pública, hoje são espaços em disputa entre diversos tipos de mídia (Silveira, 2020), em um agravamento da competição acirrada que já se via com as então novas mídias dos anos 1960, porque atinge também o nível local (Tuchman, 2002). Em suma, o ambiente midiático é cada vez mais segmentado e o consenso, mais raro (Graves, 2016).

A partir de dezembro de 2019, a pandemia de Covid-19, a primeira crise sanitária global dos últimos 100 anos, promoveu a desordem informacional a pandemia paralela, a infodemia (Arao et. al, 2020), um problema de saúde pública capaz de atrasar o enfrentamento emergencial no mundo inteiro, além de causar a morte e condenar à morte (Zielinski, 2021) — no último caso, quando o agente da desinformação tem poder de autoridade. Essa segunda virada no entendimento sobre a hiperinformação parece ter apressado o senso de que a desinformação deve ser combatida pelos meios considerados disponíveis: leis, educação e jornalismo. Ou seja, podemos regular (responsabilizar e punir), prevenir, e corrigir. É aí que o jornalismo de verificação, objeto desta pesquisa, se consolida como resposta da atividade jornalística para corrigir desordens informacionais (Rodríguez-Pérez, 2020; Paganotti, 2023).

Entendemos esse novo tipo jornalístico como o que tem como pauta declarações e conteúdo que já circulam em ecossistemas de informação (são públicos) e que são analisados em relação à sua veracidade (Graves; Amazeen, 2019). Ecossistemas são ambientes com elementos em interdependência (Prado, 2024). Falamos, então, de um tipo composto de casca e miolo distinguidores: um formato em que o texto expõe uma análise com ideal de objetividade, baseada em informações de credibilidade e disponibilizadas para consulta ao leitor; e uma meta mais enfática para o jornalismo no sentido de apontar as informações corretas e denunciar a desinformação, o que é incomum no jornalismo moderno original.

Trata-se de um tipo jornalístico emergente: surge nativo digital na sociedade da informatização, fruto de uma necessidade social que se refletiu em uma oportunidade de mercado que tem se espalhado nos diferentes ambientes jornalísticos do planeta. É tido como resultado das experiências da etapa de verificação interna que caracterizou o jornalismo profissional no século XIX, da cobertura jornalística de temas políticos — seu lugar de origem nos anos 1990, quando surgiu um novo conceito para o termo *fact-checking* (Graves, 2016) —, do jornalismo interpretativo (analítico), do jornalismo cidadão — entendido aqui não pela perspectiva do midialivrisimo, mas como renovação do diálogo entre leitores e jornalistas, segundo Rodríguez-Pérez, Paniagua-Rojano e Magallón-Rosa (2021) — e do jornalismo de precisão (Meyer, 2002). Em decorrência da reação da mídia tradicional e de organizações cívicas aos fenômenos de desinformação, a verificação tem se disseminado por meio da criação de editorias em redações jornalísticas estabelecidas e de iniciativas

independentes, criando a figura do checador (Vizoso, 2019). A prática exige qualificação técnica e atualização constante, bem como pressupõe dilemas éticos. Também se manifesta como movimento social global com representações institucionais que trabalham por um etos padrão e carregam a bandeira do combate à desinformação. No âmbito dos estudos da democracia, há a expectativa de que a verificação de temas políticos qualifique processos democráticos, agindo contra o silenciamento dos cidadãos e o extremismo de ideias.

A repercussão do jornalismo de verificação, visível no seu espalhamento pelo mundo e no aumento do interesse acadêmico, também reaviva discussões clássicas do jornalismo, das quais se destacam os conceitos de objetividade e o de transparência para o jornalismo. Além de perpassar a credibilidade do jornalismo — questão essencial da autoridade necessária à verificação —, são expectativas dos públicos nos dois papéis que eles desempenham: o de consumidor de produtos jornalísticos e o de cidadão que espera do jornalismo atenção a questões éticas e principiológicas. Por princípio, o jornalismo "não é só discurso e não se pode resumir a questão de texto ou retórica" (Henriques, 2021, p. 825, tradução nossa).¹ Logo, um tipo jornalístico pressupõe mais do que um novo formato textual e essas dimensões precisam ser esquadrihadas. Ao mesmo tempo, o jornalismo de verificação permanece tão jornalismo em sua estrutura — linguagem, recursos, princípios guia e legitimadores — que é difícil caracterizá-lo como outra frente informacional (Diniz, 2017).

Assim como o jornalismo tradicional, o de verificação tem entre seus dilemas a missão de ser uma instituição-chave da democracia enquanto imerso em uma lógica de mercado, dinâmica a que Martín-Barbero (2006) chama de onipresença mediadora do mercado sobre a mídia. A teoria democrática define a imprensa livre como uma instituição necessária à democracia, por servir de fonte das informações de que cidadãos fazem uso para tomadas de decisão esclarecidas (Dahl, 2001) — ainda que esse critério de independência em geral esboce preocupação com vínculos políticos, nem tanto com os econômicos (Moretzsohn, 2002). E a internet não mudou o jornalismo de mercado. Segundo Charron (2019), não interrompeu o paradigma de jornalismo da comunicação vigente desde os anos 1970, ou seja, a relação entre jornalismo e audiência permanece mais atenta ao entretenimento e à hiperconcorrência do que à função de intermediário da informação que marcou o surgimento do jornalismo profissional.

Conclui-se então que, por conta do seu imbricamento na nova ecologia informativa gerada pela sociedade interconectada — ou sociedade fortemente datificada, segundo Silveira (2022) —, o movimento de verificação traz à tona indagações relevantes tanto sobre

¹ "Journalism is not just a discourse and cannot come down to a matter of text or rhetoric" (Henriques, 2021, p. 825).

reconfigurações da mídia jornalística rumo à restauração de sua autoridade danificada quanto sobre os recursos a que cidadãos recorrem para tomar decisões em meio à hiperinformação.

Quanto a isso, a infodemia dentro da pandemia de Covid-19 se apresenta como teste histórico para entender a percepção desse tipo jornalístico por seus públicos desejados. Afinal, assim como os mantenedores voluntários de repositórios abertos de dados, as iniciativas de verificação se prontificaram a ajudar no combate aos transtornos informacionais relacionados à Covid-19 (Martínez-García; Ferrer, 2023; Kritikos, 2020). A crise sanitária foi classificada como prova de fogo para a capacidade da verificação (Tardáguila, 2020; Kritikos, 2020).

Quando o jornalismo de verificação aborda ciência (uma das principais classificações dos temas da pandemia), se enquadra em questões relacionadas à comunicação científica — área plural que inclui o jornalismo de ciência (Vogt; Morales, 2018). Isso significa que será alvo do esquadrinhamento específico do campo científico: fontes, instituições, valores, ideologias, identidades, inclusão e reflexão fazem parte do pacote referente à confiança na ciência e, por conseguinte, ao conteúdo que trata de ciência. Como expõe Buckler (2023), os temas científicos da contemporaneidade, complexos e conflituosos, superam o entretenimento que audiências experienciam nas ocasiões mais comuns de envolvimento com a ciência, quando ela é apresentada como descoberta da natureza. Logo, obter engajamento que leve ao entendimento de temas de ciência pede reflexão especializada sobre escolhas editoriais.

É compreensível, portanto, que as necessidades informacionais do enfrentamento da Covid-19 estejam a incentivar estudos sobre o que se considera efetividade dos conteúdos de verificação, a despeito dos desafios metodológicos que eles representam. Segundo a presente revisão bibliográfica, a interseção entre os temas da efetividade do fact-checking e da pandemia de Covid-19 em estudos científicos tem confirmado uma conclusão ambígua, porém frequente: a de que a prática (ou movimento, pode-se dizer) é um recurso necessário, mas limitado particularmente na sua característica repressiva — o que explica que checadores especializados também se dediquem a ações educativas (preventivas). Chou, Gaysynsky e Vanderpool (2021), por exemplo, alertam que corrigir a desinformação sobre Covid-19, tarefa na qual a verificação é ferramenta comum, não tem se mostrado suficiente para combater essa desinformação, uma vez que a crença nela se baseia em questões profundas, entre elas a desconfiança sobre as instituições e a xenofobia. No entanto, é recorrente a visão de que as limitações não reduzem a importância das iniciativas de verificação, porque a disseminação dos seus recursos contribuem para o empoderamento dos cidadãos (Vraga et al., 2020).

Apesar de os estudos sobre efetividade da verificação estarem mais frequentes, Adams e Sippitt (2021) defendem que é necessário avançar na diversidade cultural e na investigação

das variáveis que afetam o consumo e a compreensão do público. A literatura científica sobre o fact-checking de temas políticos, por exemplo, é centrada na experiência dos Estados Unidos (Nieminen; Rapeli, 2018; Lelo, 2022b), o que oferece poucos recursos para estudos do caso brasileiro, uma vez que há diferenças marcantes entre os dois países que vão da cultura política à repercussão midiática do novo tipo. Há visível escassez de estudos que analisam a verificação em meio a quadros críticos de desinformação na Ibero-América (Martínez-García; Ferrer, 2023). E, sendo esse um movimento global, não interessa à ciência resumir o estudo do objeto apenas à perspectiva da prática em um país (Amazeen, 2020).

Assim, nossa proposta é investigar o quadro característico do jornalismo de verificação brasileiro na pandemia de Covid-19, um cenário de infodemia, por meio da análise da concordância entre as suas escolhas editoriais e os aspectos destacados pela literatura como essenciais ao combate à desinformação e à qualidade jornalística a respeito dos temas científicos e de saúde. A partir disso, construímos duas hipóteses de pesquisa. A primeira está relacionada a lacunas de acessibilidade do jornalismo de verificação, considerado um tipo ainda restrito — “tem um problema de engajamento”, segundo Riley (2019) —, o que pode se refletir, no cotidiano dessa prática, na não aderência a recursos de aproximação com a audiência, também como consequência de questões de investimento e de uma idealização de objetividade jornalística que transparece nos textos institucionalizados de verificação. A segunda hipótese diz respeito à manutenção de problemáticas de qualidade atinentes ao jornalismo de ciência e saúde, tais como ausência de interdisciplinaridade de fontes.

Este estudo parte do entendimento de que existe lacuna de conhecimento no que diz respeito à qualidade jornalística de conteúdos de verificação para temas de ciência e saúde no contexto de crise informacional grave. Existe, portanto, relevância social em auxiliar essa prática jornalística no entendimento acerca dos recursos disponíveis na literatura para permitir o combate à desinformação durante grande evento de saúde pública.

Dessa forma, pretendemos contribuir para a produção científica brasileira sobre o jornalismo de verificação em intersecção com dois subtemas, a sistematização dos conceitos de qualidade jornalística atrelados a esse tipo e as novas reflexões que são levantadas assim que a verificação toca temas de ciência e saúde, assim como no apontamento sobre ganhos e atuais limitações da verificação como ferramenta.

I. Desenho metodológico

Este trabalho está classificado como empírico, porque parte de um fenômeno observável para dele extrair as possíveis generalizações (Gil, 2008, p. 10-11), e quanti-qualitativo, uma vez que associa abordagens a fim de esquadrihar da melhor forma a sua pergunta de pesquisa (Johnson; Onwuegbuzie, 2004, p.17-18). Também possui caráter exploratório, ou seja, busca sistematizar conceitos e métodos porque trata de fenômeno recente, dessa forma assumindo o objetivo intrínseco de possibilitar que o seu objeto de pesquisa seja investigado mais à frente com clareza maior (Babbie, 2012).

É composto de coleta e análise de conteúdos de verificação relacionados à pandemia de Covid-19 produzidos por três iniciativas de verificação brasileiras on-line: Boatos, Fato ou Fake (editoria do portal G1) e Lupa. Apesar de possuírem em comum o fato de serem mantidos por jornalistas profissionais e terem fins lucrativos, as iniciativas foram selecionadas a fim de refletir a diversidade do ambiente da verificação. Feito entre 1.º de fevereiro de 2022 e 16 de abril de 2024, esse levantamento rendeu, após seleção, um corpus de 180 conteúdos em diversos suportes (principalmente texto), avaliados na apresentação original.

Os conteúdos do corpus foram analisados conforme conceitos adaptados das características associadas a boas práticas da verificação, seguindo a literatura do jornalismo de verificação, das desordens informacionais e da comunicação em saúde e ciência — com importante orientação de Fossá e Müller (2021) na definição das áreas. Assim, serão considerados, no que diz respeito ao jornalismo de verificação: uso de etiquetas e selos como itens editoriais e de design para destacar o resultado da análise (Wintersieck, 2017; Oeldorf-Hirsch et al., 2020); autenticidade, que é a característica do que relata credibilidade e permite inspeção, conjugada à verossimilhança, que é uma busca que perpassa a precisão (Charaudeau, 2006; Meier, 2009; Meyer, 2002; Tandoc Jr. et al., 2018; Porlezza, 2019); tentativa de aproximação e educação da audiência, para possibilitar habilidades futuras frente à desinformação (Lewandowsky et al., 2012; Harjani et al., 2022; Tsang et al., 2023; Mattes; Redlawsk, 2020; Hou; Kankham, 2023; Gomes; Penna; Arroio, 2020); transparência, o princípio emergente nas revisões sobre objetividade jornalística (Seibt, 2019; Fossá; Müller, 2021; Brandtzaeg; Følstad; Dominguez, 2017; Humprecht, 2020, Meier, 2009); e contextualização, que significa ir além da descrição de acontecimentos, apresentando as “fake news” como elemento de um contexto (Moretzsohn, 2019; Marques et al., 2023; Lückman; Fonseca, 2017). Somaremos a essas reflexões as que tratam da qualidade em comunicação de saúde e ciência (Fioravanti, 2013; Bueno, 2022; Brossard; Lewenstein, 2021) e dessa comunicação em infodemia (Luiz, 2007; Curtis; Gillespie; Okimoto, 2023; Oliveira, 2020).

O método de análise é a análise de conteúdo do tipo categorial qualitativa, técnica de análise de conteúdo que é a opção (e proposta de desenho) desta pesquisa pelo fato de possibilitar tirar conclusões sobre conteúdos com sistematização, o que integra ao trabalho uma visualização das etapas de análise e dos seus critérios (Sampaio; Lycarião, 2021).

Ressalta-se que as frequências das chaves são avaliadas como *escolhas possíveis* de serem adotadas nos conteúdos do corpus, sendo que a qualidade averiguada neste estudo está sob noção de característica, não de mérito (Martino, 2018).

II. Estrutura da dissertação

Depois desta introdução, a presente dissertação é composta de quatro capítulos dos quais os três primeiros são dedicados à revisão bibliográfica. Para essa etapa, nossa ideia é levantar panoramas de aspectos amplos relacionados à prática jornalística no âmbito da verificação e ao consumo informacional na sociedade digitalizada, a fim de criar as chaves de boas práticas. Por isso, abordamos tópicos referentes ao novo tipo jornalístico, mas também a estudos de jornalismo, de desinformação e de percepção sobre o jornalismo, assim como estudos sobre a pandemia no Brasil e no mundo, incluindo comunicação de risco.

Assim: no capítulo 1, começamos a revisão de literatura posicionando a verificação dentro do mundo jornalístico e da ecologia da informação, caracterizando suas categorias, suas especificidades formais e principiológicas, e tratando do impacto desse tipo sobre a atividade jornalística, bem como a percepção dos agentes e do público.

O capítulo 2 aborda a desinformação como objeto científico, buscando contextualizar questões coletivas e individuais da hiperinformação, apontar disputas conceituais e descrever como foi construída a ideia de “combate urgente”.

O capítulo 3 ingressa nas etapas empíricas com a sugestão e a análise de indicadores de boas práticas do jornalismo de verificação em contexto de infodemia. Nessa parte, a discussão de resultados ressalta o empenho do jornalismo de verificação para fazer jus ao encargo que a pandemia representou em termos de combate à desinformação, ao mesmo tempo que revela a permanência de impasses do jornalismo tradicional e do jornalismo especializado em saúde e ciência na atuação do novo tipo jornalístico.

Por último, são tecidas as considerações finais sobre a pesquisa, que buscam interpretar os resultados das análises sob uma perspectiva que também considera as dificuldades atuais e presentes do jornalismo.

1. JORNALISMO DE VERIFICAÇÃO: TIPO DA ERA DIGITAL QUE REAFIRMA PRINCÍPIOS JORNALÍSTICOS

“Unassailable certainly is the thing that gives a newspaper the firmest and most valuable reputation”
Mark Twain, citando J. T. Goodman, em “Roughing It” (1872)

Dez anos atrás, Elizabeth (2014) avisava que tanto a noção de jornalismo de verificação quanto a de verificador (ou checador), o agente criado por esse tipo jornalístico, estavam em fase de rascunho, portanto conceitos deveriam ser vistos como não exclusivos e mutáveis. Hoje o jornalismo de verificação tem mais solidez conceitual, mas ainda não é possível prescindir de explicações. Portanto, precisamos primeiramente delinear esse conceito a fim de distingui-lo de homônimos e associá-lo ao tipo jornalístico que é o de interesse desta pesquisa. Empréstamos de Seibt (2019) a expressão jornalismo de verificação — porém, para tratar do fenômeno observável, não do tipo ideal investigado pela autora — devido às coincidências entre as camadas que pressupõe e os objetos de nosso estudo.²

Na literatura acadêmica, a história da verificação possui quatro fases distinguíveis: a verificação interna; os novos formatos examinadores de cobertura política; a cultura do escrutínio; e o jornalismo de verificação.³

A primeira remonta à consolidação dos primeiros conceitos de objetividade jornalística, quando a checagem de fatos se apresenta primeiramente como etapa anterior à publicação da notícia, seja essa etapa realizada pelo próprio repórter ou por outro agente, especializado ou não (redator, editor ou checador) (Graves; Amazeen, 2019). A figura do checador interno marca a segunda fase da verificação. O local dessa profissão, que existiu entre os anos 1930 e os anos 1990, são as revistas noticiosas principalmente nos Estados Unidos. Modelos apriorísticos de verificação, ou seja, processos para garantir a publicação de informações precisas, interessavam às empresas jornalísticas porque evitam processos

² Graves, Bélair-Gagnon e Larsen (2023) classificam a verificação (a que se referem como fact-checking) como uma prática vinculada ao jornalismo, mas que não se confunde com ele porque parte substancial da verificação é realizada fora de veículos de mídia — segundo os pesquisadores, cerca de 40% das iniciativas no mundo. Discordamos dessa posição, posto que entendemos — assim como Deuze (2019) — que o jornalismo pode ser praticado fora de veículos de mídia. Outro motivo para adotarmos "jornalismo de verificação" neste trabalho está no fato de os veículos analisados serem jornalísticos.

³ Palácios (2019) inclui no grupo da verificação externa a seção de cartas do leitor, que é tradicionalmente o estreito canal do jornalismo moderno pelo qual o público pode tentar apontar erros da imprensa desde antes da internet, e a prática de ombudsman, o colunista que faz a crítica do veículo de imprensa pelo ponto de vista dos leitores. Com isso, o autor faz uma aproximação entre o jornalismo de verificação e a crítica de mídia, ambos classificados como “modos de checagem a posteriori”, o que é uma visão um tanto minoritária, visto que não é frequente que produtos da mídia tradicional, mesmo sendo considerados discurso público, sejam objetos de verificação — segundo Graves (2016), a crítica de mídia existe, mas é incômoda para muitos checadores.

judiciais motivados por erros (Palacios, 2019). Graves e Amazeen (2019) registram que a experiência dos checadores internos rendeu apontamentos sobre as limitações da verificação — por exemplo, a dificuldade de se verificar as caracterizações subjetivas de uma história. A verificação interna é, então, o embrião do jornalismo de verificação enquanto tipo, sendo que esse último, da década de 1990 até hoje, recebeu delineamento próprio e formatos específicos, além de estar em expansão em número de experiências (Seibt; Fonseca, 2019; Graves, 2016; Dobbs, 2012). Daí que fact-checking é uma expressão que, se não nasceu, se fortaleceu na atuação dos verificadores internos e é ainda muito usada nos países de língua inglesa para se referir às rotinas de procura por precisão durante a produção de notícias.

A verificação interna mantém semelhanças com o jornalismo de verificação. Saad (2021) analisa que ambas possuem em comum aspectos de descrição ontológica, o que equivale a dizer que compartilham princípios e finalidades que justificam sua razão de existir, ainda que possuam diferenças explícitas na forma como se expressam para a audiência. Outra similaridade está no fato de que as duas ganham importância diante dos problemas associados aos transtornos desinformativos na sociedade digitalizada:

[...] o aspecto mais sensível da prática jornalística num momento crítico é enfrentar a disseminação de desinformações múltiplas e buscar formas de restringir tal processo para a manutenção de uma imprensa de qualidade, transparente, ética, credível e legítima. Falamos de um processo dinâmico de preservação dos princípios basilares do campo diante de um sistema paralelo e “vitaminado” de práticas desinformativas (Saad, 2021, p. 66).

As diferenças aparecem na comparação de procedimentos, posicionamentos (externos e no interior do veículo) e ferramentas. Ainda na visão de Saad (2021), a verificação interna em geral está alinhada com o ponto de vista tradicional de que o jornalista atua para controlar o acesso às informações que chegam à audiência (*gatekeeping*), o que na sociedade digital pode ser entendido como o processo de escolhas editoriais do veículo, de filtro, tendo em vista que o controle não é mais um poder da mídia de massa. Já no jornalismo de verificação o papel do jornalista é prestar atenção ao fluxo de informações produzidas externamente à redação, em uma dinâmica que toma conhecimento e usa como matéria-prima o conteúdo produzido fora do jornalismo (*gatewatching*), ainda que para denunciar erros.

De volta ao processo histórico, ressalta-se que a narrativa mais citada sobre a formação do jornalismo de verificação é de Graves (2016), centrada na experiência dos Estados Unidos. Essa se manifesta como influência para o jornalismo brasileiro em dinâmica de colonialidade (Ijuim, 2023), projeto que surge dos interesses da Guerra Fria (Albuquerque,

2022b). A globalização rompe com o modelo de filiação partidária dos veículos de comunicação e identificação deles com agendas locais, universalizando o modelo centrado na noção de verdade factual acima de ideologias (Albuquerque, 2022b).

Nesse sentido, Graves (2016) estabelece o jornalismo de verificação como o resultado de uma série de revisões que jornalistas especializados em política fizeram sobre o próprio trabalho naquele país, baseadas em episódios históricos em que o jornalismo legitimou, devido a uma cobertura acrítica, argumentações políticas que se mostraram falsas, sendo os mais proeminentes desses episódios a invasão do Vietnã, que gerou o conflito que durou de 1959 a 1975, e a do Iraque, em 2003. Esses erros profissionais teriam criado um ambiente de reflexão que levou a formatos contestadores e interpretativos de cobertura política, sendo um deles, chamado de *ad watching*, uma verificação de promessas de campanha eleitoral retiradas da publicidade de candidatos, que teve alguma repercussão na década de 1990. Era uma espécie de crítica de mídia de material publicitário de campanha (Tedesco; McKinnon; Kaid, 1996). O formato foi descrito como necessário para que o jornalismo conseguisse lidar com “táticas de campanha cada vez mais baixas” (Graves, 2016, tradução nossa).⁴

Contudo, o primeiro veículo especializado em verificação do país, o *Snopes.com*, surgiu em 1995, fundado por não-jornalistas e trata até hoje de boatos virais, identificando-se como um site de "lendas urbanas". Em seu registro sobre a história da internet nos Estados Unidos, Aspray e Cortada (2019) localizam a verificação em um ponto avançado da evolução do escrutínio (*scrutiny*), cultura on-line que trata de discussões públicas em sites e blogs sobre episódios, conteúdos e declarações de repercussão, e que pode ou não ter como objetivo definir se essa matéria-prima é falsa. Muitos desses veículos buscam entretenimento ou atuam com pesquisa folclórica. Resgatando essas histórias, os autores reconhecem a existência dos primeiros sites de escrutínio e consideram o jornalismo de verificação como resultado do desenvolvimento de uma informação que encontrou acolhimento e demanda na internet, em vez de enquadrá-la apenas nas reflexões de um campo profissional.

O primeiro site de verificação dos Estados Unidos mantido por jornalistas, o *FactCheck.org*, surgiu mais tarde, em 2003 (Graves, 2016). A dinâmica é parecida com a experiência brasileira: no ar desde 2002, o primeiro site de verificação do país, o E-Farsas, é iniciativa de um analista de sistemas e tem foco em boatos virais (Sampaio; Lima; Oliveira, 2018). A primeira iniciativa brasileira de fact-checking jornalístico, a Agência Lupa, foi

⁴ “Journalists described the format as a kind of professional innovation made necessary by ever-baser campaign tactics” (Graves, 2016, n.p.).

lançada em 2015 (Lupa, 2015e)⁵. No mesmo ano o Instituto Poynter fundou a International Fact-Checking Network (IFCN), iniciativa de promoção do movimento de verificação em nível mundial, da qual a Lupa é o membro brasileiro mais antigo. Nesse sentido, a mobilização institucional, que se expressou cedo na criação de organizações, nos encontros para troca de experiências e na colaboração entre verificadores, é uma característica peculiar do jornalismo de verificação que ajuda a revestir o tipo de certo idealismo (Graves, 2016; Graves; Lauer, 2020), perspectiva que parece disseminada nos Estados Unidos.

Paralelamente ao seu desenvolvimento, o jornalismo de verificação tem influenciado mudanças no interior do jornalismo tradicional, inspirando o uso de ferramentas tecnológicas e de processos específicos, levando assim a um reforço da etapa de cruzamento de informações com vias à confirmação da veracidade delas, especialmente importante em uma época em que o jornalismo diário reutiliza com frequência conteúdo produzido fora das redações (Shapiro et al., 2013; Manninen, 2017; Mantzarlis, 2015). Apesar de a cobertura política estar no cerne do surgimento do jornalismo de verificação, a fórmula dele — de auferir e demonstrar, usando informações confirmadas por fontes de credibilidade — tem sido aplicada na cobertura de assuntos diversos (Elizabeth, 2014), seja pelo jornalismo generalista ou pelo especializado (destaque para o de saúde). Segundo Damasceno e Patrício (2020), a percepção de um problema relacionado às desordens informacionais acabou por guiar a expansão de técnicas e princípios do fact-checking para outros temas de interesse público.

Pode-se dizer então que a verificação torna-se tipo devido a uma necessidade ainda da mídia de massa na cobertura de temas políticos, primariamente durante eleições, e tem se estendido para todos os temas que o jornalismo percebe como de interesse público, o que, no caso do jornalismo *mainstream* (em tradução livre, “estabelecido”, ou tradicional, de massa), também diz respeito à produção de conteúdo que angaria audiência. Paralelamente a esse uso mercadológico pelo jornalismo profissional — que examina seu posicionamento na nova esfera pública a fim de retomar parte de sua autoridade —, ocorre um movimento social que transcende a mídia de massa (Amazeen, 2020; Graves; Cherubini, 2016) e chega, em alguns pontos, a confrontá-la ao construir uma normatização rigorosa sobre o nível de transparência institucional (superior ao da lógica empresarial) que a prática de verificação viria a exigir.

⁵ Leite Junior (2020) registra a disputa de pioneirismo no Brasil entre as agências Lupa e Aos Fatos, essa última indicando em seu site a data de fundação como julho de 2015, enquanto a Lupa informa novembro de 2015. Boatos (2013) e E-Farsas (2002) são mais antigos. Optamos pelo dado mais constante na literatura acadêmica.

1.1. O delineamento na comparação com o jornalismo hegemônico

Há dois fatores que tornam complexa a tarefa de fixar conceitos para o jornalismo de verificação no panorama atual: o fato de esse tipo jornalístico estar em desenvolvimento, adaptando-se às necessidades informacionais de cada região ou situação; e o fato de que essas necessidades progridem, fazendo avançar a diversidade de formatos e técnicas, assim como de organizações dedicadas à prática, o que por sua vez multiplica as análises sobre esse objeto.

Começamos comparando-a ao jornalismo tradicional, aqui concebido como o modelo normativo descrito por Nerone (2012), porém com a pontuação de Moretzsohn (2007) de que a ideia de mídia tradicional é uma generalização que esconde um campo de disputa. Assim, por modelo tradicional, nos referimos ao delineamento mais clássico do jornalismo, no qual ele equivale a um sistema de crenças que controla a forma de produção de notícias em democracias liberais desde o século XIX. Segundo esse sistema, que foi exportado para parte da periferia global, o jornalismo é produzido em empresas com certa autonomia em relação ao poder e por jornalistas que se percebem como independentes e garantidores da informação de interesse público, porém não sem percalços nas rotinas de produção, que também serão registradas. Apesar de objeto de reflexão, com destaque para a de Deuze (2019), o jornalismo que se conceitua por meio das práticas padronizadas do jornalismo industrial tem relevância e presença. No caso do Brasil, por exemplo, mesmo com as transformações nas relações com a audiência orientadas pela internet e seus dispositivos, o jornalismo permanece centrado em “formatos [nota, matéria, etc.] e gêneros [informativo e de opinião] *hegemônicos*”, já consolidados, aderindo a inovações em espaços delimitados e de forma híbrida (Pereira, 2021, grifo nosso).⁶ De fato, Newman (2009) já havia registrado que grandes veículos tendem a acatar parcialmente a cultura digital, priorizando uma adaptação às suas regras editoriais.

Comparando-se características dos modelos essenciais do jornalismo tradicional e do de verificação, segundo organização por nós proposta, notam-se convergências e divergências, bem como ênfase de determinados princípios do primeiro no segundo (vide Quadro 1).

As similaridades entre o jornalismo tradicional e o de verificação estão relacionadas ao fato de as bases fundacionais do jornalismo de verificação estarem em uma garantia de acurácia de informação que é uma promessa relacionada à fundação do jornalismo como profissão e à sua diferenciação em relação aos demais produtores de conteúdo que se pensa

⁶ O conceito de gênero utilizado aqui é o mesmo da teoria dos gêneros jornalísticos, estabelecida nos anos 1960 no âmbito dos estudos de comunicação: uma noção que trata dos discursos (ou composições discursivas) que o jornalismo usa para reportar realidades aos seus públicos e que variam cultural e historicamente (Seixas, 2020). O termo foi mantido em referência a essa teoria, porque é característico dela. Nesta dissertação consideramos o jornalismo de verificação um tipo jornalístico híbrido de gêneros.

informativo (Nerone, 2012). Verificar também é o papel do jornalismo tradicional, que usa para isso de interpretação, análises de evidências e testes de veracidade. É um fator distintivo entre profissionais e amadores do tratamento da informação, ao lado da investigação e da precisão (Phillips, 2010). É ainda uma expectativa da audiência (Manninen, 2017). É inegável, porém, que o princípio da verificação perdeu espaço com o impacto das mudanças impostas ao jornalismo pela internet comercial, agravadas por um contexto de precarização profissional (Martin, 2016; Gehlen, 2018), e na adaptação do jornalismo às regras das big techs (Hermida, 2012; Giomelakis; Karypidou; Vegli, 2019).

Assim, no interior do jornalismo profissional, aquele que compartilha de cultura própria centrada nos valores-notícia (Traquina, 2020), o jornalismo de verificação se consolida como uma frente do esforço de adaptação do modelo de negócio das empresas noticiosas ao ambiente criado pela internet, tornando-se ferramenta para resgatar a autoridade sobre assuntos da esfera pública (Santos, 2019; Waisbord, 2018). Entende-se que o jornalismo precisa experimentar para se manter relevante em uma época de "'pós-Iluminismo', em que os pilares da racionalidade e da palavra escrita estão sendo estruturalmente substituídos por emoções e imagens" (Derakhshan, 2021, p. 129, tradução nossa)⁷, uma vez que já não pode mais se apoiar somente no apelo ao seu papel dentro da teoria democrática.

A linguagem do jornalismo de verificação também é similar à do profissional, com uma “apresentação de notícia” (Ufarte Ruiz; Calvo Rubio; Murcia Verdú, 2022, p. 277).

O papel de expor autoridades e organizações públicas quando cometem erros que afetam a sociedade — o chamado *watchdog role* ("papel de cão de guarda", em tradução livre) — é um clássico do jornalismo, anterior até mesmo ao jornalismo moderno, e é frequentemente associado ao jornalismo investigativo (Kovach; Rosenstiel, 2011). Porém, mais do que um tipo jornalístico, essa postura é uma expectativa social sobre a prática jornalística. "O jornalismo vigilante destacou o valor desse trabalho em meio às outras formas de informação" (tradução nossa).⁸ O fato de o jornalismo de verificação adotar esse papel como central é outro indicativo de reforço aos típicos princípios jornalísticos.

No campo prático, o jornalismo de verificação joga o foco de luz para duas questões básicas do jornalismo profissional: a busca por informações precisas e por atualidade na escolha dos conteúdos (Graves; Amazeen, 2019).

⁷ "Human civilization seems to be entering a new phase we could call the 'post-Enlightenment,' where the pillars of rationality and the written word are being structurally replaced by emotions and images. Faith is replacing facts; like buttons are killing links" (Derakhshan, 2021, p. 129).

⁸ "Watchdog journalism has set the value of this work apart from other forms of information" (Kovach; Rosenstiel, 2011, n.p.).

Quadro 1. Comparação de características dos modelos do jornalismo tradicional e do jornalismo de verificação

Características	Jornalismo tradicional	Jornalismo de verificação
Bases históricas fundacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Surgiu como causa e resultado de revoluções políticas e econômicas que deram origem à Era Moderna; criação de esfera pública deu espaço ao jornalismo (Nerone, 2012); - Demarcação do jornalismo como prática profissional (Traquina, 2020); - Vinculação da atividade jornalística com a necessidade de informação nas democracias liberais (Dahl, 2001). 	<ul style="list-style-type: none"> - Verificação jornalística interna (profissão entre 1930-1990) e como princípio profissional (século XIX); - Revisão de posturas do jornalismo profissional no sentido de responsabilizar autoridades políticas (visão reformista); - Combate à desordem informacional principalmente no que ela fere instituições democráticas, o que inclui a própria imprensa (visão de movimento social global); - Cultura do escrutínio na internet (Aspray; Cortada, 2019).
Objetos (“matéria-prima” de que parte a produção)	<ul style="list-style-type: none"> - Fatos (objetos da realidade que resultam de uma ação já finalizada, sejam determinados ou supostos); - Acontecimentos (fenômenos em processo, previsíveis ou não); - Declarações de autoridades (inclui testemunhos). 	<ul style="list-style-type: none"> - Declarações de autoridades políticas; - Rumores virais na internet; - Peças de desinformação que vierem a surgir da evolução de formatos no ambiente digital (Wardle, 2020).
Ferramentas	<ul style="list-style-type: none"> - Fontes diversas (excepcionalmente em <i>off</i>) e apuração de informações (inclui cruzamento de dados para mais precisão) (Lage, 2007); - Programação e banco de dados (principalmente no jornalismo de dados e de precisão) (Meyer, 2002). 	<ul style="list-style-type: none"> - Consultas a bancos de dados públicos; - Entrevistas com especialistas e testemunhas, nunca em <i>off</i>; - Tecnologias específicas (pesquisa de imagem reversa, georreferenciamento e etc.); - Programação.
Agentes que o desempenham	Jornalistas profissionais (não profissionais, ou “amadores”, desenvolvem “práticas jornalísticas”, não jornalismo) (Paul; Christofoletti, 2020).	Checadores, o que inclui jornalistas profissionais.
Ambientes da produção	<ul style="list-style-type: none"> - Redações da mídia estabelecida; - Redações da mídia independente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redações da mídia estabelecida; - Agências independentes; - Organizações diversas (inclui acadêmicas).
Etos	<ul style="list-style-type: none"> - Convivência de diversas versões sobre a objetividade jornalística, com prevalência simbólica de um ideal de neutralidade já sob questionamento teórico; - Transparência, porém limitada às necessidades do jornalismo de mercado; - Dever de verificação interna de informações antes da publicação; - <i>Watchdog role</i> (Kovach; Rosenstiel, 2011). 	<ul style="list-style-type: none"> - Transparência de condutas, parâmetros e financiamento; - Equilíbrio, em geral cartesiano, da cobertura; - Empatia individual em vez de deontologia jornalística no caso dos não-jornalistas.
Rotinas de produção	<ul style="list-style-type: none"> - Na prática o formato mais básico de notícia aceita que se fundamente o conteúdo em declarações (jornalismo declaratório), às vezes destacadas no título (Araújo; Teixeira, 2023); - Não busca conclusões: pode-se apenas interpor várias versões; - Excepcionalmente utiliza fonte em <i>off</i>; - Preserva fontes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Informações devem ter sua origem detalhadamente exposta, de preferência com passo a passo de como obtê-las; - Precisa expor uma conclusão, mesmo que seja não ter sido possível chegar a uma conclusão; - Não preserva fontes nem aceita <i>off</i>; - Principais fontes são bancos de dados

Características	Jornalismo tradicional	Jornalismo de verificação
	- Periodicidade com prazos próximos de “tempo real” (Moretzsohn, 2002) por pressão do jornalismo digital (Seibt, 2019).	públicos íntegros e acessíveis; - Periodicidade conforme a necessidade da apuração (Seibt, 2019; Fossá; Müller, 2021).
Linguagem	Formal e coloquial (meta de eficácia na comunicação), porém sem gírias (Lage, 2007).	Idem.
Função que desempenha na sociedade	- Produção e edição de notícias sobre fatos e acontecimentos de interesse público (<i>gatekeeping</i>); - Curadoria de assuntos quando do uso de conteúdo por terceiros do universo digital, também visando interesse público (<i>gatewatching</i>) (Bruns, 2021).	- Auditoria e arbitragem sobre veracidade de informações com impacto sócio-político; - Curadoria de assuntos (<i>gatewatching</i>) (Bruns, 2021).
Impacto social	- Instituição indispensável para a viabilidade e o fortalecimento da democracia (modelo do “Ocidente moderno”); - <i>Watchdog role</i> (“quarto poder”); - Prestação de serviço público.	- Combate à desinformação (correção); - Entrega de informações aos cidadãos para participação política em democracias; - Motores de novo letramento midiático (iniciativas com braço educacional).

Fontes: Aspray e Cortada (2019); Bruns (2021); Charron e Bonville (2023); Deuze (2019); Elizabeth (2014); Graves (2016); Graves e Amazeen (2019); Kovach e Rosenstiel (2011); Lages (2007); Meyer (2002); Moretzsohn (2002); Nerone (2012); Saad (2021); Seibt (2019); Seixas (2020); Traquina (2020)
(Elaborado pela autora)

As diferenças entre o jornalismo tradicional e o de verificação estão, portanto, nos processos pelos quais os tipos constroem socialmente a realidade: nos objetos, nas fontes, nas rotinas, nos ambientes e nos agentes. Se notícias (nome para qualquer produção jornalística) são produtos construídos, segundo as teorias mais atuais — as das perspectivas construcionista e interacionista (Sousa, 2003), que adotam o paradigma de oposição às teorias que consideram a possibilidade de espelhamento da realidade pelo jornalismo (Pimentel; Temer, 2013) —, os conteúdos de verificação também o são.

O reforço de princípios jornalísticos que está na base do desenvolvimento do jornalismo de verificação se fundamenta na compreensão de que o jornalismo deve perseguir a verdade e o interesse público, apresentando-se como pilar e modelo da democracia (Lisboa; Benetti, 2017; Hargreaves, 2014). A verificação é uma resposta a demandas informacionais da sociedade contemporânea, sendo uma delas ligada aos transtornos no âmbito da hiperinformação. Assim, por meio de foco atento às repercussões em meio digital, o jornalismo de verificação oferece contraponto a conteúdos virais que, em nível individual, podem induzir o cidadão ao engano em suas decisões diárias e, em nível coletivo, ameaçam o tecido social com a perda de confiança em instituições do sistema democrático, como as eleições, os direitos humanos e os meios de comunicação. Simultaneamente, existe a intenção de reposicionar o tratamento jornalístico de temas políticos para um campo de prestação de

contas. Temos assim um tipo jornalístico que se divulga tendo à frente sua função social, que Rodríguez-Pérez (2020, p. 243) chama de triplo objetivo: "assegurar a veracidade da informação veiculada nas redes e plataformas sociais, escrutinar o poder e transformar a informação em conhecimento que pode ser assumido pelos cidadãos" (tradução nossa).⁹ É esse apanhado principiológico que faz do jornalismo de verificação um tipo jornalístico e não mais uma forma de jornalismo especializado, como o esportivo, entre outros (Graves, 2016).

O jornalismo de verificação se legitima diante de uma necessidade da sociedade pós-internet, mas também é alterado por esse contexto. Tomando como exemplo uma característica dos gêneros jornalísticos, o fato de refletirem a cultura da sociedade e a estrutura da produção jornalística da época em que foram criados. Significa que é difícil pensá-los de forma universal e que estão em movimento: "Gêneros novos e subgêneros emergem, outros desaparecem, enquanto outros permanecem duradouros" (Medina, 2020b, p. 261). Do ponto de vista do empreendimento jornalístico, a finalidade da definição de um gênero é organizativa da rotina de produção de notícias, mas também parte de um pacto com as audiências. Um gênero expressa uma intenção para determinado conteúdo e é exposto à avaliação do público, que ajuda a estabelecer os gêneros a serem valorizados. Da mesma forma, o jornalismo de verificação pode se aproximar de um gênero ou de outro, a depender das variáveis mencionadas. Para Seixas (2020), ficaria entre a notícia e a análise.

Temos que o jornalismo de verificação é diferente porque é analítico ao ponto de marcar posição. Dentro da história do jornalismo, essa característica dialoga com uma terceira forma de pensar o jornalismo, a interpretação, que também é descrita como um terceiro gênero (informativo, opinativo e interpretativo). A ascensão do jornalismo interpretativo na cobertura de temas políticos é uma movimentação sobre a qual teóricos anglo-americanos se debruçam desde os anos 1990, parte deles concluindo que a interpretação tinha se tornado dominante (Salgado et al., 2017). Ressalta-se que Melo (2008) percebeu essa dinâmica na imprensa brasileira, ao constatar que os jornais investiram em certa diversificação e que os dois gêneros jornalísticos que identificou na década de 1980 (informativo e opinativo) passaram a conviver com outros na década seguinte, sendo o interpretativo um gênero em crescimento. Mais atualmente, para Canavilhas (2015), contextualizar, explicar, selecionar a partir de um universo de fontes de informação e fazer curadoria de conteúdo são as tarefas

⁹ "Ante el triple objetivo del periodismo de verificación (velar por la veracidad de la información, vigilar la rigurosidad de las declaraciones públicas y mejorar el conocimiento informado), la academia está intentando medir el efecto que el periodismo de verificación tiene" (Rodríguez-Pérez, 2020, p. 243).

"verdadeiramente complicadas" que passam a ser exigidas dos jornalistas em épocas de hiperinformação — daí a atualidade que se percebe na proposta do tipo de verificação.

O jornalismo interpretativo se baseia no pressuposto de que a informação não se basta sozinha, logo é importante que o jornalismo analise, contextualize, avalie e projete — ainda que a sua prática não seja padronizada, porque apresenta variedades que vão das hibridizações com o gênero informativo ao comentário puro, bem como diferenciações de acordo com a cultura dos países (Salgado et al., 2017). Quanto aos seus níveis, o jornalismo interpretativo pode ir na contramão do jornalismo tradicional, ignorando as visões ortodoxas que tratam da necessidade de apartar fato e opinião, ou ir além, provendo dados que geralmente são deixados de lado no noticiário. Em termos técnicos, a essência do texto jornalístico interpretativo é responder os porquês, deixando em segundo plano os aspectos dos fatos e dos acontecimentos (quem, o quê, quando e onde), a base do jornalismo tradicional. É um conceito com bordas esmaecidas, pois alguns teóricos enxergam interpretação na reportagem — também um formato de aprofundamento —, mas o diferencial do jornalismo interpretativo é servir à complementaridade no jornalismo diário (Costa; Lucht, 2010).

Nesse sentido, Salgado e Strömbäck (2011) contrapõem o jornalismo interpretativo ao jornalismo descritivo, que é o dedicado a descrever fatos verificáveis, em uma descrição tradicionalmente caracterizada por meio das variáveis “o quê”, “quando”, “quem” e “onde”. Os autores então sugerem um conceito para o jornalismo interpretativo que o diferencia do descritivo, mas também se preocupam em abarcar graduações de subjetividade:

O jornalismo interpretativo opõe-se ou vai além do jornalismo descritivo, centrado nos factos e orientado para as fontes. No nível de análise da história, [...] é caracterizado por uma voz jornalística proeminente; e por explicações jornalísticas, avaliações, contextualizações ou especulações que vão além de fatos verificáveis ou declarações de fontes. Pode, mas não necessariamente, ser caracterizado por um tema escolhido pelo jornalista, pelo uso de termos carregados de valor ou por comentários abertos (Salgado; Strömbäck, 2011, p. 154, tradução nossa).¹⁰

Central ou complementar, o jornalismo interpretativo destaca o caráter questionador da prática jornalística, o que ainda evoca recepções diferentes na literatura. Para Medina, C. (2020), defensora da interpretação para o jornalismo, a ideia de que o jornalismo deve estar atrelado ao ato de informar — sendo o ato de informar a exteriorização de um racionalismo

¹⁰ “Interpretive journalism is opposed to or going beyond descriptive, fact-focused and source driven journalism. On the story-level of analysis, interpretive journalism is characterized by a prominent journalistic voice; and by journalistic explanations, evaluations, contextualizations, or speculations going beyond verifiable facts or statements by sources. It may, but does not have to, also be characterized by a theme chosen by the journalist, use of value-laden terms, or overt commentary” (Salgado; Strömbäck, 2011 p. 154).

asséptico — faz um ponto de vista casado com o autoritarismo. Reportagens publicadas durante a ditadura cívico-militar brasileira, que eram o local do jornalismo interpretativo na época ("novo jornalismo à brasileira"), foram descritas como burla ao sistema de censura. Dessa forma, o jornalismo interpretativo pode às vezes se confundir com artigo de opinião, mas permite o exercício de princípios significativos, entre eles o aprofundamento e a exposição das informações que estão escondidas, oprimindo o desenvolvimento da cidadania.

De fato, na filosofia moderna, a interpretação surge como possibilidade de apresentação de novos sentidos a fatos e eventos sem que isso signifique necessariamente uma valoração desses sentidos, sendo a valoração uma característica da opinião (Leandro; Medina, 2020). Ao mesmo tempo, posicionar o jornalismo de verificação no campo da opinião é um questionamento epistêmico que o novo tipo jornalístico tem enfrentado, especialmente fora da área de comunicação. Um dos textos principais sobre o assunto é o de Uscinski (2015), que critica o fato de o jornalismo de verificação (mais especificamente, o fact-checking, que considera capaz de influir em processos políticos) se propor a definir o que é verdadeiro sem usar, para isso, métodos científicos que possam ser comprovados.

Entre as formas pelas quais o jornalismo interpretativo pode se manifestar na imprensa, Salgado et al. (2017, p. 54) destacam uma que tem certa aderência ao jornalismo de verificação — a que diz respeito a um julgamento sobre fato, acontecimento ou declaração:

[...] o jornalista que cobre uma história também pode incluir comentários abertos, sinalizando uma expressão de opinião mais ou menos explícita — *por exemplo, afirmando que algo é bom ou ruim, verdadeiro ou falso, provável ou improvável* [...]. Comentários abertos também podem incluir diferentes termos carregados de valores — isto é, termos que são claramente subjetivos ou carregam conotações que não podem ser consideradas neutras (tradução e grifos nossos).

A definição acima alcança em parte o jornalismo de verificação, mais especificamente quanto aos juízos de valor e ao uso de conotações não neutras, mas está claro que também seria contrassenso pensar na prática de verificação sem apoio de fontes verificáveis.

Em suma: a polissemia do termo "verificação" para o jornalismo revela uma origem para o jornalismo de verificação, mas também um possível reforço de significado para uma etapa jornalística capaz de salientar o valor do jornalismo em uma época de hiperinformação.

Tratando o termo fact-checking como sinônimo de todas as ações de checagem de veracidade de conteúdo, a IFCN define que os participantes da rede, logo signatários do código de princípios da instituição, são:

[...] organizações legalmente registradas criadas para fins de verificação de fatos que publicam regularmente *matérias não partidárias* sobre a precisão factual de declarações de figuras públicas e instituições proeminentes e *alegações amplamente divulgadas em formato de texto, visual e outros formatos* focada principalmente em alegações relacionadas a *questões de interesse público* (IFCN, 2020b, p. 6, tradução e grifos nossos).

Com essa regra, a entidade deixa transparecer que o seu conceito de verificação — no que diz respeito à prática que é objeto desta pesquisa — tem um objetivo, o de estabelecer a veracidade; uma matéria-prima de partida, que são as alegações que constam em declarações de agentes públicos e em conteúdo viral, altamente disseminado; e uma missão geral, que é esclarecer questões relevantes à sociedade.

1.1.1. Características específicas do jornalismo de verificação

Visto que o jornalismo de verificação é um tipo diverso, é necessário partir dos pontos mais comuns e pontuar os posicionamentos minoritários, porém cabíveis de reflexão. Ainda que o jornalismo de verificação esteja sendo objeto de estudos nos últimos anos, persistem brechas sobre questões importantes da estrutura, da rotina, das escolhas editoriais e das manifestações desse movimento fora dos Estados Unidos e da Europa (Van Damme, 2021).

Seibt (2019) conceituou o tipo ideal de jornalismo de verificação com as seguintes características: emerge da necessidade percebida de organizar um meio informacional cada vez mais fragmentado; em vez de revelar fatos que se tornam notícias (*gatekeeping*), o jornalista é curador de conteúdo que já circula por ambientes informacionais (*gatewatching*)¹¹. Trata-se de um “ir além” jornalístico, que se percebe na interpretação da informação apresentada; e reflete a necessidade de o jornalismo se posicionar editorialmente para se diferenciar de outros conteúdos em um ambiente informacional comandado por algoritmos.

Partindo dessas características básicas, podemos resumir o processo de verificação em três etapas, conforme as orientações do curso de instrução da IFCN (2020a) (vide Figura 1), que podem ser consideradas conjuntos de rotinas (Graves; Stencil; Wilkinson, 2024).

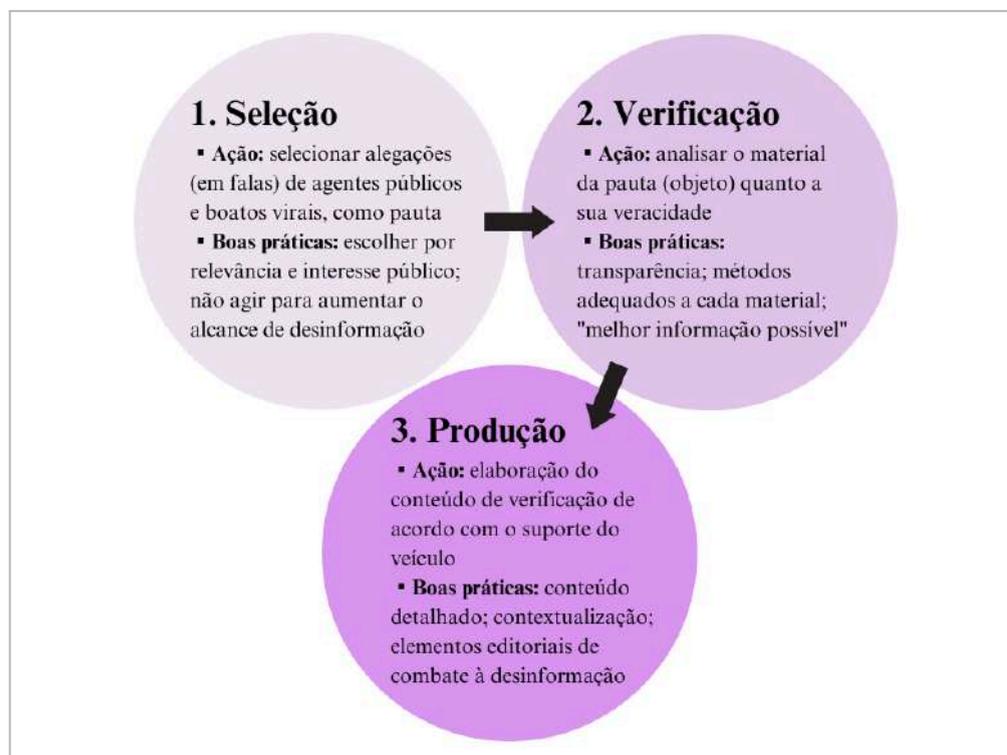
A primeira dessas fases é a seleção, isto é, selecionar alegações verificáveis, sendo que esse critério pressupõe uma definição sobre se o conteúdo é de interesse público e se existem

¹¹ O conceito é de Bruns (2021, p. 252): "O termo *gatewatching* descreve o monitoramento dos portões de saída de organizações de notícias convencionais — seus sites, transmissões, edições impressas e outros canais de publicação — para notícias, bem como a referência, citação, avaliação, crítica e outros usos de tais materiais de origem na própria saída de publicação de outro meio" (tradução nossa). No original: "The term *gatewatching* describes the monitoring of the output gates of conventional news organizations — their Websites, broadcasts, print editions, and other publication channels — for news reporting, as well as the referencing, citation, evaluation, critique, and other use of such source materials in another outlet's own publication output".

dados acessíveis e fidedignos para consulta. Essas alegações podem ser retiradas de declarações de autoridades ou de conteúdo viral nas mídias sociais.

Ciência e saúde são temáticas comuns ao jornalismo de verificação, ao lado de questões de gênero, cultura, esporte, ecologia e meio ambiente, economia e finanças, educação, assuntos internacionais, política e legislação, racismo e xenofobia, eventos extraordinários e tecnologia (Míguez-Gonzalez; Dafonte-Gomes; Abuin-Penas, 2023).

Figura 1. Etapas e boas práticas do jornalismo de verificação



Fontes: Gehlen (2018); IFCN (2020a); Mantzarlis (2019) (Adaptado pela autora)

Em seguida, a alegação é verificada, ou seja, é confrontada com informações de bancos de dados oficiais ou sob consulta de especialistas — com a melhor evidência disponível. Os recursos mais básicos de verificação são os humanos, ou seja, os não automatizados: cruzamento de dados, contatos com fontes e pesquisas em bases de dados e ferramentas de busca (Zamit; Kooli; Toumi, 2020).

Por último, o conteúdo de checagem é produzido — registrado — a partir das informações obtidas e fornecendo contexto factual. Em geral, essa última etapa abrange a aplicação de uma escala de veracidade à alegação verificada.

Tratamos das características e das questões de cada etapa nos tópicos seguintes.

1.1.1.1. Seleção: etapa que suscita questões éticas e epistêmicas

O jornalismo de verificação não coleta nem constrói seus objetos de análise, mas os seleciona. Age sobre o que já está público (Seibt, 2019). Em oposição à convencional prática de *gatekeeping* — em que escolhas editoriais, incluída a pauta, são em geral dos jornalistas —, trata-se de um processo de curadoria que exige outras habilidades em relação às desenvolvidas em redações tradicionais, entre elas saber como obter materiais, como verificá-los e como desenvolver conteúdo jornalístico a partir deles (Bruns, 2021). A seleção no jornalismo de verificação torna central uma das práticas do jornalismo digital, a de eleger conteúdo produzido por usuários (UGC, *user generated content*) que tenha valor-notícia, uma estratégia de mercado que “comprime o ciclo de notícias”, isto é, pressiona por mais decisões editoriais sobre o que deve ser noticiado e como (Newman, 2009).

Assim, a seleção de conteúdo a ser verificado é uma etapa que se destaca por levantar questões tecnológicas, éticas e epistêmicas. Por ser o início do trabalho de verificação, a seleção reafirma a prática como ferramenta de correção de desinformação, atuando sobre conteúdos já altamente disseminados. Escrevem Rodríguez-Pérez e Seibt (2022, p. 355):

O trabalho dos jornalistas de checagem de fatos começa quando o conteúdo informativo (por exemplo, declaração pública ou conteúdo de plataformas digitais) já causou impacto social ou repercussão no debate público ou se tornou viral nas plataformas digitais (tradução nossa).¹²

Segundo Rodríguez-Pérez et al. (2022, p. 5), no jornalismo de verificação a seleção é feita por meio dos critérios de “impacto público do autor [da declaração a ser checada, no caso], relevância temática e interesse social” (tradução nossa).¹³ Não se trata apenas de selecionar, mas de justificar a importância pública do objeto da verificação (Weiss Palacios, 2019; Graves; Stencel; Wilkinson, 2024). Significa influência maior de critérios editoriais decididos previamente, e menos pressão pela persecução de audiência. No jornalismo a imposição do tempo atrapalha decisões na seleção de fontes e na apuração (Himma-Kadakas; Ojamets, 2022), mas no jornalismo de verificação o fazer notícia — aqui sinônimo de produto jornalístico — é diferente, porque a “luta pelo furo” (Lage, 2001b) em tese não existe.

¹² “The work of fact-checking journalists starts when the informative content (e. g., public statement or digital platforms content) has already caused social impact or repercussion in the public debate or has gone viral on digital platforms” (Rodríguez-Pérez; Seibt (2022, p. 355).

¹³ “The author’s public impact criteria, thematic relevance, and social interest regulate the selection of the content to be verified. For this reason, fact-checkers link the mission of fact-checking journalism to providing truthful information that helps citizens make informed decisions” (Rodríguez-Pérez et al., 2022, p. 5).

Graves e Amazeen (2019) analisam que, no caso do fact-checking, uma questão essencial da seleção é se certificar de que a declaração a ser verificada trata de fato, e não de opinião ou figura retórica. Resultado de um ideal de objetividade com marca histórica, o conceito de factualidade está alinhado com a visão de que apenas fatos podem ser alvo de verificação (Ericson, 1998; Himma-Kadakas; Ojamets, 2022). Para delinear fatos, jornalistas costumam desvencilha-los do que consideram valor, em um processo similar ao padrão factual estabelecido pela ciência, mas também considerando que têm compromisso ético nessa dissociação (Ericson, 1998). Assim, o que for considerado opinião, conceito genérico ou projeção não pode ser verificado (Gehlen, 2018).

A seleção requer o conhecimento em ferramentas tecnológicas que acessem o nível de engajamento dos conteúdos, a fim de constatar quais deles têm a característica viral. A viralização de conteúdo on-line está ligada à existência de um esforço ativo e em massa de usuários para que seja compartilhado com outros usuários (Berger; Milkman, 2012). Nos métodos que divulgam para a audiência, Fossá e Müller (2021) registram que agências de verificação brasileiras ressaltam que a seleção de pauta ocorre por meio da análise sobre o interesse público que o assunto levanta (processo chamado de *hierarquia*, que inclui a avaliação de engajamento nas redes sociais e por indicação de leitores) e a atualidade desse conteúdo, ou seja, se o processo de viralização estiver ainda ocorrendo no momento presente, melhor. Há, porém, certa influência do interesse de giant techs, com destaque para a Meta (Facebook e Instagram), nessa escolha, visto que as agências do estudo são parceiras do programa de verificação externa da empresa, o que rende a elas uma ferramenta que lista conteúdo com risco de desinformação e que está em alta nessas redes sociais — ainda que esse recurso acumule críticas quanto à qualidade técnica (Graves; Stencel; Wilkinson, 2024). Só uma agência monitora a circulação de conteúdo em comunidades e páginas, o que denota uma abordagem "mais humana" do possível conteúdo, nas palavras das autoras. A percepção sobre gravidade, porém, também influi nas decisões de seleção, apontando para uma necessidade de informar a sociedade a respeito de teorias conspiratórias e de desinformação relacionada à saúde e a processos democráticos — destaque para as eleições (Marques et al., 2023). A seleção, em suma, apresenta características objetivas — como as métricas de engajamento —, mas também um fator subjetivo, "critérios racionalizados ou não" (Fossá; Müller, 2021), de forma semelhante ao que ocorre no jornalismo estabelecido (Marques et al., 2023). Entre esses critérios, incluem-se a medição sobre o impacto da figura do autor de uma declaração, os reflexos sociais do conteúdo e a percepção, pela equipe de verificadores, sobre se o tema dispõe de fontes suficientes (Rodríguez-Pérez et al., 2022). Ainda: quando a seleção

mira no conteúdo de blogs de fake news, por exemplo, o critério de seleção acaba se somando a um reforço na diferenciação entre o jornalismo e essas mídias (Marques et al., 2023).

A participação em redes de apoio rende treinamento e ferramentas para aprimorar essa seleção, que é um passo sensível para a credibilidade do jornalismo de verificação, visto que há cobrança pública para que a prática defina seus alvos de forma relevante (Rodríguez-Pérez; Seibt, 2022). No bojo da expectativa está o incentivo à automação e à inovação tecnológica para essa etapa na rotina das iniciativas de verificação (Graves; Stencel; Wilkinson, 2024).

A cobrança chega às discussões acadêmicas. Uscinski (2015) se atenta às etapas de seleção para classificar o novo tipo jornalístico como de “epistemologia ingênua”, porque, entre outros motivos, no que se refere ao delineamento dos fatos, verificadores assumem como objeto de verificação uma parte de uma declaração — no caso, a parte factível de um todo que pode conter opinião. Amazeen (2015) e Graves (2016) se preocuparam em abordar essa crítica, pois, em linhas gerais, analisam que os argumentos desconsideram a posição do jornalismo como atividade capaz de produzir conhecimento, mas que, por força de necessidades dessa prática, não se confunde com a ciência, ainda que a use como orientação no desenvolvimento de métodos e critérios. Na comparação de um jornalista com um sociólogo, por exemplo, surgem diferenças substanciais entre finalidades e condições de trabalho, ainda que a preocupação de investigar a realidade social de forma não estereotipada devesse ser de ambos (Moretzsohn, 2007).

Selecionar de forma adequada é, portanto, o primeiro compromisso do jornalismo de verificação. A seleção tem motivado o uso de inteligência artificial na criação de ferramentas que detectam conteúdo a ser verificado, bem como reconhecem padrões de desinformação, tais como estatísticas citadas com frequência (Graves; Amazeen, 2019).

1.1.1.2. Verificação: tecnologia para acompanhar a dinâmica da desinformação

Sobre a segunda etapa do jornalismo de verificação, a da verificação em si, costumam ser levantadas questões sobre transparência dos métodos utilizados e a evolução tecnológica dos procedimentos necessários para a verificação de conteúdos que circulam em uma ecologia informacional cada vez mais complexa.¹⁴ Esse último porque a verificação tem ferramentas e processos usuais, que vão de recursos tradicionais de jornalismo — como entrevistas —, aos instrumentos para processamento de dados típicos do jornalismo de dados, ou mesmo aos

¹⁴ Weiss Palacios (2019) destrincha essa etapa em três subetapas: buscar fontes primárias e oficiais; cruzar informações com fontes secundárias e alternativas; e ouvir especialistas independentes.

softwares de ciência forense (Graves; Stencel; Wilkinson, 2024). Existe a preocupação de desenvolvimento constante de técnicas e tecnologias novas. Em meio a isso, há uma lógica de escolhas que segue o ponto no qual Gil (2008), Eco (1998) e Meyer (2002) se encontraram: todo método válido pode ser usado, desde que renda análise verificável.

Faz parte da rotina de verificação levantar para cada conteúdo quais são as fontes e os bancos de dados oficiais e especializados (Rodríguez-Pérez; Seibt, 2022), considerados os mais capazes de entregar legitimidade à análise. Fontes ligadas ao poder já são preponderantes no jornalismo tradicional, o que, em si, envolve a mídia noticiosa em um processo de parceria: credibilidade é repassada às fontes consideradas detentoras de conhecimento legítimo e especializado, enquanto os jornalistas que cultivam relações ganham as informações de que precisam para se destacar (Serrano, 2003). Outras questões, porém, emergem da escolha de fontes, tais como a sua diversidade e o cabimento ou não do uso de fontes em off (não identificadas). Uma característica-base do jornalismo de verificação é dispensar fontes anônimas ou informações exclusivas. Como a ideia é a de que qualquer leitor possa refazer os passos da apuração (Graves, 2016), as fontes precisam estar disponíveis e, de preferência, acessíveis. Assim, fontes em off podem ajudar na construção da verificação, mas o uso no conteúdo final reduz a credibilidade da análise, risco que poucos veículos topam.¹⁵

O processo de escolha do que é uma fonte habilitada é o já padronizado pelo jornalismo, com peso para especialização e para institucionalização, ou seja, conhecimento técnico ou empírico vinculado a organizações formais, o que é um atalho para o jornalista, mas fecha espaço para grupos marginalizados (Ericson, 1998).

Da mesma forma que o jornalismo de dados e o jornalismo de precisão, o jornalismo de verificação lida com estatísticas e bancos de dados, o que traz um desafio às iniciativas que atuam em países onde a transparência, a integridade e a disponibilização de dados é insuficiente (IFCN, 2020a). Daí a convicção de que os checadores têm o dever de buscar o melhor dado possível à época da verificação (Santos, 2019), o que é um risco para erros, mas, segundo críticos, também justificativa para a não exigência de errata quando um dado mais preciso surge depois da publicação (Uscinski; Butler, 2013).

Outro problema é que fontes governamentais mantêm informações desatualizadas ou incorretas em seus sites oficiais (Martin, 2016). Logo, a confiabilidade sobre essas fontes não

¹⁵ A IFCN localiza a fonte em off como uma exceção que interfere na qualidade da verificação, assim como as fontes secundárias, e cujo uso frequente e injustificado impede o ingresso e a manutenção de parceiros na rede (IFCN, 2020b). Os signatários da rede apresentam visões sobre a fonte em off que vão do veto — serve somente para guiar a apuração, como determina o Africa Check — à aceitação do uso em casos extremos (risco à vida do denunciante, por exemplo) e apenas quando as informações podem ser confirmadas, segundo o site Rapler.

deve ser automática e está relacionada à qualidade das políticas de dados. Ainda que em geral dispensando fontes especializadas, a rotina descrita mostra uma busca pela triangulação de fontes, uma aproximação do jornalismo com o método científico das ciências sociais, que se fundamenta no cruzamento de informações entre fontes primárias e documentos oficiais em sua análise para a produção de conhecimento (Martin, 2016; Reich, 2011).

Portanto, mesmo com a ênfase em dados, o jornalismo de verificação mantém as entrevistas como forma qualificada de obtenção de informações. Soma-se a isso que conhecer o funcionamento da administração e das organizações públicas continua uma qualificação ideal (Ufarte Ruiz; Calvo Rubio; Murcia Verdú, 2022).

Também a disposição do jornalismo de verificação em buscar soluções metodológicas para efetuar verificações consideradas importantes para a ecologia informacional da qual os verificadores participam faz com que as iniciativas de verificação tenham os seus métodos comparados aos das ciências humanas. Além das ferramentas inspiradas nas ciências humanas, é possível enxergar outra aproximação do jornalismo de verificação com a ciência na medida em que a verificação tem como meta se fundamentar em consensos para assim aplicar a sua escala de veracidade. Isso mostra correlações com Oreskes (2021), na sua definição do consenso científico: é uma situação social, não epistêmica; resulta da atividade humana, logo é falível, não se confunde com a verdade e está sujeita a exame e revisões. É, porém, uma condição essencial para a ciência porque é a principal característica dos fatos científicos, considerando que a verdade é ideal inacessível. "O consenso de especialistas serve como um fiador. Não podemos saber se os cientistas se estabeleceram na verdade, mas podemos saber se concordam entre si" (Oreskes, 2021, p. 240, tradução nossa).¹⁶

A discussão sobre a cientificidade (ou a não cientificidade) do jornalismo é longa, já pressionou o jornalismo tradicional e renova forças com o jornalismo de verificação, devido às metas e ao posicionamento que esse tipo jornalístico chama para si. De maneira geral, nas últimas décadas a literatura mostra certa constância no sentido de uma modulação epistêmica a respeito do assunto. Segundo Meditsch (1997), o jornalismo produz conhecimento e o reproduz — pela abordagem freiriana que o autor adota, o saber se reproduz, não se transmite, porque o interlocutor aprende ativamente (“re-conhece”) e de acordo com suas idiosincrasias —, assim como faz com outros conhecimentos que são produzidos fora dele. O jornalismo produz conhecimento sobre o que é factual e peculiar, ajudando a construir o senso comum, mas não se trata de conhecimento científico porque não resulta de métodos científicos e está

¹⁶ “Expert consensus serves as a proxy. We cannot know if scientists have settled on the truth, but we can know if they have settled” (Oreskes, 2021, p. 240).

condicionado ao contexto, tempo e espaço. Logo, o jornalismo não é anticientífico nem ciência falha, é um terceiro elemento. Em outras palavras, "[...] o Jornalismo não é uma ‘ciência mal feita’, simplesmente porque não é uma ciência e nem pode aspirar a ser tal" (Meditsch, 1997, p. 9). É uma prática social que produz conhecimento temporário, voltado a orientar decisões particulares e públicas porque informação é necessidade na democracia (Bucci, 2019).

No mesmo sentido, Graves (2016) analisa que o fact-checking produz conhecimento, mas que não pode ser classificado como ciência porque os métodos do jornalismo de verificação não são científicos. E isso nem poderia ser diferente, dada a instabilidade dos objetos sobre os quais o jornalismo de verificação se debruça:

[...] o fact-checking raramente prossegue em etapas cartesianas simples para um conjunto de fatos elementares e concretos que apóiam uma declaração ou não. Os fatos disponíveis para testar uma afirmação pública são tipicamente incompletos, condicionais, contestados ou caso contrário, incertos. Este é um estado de coisas mais normal do que tendemos a pensar; os humanos navegam no mundo de maneira bastante eficaz com fatos imperfeitos e tratando como assuntos resolvidos que — pelo menos nas margens — podem não ser. Na maioria das situações, não precisamos de definições precisas para nos comunicarmos e nos saímos muito bem apenas com sentidos aproximadamente sobrepostos do que uma palavra ou conceito representa em um determinado contexto (Graves, 2016, n.p., tradução nossa).¹⁷

Ainda no sentido de aproximar verificação e práticas científicas, que no fundo é uma busca por legitimação, há tendência à padronização de métodos, com influência dos sites mais antigos de verificação dos EUA sobre iniciativas de verificação mais recentes da América Latina (Rodríguez-Pérez et al., 2022). A legitimação de método de verificação passa pela adoção dele pelo jornalismo tradicional ou por instituições de verificação.

A etapa de verificação é onde está a influência do jornalismo de verificação na reflexão sobre os processos jornalísticos. Com o tempo da etapa de apuração cada vez mais exíguo, já que existe pressão para prazos próximos de tempo real (Moretzsohn, 2002), e lida-se com conteúdos produzidos fora das redações jornalísticas, por membros da audiência (Brandtzaeg; Følstad; Dominguez, 2017) — o conteúdo gerado pelo usuário (UCG) —, um aprofundamento da apuração tem sido constituído para atender a critérios mais próximos dessa nova realidade, isto é, para ir além do filtro baseado na confiança na fonte da

¹⁷ “In practice, though, fact-checking rarely proceeds in neat Cartesian steps to a set of hard, elemental facts that either support a statement or don’t. The facts available to test a public claim are typically incomplete, conditional, disputed, or otherwise uncertain. This is a more normal state of affairs than we tend to think; humans navigate the world quite effectively with imperfect facts, and by treating as settled matters that—at the margins, at least—may not be. In most situations we don’t need precise definitions in order to communicate and do very well with only roughly overlapping senses of what a word or concept stands for in a given context” (Graves, 2016, n.p.).

informação (Mantzarlis, 2015). A "apuração do século XXI" ou "apuração 2.0" cobra mais requisitos de cada alegação, entre os quais lógica, coerência e contexto. O intercâmbio de práticas entre o jornalismo de verificação e essa forma de apuração tem se dado na adoção de ferramentas de checagem da origem de imagens e de cruzamento de dados, por exemplo. Segundo Brandtzaeg, Følstad e Dominguez (2017), porém, esses recursos não fazem parte da formação dos jornalistas, ainda que se entendam como necessários.

1.1.1.3. Produção: tipo nativo digital ainda pouco diversificado

No jornalismo de verificação, a produção do conteúdo equivale a: redigir as informações apuradas de forma contextualizada; qualificar o discurso público que deu origem à verificação dentro de escalas de veracidade; e publicar o conteúdo juntamente com as provas, os documentos de respaldo (Weiss Palacios, 2019). O resultado da verificação pode ser um *desmentido* (refutação de declaração ou conteúdo viral) ou uma *verificação positiva* (reforço pela veracidade das informações no objeto de análise), mas o jornalismo de verificação pode diversificar formatos, adotando conteúdos de letramento, ou seja, guias para orientar usuários; conteúdo informativo, que são reportagens que tratam de fenômenos de desinformação específicos, por exemplo; e material de autopromoção ou até opinativo, como comentários e análises pessoais (Míguez-Gonzalez; Dafonte-Gomes; Abuin-Penas, 2023).

Sendo um tipo jornalístico que nasceu na internet e para a internet (Esteban-Navarro et al., 2021; Graves, 2016; Amazeen, 2015), isto é, com a declarada missão de resolver um problema cuja gravidade está relacionada à capacidade de distribuição da internet, as possibilidades relacionadas aos recursos do jornalismo digital são frequentemente enumeradas como as qualidades do jornalismo de verificação — a transparência, pela não restrição do espaço; a hipertextualidade que permite contextualização, entre outros. O fato é que quase a totalidade das iniciativas de verificação no mundo são nativas digitais, porém os formatos dos seus produtos nem sempre exploram as possibilidades do digital. Consideremos que Harlow e Salaverría (2016) definem a digitalidade (*digital-ness*) de um veículo de mídia como uma conjunção de recursos multimídia, interatividade e participação digital. Ao contrário disso, o suporte padrão do conteúdo de verificação permanece o texto, mesmo na internet (Van Damme, 2021), tradicionalmente formatos longos (*long-form*) (Young et al., 2018), e os canais de interação com a audiência ainda são tradicionais, em geral o envio de mensagens de mão única por e-mail, redes sociais e mensageiros instantâneos.

Esse não é um cenário incomum na história do jornalismo quando da ascensão de novos formatos e tecnologias. Primeiro, porque, em nível profissional, a prática jornalística costuma adaptar a tecnologia aos princípios e aos valores que identificam os profissionais, não o inverso; ou seja, a prática é dinâmica, é um efeito de conjuntura, mas os valores e os princípios, não, porque compõem a estrutura que está vinculada às concepções paradigmáticas, mais sólidas (Charron, 2019). Recursos digitais implicam investimento em tecnologia, sendo que a disponibilidade econômica não é a realidade das iniciativas de verificação no mundo e especialmente no Brasil (Lelo, 2022a). Em suma, são vários os fatores que fazem com que a roda do jornalismo gire de forma pragmática, considerando perdas e ganhos em estrutura, concepção profissional e autoridade.

Sobre interação com a audiência, mesmo que o paradigma mais atual seja o do *jornalismo da comunicação*, isto é, tocado pela experiência da televisão que procura emular diálogos, isso nem sempre equivale a promover reais diálogos, assim é frequente que essa conversa seja limitada, resultado de séculos de atividade autocentrada (Charron; Bonville, 2023). A interatividade é a possibilidade do jornalismo digital menos desenvolvida em 20 anos: há pouca incorporação do ponto de vista da audiência aos conteúdos jornalísticos e o público ainda fala sozinho (Canavilhas, 2015). O cidadão digital permanece uma fonte a ser checada, mesmo no “admirável mundo participativo” (Moretzsohn, 2007).

Voltando aos recursos do jornalismo de verificação, Mantzarlis (2019) avalia que, enquanto o mercado de verificação nos EUA é mais sólido, as iniciativas inovadoras estão em outros países, com destaque para o Brasil. Entre as tentativas de diversificação de suportes, Van Damme (2021) destaca experiências em audiovisual — especialmente vídeo e TV —; com semi-automação (chatbots) em mensageiros privados, como WhatsApp e Telegram, e em redes sociais, respondendo com informações e links a dúvidas do público. Outra ferramenta em alta são as plataformas de monitoramento, onde é possível acompanhar campanhas de desinformação e a velocidade de engajamento desses conteúdos — um exemplo é o Radar, do site brasileiro Aos Fatos, disponível apenas para assinantes (Aos Fatos, 2020).

Registramos o esforço de veículos de verificação brasileiros em diversificar suportes, esforço esse que espelha a desigualdade da estrutura de que cada iniciativa dispõe. Lupa, Aos Fatos e Boatos produzem vídeos para as redes sociais da Meta e do Twitter, assim como mantêm canais no YouTube. O Boatos também atua no TikTok e no Kwai, redes sociais de vídeos curtos de viés jovem e popular, disponibiliza um aplicativo para fidelizar a audiência e listas de transmissão nos mensageiros instantâneos Telegram e WhatsApp. O Aos Fatos produz vídeos documentais, como a série Golpeflix, adaptada em formato webstories; a seção

HQ, com verificações em formatos de quadrinhos; e bancos de dados interativos, entre eles o Banco de discursos, dedicado às falas do ex-presidente Jair Bolsonaro. Já a editoria Fato ou Fake, do portal de notícias G1, transpõe para vídeo uma seleção de seus conteúdos de verificação, tendo em vista também a produção para o quadro da editoria na programação aberta da TV Globo, que faz parte do mesmo grupo de mídia de massa do G1. A editoria não tem canal no YouTube, oferecendo vídeos curtos para o canal do G1.¹⁸

No modelo estadunidense, o jornalismo de verificação dispõe de mais tempo para a sua produção do que o jornalismo diário, o que beneficiaria projetos mais aprofundados, com contextualização — uma defesa de vários teóricos da área, com destaque para Graves (2016). O prazo extra tem a ver com uma alteração no critério temporal de noticiabilidade, visto que o tempo da pauta de verificação não é o informado no conteúdo que serve de matéria-prima nem o da produção dessa matéria-prima — frequentemente nem são conhecidos —, mas o tempo no qual ela se torna viral. Como afirmam Fossá e Müller (2021), o tempo de apuração pode ser mais longo no jornalismo de verificação porque a apuração é a razão de ser desse tipo jornalístico, enquanto no jornalismo diário essa etapa, na prática, tende a ser relegada para "momento futuro", porque a urgência de publicação toma a frente.

O uso de hiperlinks é incentivado no jornalismo de verificação e condiz com a proposta de colaboração em redes contra a desinformação, porque garante referências constantes a outros conteúdos de verificação e, assim, a legitimação pela atuação em parceria (Graves, 2016; Fossá; Müller, 2021). Hiperlinks permitem ainda, segundo determinadas linhas editoriais, que os conteúdos desinformativos que geraram a verificação possam ser acessados pelo leitor sem serem destacados no produto jornalístico (Damasceno; Patrício, 2020). Já o uso da hipertextualidade como ferramenta de aprofundamento e — uma especificidade do jornalismo de verificação — *verossimilhança* também aparece. Exemplo: “[...] o recurso de hiperlink direcionava os leitores a outras notas ou notícias institucionais do Ministério da Saúde, artigos científicos que comprovavam afirmação da reportagem, ou pesquisas feitas por órgãos do Governo” (Gonzaga; Santos, 2019, p. 12). Porém, Canavilhas (2015) entende que a hipertextualidade decaiu porque é percebida pelo público como esforço extra em meio à hiperinformação, na comparação com a multimídia.

Há poucas avaliações na literatura sobre o discurso do jornalismo de verificação. Tendemos a crer que, no geral, ele se confunde com o jornalístico, aceitando minoritariamente o reforço do léxico e das estruturas linguísticas de simulacro dialógico típicas do jornalismo de comunicação. Quanto a formatos, Damasceno (2022) registrou diferenças editoriais e

¹⁸ Não foram encontradas iniciativas em áudio na pesquisa feita nos sites dos veículos em setembro de 2023.

ideológicas no modo como Lupa e Aos Fatos apresentam seu conteúdo: enquanto o primeiro veículo deixa subliminar o discurso da legitimação do jornalismo de verificação, o segundo faz isso com princípios e valores jornalísticos, em aproximação com critérios de qualidade tradicionais, tais como variedade de fontes e designação do seu conteúdo como reportagem. Os achados dão ideia da diversidade do conteúdo final da verificação, visto que as iniciativas de padronização — isto é, criação de parâmetros por via institucional — estão mais atreladas a princípios e metodologias do que a formatos. Diferentes visões sobre os formatos de verificação são perceptíveis nas subdivisões criadas pelos sites na organização de conteúdo, como a diferenciação entre “checagem” e “verificação” da Lupa; e o “checamos”, “investigamos” e “explicamos” de Aos Fatos (Leite Junior, 2020).¹⁹

Na produção do conteúdo, o jornalismo de verificação pode ir além na sua vocação explicativa e associar elementos do jornalismo explicativo e do jornalismo de serviço para informar a audiência sobre questões mais diretas relativas ao uso das informações do conteúdo de verificação (Rodríguez-Pérez, 2020). Na classificação de Melo e Assis (2016), o jornalismo de serviço é — assim como o interpretativo — um tipo complementar, consolidado ao longo do século XX e conceituado como o utilitário, ou seja, que serve para auxiliar a audiência nas tarefas cotidianas. A prestação de serviço é uma *contextualização* possível e que vai ao encontro das expectativas do público sobre a cobertura jornalística de saúde, tanto que o jornalismo de saúde e o de serviço são considerados interligados (Hågvar; Alnæs, 2020). Já um reforço nos recursos de jornalismo explicativo — que Leite Júnior (2020) acredita abranger a verificação com base na teoria de gêneros de Melo e Assis, para nós uma referência mais distante —, por seu teor ligado ao amplo esclarecimento, aproxima o conteúdo da educação midiática, demonstrando também intenções de *aproximação/educação*.

Por fim, em muitas iniciativas de verificação, o desenho do conteúdo passa por uma espécie de sumarização editorial (Rodríguez-Pérez et al., 2022) manifesta na figura de etiqueta ou hashtag (em inglês, o termo mais usado é *rating*) que informa, à primeira vista da audiência, o resultado da análise. A sumarização pode ou não partir de escala pré-informada, mas alguma decisão é emitida (Birks, 2019). O recurso é assunto de discussão acadêmica e entre checadores, sendo que, no levantamento de Graves (2016), a maioria usa alguma escala, mas uma parte dispensa rótulos, deixando implícita a complexidade da prática de verificação. Quando a verificação é publicada em plataformas, há o risco de que a etiqueta se sobreponha ao raciocínio e ao contexto de assuntos complexos (Birks, 2019), visto que a manchete é a parte visível aos usuários de redes sociais e feeds de notícias (Piotrkowicz et al., 2017).

¹⁹ Fato ou Fake e Boatos não adotam subdivisões por formatos, organizam seu conteúdo por áreas temáticas.

Checkadores que adotam escalas constataram ao longo da sua atuação a necessidade de ampliar a quantidade de etiquetas para amparar modulações resultantes da análise de veracidade, isto é, para ir além da dualidade verdade/mentira, uma consequência do desenvolvimento da prática e dos princípios da verificação (Graves, 2016). O uso de “mentira” nas escalas é outra questão na literatura científica: há dissenso profissional sobre o assunto, mas checkadores profissionais tendem a ser mais reticentes, enquanto jornalistas que ocasionalmente fazem verificações acreditam que esse tipo de posicionamento é a razão de ser da verificação (Mena, 2019b; Rodríguez-Pérez; Seibt, 2022).

1.1.2. Categorização: um tipo guarda-chuva

O jornalismo de verificação tem conceitos que variam conforme a época e a localização geográfica (Van Damme, 2021), mas já é possível classificar esse tipo jornalístico como um guarda-chuva que abarca diversas modalidades de práticas, sendo que uma tentativa de sistematizar essas categorias exige adentrar o significado de outros termos polissêmicos.

Entre as atividades relacionadas ao combate à desinformação, o jornalismo de verificação se enquadra no contexto corretivo, ou seja, visa um público que já teve contato com a desinformação que se quer desmistificar (vide Quadro 2). Partindo do glossário do combate à desinformação, *debunking* é um dos termos a que nos referimos. Isso porque, fora da categorização interna do jornalismo de verificação, “desbancar” ou “desmistificar” (*debunking*) é usado para se referir a qualquer processo de combate à desinformação que é reativo, ou seja, realizado depois que a desinformação já está disseminada (Harjani et al., 2022). Nesse caso, refere-se a uma das duas abordagens do enfrentamento da desinformação.

O *debunking* se difere da outra abordagem de enfrentamento, a preventiva, ou pré-*bunking* (em inglês, *prebunking*), que busca a prevenção contra a desinformação por meio de letramento digital nos dois momentos em que a prevenção é possível: antes de a desinformação se disseminar (o que é chamado de “inoculação”) e antes de o público estar convicto de uma ideia (Harjani et al., 2022; Lewandowsky et al., 2020; Lewandowsky; Yesilada, 2021). É relevante conhecer essas duas abordagens e seus momentos de atuação, pois há questionamentos sobre a priorização da correção nas discussões públicas.

Quadro 2. Contexto da verificação entre as técnicas de combate à desinformação

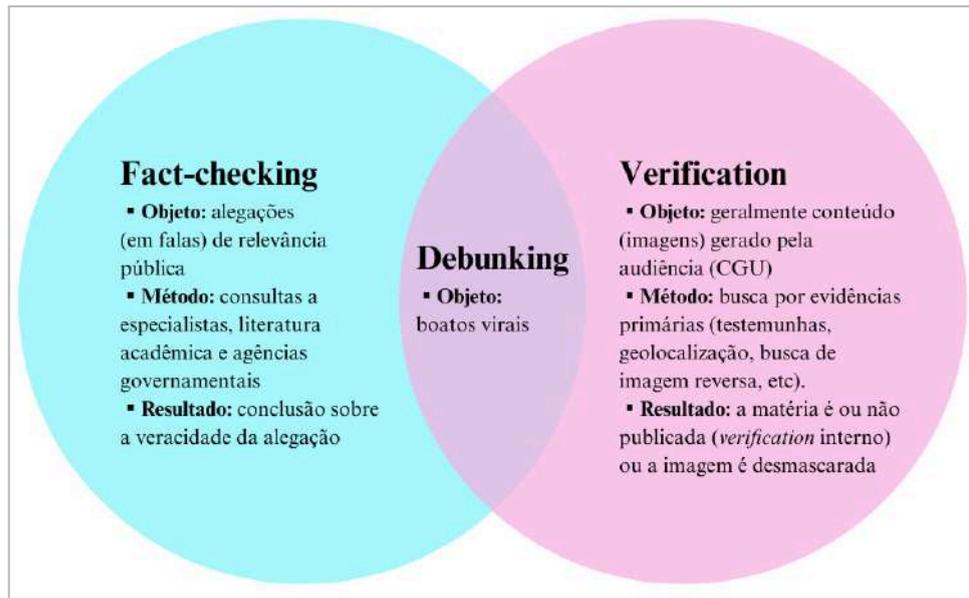
Fase em relação à disseminação da desinformação	Categorias	Características diferenciadoras	Outros significados (fora da verificação)
Pré-bunking (prevenção)	Participação ativa	Agência do usuário (Ex.: games, cursos com tutoria, etc.)	Não há
	Participação passiva	Não agência do usuário (Ex.: textos, vídeos, etc.)	Não há
Debunking (correção) Outros nomes: checagem ex post (Mantzaris, 2019)	Fact-checking	- Verificação de declarações e temas políticos (sentido <i>restrito</i>); ou - Eventual sinônimo popular de <i>debunking</i> quando se refere à prática que leva à produção de qualquer conteúdo de correção (sentido <i>amplo</i>)	Qualquer checagem de dados, em sentido amplo (uso em inglês)
	Debunking	Checagem de boatos e conteúdos virais (sentido <i>restrito</i>)	Desmascarar, em sentido geral
	Verification	- Checagem da veracidade de conteúdo audiovisual (sentido <i>restrito</i>); ou - (Serviços de verificação) As ferramentas usadas para autenticar texto, vídeos e imagens (outro sentido <i>restrito</i>)	- Checagem interna de veracidade de imagens, pré-publicação; ou - Apuração como etapa interna jornalística (termo em inglês)

Fontes: Brandtzaeg, Følstad e Dominguez (2017); Harjani et al., 2022; Lewandowsky et al., 2020; Mantzarlis (2019); Wardle, 2020a (Elaborado pela autora)

Voltando à categorização do jornalismo de verificação, isto é, às modalidades da abordagem corretiva de combate à desinformação, a expressão mais popular associada à verificação como prática ainda é fact-checking (em tradução livre, “checagem de fatos” ou simplesmente “checagem”). Paralelamente à popularização do fact-checking, a família da verificação se ampliou em formatos, com o desenvolvimento de variações que têm o intuito central de acompanhar a evolução do conteúdo que circula na internet a fim de poder avaliá-lo (Vetritti, 2020). O fato de as formas de desordem informacional terem um dinamismo próprio (Wardle, 2020) contribui para uma necessidade de rápida diversificação.

Assim, chegamos a três categorias básicas que são assim sistematizadas pelo universo institucional da verificação: *fact-checking*; *debunking* e o *verification* (vide Figura 2).

Figura 2. Relação de características entre as categorias da verificação



Fontes: IFCN (2020a, tradução nossa); Mantzarlis (2019). (Adaptado pela autora)

O *fact-checking* é o modelo tradicional estadunidense de verificação de discursos políticos, com missão e discursos configurados na cultura profissional jornalística. É uma das atividades no interior do jornalismo de verificação (IFCN, 2020a), que diversificou sua atuação devido ao crescimento da variedade de matéria-prima passível de verificação, respondendo a uma crescente ecologia informacional.

O *debunking* é o desmentido de boatos (Herrero-Diz; Pérez-Escolar; Varona Aramburu, 2022), estando associado à cultura de escrutínio na internet (Aspray; Cortada, 2019), que vai além do jornalismo. Este trabalho se concentra neste modelo, que foi a forma de jornalismo de verificação mais usual no contexto da pandemia de Covid-19.

O *verification* tem a ver com a desinformação ingressando no suporte audiovisual, portanto exigindo o uso de novas ferramentas pelo jornalismo de verificação. Uma das tecnologias que investiga são os *deepfakes*, vídeos realistas criados por inteligência artificial que falseiam situações e comportamentos (Wahl-Jorgensen; Carlson, 2021).

Apesar de, no universo institucional e no acadêmico, o fact-checking ser a modalidade de verificação com mais espaço — mais estudada e com teóricos mais renomados —, há questionamento sobre se o imaginário do público poderia estar na contramão disso.

Segundo Van Damme (2021), é provável que a imagem pública da verificação esteja mais associada à desmistificação de boatos por diversos motivos, sendo um deles o fato de que os primeiros sites de verificação têm até hoje foco nessa atividade. Verificar teorias de

conspiração bizarras e rumores on-line atraindo pela curiosidade. Porém, durante episódios de infodemia — caso da pandemia de Covid-19 —, cresce em relevância.

1.1.3. Etos

Também característica do jornalismo de verificação, ao longo da última década vem sendo desenhada uma ética profissional própria, que parte da ética jornalística, mas cuja remodelação de princípios está no cerne da concepção de que o novo tipo representa, ao mesmo tempo, um caráter reformador para o jornalismo (trazendo novos princípios) e a possibilidade de se expandir para além das empresas jornalísticas (reforçando princípios clássicos para novos ambientes).²⁰ Embalada na forma de códigos de princípios, boas práticas, cursos e reflexões documentadas de instituições como IFCN, First Draft, Centro Knight para o Jornalismo nas Américas e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), essa ética é um dos carros-chefes da expansão do jornalismo de verificação pelo mundo, tendo em vista que viabiliza guiar o desenvolvimento das iniciativas no campo.

Revisões da ética tradicional jornalística são assunto dos estudos de jornalismo há pelo menos 30 anos. Para resumir o debate, podemos trazer Meyers (2015), que avalia que o principal equívoco da ética tradicional é, como toda ética, ter partido do empírico — de como o jornalismo é feito e por quem, isto é, quais são os donos da profissão — para definir o possível e circundar os valores dentro dessa realidade, deixando de lado conexões mais profundas com um jornalismo responsável. Ocorre que a forma convencional (“pré-digital”) de pensar a ética jornalística — que fundamenta os discursos mais comuns sobre o dever-ser da prática — divide espaço na ecologia da informação com outras formas de manifestar a missão do jornalismo, forçando a construção de uma nova ética que consiga abranger essa diversidade (Ward, 2019a). Tanto é assim que as revisões da ética do jornalismo ocidental, ou seja, do Norte Global — com seu foco em independência de atuação e fiscalização da coisa pública, pouca flexibilidade quanto a mudanças sociais (Hanitzsch et al., 2011), viés utilitarista (Meyer, 2002) e histórico de aplicação universal (Albuquerque, 2012) —, convivem com outras visões, entre elas as conectadas a valores da periferia global. Por exemplo: a proposta de ética jornalística baseada em compromisso coletivo e empatia (cultura ubuntu) da África subsaariana (Metz, 2015); as adaptações das iniciativas de verificação do

²⁰ Escolhemos grafar “etos” por apoio à proposta de aportuguesamento e conceito por Deusará, Rocha e Arantes (2019): o etos é um, o *etos mostrado*, que é o que se infere pela forma como o enunciador se pronuncia.

Sul Global, para as quais a desinformação precisa ser entendida dentro de contextos culturais e sociais, diferentemente das abordagens institucionais (Vinhas; Bastos, 2023).

Ward (2019b, p. 168) descreve o etos tradicional do jornalismo como um conjunto dos seguintes valores e práticas: "imparcialidade (ou objetividade), dizer a verdade, minimizar danos, cumprir promessas, precisão, verificar informações e servir o público" (tradução nossa).²¹ Alguns princípios destacados no jornalismo de verificação (transparência, precisão, credibilidade, não partidarismo, papel democrático) se confundem com a ética jornalística. Outros, porém, são próprios da missão de combate à desinformação que o jornalismo de verificação precisa deixar em primeiro plano para se legitimar, o que rende repercussões que o destacam como propulsor dos debates éticos profissionais. Assim, nessa seara, o jornalismo de verificação recebe o crédito por duas possíveis influências externas ao mundo da verificação. Na primeira delas, está a disseminação da ética jornalística — midiática, pode-se dizer — para além da comunidade profissional. Isso porque a difusão institucional de um conjunto de regras busca promover um padrão ético que não seria obtido de forma espontânea, visto que, no cenário da verificação, os agentes são jornalistas e não-jornalistas — *newswriters* (trabalhadores da notícia), segundo Tuchman (2002). A literatura documenta que não-jornalistas que praticam jornalismo não têm compreensão densa sobre a ética profissional e, mesmo quando se importam com valores humanistas, é comum que não enxerguem a ética como obrigação (Paul; Christofolletti, 2020). Logo, ao declarar que a verificação deve, por exemplo, ter transparência na sua atuação e vedar censura, ou seja, não barrar fontes necessárias porque não se concorda com elas, os códigos de princípios popularizam reflexões não usuais ao público. Outro aspecto, oriundo do fato de a ética que vem se institucionalizando para o jornalismo de verificação priorizar a transparência, é que acaba por evidenciar a qualidade dos dados públicos, visto que essa é uma fonte importante da verificação (Gehlen, 2018; Marques *et al.*, 2023; Weiss Palacios, 2019).

Transparência de atuação é um valor novo para o jornalismo, mas bastante relevante no jornalismo de verificação, sendo em tese o princípio mais marcante desse tipo, à frente de outros também considerados importantes por checadores brasileiros, que são precisão e credibilidade (Seibt, 2019; Seibt; Fonseca, 2019). Uma exigência ética relacionada à transparência no método de trabalho de verificadores está em publicizar as diretrizes pelas quais os conteúdos serão analisados quanto a sua veracidade, o que inclui expor quais os

²¹ "Traditionally, the general principles of journalism have included such familiar notions as impartiality (or objectivity), truth-telling, minimizing harm, promise-keeping, accuracy, verifying information, and serving the public" (Ward, 2019b, p. 168).

limites da verificação (Mena, 2019b). Mas esse princípio atinge outras etapas de trabalho também. Em sua comparação do uso da transparência de fontes por verificadores na Europa e nos EUA, Humprecht (2020) argumenta que qualquer jornalismo ganha com essa postura, relacionada a credibilidade. Transparência, porém, é um conceito que varia entre os países. O estudo em questão sugere, por exemplo, que, em países com rivalidades mais arraigadas nos seus ambientes políticos, o jornalismo de verificação dedica-se mais a justificar suas escolhas à audiência. Ou seja, há influência cultural sobre a percepção dos verificadores em relação à necessidade e à amplitude da transparência como princípio.

Não partidarismo é outro princípio destacado no jornalismo de verificação, sendo que teóricos mais ligados à teoria democrática — destaque para Graves (2016) — adotam esse critério para diferenciar profissionais de amadores na área. É um valor disseminado pela linha institucional do jornalismo de verificação e particularmente importante para checadores brasileiros, que rejeitam a ideia de que a verificação estaria alinhada com algum espectro político (Rodríguez-Pérez; Seibt, 2022). A visão comum, nesses casos, é a de que ativistas não podem ser considerados jornalistas. Considerando que principalmente o fact-checking tratará de analisar declarações de políticos que são antagônicos, o não partidarismo serve a uma promessa de não perseguição, pode-se dizer. Na prática, checadores brasileiros dizem não se preocupar em equilibrar resultados de análises — ou seja, em anunciar falsidades de forma proporcional entre políticos rivais —, mas acreditam ser necessário balancear o número de verificações, o que em tese pode render marcações de falsidade e de veracidade de forma espontânea, a depender da postura do agente público (Seibt; Fonseca, 2019). Isso, porém, não garante equanimidade, pois decisões editoriais precisarão ser tomadas no processo. Por exemplo: se mais de uma autoridade usarem o mesmo argumento falso, em momentos diferentes, qual será escolhida para análise? Também temos que a tendência do jornalismo de verificação é a de escolher falsidades para desbaratar, não verdades para reforçar. Logo, o acúmulo de verificações marcadas por escalas de veracidade — ao criarem sensação de panorama, isto é, construírem um julgamento generalizado sobre sujeitos ou temas que são com frequência vinculados a declarações ou informações enganosas — tende a ser pejorativo, e há quem questione se essa construção seria justa (científica) (Uscinski; Butler, 2013).

Outra questão é que, além dos interesses políticos, o jornalismo precisa concatenar exigências de vários mercados: o da atenção dos consumidores e o de jornalistas, que valorizam boas atuações profissionais, e o das necessidades dos mercados econômicos em que atuam (o de capitais e de anunciantes) (Charron; Bonville, 2023). Por isso, empresas privadas de mídia vivem uma rotina de acordos que visam a obter meios-termos para solucionar

conflitos. Logo, têm contradições intrínsecas à sua atuação: mesmo que atenda aos critérios profissionais e aos de atenção, um conteúdo pode não interessar a anunciantes e investidores, para citar um dilema comum. Nem mesmo um cenário sem monopólios da comunicação garante diversidade ou pluralidade de ideias no jornalismo centrado em empresas privadas, visto que o modelo de negócio implica alinhar interesses com mercados (Nordenstreng, 2000). A ética do jornalismo de verificação leva essa disputa clássica em consideração, refletindo sobre ela e buscando variedade de fontes de financiamento. Dentro desse panorama, o equilíbrio possível ao não partidarismo é uma questão complexa para esse tipo jornalístico.

Precisão, o segundo princípio mais importante para checadores brasileiros (Seibt; Fonseca, 2019), tem relação com o rigor no uso de dados, especialmente estatísticos. O jornalismo de precisão, que Meyer (2002) começou a desenvolver nos anos 1970 e deu base ao jornalismo de dados, tratava de aproximar o jornalismo do método científico utilizando as novas ferramentas tecnológicas para tratamento de dados. Assim como no jornalismo de precisão, no jornalismo de verificação a precisão está ligada a habilidades técnicas essenciais — competência específica (Seibt; Fonseca, 2019) — e a uma outra visão sobre a objetividade que permite ao jornalismo analisar dados de forma mais abrangente, qualitativa, como é exigido em uma época de complexidade informacional (Meyer, 2002).

Credibilidade, em especial formas de mantê-la e resgatá-la, é um assunto caro ao jornalismo, principalmente no pós-internet, o que justifica a adesão da mídia tradicional ao jornalismo de verificação como estratégia de retomada de autoridade. Apesar de a chamada crise de confiança nas instituições tradicionais ser um fenômeno desigual no mundo e de difícil medição, tanto que pouco se sabe sobre o quanto da credibilidade do jornalismo influi na credibilidade da mídia em geral e vice-versa, essa questão tem sido encarada como essencial ao negócio da mídia noticiosa, que tomou a frente com programas e campanhas (Schiffirin, 2019). No jornalismo, a credibilidade é uma percepção que resulta da expectativa sobre o que a audiência acredita que o jornalismo deve ser (Lisboa; Benetti, 2017), portanto as crises institucionais estão relacionadas à credibilidade. Sendo a notícia um produto à venda — com percepção de valor em queda devido à abrangência das dificuldades da prática e do saber para qualificar esse produto no contexto atual (Quintanilha, 2023, p. 3) —, a credibilidade é questão mercadológica e o jornalismo de verificação toca nessa questão de forma macro, ao aparentemente deslocar a expectativa de verificação de informações, que está na história do jornalismo em si, para a centralidade de um tipo jornalístico, sendo essa uma dinâmica que leva a questionamentos sobre o que chama de terceirização de credibilidade (Palacios, 2019). De qualquer forma, a correlação entre jornalismo de verificação e retomada da credibilidade

jornalística está em assumir como missão o combate à desinformação, vista como ameaça à instituição de imprensa no cenário digital (Moura et al., 2023).

Por fim, já vimos que, para seus praticantes e uma linha teórica, o compromisso do jornalismo de verificação está ligado à função do jornalismo na teoria democrática. Passa por prover cidadãos com informações capazes de viabilizar “decisões informadas” (Rodríguez-Pérez et al., 2022, p. 5, tradução nossa).²² Esse princípio é destacado pelas entidades de verificação porque está no cerne da legitimidade do combate à desinformação como política pública necessária em época de hiperinformação.

Além dos princípios éticos do jornalismo que reforça, o jornalismo de verificação inova, por exemplo, ao exigir um posicionamento no conteúdo, o que não é a ética usual nem a prática comum. Na objetividade jornalística tradicional, da época da profissionalização dos jornais, análises são confundidas com opinião. Teóricos brasileiros dos anos 1970 se preocuparam em construir uma distinção em prol de um jornalismo mais aprofundado, o interpretativo, associando a interpretação não a julgamento de valor, mas a exames do fato, tais como humanização e posicionamento em contexto histórico e social (Costa; Lucht, 2010).

Assim, a tomada de posição que a audiência constata na conclusão da análise do jornalismo de verificação é uma prerrogativa desse tipo (Rodríguez-Pérez et al., 2022), a fim de que se aproxime da tarefa de corrigir a desinformação. Vai na contracorrente de práticas do jornalismo tradicional, entre elas o jornalismo declaratório: “[...] se você fizer uma tentativa fraca de apresentar 'ambos os lados' de uma história, alistando o modelo de reportagem não contextual e antiquado 'ele disse, ela disse' — deixando os leitores confusos, adivinhando quem pode ser certo — não é verificação [...]” (Elizabeth, 2014, n.p., tradução nossa).²³

Outra regra ética da verificação rege a seleção de temas: está no cuidado em atestar que o conteúdo atingiu número de pessoas razoável para que se justifique a correção. Sem esse cuidado, o entendimento é de que a verificação ajuda a disseminar desinformação em vez de combater. É o silêncio estratégico (Donovan; Boyd, 2019; Tardáguila, 2021), um conceito da comunicação política que se refere a momentos em que o agente político obtém benefícios (pessoais ou coletivos) ao não abordar determinados assuntos (Cardoso e Cunha, 2005) e que foi transposto para os estudos de mídia para se referir às escolhas editoriais que dizem

²² “Fact-checking journalism includes the verification of public claims and viral content that generate controversy (debunking) or disagreement about their authenticity and need to be confirmed (verification). The author’s public impact criteria, thematic relevance, and social interest regulate the selection of the content to be verified. For this reason, fact-checkers link the mission of fact-checking journalism to providing truthful information that helps citizens make informed decisions” (Rodríguez-Pérez et al., 2022, p. 5).

²³ “[...] if you make a weak attempt at presenting ‘both sides’ of a story by enlisting the non contextual, old-school ‘he-said, she-said’ model of reporting — leaving confused readers to simply guess at who might be right — that is not fact checking” (Elizabeth, 2014, n.p.).

respeito a não enfatizar certas notícias, por opção de tratamento jornalístico ou por posicionamento do veículo (Lentz, 1991; Iturralde, 2013; Tavares; Borges, 2021).

No caso do jornalismo de verificação, a regra considera que correções fornecem "oxigênio adicional" aos conteúdos, por isso jornalistas de verificação precisam incorporar às suas rotinas ferramentas que permitem confirmar que os conteúdos a serem verificados são virais, a fim de que a correção traga mais elucidação do que engajamento à desinformação (Wardle; Derakhshan, 2017). Trata-se de postura para jornalistas e público indicada por ativistas digitais no âmbito do combate à desinformação, dessa vez por meio da assimilação da forma como algoritmos de redes sociais funcionam. Em suma: busca-se minimizar o engajamento de fontes e conteúdos em vez de expô-los a críticas, visto que essas aumentam o alcance desse conteúdo, fora que é provável que conteúdo e críticas encontrarão audiências diferentes. Logo, questionamentos não terão o efeito desejado e a crítica se perde (Tardáguila, 2021). Além de alcançar mais usuários da internet com qualquer engajamento, mesmo o movido a indignação, os conteúdos virais se disseminam pela mídia de notícias, da qual são pauta frequente. Esse reforço no engajamento é o principal problema da correção de conteúdos pouco disseminados. Lewandowsky et al. (2020) destaca que a exposição primária à correção, por si só, não beneficia a desinformação, a não ser pelo desvio de foco no trabalho dos verificadores — se é um conteúdo desconhecido pela maioria, não seria necessário à sociedade corrigi-lo. O silêncio estratégico se contrapõe à amplificação estratégica, quando se escolhe divulgar "conteúdos éticos e responsáveis", sendo que ambas as práticas fazem parte da postura considerada importante à saúde da sociedade em rede (Tavares; Borges, 2021).

O etos do jornalismo de verificação também diverge do jornalismo tradicional ao apoiar o trabalho em rede, que se expressa em parcerias e referências. O jornalismo tradicional, que no Brasil é o de mercado, faz com que o noticiário produzido por outros jornalistas seja uma fonte à disposição, mas raramente creditada porque o senso de concorrência se sobrepõe a questões éticas — é a chamada “canibalização de notícias”, a omissão do crédito da fonte quando essa é um concorrente (Phillips, 2011, p. 49). Contudo, a colaboração remunerada surge como estratégia para o jornalismo da América Latina depois da internet, como forma de reduzir custos, ampliar a audiência e agilizar a cobertura em tempo real por meio de redes de colaboradores (De-Lima-Santos et al., 2023). No jornalismo de verificação, parcerias e referências são também estratégia de legitimação — afinal, análises que repetem o mesmo resultado acabam por reforçá-lo — e de distribuição de conteúdo, já que as equipes de verificação costumam ser pequenas e podem aumentar o volume de produção atuando em rede colaborativa (Fossá; Müller, 2021; Marques et al.,

2023). Durante a pandemia, um exemplo de colaboração internacional foi a da rede LatamChequea Coronavirus, que disponibilizou um repositório digital de verificações em português e em espanhol (Martínez-García; Ferrer, 2023). A iniciativa integrou a aliança CoronaVirusFact, da IFCN, para que essa tivesse abrangência mais próxima da global. Essa também é a lógica por trás do Projeto Comprova, que reúne veículos brasileiros e, segundo Wardle et al. (2019), surgiu de duas constatações compartilhadas entre essas iniciativas, a de interdependência, ou seja, de complementaridade de atuação, e a de responsabilidade sobre o resgate da confiança sobre o jornalismo profissional — o que não deixa de ser *sui generis* para veículos que atuam em um mercado que sempre foi de concorrência.²⁴

A parceria em redes internacionais de colaboração jornalística também traz como possibilidades os esforços conjuntos nas coberturas extensas, o apoio na obtenção de dados nacionais específicos, o suporte em serviços (entrevistas, traduções, imagens, etc.) e a viabilização de abordagens regionalizadas para temas globais (Alfter, 2016). Em outra área em que a colaboração internacional entre jornalistas se solidificou nos últimos 20 anos, o jornalismo investigativo, também tendo à frente instituições, percebe-se nos países envolvidos certa sistematização de formatos e princípios. Esse método de colaboração, chamado de jornalismo transnacional (*cross-border journalism*), se manifesta em diversos níveis de aprofundamento de parceria, mas de forma geral exige que veículos jornalísticos revejam posturas tradicionalmente reservadas sobre a concorrência e a confiança em relação aos pares.

Especialmente essa característica do jornalismo de verificação suscita reflexões sobre um possível caráter de movimento que transparece à frente e no entorno desse tipo jornalístico, que tem uma dinâmica conjugada com a causa do combate à desinformação. Instituições, redes, eventos periódicos, cursos, ajuda mútua, braços educacionais, códigos e manuais formam um conjunto que dá a entender a existência de um movimento em certa medida centralizado que contribuiu para a disseminação do tipo jornalístico em nível global.

É nessa adesão além do mercado que o movimento de verificação transparece a noção de atuação em uma causa, uma missão, o que ajuda a explicar o espalhamento em nível internacional: "os profissionais compartilham os objetivos gerais de ajudar as pessoas a se tornarem mais bem informadas e promover o discurso público baseado em fatos" (Graves;

²⁴ Participam atualmente do Projeto Comprova cerca de 40 veículos de comunicação do Brasil, incluindo emissoras de rádio e TVs (Comprova, 2019a), que, além de contarem com o conteúdo por parceiros produzido para distribuição, também colaboram entre si nas decisões sobre as verificações realizadas. Pelas regras da rede, é preciso que ao menos três membros concordem com cada análise para que sejam publicadas (Comprova, 2019b). O Comprova foi idealizado pelo First Draft — projeto fundado pela Google News Lab que teve a pesquisadora Claire Wardle como diretora executiva e foi descontinuado em 2022 —, é liderado pela Abraji e financiado pela Google News Initiative e pela Meta (Comprova, 2019a).

Amazeen, 2019, p. 1, tradução nossa).²⁵ Por conta disso, iniciativas querem ser reconhecidas como participantes de um movimento global e entendem que a legitimação da prática passa por institucionalização e padronização de procedimentos (Rodríguez-Pérez et al., 2022).

Após definirmos o jornalismo de verificação como objeto, passaremos aos impactos do tipo jornalístico para os territórios informacionais, começando pelo próprio jornalismo, com atenção aos pontos em que o tipo jornalístico em questão tensiona o tradicional.

1.2. Um novo capítulo da objetividade jornalística

A promessa de objetividade jornalística — que, na sua origem, tem o assentamento de que o jornalismo é mais do que um sistema de crenças, podendo reportar fatos reais (Serafini, 2023) e, no seu extremo, a imagem de jornalistas como “neutros estenógrafos dos fatos” (Ward, 2019c, tradução nossa)²⁶ — tem sido o apelo às massas de leitores, permanecendo como discurso social do jornalismo de mercado. Historicamente, a objetividade jornalística fundou as bases de uma expectativa da audiência sobre o desinteresse (negação da subjetividade) com que os fatos seriam a ela reportados pelos jornalistas, sendo assim um cânone do jornalismo *mainstream* alinhado à escola estadunidense (Lane, 2001), tornada global entre as décadas de 1980 a 1990 (Albuquerque; Gagliardi, 2011). A objetividade jornalística é um conceito da profissionalização dessa atividade, geradora de definição de boas práticas, isto é, de padrão de qualidade (Maras, 2013). No âmbito epistêmico, produziu o afastamento entre fato e opinião no jornalismo (Maras, 2013; Waisbord, 2013), fundamentado em princípios científicos e filosóficos do início do século XX (Kuriyama, 2012). No caso do Brasil, delimitou a figura do jornalista profissional a partir das necessidades das empresas que importaram as técnicas do jornalismo moderno nos anos 1950, em uma “profissionalização sem profissionalismo”, ou seja, sem ênfase na autonomia profissional (Albuquerque; Gagliardi, 2011), sendo central para uma normatização vertical, perceptível no estatuto dos manuais de redação (Fossá; Müller, 2021). Até hoje o jornalismo brasileiro repete os valores do jornalismo do Norte Global (Hanitzsch et al., 2011), com visão considerada conservadora

²⁵ “External fact-checking consists of publishing an evidence-based analysis of the accuracy of a political claim, news report, or other public text. Organizations specializing in such ‘political’ fact-checking have been established in scores of countries around the world since the first sites appeared in the United States in the early 2000s. These outlets may be based in established news organizations but also ‘good government’ groups, universities, and other areas of civil society; practitioners generally share the broad goals of helping people become better informed and promoting fact-based public discourse” (Graves; Amazeen, 2019, p. 1).

²⁶ “The central notion of news objectivity is that reporters should be neutral stenographers of fact, eliminating their opinions and interpretations from their reports. By the middle of the 1900s onward, this idea of objectivity as just the facts was subjected to a withering critique by journalists who sought a more engaged journalism and academics who rejected the idea of neutral facts” (Ward, 2019c, n.p.).

sobre o ideal de objetividade. São percepções que reduzem esse valor a um conjunto de normas estilísticas (Henriques, 2021) ou que justificam o jornalismo que não atua por impacto social (Hanitzsch et al., 2011).

Faz tempo, porém, que a visão tradicional sobre a objetividade jornalística vem sendo alvo de problematizações que vão da sua viabilidade — chamada de “condenada a falhar” (Boudana, 2011, p. 385, tradução nossa)²⁷, sendo a neutralidade do jornalista impossível até na Teoria da Objetividade Jornalística, de Walter Lippmann, dos anos 1920 (Kuriyama, 2012) — à sua conveniência para o público. Preceitos do jornalismo clássico são herança direta de dogmas positivistas, tais como a própria tentativa de delimitar fatos e de garantir precisão de linguagem e de dados (Medina, 2008a), bem como representam a ideologia dominante, que ganha ao ignorar problemas (causas) sociais (Barsotti; Vieira, 2023). Nisso, a dita crise do jornalismo pode ser definida como uma crise da objetividade jornalística, pelo seu alcance (Albuquerque, 2012). Em resumo: como ideia de reprodução da realidade, a objetividade é mito (Medina, 2020b) ainda que permaneça sendo ensinada assim nos cursos de jornalismo (Berger; Tavares, 2020), mas a revisão do conceito, em vez do seu descarte, tem força em nível teórico, baseada na compreensão de que é um conceito em evolução (Boudana, 2011).

As críticas ao conceito tradicional de objetividade jornalística são parecidas com as voltadas ao paradigma científico em que ele nasceu — por isso Maras (2013) o chama de *scientific journalism* (algo como “jornalismo científico”). Ao alegar que o jornalista deve ser um observador neutro (o mesmo que foi proposto sobre cientistas), como se fosse possível, a objetividade jornalística aliena o trabalho do profissional, removendo dele as tarefas interpretativas responsáveis pelas seleções que ocorrem ao longo do processo. Medina, C. (2020, p. 87) vai além: “[...] a crença de rigor profissional que chegue a um retrato objetivo da realidade, em última instância à verdade, só persiste em mentes arrogantes”. O “padrão engessado” de notícia que se consolidou devido à ideia tradicional de objetividade jornalística também leva à desinformação, pela ausência de contexto e detalhes relevantes à compreensão dos fatos (Kuriyama, 2012, p. 279, tradução nossa).²⁸ As críticas se avolumaram com as hibridizações do sistema midiático, isto é, com a interação entre velhas e novas mídias que se aprofunda na digitalização, levando a uma relativização até pós-modernista (“virada pós-modernista”) (Serafini, 2023, p. 3) da intermediação midiática, resultado do entendimento

²⁷ “Objectivity is considered doomed to failure and dismissed as an unattainable standard. This discredit has become radical as some scholars have gone so far as to question objectivity as a desirable norm” (Boudana, 2011, p. 385).

²⁸ “[...] the problematic case of Senator Joseph McCarthy raised doubt about objectivity in reporting because the conspiratorial news propagated by McCarthy and taken as the truth became ‘frozen patterns’ that failed to tell the background story” (Kuriyama, 2012, p. 279).

de que a subjetividade sempre foi dominante na mídia (Serafini, 2023; Kuriyama, 2012). Também a crítica influenciada pelos estudos culturais gerou o que Godler e Reich (2013, p. 95) chamam de “caracterização culturalista dos jornalistas” (*culturalist characterization of journalists*), que teve certa influência negativa (desorientação) sobre a formação profissional.

Como reação a essa virada — que traz como consequência a negação do jornalismo como produtor de conhecimento sobre a realidade —, vieram revisitações e substituições do conceito de objetividade jornalística. Por essas propostas, a objetividade pode, por exemplo, ceder espaço à ideia de método de investigação fundado em transparência (Kovach; Rosenstiel, 2011); ser um princípio mais relacionado à qualidade comunicativa do que à relação entre notícia e realidade (Sponholz, 2008); ser vista como uma forma ideal de execução (Boudana, 2011); ou, ainda, uma característica factível nesta época de “informação plataformizada”, na qual algoritmos constroem bolhas informativas e, pelo menos no interior delas, existe certeza de veracidade (Serafini, 2023, p. 5-6, tradução nossa).²⁹

Assim, surgiram novas formas de se pensar a objetividade jornalística não como dogma, mas como valor, entre elas a proposta de que seja a característica de um método ideal, movido por transparência e rigor, não de um agente ideal, porque o agente sempre terá seus vieses: “Essa noção de objetividade como método ou processo é ainda mais crítica em uma era de redes, em que propaganda, desinformação e boatos viajam com mais facilidade e quando populistas, fabulistas e aqueles que difamariam o factualismo ganham influência” (Kovach; Rosenstiel, 2021, tradução nossa).³⁰ Em alguns casos, essas novas concepções sobre a objetividade jornalística se aproximam das reflexões de Karl Popper sobre a objetividade científica, tirando o foco da subjetividade do observador e fazendo como critério principal a possibilidade de testar as representações da realidade (Seidenglanz; Sponholz, 2008).

A grosso modo, pode-se dividir as abordagens práticas sobre a objetividade jornalística em duas vertentes: uma avalia que o jornalista deve atuar como um observador, reportando fatos objetivos da forma neutra possível, ouvindo e expondo as versões com o mesmo destaque (o que seria a forma “justa”), e deixando para os leitores a tarefa de tirar conclusões; e outra, resultado de uma análise do papel do jornalismo tocada pelas ciências

²⁹ “The shift toward a subjective form of modernism, rather than toward postmodernism, brought about by the algorithmic web can, therefore, also be applied to journalistic narratives, insofar as it is the online platforms and their algorithms that influence both the production of information by news organisations and the consumption of information by users. [...] there is a ‘platformization’ of information, which makes journalistic narratives subject to the same principles that govern the circulation of other content on the web” (Serafini, 2023, p. 5-6).

³⁰ “[...] when we use the term objectivity [...], we mean it as objectivity of method — its original meaning — not objectivity of consciousness, the idea that objectivity means neutrality, a blank slate, or some impossible denial of the subjective self. This notion of objectivity as a method or process is even more critical in a networked age when propaganda, disinformation, and rumor can travel more easily, and when populists, fabulists, and those who would denigrate factualism are gaining influence worldwide (Kovach; Rosenstiel, 2021, n.p.).

sociais, entende que o jornalista deve perseguir a verdade (*truth seeker*), dando o espaço devido às fontes de acordo com a sua credibilidade e agindo de forma transparente enquanto faz uso do seu julgamento, suportado por evidências e por sua experiência: "Como um cientista tentando entender um fenômeno natural, o jornalista está constantemente inventando, descartando e refinando teorias para explicar a confusão do mundo contemporâneo" (Dobbs, 2012, p. 3). É desta segunda escola que o jornalismo de verificação é conseqüente.

De qualquer forma, o caminho complexo percorrido pelo conceito de objetividade jornalística encontra ainda mais reflexões no âmbito do jornalismo de verificação. Uma delas é que o jornalismo de verificação deve conseguir diferenciar fato de opinião para poder selecionar seus objetos de análise, e essa dicotomia está na base da objetividade jornalística tradicional. Outro ponto é que a análise no bojo da verificação contém elementos de subjetividade, o que já vimos na associação com o jornalismo interpretativo, cuja abrangência conta com graus de facticidade que vão da análise ao comentário. Em seguida, o jornalismo de verificação pleiteia a persecução de uma verdade, retornando a um conceito caro ao jornalismo do século XIX. Isto é, há “tensões” entre o jornalismo de verificação e as regras elementares do jornalismo: “[...] a verificação de factos pode ser interpretada como uma expressão dos ideais abstratos do jornalismo, mas contraria a prática convencional e suscita críticas tanto do ponto de vista empirista como ético” (Birks, 2019, p. 18, tradução nossa).³¹

Logo, para atender a essas aparentes contradições, repactuando as expectativas com o público que procura sanar dúvidas em meio à desordem informacional, o jornalismo de verificação precisa de um conceito de objetividade adaptado. Essa reflexão não é simples teorismo, visto que a credibilidade do jornalismo de verificação está interligada com uma percepção de objetividade por parte da audiência que se traduz em expectativa de “imparcialidade e rigor [de métodos]”, segundo levantado por Baptista et al. (2023, p. 20). À primeira vista, trata-se de uma grande promessa de objetividade a que o jornalismo de verificação faz, “quase absoluta” (Diniz, 2017, p. 26), no que a objetividade tem a ver com independência, imparcialidade, busca pela verdade e dissociação entre fato e opinião.

A despeito das problematizações, separar fato e opinião continua algo central da rotina jornalística. Para delinear fatos (“construí-los”), jornalistas costumam desvinculá-los do que consideram valor, em um processo similar ao padrão factual estabelecido pela ciência, mas também considerando que têm um compromisso ético nessa dissociação (Ericson, 1998, p.

³¹ “In some ways, then, fact-checking can be interpreted as an expression of journalism’s abstract ideals, but it jars with conventional practice and draws criticisms from both the empiricist and ethical standpoints” (Birks, 2019, p. 18).

84-86). O uso de fontes de credibilidade é uma trilha para a delimitação do fato: quanto mais próximo o testemunho, mais verossímil ele se torna, e a institucionalização garante que o fato pareça externo ao jornalismo, que fica como instância independente: “A produção de notícias é um processo perpétuo de autorizar fatos por fontes oficiais” (tradução nossa).³²

O jornalismo de verificação precisa decidir a cada pauta o que é fato e se ele é verificável. Na filosofia científica, o fato e a sua contraposição à opinião é um tema amplamente tensionado e, segundo registra Kuriyama (2012, p. 277), o empirismo “ingênuo” foi substituído pela noção de que fato é condição temporária e a objetividade científica precisa de contexto teórico e histórico. Com base nessas reflexões, o autor — que acha relevante resgatar a objetividade jornalística porque acredita ser um preceito ético — sugere uma adaptação que exige novos compromissos, porque ressalta a importância da contextualização, de submeter o fato a constantes testes e da abertura à crítica. Ainda incorpora de vez a subjetividade, buscando conciliação entre descrição de fatos e interpretação e, às vezes, até opinião, visto que essa última poderia ser necessária à narrativa clara e responsável:

É importante que a objetividade na reportagem não rejeite automaticamente as opiniões dos jornalistas. A objetividade e o jornalismo de opinião devem ser compatíveis. A armadilha a evitar é uma mistura consciente ou inconsciente de fatos e opiniões em reportagens que induzam o público ao erro. Portanto, tanto as notícias diretas quanto as páginas editoriais devem ser objetivas no que diz respeito aos fatos a que se referem as mesmas reportagens. Se as notícias diretas não são suficientes para contar toda a verdade dos acontecimentos, podemos adotar uma abordagem mais interpretativa e investigativa (tradução nossa).³³

Parece conflituoso, mas há indícios de que o jornalismo convive com contradições epistêmicas rotineiramente. A percepção profissional sobre o mundo externo, que inclui a apreensão e a avaliação dos fatos, depende de variáveis individuais, institucionais e culturais, logo jornalistas podem ter visões diferentes a respeito disso, dependendo de quem são, e de onde e em que ambiente trabalham (Godler; Reich, 2013). Também não se descarta que jornalistas trafeguem entre “objetivismo” e “interpretativismo” sem muita reflexão, de forma “mais líquida e complementar do que parece à primeira vista” (tradução nossa).³⁴

³² “News production is a perpetual process of authorizing facts through official sources” (Ericson, 1998, p. 86).

³³ “It is important that objectivity in reporting does not automatically reject the opinions of journalists. Objectivity and opinion journalism must be compatible. The pitfall to be avoided is a conscious or unconscious mixture of facts and opinions in news reports that mislead the public. Therefore, both straight news and editorial pages should be objective with respect to the facts that the very same reports refer to. If straight news is not enough to tell the whole truth of the events, we can take a more interpretive and investigative approach” (Kuriyama, 2012, p. 277).

³⁴ “[...] the level of objectivism was at times directly proportional to the level of interpretationism, suggesting that the relationship between the two may be more liquid and complementary than it appears at first glance, with journalists possibly unaware of serious contradictions between worldviews” (Godler; Reich, 2013, p. 109).

A busca por “diferenciação de produto” em meio à hiperinformação (Tuchman, 2002, p. 84, tradução nossa)³⁵ tem ajudado a borrar linhas. Nos jornais impressos, as reações levaram aos tablóides que se aproximam da televisão — com apresentação espetacular dos assuntos, textos menores e menos contextualização —, e aos veículos que tentam caminho oposto, o do aprofundamento e dos recursos literários. Uma diferenciação específica, a substituição de repórteres e editores por escritores (*writers*), ou seja, a adoção de textos mais livres e com etiqueta de autoria que ressalta nomes em vez de conteúdo, é amostra da dinâmica de mercado que relativiza a objetividade, apesar de o princípio se manter símbolo de “autorreconhecimento” presente nos formatos tradicionais de texto (Tuchman, 2002, p. 85).

Como mencionado, novas concepções de objetividade jornalística buscam conciliar esse símbolo com compromissos exigidos do jornalismo na hiperinformação e apontam caminhos para ajustar as questões no interior do jornalismo de verificação.

Ward (2019b), por exemplo, conceitua a ideia de “jornalismo engajado” (*engaged journalism*), aquele que adota uma missão em relação à solidez das democracias e ao desenvolvimento humano, e sustenta sua proposta em uma noção de “objetividade com face humana” (*objectivity with a human face*). A intenção é desvencilhar a objetividade da problematização do empirismo clássico, logo, aceitando que é sujeita a falhas como toda forma de análise realizada por ser humano:

A objetividade com rosto humano é empírica, mas não é uma objetividade de fato. É uma aplicação holística e dependente de esquema de padrões por agentes com propósitos pragmáticos, na qual os fatos desempenham um papel limitado, embora importante. Não há busca por fatos puros. Reconhece que a avaliação objetiva é afetada por fatores humanos como atitude, visão de mundo, perspectiva e paixão. Não se trata de uma objetividade impessoal restrita às ciências ‘duras’ [...]. É uma abordagem multidimensional para testar interpretações onde quer que surjam, na ciência, na filosofia, nas artes e nas profissões, incluindo o jornalismo (Ward, 2019b, p. 106, tradução nossa, grifos nossos).³⁶

³⁵ “[...] American newspapers today tend to offer more analysis than they did thirty years ago. [...] this newspaper strategy is one more indication of how each news medium has sought to achieve ‘product differentiation’ within an increasingly integrated news system. [...] Today, both the more limited number of correspondents and the standardization of the available image and sound, and of press conferences and interviews, have decreased the possibility of differentiation at the level of the individual story. And yet news channels must differentiate themselves, their ‘brand,’ to audiences” (Tuchman, 2002, p. 84).

³⁶ “Objectivity with a human face is empirical, but it is not an objectivity of fact. It is a scheme-dependent, holistic application of standards by agents with pragmatic purposes in which facts play a limited, albeit important, role. There is no searching for pure facts. It acknowledges that objective evaluation is affected by such human factors as attitude, worldview, perspective, and passion. It is not a de-personal objectivity restricted to the ‘hard’ sciences, as discussed earlier. It is a multi-dimensional approach to testing interpretations wherever they arise, in science, philosophy, the arts, and the professions, including journalism” (Ward, 2019b, p. 106).

À primeira vista trata-se de um caminho para o jornalismo de verificação ser declarado objetivo, uma vez que esse caminho ainda garante uma objetividade como valor norteador, mas reposiciona a condição de fato para além da filosófica, estabelece a possibilidade de avaliação para o jornalismo e delinea um engajamento que, por ser generalista, poderia ser aceito pelo etos da verificação sem ser considerado ativismo. Inclusive Ward analisa o jornalismo de verificação como resultado de uma demanda por engajamento, uma vez que a postura mais ativa implica também acusar informações falsas ou enganosas. Porém, o teórico de ética midiática pontua que a reforma que sugere envolve uma abordagem educativa, de fazer mais do que apenas entregar informação, o que por ora não é o padrão da verificação: "Há um movimento em direção a sites de verificação. É uma boa ideia, mas insuficiente. Não basta saber que um político fez uma declaração imprecisa. Muitos cidadãos precisam de reeducação na democracia liberal" (Ward, 2019b, p. 188, tradução nossa).³⁷

Portanto, é possível que a visão de objetividade majoritária no jornalismo de verificação o impeça de ir ao encontro do jornalismo engajado, pela convicção com que condena o chamado partidarismo.

Outra tese que revisita a objetividade é a de Boudana (2011), que reconhece os obstáculos da atividade jornalística e, a partir delas, pensa a objetividade jornalística como execução, não valor. É uma “performance” porque busca resultados e precisa impressionar um público: “[...] a objetividade deve ser compreendida não como um absoluto, mas como uma performance. De fato, é apenas num mundo de pressões, restrições e obstáculos que uma prática tem valor como performance” (Boudana, 2011, p. 393, tradução nossa).³⁸ A autora parte da premissa de que é erro inculcar à objetividade jornalística a promessa de infalibilidade ou de certeza, porque trata-se de um processo com objetivos simples: captar e testar hipóteses para descartar entre elas as falsas. Também não deve ser confundida com neutralidade, pois essa é impossível, até mesmo na ciência. Por outro lado, mesmo sendo falível, a objetividade tem seu papel como processo capaz de aprimoramento coletivo da prática jornalística, por isso relevante. Assim, Boudana sugere uma objetividade que caberia ao jornalismo de verificação, porque esse tipo está fundado em precauções que a autora avalia serem essenciais a um jornalismo objetivo, tais como apresentação de provas, abertura a críticas e busca por consenso na escolha da linguagem. Outras prevenções, porém, não estão garantidas — a visão

³⁷ “There is a movement towards fact-checking websites. It is a good idea but insufficient. It is not enough to know that a politician made an inaccurate statement. Many citizens need a reeducation in liberal democracy. They will be called on soon to judge issues that depend on civic knowledge. A democracy without a firm grasp on its principles is flying blind” (Ward, 2019b, p. 188).

³⁸ “[...] objectivity should be grasped not as an absolute but as a performance. Indeed, it is only in a world of pressures, constraints and obstacles that a practice is valuable as a performance” (Boudana, 2011, p. 393).

multiperspectiva que resulta de uma equipe formada a partir de diversidade, a reflexão sobre a influência de construções sociais (burguesismo e patriarcalismo), a autonomia financeira, entre outros. Ou seja, por esse ponto de vista, o jornalismo de verificação precisaria de compromissos específicos que não estão atrelados às suas regras mais gerais de atuação.

Depreendemos então que o jornalismo de verificação pode ser declarado jornalismo objetivo do ponto de vista das abordagens que definem a objetividade jornalística pelo rigor de verificação, como resumem Seidenglanz e Sponholz (2008, p. 4): “a palavra-chave para objetividade — quando este princípio é entendido com relação à procura e à aproximação da realidade, à verdade como correspondência — não é neutralidade, mas sim investigação”. Ao investigar um tema pela sua interpretação baseada na melhor apuração, em vez de só recorrer a regras que continuam no imaginário da audiência e no discurso social do jornalismo pela neutralidade, mas que, na prática, afastam o jornalismo da cobertura da realidade, tais como o *fairness*, “ouvir todos os lados”, quando descamba para o jornalismo declaratório. A facticidade, foco em fatos, que é a base de sustentação do jornalismo de verificação, tanto como critério de seleção de objetos quanto como método, também se adequa porque a norma de evitar opiniões vai ao encontro da noção objetiva sobre priorizar declarações descritivas (factuais), isto é, admitir a inverificabilidade de declarações avaliativas, ainda que seja necessária a reflexão de que declarações descritivas não são neutras e podem esconder opiniões. Certas regras relacionadas à neutralidade, porém, permanecem entre as práticas do jornalismo de verificação, ameaçando sua proposta de corresponder à realidade. Equilibrar a cobertura, que é a tentativa de dar mesmo espaço a representantes divergentes, é uma delas.

1.2.1. Ainda é jornalismo? Notas sobre um novo tipo pela retomada de autoridade

Apesar da ausência de critérios bem definidos para a tese de crise de credibilidade do jornalismo (Christofoletti et al., 2024), a crise do modelo de negócio é fato — fundamentado na redução de veículos, de pessoal e de investimentos — e tem norteador transformações do fazer jornalístico nas últimas décadas. Com a internet comercial, cai a barreira à entrada de novos agentes no mercado de mídia no passado, que era a necessidade de capital para começar um empreendimento de jornalismo industrial. No modelo teórico que Charron e Bonville (2023) chamaram de “concorrência monopolista de pequena intensidade”, essa dificuldade permitia que empresas de mídia se aquietassem, apostando em saídas monopolistas e em baixa inovação, por ora copiando-se entre si — o que contribuiu para o fenômeno jornalístico da semelhança entre concorrentes. A mudança brusca nesse mercado

formal veio com a financeirização da mídia nos anos 1970, que por enquanto é a etapa mais recente de um processo que contempla, primeiro, a derrocada das empresas familiares de mídia e, depois, dos grupos industriais fechados que incluíam a mídia. A alta rentabilidade passa a ser condição para a manutenção dos veículos e um abismo entre imprensa e sociedade se amplia. "O capital financeiro acentua a contradição entre as funções institucionais da imprensa e suas funções industriais e comerciais" (Charron; Bonville, 2023, p. 355). Some-se a isso que a hiperconcorrência, uma característica da "nova economia", exige que empresas adotem um ciclo de inovação, imitação e diversificação a fim de manterem espaço no mercado atual. No papel de indústria do saber (ou da palavra), o jornalismo se encaixa nesse modelo econômico, com seus produtos de natureza imaterial, facilmente renováveis.

Nesse sentido, o jornalismo de verificação adere às necessidades do jornalismo como negócio, porque tem apelo para a audiência e pode ser comercializado em qualquer área de cobertura jornalística e em qualquer redação (Elizabeth, 2014). As expectativas podem ser enumeradas: é um "modelo de aposta" nas palavras de Cazetta e Reis (2019); "a principal arma do jornalismo contra a desinformação" para Bachmann e Valenzuela (2023, p. 1, tradução nossa)³⁹; e um movimento pela qualidade de informação, em vez de oportunismo frente ao tráfego digital que pressiona o jornalismo (Ufarte Ruiz; Calvo Rubio; Murcia Verdú, 2022). Também traz um imperativo de autoridade, um reforço da necessidade de intermediação jornalística (Albuquerque, 2022a). Afinal, é no papel de mediação que o jornalismo mantém a credibilidade diante da audiência e a legitimidade para ter acesso ao que cidadãos comuns teriam dificuldade de obter ou observar (Moretzsohn, 2007).

É possível, portanto, pensar o adentramento do jornalismo de verificação em empresas jornalísticas tradicionais como um movimento de assenhoração, mesmo que com nítidas limitações de recursos. Bjerknes (2022) nos lembra que um conceito pelo qual o jornalismo tem sido delineado como campo profissional é o de *boundary work* (traduzível como "trabalho de fronteirar, criar uma fronteira"), que consiste em negociar os limites do que é profissional e do que não é — no caso, o que é jornalismo, o que é essencial e o que é inaceitável no jornalismo, quem são os jornalistas. Por meio desse debate, que na verdade é uma disputa, são discutidos marcadores de identidade para as profissões, ao mesmo tempo que se busca garantir uma espécie de coerência grupal. Trata-se de dinâmica similar à descrita por Graves (2016), ao tratar da "fraternidade" construída entre checadores de temas políticos que fazem parte da "elite" da área nos Estados Unidos, os impulsionadores das entidades

³⁹ "Can fact-checking — journalism's main weapon against misinformation — worsen or ameliorate distrust in journalists and the media?" (Bachmann; Valenzuela, 2023, p. 1).

profissionais e de pesquisa que hoje desenvolvem a expertise do jornalismo de verificação em nível mundial, e a de parcerias em rede, como as do Projeto Comprova (Wardle et al., 2019). Ao criar a sua fronteira, o jornalismo segue os três processos do trabalho de fronteira: expande (adota novas tecnologias e métodos), expulsa (os "maus", os "invasores") e protege a sua autonomia, esse último tradicionalmente tomando para si papéis importantes, de novo, da teoria democrática, tais como o da independência jornalística e o de vigia da responsabilização política, o *watchdog role* (Bjerknes, 2022). É importante ressaltar que esses dois últimos valores estão intrinsecamente relacionados ao desenvolvimento da forma primordial de verificação, que é o fact-checking (Graves; Cherubini, 2016).

O jornalismo de verificação também tenta ir ao encontro das necessidades do jornalismo ante o desafio da diferenciação que a hiperinformação impõe. A intensa disseminação dos recursos e dos valores das mídias na sociedade — característica do processo de mediação — faz com que os produtos de veículos jornalísticos entrem em competição com uma profusão de outros produtos que, mesmo quando não jornalísticos, podem emular formatos noticiosos, em um sistema que torna a produção jornalística um "produto em disputa pelo reconhecimento social de um universo permanentemente atualizado" (Silveira, 2020, p. 161, tradução nossa).⁴⁰ Na avaliação de Seibt (2019), a diferenciação ainda é baixa no jornalismo, o que significa que conteúdos que transitam pela internet são facilmente tomados por jornalísticos. Tomaríamos o jornalismo de verificação como característico pelo posicionamento que exterioriza, seja editorial (por meio de títulos analíticos) ou graficamente (etiquetas). Porém, para Seibt (2019), mesmo nesse caso a diferenciação não seria sempre suficiente, visto que a autora enxerga peso maior em um fator principiológico — mais difícil de medir. "Se é possível reproduzir as mesmas práticas sob outros princípios, como referenciado anteriormente, o diferencial do texto jornalístico pode vir de um *discurso mais transparente e mais acessível ao público*" (Seibt, 2019, p. 234, grifo nosso).

De fato, em sua discussão sobre a atual encruzilhada do jornalismo, Saad (2021) reforça que os critérios universais do jornalismo, identificados nas diversas culturas em que ele existe, são três: clareza e transparência para com seus leitores, além de um propósito de influenciar a esfera pública. O fact-checking (que a autora usa como sinônimo de jornalismo de verificação) é assim percebido como consequência de um "percurso ontológico", em que a

⁴⁰ "[...] a perspective is articulated that observes the connection between journalistic activity and social identity. This connection makes it possible to inquire about the legitimacy of the information disseminated by the journalistic activity, which, with mediatization, ceases to be situated in an understanding that centralizes the news process in the journalistic vehicle to place it as a product in dispute for the social recognition of a universe permanently updated by other media products (apparently non-journalistic) and processes that compete with it" (Silveira, 2020, p. 161).

prática busca reforçar certos compromissos para com a sociedade. O jornalismo é um sistema sociotécnico multifacetado, portanto sujeito a crises sistêmicas, e altamente permeável às mudanças sociais porque é feito na sociedade e com vistas a atendê-la. A diferença é que agora todas as suas frentes estão sendo questionadas ao mesmo tempo — a sua faceta processual-redacional (referente a rotinas de trabalho); a técnico-digital; e a econômica. Assim, o jornalismo tem sido pressionado a rever posicionamentos éticos e o próprio saber jornalístico, em um movimento de reflexão sobre a sua própria razão de existir — uma reflexão "ontológica", sobre princípios e práticas. “O fact-checking parece ser o complemento oportuno para dar conta do cenário e olharmos para o jornalismo como parte de um ritual comunicativo enraizado nas bases da sociedade que atua” (Saad, 2021, p. 58).

Logo, além das mudanças trazidas pela vida digitalizada, é possível refletir sobre expectativas não cumpridas pelo jornalismo tradicional como uma variável da sua perda de autoridade. No modelo estadunidense de jornalismo de mercado importado pelo Brasil, o pacto social foi de “carta branca” às empresas (autorregulação) em troca da promessa de que as informações veiculadas seriam independentes e estaria garantida a autonomia aos jornalistas empregados, visto que só assim as notícias poderiam ser classificadas como essenciais aos processos democráticos. Sobre essa promessa, escreve Nerone (2012, p. 10):

Isso era uma fantasia. Mas as fantasias fazem seu trabalho no mundo e, quando funcionava bem, permitia aos jornalistas reivindicar autonomia de ambos, o Estado e seus próprios empregadores. Um número suficiente de grandes jornalistas fez um bom jornalismo para impor algo que se poderia chamar de *ficção reguladora da inteligência pública* (tradução nossa, grifo nosso).⁴¹

A perspectiva de correção de rota está na visão reformista que certos teóricos associam ao jornalismo de verificação na sua relação com o jornalismo profissional, atualmente mergulhado em mercados imediatistas e ainda mais competitivos (Amazeen, 2020; Graves, 2016). De qualquer forma, quando tratamos da “crise do jornalismo”, é preciso compreensão de que não existe apenas uma definição de jornalismo, mas várias: "como instituição, como prática, como profissão, como pessoas e como texto" (Derakhshan, 2021, p. 123). A crise do modelo de negócio do jornalismo causada pela hiperconcorrência (Charron; Bonville, 2023) é capaz de afetar duramente as três últimas (Derakhshan, 2021), mas há os que defendem que as

⁴¹ “This was a fantasy. But fantasies do their work in the world, and when this one worked well, it allowed journalists to claim autonomy from both the state and their own employers. Enough great journalists did enough good journalism to enforce something you could call the regulative fiction of public intelligence” (Nerone, 2012, p. 10).

duas primeiras — instituição e prática — não só não estão em crise, como se mostram ainda mais necessárias na sociedade digital (McNair, 2018).

Reportando-se à realidade brasileira, Seibt (2019), por exemplo, discorda de visões segundo as quais a perda de espaço do jornalismo — cuja queda de audiência vinha de antes da internet, mas se aprofundou com ela — seria problema a ser creditado apenas ao baque no modelo de negócios ou do desinvestimento. Nota que o jornalismo está deixando de interessar o público e alerta que não se deve confundir a importância que a sociedade dá à informação com afinidade pelo jornalismo. "O jornalismo precisa de dinheiro para se financiar, mas também precisa se reconectar com o público para recuperar confiança" (Seibt, 2019, p. 229).

As escolhas de mercado, porém, passam ao largo dos alertas da pesquisa em jornalismo. Na última década os reveses do modelo econômico da imprensa, tendo em vista o pouco avanço legal das críticas ao domínio da distribuição digital pelas giant techs, levou empresas de mídia a se aventurarem ainda mais no corte de custos, dessa vez com experiências de automação de tarefas, inclusive no Brasil. Ainda que os produtos finais desenvolvidos por automação "não sejam jornalismo" e que não haja indicativo de que as audiências queiram menos jornalismo (Charron, 2019, p. 11), o que o futuro reserva à instituição é duvidoso. As projeções seguem uma escala que começa na automação como apoio ao jornalista em tarefas rotineiras e sujeitas a erros, liberando profissionais para a prática da reportagem, e vai até a substituição dos jornalistas pela automação — ou seja, do aprimoramento à queda da profissão (e de qualidade), mas com certo consenso sobre redução do mercado de trabalho. "Assim como a mudança para a automação nas fábricas, isso resultará em mudanças econômicas massivas com consequências importantes para aqueles reprovados pela nova ordem" (Whittaker, 2019, p. 169, tradução nossa).⁴²

Essa perspectiva traz reflexos para o jornalismo de verificação, sendo esse um tipo jornalístico novo, em processo de legitimação. Está relacionada, por exemplo, à expectativa de que o jornalismo de verificação funcione pela diversificação de modelos de negócios para o jornalismo e como reforço no mercado de trabalho de jornalistas. Na Ibero-América, por exemplo, parte relevante das iniciativas de verificação está fora das redações tradicionais, fazendo uma espécie de frente à pluralidade de modelos de negócios (Rodríguez-Pérez et al., 2022; Rodríguez-Pérez, 2020), até mesmo como uma forma de empreendedorismo em

⁴² "Economic pressures, particularly those caused by the fallout from a collapsing financial model based on advertising that has been disrupted by big tech in the domain of digital distribution, will mean that publishers will turn more and more to automation to plug gaps that were once filled by journalists. As with the shift towards automation in factories this will result in massive economic shifts with important consequences for those who are failed by the new order" (Whittaker, 2019, p. 169).

jornalismo (Singer, 2018). Já existem, porém, dúvidas sobre essa capacidade de variação. Uma delas tem a ver com o avanço de empresas tradicionais, com destaque para as multinacionais de notícias, caso da Agence France-Presse (AFP), sobre as formas de financiamento “independentes”, entre elas as oriundas de programas das giant techs (Van Damme, 2021, p. 30). Outra questão está nas problemáticas de sustentabilidade financeira e editorial enfrentadas pelas iniciativas de verificação, um assunto sobre o qual a literatura acadêmica ainda pouco se debruçou (Lelo, 2022a).

No ecossistema de mídia do Brasil, do qual fazem parte empresas de jornalismo cunhadas em um modelo de experiência tardia de jornalismo moderno, entende-se que esse processo deixa marcas também sobre o jornalismo de verificação, um tipo jornalístico despontante de proposta nascida no mercado dos Estados Unidos. A questão foi abordada por Vinhas e Bastos (2023, p. 2), que investigaram a verificação fora dos países “ocidentais, bem educados, industrializados, ricos e democráticos” (tradução nossa).⁴³ Segundo os autores, é visível a adaptação que iniciativas de países do Sul Global fazem para dar conta de necessidades específicas, ligadas a questões culturais e sociais (“contextos”). A noção desta tentativa de universalizar a desinformação como problema individual que é comum nas abordagens institucionais da verificação, ainda que as regras promovidas por instituições ocupem grande peso na formatação da atividade.

Outra ponderação a ser feita quando do posicionamento do jornalismo de verificação em países da periferia global, no contexto atual, em que a maior parte da literatura científica disponível sobre o assunto é centrada no Norte Global, passa pela reflexão de como esse tipo jornalístico está presente em meio a estruturas historicamente desiguais de comunicação de massa. Um indicativo é que, enquanto teóricos estadunidenses se referem ao jornalismo de verificação como um espaço de novas mídias, a concentração no Brasil é maior: das 15 iniciativas de verificação ativas mapeadas por Lelo (2022a), cinco estavam associadas a empresas de comunicação estabelecidas. O relacionamento das iniciativas de verificação com a mídia tradicional é híbrida: enquanto as parcerias de conteúdo frequentemente garantem a maior parte da receita das agências — caso da Lupa em relação à Editora Alvinegra, que edita a revista *Piauí* —, ocorre competição com projetos associados às empresas pelo financiamento de big techs (Lelo, 2022a).

⁴³ “Fact-checking experts outside Western, Educated, Industrialized, Rich, and Democratic (WEIRD) countries are keenly aware of behavior-driven models of information influence supporting information correction, a framework that owes much to Western-liberal thought that separates individual behavior from wider social malaises [...]” (Vinhas; Bastos, 2023, p. 2),

Também as novas formas de financiamento do jornalismo têm potencial para trazer consequências às decisões editoriais. O fomento promovido por fundações privadas, por exemplo, que avança na América Latina, é com frequência uma iniciativa de entidades ligadas a famílias proeminentes do Norte Global, que se preocupam em estimular abordagens jornalísticas específicas, segundo valores políticos pré-definidos (De-Lima-Santos et al., 2023). Certos países também regulam o financiamento estrangeiro de empresas de mídia (Amazeen, 2019), caso do Brasil. Frente a isso, já existem críticas teóricas sobre o grau de independência que os novos financiamentos realmente permitem.

Esses são fatores com potencial de criar conflitos de interesse ao jornalismo de verificação na cobertura de temas políticos, econômicos e sociais.

1.2.2. Frentes da percepção sobre o jornalismo de verificação

Estudos que buscam entender os efeitos do jornalismo de verificação são uma linha de pesquisa em expansão a partir da década de 2020 e os resultados têm apontado para uma certa variedade de abordagens e resultados — considerando os diversos sujeitos envolvidos —, bem como para uma profusão de métodos. Percepção é a forma segundo a qual indivíduos, sozinhos ou em grupo, percebem (preconcebem, avaliam e estimam) realidades, com base nas experiências, nos valores e nas informações das quais dispõem, verossímeis ou não (McLeod; Wise; Perryman, 2017). A percepção está sujeita à influência de emoções e fatos inverídicos, em especial quando ocorre exposição a discursos persuasivos, que reúnem elementos de racionalidade, subjetividade e autoridade para convencer (Gomes; Penna; Arroio, 2020).

Com base em um conjunto de artigos científicos (vide lista no Anexo A), classificamos os estudos de percepção sobre o jornalismo de verificação em duas áreas: *percepção dos produtores* do jornalismo de verificação (jornalistas e checadores); e *percepção das audiências*, nesse caso, com espaço específico para os estudos que se baseiam em dados de plataformas, podendo ser categorizados como de *engajamento digital em rede*.

Os trabalhos geralmente pretendem registrar indícios sobre a efetividade do jornalismo de verificação usando conceitos de efetividade que em geral significam mudança de opinião ou de conduta. Ou seja, graus de persuasão. Ainda que a maioria dos estudos tenha concluído pela existência de impactos positivos da verificação no combate à desinformação, no universo informacional complexo onde a prática atua, efeitos públicos podem ser difíceis de medir, tanto em amplitude quanto em profundidade e permanência, especialmente quando se considera o peso dos mecanismos de raciocínio motivado, que é a tendência à racionalização

de crenças diante de novas informações (Graves; Amazeen, 2019), e o fato de as correções estarem em concorrência com o fluxo de desinformação (Amazeen; Krishna, 2023).

Em resumo, o conjunto de estudos informa uma realidade em que o jornalismo de verificação ainda é pouco conhecido das grandes audiências e tem questões a resolver sobre alcance e engajamento que ultrapassam a simples prática e desafiam a objetividade jornalística tradicional, assim como deve pesar aspectos da percepção sobre viés (credibilidade), tudo a fim de atingir seu potencial de combate à desinformação.

A percepção de jornalistas e de verificadores sobre o jornalismo de verificação aparece como objeto prioritário nos estudos de jornalismo. Para Herrero e Herrera-Damas (2021b), verificadores protagonizam, são os “principais atores” da verificação. Esses trabalhos levantam conceitos, ética, rotinas de trabalho, qualificação necessária, resultados por eles captados e dificuldades. Essa literatura sugere que os jornalistas parecem conviver com a noção de que o jornalismo de verificação é jornalismo, um tipo jornalístico em si. Resulta de reflexão profissional, repete valores tradicionais e assume uma missão (Weiss Palacios, 2019; Vinhas; Bastos, 2023; Mena, 2019b; Herrero; Herrera-Damas, 2021b; Rodríguez-Pérez; Paniagua-Rojano; Magallón-Rosa, 2021;), dentro do paradoxo de ser uma “nova-velha modalidade profissional” (Ufarte Ruiz; Calvo Rubio; Murcia Verdú, 2022). Alguns o definem como jornalismo especializado (Herrero-Diz; Pérez-Escolar; Varona Aramburu, 2022). Apesar disso, verificadores no Sul Global sentem-se parte da mídia alternativa, até em oposição ao jornalismo tradicional por frequentemente não fazerem parte dos oligopólios de comunicação (Rodríguez-Pérez; Paniagua-Rojano; Magallón-Rosa, 2021). Esses avaliam que a verificação pode ajudar contra barreiras à missão democrática criadas por estruturas oligárquicas, tais como ingerência política e vazios de notícias, mas as pressões permanecem quando o conteúdo questiona elites (Rodríguez-Pérez; Paniagua-Rojano; Magallón-Rosa, 2021). No Brasil, onde as iniciativas de verificação e os jornalistas que atuam nelas são jovens, o jornalismo de verificação é mais vulnerável às pressões econômicas, sociais e políticas a que está sujeito o jornalismo (Rodríguez-Pérez; Seibt, 2022).

As expectativas sobre resultados do jornalismo de verificação também se assemelham às do jornalismo em geral, isto é, à ideia de que informação é tarefa e mercadoria. Jornalistas iniciantes, mas já apresentados à cultura profissional, avaliam que jornalistas de verificação são especialistas no uso de recursos para analisar informações, não juizes da verdade (Brandtzaeg; Følstad; Dominguez, 2017). Em outras palavras, o jornalismo de verificação serve para refundar o consenso, fazendo contraponto ao empirismo (subjetividade) que altera realidades sociais livremente nos ambientes digitais. Sozinho, porém, não resolve a questão,

pois as dificuldades são muitas — opacidade das plataformas, desafios da cobertura, acesso a fontes fidedignas, entre outros (Herrero; Herrera-Damas, 2021b). Assim, quando assumem o posto de leitores, jornalistas não aceitam o conteúdo de verificação como toda a verdade, mas sim como largada de um comportamento mais amplo de checagem informacional por conta própria. Para Brandtzaeg, Følstad e Dominguez (2017), essa seria a abordagem ideal a ser assumida pelas audiências para garantir o uso das informações de forma crítica e autônoma.

Os estudos indicam que jornalistas se preocupam com o alcance e o interesse por seu conteúdo (métricas de audiência), de forma similar ao comportamento desses profissionais no jornalismo digital. Multimedialidade, novos ambientes digitais, estratégias de comunidade e mais capilaridade regional são as sugestões dos jornalistas da colombiana RedCheq para ajudar na audiência (Rodríguez-Pérez; Paniagua-Rojano; Magallón-Rosa, 2021). De fato, no Sul Global, o problema de distribuição de conteúdo e de divulgação dos veículos é conhecido do segmento, que tenta resolvê-lo por meio de colaborações (entre si e com a grande mídia), serviços na área de educação midiática e construção de comunidades, principalmente em canais fechados de mensagens (Vinhas; Bastos, 2023; Herrero; Herrera-Damas, 2021a). Para os jornalistas ouvidos por Herrero e Herrera-Damas (2021a), a institucionalização do jornalismo de verificação é um fator que incentiva a colaboração, visto que padroniza critérios e rotinas de trabalho. O relacionamento com o público é relevante para acessar a desinformação que transita nesses sistemas fechados (Herrero; Herrera-Damas, 2021a).

Segundo Mena (2019b), a postura da classe corrobora a independência em relação a assuntos que se espera no jornalismo e o não-partidarismo como característica primária do jornalismo de verificação. Quanto à confiança sobre isso, conflitos jornalistas/audiência são inevitáveis. Apesar de priorizarem uma "perspectiva neutra", jornalistas de verificação sentem a dificuldade de ter essa postura reconhecida pela audiência em países com antagonismos políticos, étnicos e religiosos (Vinhas; Bastos, 2023). Assim, verificadores adotam certo "equilíbrio" de cobertura de partidos e figuras, mesmo quando não representa a realidade, porque temem ser considerados partidários pela audiência e por pressão da classe política (Rodríguez-Pérez; Paniagua-Rojano; Magallón-Rosa, 2021).

Já entre os temas de pesquisa que tratam da percepção da audiência sobre o jornalismo de verificação, identificamos: a capacidade de influência do fact-checking sobre públicos de *eleitores*; a percepção de *credibilidade* sobre o jornalismo de verificação, que se manifesta pela noção de viés, principalmente; o *interesse* despertado pelo conteúdo de verificação, isto é, sua capacidade de motivar busca ativa e de aumentar sua audiência; e a *efetividade* da

verificação, que em geral se explica pelo potencial de persuasão ou corretivo (Kyriakidou et al., 2023), de alterar crenças e comportamentos.

Um dado relevante está na percepção de viés pela audiência (por viés, leia-se intenção tácita) do jornalismo de verificação, que tem sido relacionada à noção de credibilidade. Pode-se dizer que essa credibilidade repete uma percepção sobre a mídia estabelecida nos países, especialmente quando veículos tradicionais aderem ao tipo de verificação. Entre as bases da percepção de credibilidade, estão as opiniões prévias sobre a fonte da correção, tais como altruísmo (atuação desinteressada, visando o bem comum) e familiaridade, ambos capazes de superar expertise (Amazeen; Krishna, 2023). Quer dizer: se o veículo é conhecido, o que se pensa dele interfere na composição de confiança; se é desconhecido, importa o que fontes familiares disseram sobre ele; e só depois dessa medição ocorre a avaliação sobre conteúdo. Logo, considerando essa dinâmica, a simples exposição à correção não é um fator do qual se possa esperar mudança de opinião ou de comportamento.

Entre as formas de amenizar a rejeição por viés está o trabalho colaborativo de verificação, que, ao reunir várias iniciativas, a princípio é percebido como de mais credibilidade pelos públicos por exigir uma concordância dos meios participantes que, possivelmente, têm pontos de vista diversos (Galarza-Molina, 2020). Temos ainda que a percepção positiva em relação ao jornalismo de verificação está associada a contextos nacionais em que a credibilidade do jornalismo e a confiança nas instituições marcam os ambientes informacionais, em especial devido à presença de empresas públicas de mídia tradicionais e obrigadas por lei a serem “imparciais” (Kyriakidou et al., 2023, p. 2126-2127).

De modo geral, os trabalhos aqui revisados dizem que há uma tendência a que públicos saibam pouco da existência do jornalismo de verificação e não o procurem ativamente, salvo quando assuntos que mobilizam comunidades são percebidos como graves, ou esbarrando nos conteúdos ao procurar informações específicas (Kyriakidou et al., 2023). Aumentar o público é uma tarefa que condiciona o modelo de negócio e as expectativas sobre o jornalismo de verificação — da reforma do jornalismo ao fortalecimento da cidadania na democracia. Em sua investigação com eleitores estadunidenses atuantes, Gottfried et al. (2013) registraram que consumidores de conteúdos de verificação também são consumidores de mídia noticiosa, conhecem mais detalhes das campanhas eleitorais, são mais jovens, menos conservadores e não pertencem a minorias étnicas. Ou seja, constituem uma fatia pequena e seleta da população daquele país. Fora isso, mais do que estar ciente do jornalismo de verificação, na prática o público precisa escolher consumir esse tipo de conteúdo, o que parece ser a maior dificuldade do formato (Shin; Thorson, 2017).

Assuntos percebidos como graves motivam o público a verificar informações, o que leva aos encontros com conteúdos de verificação. Em uma situação de crise sanitária, somada à desordem informacional, checar a veracidade de fatos sobre saúde funciona como comportamento de redução de risco (Jiang, 2022). No caso da Covid-19, a hiperinformação pode ter pesado sobre a motivação das pessoas em checar informações. A fadiga causada pelo uso intenso de redes sociais e a preocupação em níveis elevados são sensações que parecem afastar as pessoas da busca por informações verídicas, o que inclui o interesse em sites de verificação, a princípio colocando em suspenso o que a literatura sobre comunicação de risco afirma sobre elevar a percepção de preocupação para induzir comportamentos cooperativos.

Outro empecilho está na habilidade do público em verificar informações. Tentativas frustradas acabam desincentivando esse comportamento (Jiang et al., 2023). Por isso, criar habilidade para verificação é medida importante no combate à desinformação e poderia ser mais abarcada por campanhas midiáticas e iniciativas comunitárias, em especial às voltadas a grupos vulneráveis, o que é importante para a consolidação do jornalismo de verificação. A utilidade de um serviço de verificação pode estar clara aos públicos durante as eleições (Galarza-Molina, 2020), mas criar uma audiência significa ir além da sazonalidade.

Diversificar suportes e abordagens, uma estratégia para ganhar público do jornalismo tradicional, ajudaria a amparar diferentes demandas informacionais na verificação. Segundo o experimento de Young et al. (2018) o formato de vídeo seria mais convincente para fazer o público reformular ideias equivocadas sobre temas não polarizados, provavelmente porque tem vantagens em clareza e apelo, enquanto o formato de texto longo é boa opção para assuntos baseados em quantidades e estatísticas. Os vídeos curtos, que dispensam detalhes do tema, parecem ajudar a atrair a atenção do público não interessado em política e a não sobrecarregar o sistema cognitivo dessa audiência. Já o fact-checking de temas políticos poderia encontrar mais público na televisão, visto que telespectadores de canais e programas de notícias, que cobrem e comentam política, são interessados em melhorar seu nível de informação sobre políticos e suas declarações (Kyriakidou et al., 2023). O público que precisa tirar dúvidas sobre saúde enquanto navega pela internet pode achar mais simples e efetivo usar chatbots em vez de ter que pesquisar em uma página de website (Zhao et al., 2023) — pelo menos em se tratando de uma audiência mais jovem e familiarizada com a internet.

Ainda para muitos teóricos, a "efetividade" do jornalismo de verificação, que está atrelada ao seu objetivo, se refere à capacidade de alterar compreensões equivocadas que a audiência possa vir a ter (por exemplo: Young et al., 2018; Aird et al., 2018; Liu et al., 2023; Tsang et al., 2023; Zhao et al., 2023; Bachmann; Valenzuela, 2023). Outro ponto de vista

sobre o conceito de efetividade, porém, o define como a capacidade de parar a desinformação, o que traz indícios mais objetivos na conduta específica de limitar o compartilhamento de mensagens consideradas inverídicas (Chung; Kim, 2021). De qualquer forma, por meio do primeiro tipo de estudo se conclui que o jornalismo de verificação é efetivo para “tornar crenças mais precisas” (Bachmann; Valenzuela, 2023), mas: isso varia de acordo com o tom e o suporte da verificação frente ao tipo de audiência (Young et al., 2018; Zhao et al., 2023); podem convencer eleitores até certa medida (Aird et al., 2018); dependem de percepção de credibilidade para serem considerados (Liu et al., 2023); funcionam mais quando usam tons brandos (Tsang et al., 2023); e nesse processo há riscos para a credibilidade das notícias em geral, que podem receber mais desconfiança (Bachmann; Valenzuela, 2023).

Por fim, as pesquisas que tratam do engajamento do jornalismo de verificação nas redes sociais têm dois grandes temas: os que visam investigar *a presença e as estratégias de engajamento* do jornalismo de verificação; e os que abordam *as reações dos usuários* desses ambientes mais ou menos fechados de informação aos conteúdos de verificação.

A abordagem sobre presença e estratégias interessa ao jornalismo de verificação, visto que investigar as consequências dos algoritmos das plataformas para a circulação do conteúdo de verificação — na comparação com o compartilhamento de falsidades — significa entender a popularidade das correções nesses ambientes, que também são onde as notícias circulam (Chung; Kim, 2021). Obter presença e engajamento sólidos nas plataformas exige investimento financeiro, um problema para iniciativas de verificação sem fins lucrativos (Míguez-Gonzalez; Dafonte-Gomes; Abuin-Penas, 2023). Apesar disso, redes sociais fornecem ao jornalismo de verificação uma oportunidade de receber retorno do seu público, que pode ou não se converter em interação a depender do investimento — visto que engajamento advém de um vínculo psicológico que precisa ser construído entre meio e audiência (Hou; Kankham, 2023). A busca por interatividade, por participar do processo de verificação (“cocriação”) sugerindo novos temas ou apontando informações extras, é uma reação comum do público aos conteúdos distribuídos nas plataformas (Galarza-Molina, 2020).

A inserção de iniciativas de verificação em programas de fact-checking financiados por big techs, a partir dos anos 2020, alavancou os estudos que se propõem a verificar o efeito de etiquetas de sinalização de desinformação nas plataformas. No geral, os estudos ecoam resultados favoráveis, de redução do compartilhamento de conteúdos sinalizados como desinformativos. Ao investigar o reflexo das sinalizações visuais de “notícia falsa” em conteúdos disseminados pela internet, Mena (2019a, p. 15) concluiu que o recurso reduz o ímpeto de compartilhamento, o que infere um certo peso da “credibilidade da mensagem” nas

escolhas do usuário: "rótulos de credibilidade potencialmente instigam um processamento mais crítico das mensagens da mídia [...]. [...] desacreditar a credibilidade do conteúdo de notícias falsas pode ser uma forma eficaz de combater a desinformação" (tradução nossa).⁴⁴ Igualmente, Chung e Kim (2021) entenderam que um resultado da sinalização de falsidade nas redes sociais — em formato semelhante à promovida pelos programas financiados por plataformas — é reduzir o compartilhamento, retroagindo o incentivo comportamental gerado pelas métricas virais, que tendem a motivar o endosso das publicações. Um alerta: em experimento com o uso de etiquetas discretas em conteúdo disseminado por rede social, Oeldorf-Hirsch et al. (2020) sugeriram que o destaque dado às etiquetas parece ser relevante, dada a tendência de que nem sejam notadas quando são discretas e não invasivas.

Delineadas as características do jornalismo de verificação, ingressaremos nos contextos históricos, sociais e políticos da desinformação, nos quais ele se apresenta.

⁴⁴ “[...] mediation via message credibility suggests that credibility labels potentially instigate more critical processing of media messages. Regarding the fight against false news, this study suggests that discrediting the credibility of false news content could be an effective way to combat misinformation. In this sense, flagging can be situated as one of the numerous efforts to address misinformation” (Mena, 2019a, p. 15).

2. DOS DISTÚRBIOS INFORMACIONAIS À INFODEMIA: UM PANORAMA

“We're not just fighting an epidemic; we're fighting an infodemic”

Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, na Conferência de Segurança de Munique, em fev. 2020.

O volume da literatura científica sobre fenômenos da desinformação nos últimos dez anos indica que essa é uma das grandes questões da digitalização da sociedade. Histórias falsas são usadas como arma política há séculos e até já impulsionaram vendas de jornais (Schiffrin, 2019), mas a desordem informacional do pós-internet é percebida como situação nova devido a um volume de informações e a uma velocidade de fluxo só possíveis no contexto digital (Assis; Gerlin, 2022), devido a cenários da digitalização e do mundo contemporâneo (Ackland; Gwynn, 2021). No primeiro grupo, temos a queda no custo para se tornar produtor de conteúdo, somada à facilidade de monetização via anúncios digitais, e o formato do conteúdo nas redes sociais, marcado pela fragmentação e por poucos critérios de qualidade; no segundo grupo, estão o cenário de descrédito em relação a instituições formais, entre elas o jornalismo, e de extremização política.

A literatura científica contextualiza os fenômenos de desinformação dentro de uma perspectiva histórica repleta de episódios marcantes. De fato, boatos, rumores e campanhas de desinformação fazem parte da história política e social da Humanidade e — menos lembrado — da própria comunicação e do jornalismo. Segundo Conboy (2004), a imprensa é uma tecnologia medieval (do século XV), porém a ideia de o dever jornalístico estar do lado dos cidadãos, de investigar, de agir por um bem público, é posterior, surge no século XIX, portanto temos a maior parte da história da imprensa desvinculada desses valores. Antes da formalização da comunicação em livros e periódicos, boatos e rumores eram a fonte de informação das massas e do debate público, atuando como espécies de “antecessores” do jornalismo e permanecendo ao lado de fatos históricos e das notícias, como “irmãos”. A impressão trouxe uma perspectiva de controle sobre esse debate. Tendo em vista que as notícias impressas levam à oralização do debate, e sendo a oralização um meio associado ao rumor, já nos primórdios da imprensa, na Idade Média, certas autoridades europeias viram na tecnologia uma forma de restringir rumores (em vez de ampliá-los) por meio do método da primeira versão, usado até hoje em gerenciamento de crise. Esse episódio adianta a tendência de cooptação elitista, de manifestação de poder, que se evidencia já no início do jornalismo impresso. É com o desenvolvimento do capitalismo que as fontes das informações passaram a

ter relevância, assim como o acesso a informação, o que explica os esforços para que ambos se mantivessem restritas a elites, ou mesmo fossem guiados por esses interesses.

Com a internet comercial, parte do controle é perdida e sai fortalecida a noção de que a desinformação é um problema social a ser combatido. Uma série de fatores contribui para isso e, no cerne deles, estão as características da comunicação na internet e das regras opacas sobre essa comunicação. A figura do mediador não foi extinta, mas substituída — da mídia de massa pelas plataformas —, o que conflita com a promessa de que usuários ficariam no controle (Pariser, 2012). Para completar, os novos mediadores tanto buscam se fazer invisíveis como são pouco questionados. Especificamente, a pandemia encontra um Brasil com número crescente de indivíduos em rede, com a maioria dos domicílios com acesso à internet, o que não é apenas uma transformação tecnológica, mas social (Vetritti, 2020).

Há ainda um momento histórico peculiar do mercado de comunicação. Uma expressão do mundo globalizado em que vivemos é a homogeneização que marca o êxito do chamado capitalismo de negócios, um regime que mercantiliza também a informação, reduzindo o acesso dela para um grande público e inabilitando sistemas de propriedade pública que poderiam formar uma contracorrente (Webster 2014). Por outro lado, o jornalismo tradicional passou a perceber a desordem informacional como ameaça ao seu negócio porque equipara todos os conteúdos em circulação, e, inclusive no Brasil, têm investido em campanhas de autopromoção, com foco no seu compromisso com a verdade e na sua capacidade de investigação (Cazetta; Reis, 2019). O termo fake news (“notícia falsa”), por exemplo, tem embutida uma armadilha bastante mencionada na literatura, a de ser generalista o suficiente para alcançar popularidade ao mesmo tempo que é específica o bastante para atacar o principal produto jornalístico (Leite Junior, 2020).

Com base nisso, a desinformação tem sido abordada na ciência sob perspectivas que se complementam, com destaque para as seguintes: psicológica, sociológica, política, tecnológica e histórica (Grant; Nurse; Leach, 2023). As áreas de conhecimento são diferentes, mas a questão essencial refere-se ao comportamento das pessoas ante a desinformação. "As principais questões a serem abordadas incluem por que caímos na desinformação e por que a compartilhamos com outras pessoas" (Grant; Nurse; Leach, 2023, p. 92, tradução nossa).⁴⁵

Para esta pesquisa é relevante partir da compreensão sobre a desinformação a fim de subsidiar a fase empírica, para que seja capaz de revelar os contextos sobre os quais o

⁴⁵ “So how can we understand the problem of misinformation? Researchers have attacked the problem from a range of different directions, and it is likely that only a combination of perspectives will allow any headway on the problem. [...] In all, the key questions to address include why we fall for misinformation and why we share it with other people” (Grant; Nurse; Leach, 2023, p. 91).

jornalismo de verificação atua ao participar do combate à desinformação em conjuntura de infodemia. Assim, dividimos este capítulo em duas áreas: aspectos gerais do tema; e a literatura de desinformação calcada na pandemia de Covid-19.

2.1. Conceitos da desinformação e suas características

A produção acadêmica sobre desinformação disseminou por diversas áreas de conhecimento conceitos pertinentes, alguns deles em delineamento ou até em conflito, cujas discussões abordamos neste tópico, a fim de conferir as discussões a respeito da variedade dos formatos da desordem informacional, de suas intenções e objetivos na relação com as audiências.⁴⁶ Segundo Sample et al. (2020, p. 2), o elemento chamado "informação" possui três dimensões: a temporal (a época à qual se refere, o que concede efemeridade ao status de informação — fora desse período, perde-se o status); a ambiental (cena ou situação em que a informação nasce, o contexto sem o qual ela não existe); e o distanciamento em relação a emoções (a informação em si não mobiliza para uma ação nem busca moralizar uma situação). Tem-se então um entendimento sobre como a desconexão entre esses três elementos pode ser variada e assumir uma forma de desinformação, desmotivada ou não, ou de uso da informação como arma — porque informações corretas, se descontextualizadas, por exemplo, "podem ser tão efetivas quanto uma mentira" (tradução nossa).⁴⁷

Essa complexidade de abordagens tem compelido a ciência. Já em avanço nos últimos 20 anos, com “período explosivo” a partir de 2017 (Bran et al., 2021, p. 21), os estudos da desinformação aceleraram com a pandemia de Covid-19 aumentando o leque de conceituações, por exemplo, reforçando o conceito de infodemia e cunhando outro, o de desinfodemia — que trata especificamente da desinformação no interior da infodemia. Segundo a revisão bibliográfica de Wang et al. (2022), com trabalhos indexados na plataforma Web of Science de 2002 a 2021, a crise sanitária levou à literatura da área temas novos como a comunicação como tema de saúde pública na Covid-19 e as possibilidades do uso de big data para o combate da infodemia. Há ainda uma preocupação crescente com três assuntos em específico, que devem concentrar estudos futuros: os mecanismos por trás da desinformação; como ela incide sobre usuários de plataformas; e os algoritmos que regem essas plataformas.

⁴⁶ Como explicitado nas considerações iniciais, não pretendemos adotar neste trabalho conceitos específicos dos estudos de desinformação, bastando o uso de “desinformação” em sentido geral (o equivalente a *mesinformação*, *disinformation* e *malinformação*, ou mesmo *fake news*) e desordem informacional, este último dando conta de um conjunto, de um cenário e de um problema social.

⁴⁷ “Well-timed, factually correct information can be as effective as a lie; when this occurs, the information becomes weaponized” (Sample et al., 2020, p. 2).

Paralelamente aos conceitos da desinformação que se consolidam, novos conceitos e abordagens surgem na medida do espalhamento dos estudos de desinformação por áreas de conhecimento diferentes da comunicação. Por exemplo: uma consequência já aparente do fato de a saúde pública estar se debruçando sobre aspectos dos fenômenos da desinformação — gerando uma espécie de ponto de vista epidemiológico — é a adaptação de conceitos e ideias (ou seja, de modelos) da área para abordagens com foco em prevenção. Segundo o exemplo de Linden (2023), esses estudos se apóiam na analogia de que, se a desinformação se dissemina como um vírus, talvez possa ser contida como um vírus: "Um vírus ataca explorando os pontos fracos das nossas células e sequestrando algumas de suas máquinas. O mesmo ocorre para a mente, de muitas maneiras" (tradução nossa).⁴⁸ A prevenção contra desordens informacionais tem sido chamada de "pré-bunking" e possui, em geral, duas frentes, sendo uma delas uma espécie de letramento específico contra desinformação cuja meta é educar sobre táticas e formatos mais comuns dos conteúdos desinformativos e, a outra, uma proposta de campanhas de conscientização sobre assuntos específicos que costumam ser alvo de desinformação, como tópicos de saúde e meio ambiente.⁴⁹

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que as pesquisas de comunicação do Norte Global e as referências institucionais do jornalismo de verificação tendem a tratar a desinformação como um problema comportamental em nível individual, o que se mostra particularmente insuficiente para abordar esses fenômenos na periferia global, onde estão países com histórico complexo e multicultural. Outra crítica, a de Oliveira (2020, p. 16), questiona as teorias de desinformação que focam na origem e na intencionalidade, o que move a discussão para a designação de autoridades que detêm “verdades absolutas”, em vez de compreender os contextos em que a desinformação circula, quais sentidos estão em disputa e o que leva às visões de mundo que causam prejuízo à coletividade pela via da informação.

Exposta a diversidade de abordagens e partindo para os conceitos básicos dos estudos da desinformação (vide Quadro 3), é preciso reconhecer que os teóricos associados ao jornalismo de verificação frequentemente usam como fator de peso nas definições de “desinformação” o nível de comprometimento do emissor da mensagem com a vontade de enganar. Segundo Alexander e Smith (2011), que propõem uma teoria de desinformação baseada em táticas de guerra, a desinformação é uma mensagem de fundo verossímil no qual se inclui um ruído calculado, a fim de que um certo grupo-alvo compreenda a mensagem

⁴⁸ “A virus attacks by exploiting our cells’ weak spots and hijacking some of their machinery. It’s the same for the mind in many ways. There are certain cognitive biases that can be exploited by misinformation. Misinformation infects our memories and influences the decisions that we make” (Linden, 2023).

⁴⁹ Da área de saúde, Bran et al. (2021, p. 26) registram “infobesidade” (*infobesity*) e “infoxicação” (*infoxication*).

dentro do planejado. Isto é, o intuito de enganar está na base da produção da desinformação. Sob outro ponto de vista, ainda no terreno político, Debord (1997) diz que a desinformação é “mau uso da verdade”, devidamente apontado em contextos geopolíticos também por ameaçar uma “organização do silêncio” — ou seja, trata-se de uma justificativa para descredenciar informações. De qualquer forma, não é mentira, mas verdade manipulada a ser combatida.

Quadro 3. Conceitos do universo da desordem informacional

Termo	Conceitos na literatura	Proposta de conceito
Desinfodemia	Termo criado pela OMS para se referir à “parte ruim da infodemia” de Covid-19 (Zielinski, 2021), um paralelo entre a gravidade da pandemia e a da sua crise informacional	Cenário grave de <i>déficit informacional sobre tema de saúde</i> que ameaça a coletividade e exige reforço na atuação em comunicação em paralelo ao enfrentamento em saúde
	Reforça a necessidade de atuação interdisciplinar entre comunicação e saúde, porque prejudica o direito à saúde (Pinto; Magalhães, 2023, p. 149)	
Desinformação	Mensagens com ruídos estrategicamente calculados para manipular um grupo alvo (Alexander; Smith, 2011)	Em língua inglesa e acadêmica, falsidade feita com intenção de enganar; em português brasileiro, qualquer tipo de falsidade. De forma mais ampla, define o fenômeno sempre presente na História que ganha centralidade a partir do século XXI, com a popularização da internet e como ameaça a entes epistêmicos tradicionais
	Conceito melhor do que “fake news” (Canavilhas, 2023, p. 143), trata de “conteúdo intencionalmente falso e criado para causar danos” (Wardle, 2020a, p. 10)	
	“Mau uso da verdade” (Debord, 1997)	
	Diz respeito a um cenário da atualidade em que uma estratégia historicamente militar de desestabilização social se dissemina no contexto da “comunicação eletrônica” (Sodré, 2015, p. 87)	
	Manifesta-se como uma onda que cria contextos de instabilidade dos sistemas de informação, subjungando com isso o jornalismo (Saad, 2021, p. 64).	
Desordem informacional	“[...] preferimos usar os termos desinformação, mesinformação ou malinformação. Coletivamente, chamamos isso de desordem informacional” (Wardle, 2020a, p. 9)	Termo alternativo usado por teóricos do jornalismo de verificação institucional, mas com problemas pelo <i>foco na intencionalidade das mensagens</i> , o que não abarca as estruturas e os sentidos que movem a circulação dos conteúdos
	Possível sinônimo de infodemia, trata-se do quadro mundial para o qual a sociedade tem se voltado com fins de combate a um problema (Träsel; Vinciprova, 2024, p. 6)	
	Termo vago na medida que deixa em aberto o que seria ordem informacional, com risco de se tornar fundamento para ações arbitrárias (Oliveira, 2020)	
Fake news	"Corrupção da informação" que decorre da moral descompromissada” que sustenta a forma de capitalismo criada pelas giant techs (Zuboff, 2021)	Desinformação em geral no uso popular; desinformação em formato de notícia, no uso acadêmico. Evita-se o uso da expressão, pela ambiguidade e pelo cálculo
	Conteúdo enganoso, que usa de facticidade para dar cabo a uma intenção de engano, imitando o formato noticioso (Tandoc Jr.; Lim; Ling, 2018, p. 147)	

Termo	Conceitos na literatura	Proposta de conceito
	<p>“Pseudojornalismo” é termo mais adequado para caracterizar veículos que imitam o jornalismo em seus formatos e linguagem para disseminar desinformação, criando dificuldade à audiência e ao ramo nos fatores de distinção e credibilidade (Träsel; Lisboa; Vinciprova, 2019)</p> <p>“Conteúdo fabricado ou não verificado apresentado intencionalmente como notícia verificada para enganar os leitores, muitas vezes com uma ideologia motivo político ou econômico” (Brandtzaeg; Følstad; Dominguez, 2017, p. 1)</p>	político, visto que há a possibilidade de termos mais convenientes, mas é inegável a sua popularidade
False news	<p>Enquanto fake news cada vez mais se refere a fraude na informação (<i>disinformation</i>), falsidade (false news) tem mais relação com erros na informação (<i>misinformation</i>) (Teixeira; Martins, 2022).</p> <p>Diferentemente de fake news, cuja produção tem a meta de engano, é uma desinformação provocada por erro e negligência, inclusive de jornalistas (Canavilhas; Jorge, 2022, p. 57)</p>	Tipo de desinformação em formato de notícias que <i>difere das fake news pela não intencionalidade de engano</i> , porque é criada por equívoco ou negligência do próprio jornalismo profissional
Fato alternativo (<i>alternative facts</i>)	<p>Termo difundido em 2017 por uma porta-voz da presidência dos EUA que “zomba implicitamente da noção de que a verdade de qualquer coisa pode realmente ser compreendida” (Kovach; Rosenstiel, 2021, tradução nossa).⁵⁰</p> <p>Fenômeno da pós-modernidade, a rejeição extrema de certos grupos ao elitismo e às autoridades, inclusive epistêmicas, teve por consequência o ceticismo sobre a existência de fatos objetivos, que podem ser nivelados a quaisquer outras declarações (Acampa, 2024, p. 39)</p> <p>Elemento da estratégia de comunicação política adotada por políticos conservadores no mundo todo (Tripodi, 2018)</p>	Argumento pró-desinformação usado como ferramenta alimentadora de falsidades e teorias conspiratórias em discursos políticos de extrema direita, com origem na chamada alt-right dos EUA
<i>Infollution</i>	<p>Palavra criada de <i>information</i> e <i>pollution</i>. Trata-se de um grande volume de informação que tem efeitos nocivos sobre a sociedade, incluindo falsidades, manipulações, propaganda, teorias conspiratórias e certos memes (Bran et al., 2021).</p> <p>“A poluição da informação é amplamente referida como o resultado da revolução da informação, em que as pessoas recebem informações contaminadas, que são de menor importância, irrelevantes, não confiáveis e não autênticas, que carecem de exatidão e precisão, o que sempre tem um efeito adverso na sociedade em geral” (Pandita, 2014, p. 51)</p>	Termo que pode ser usado como sinônimo de infodemia e de desordem informacional quando se quer dar ênfase à onipresença do excesso de informação na vida humana e ao caráter reativo do comportamento dos sujeitos vulneráveis a esse cenário
Infodemia	<p>Crises de saúde pública, na qual se encaixam surtos de doenças infecciosas, são também crises de comunicação (Thomas; Senkpeni, 2020, p. 55)</p> <p>Fluxo intenso de informação sobre determinado assunto que precisa ser administrado como situação de risco que é, visto que, se as falsidades enganam e levam a condutas perigosas para a</p>	Tanto sinônimo de desordem informacional como termo específico da desordem informacional sobre tema de saúde, visão essa que se disseminou a partir da pandemia de

⁵⁰ “[...] at least some political figures are still trafficking in former White House counsel Kellyanne Conway’s concept of ‘alternative facts,’ implicitly scoffing at the notion that the truth of anything can actually be understood” (Kovach; Rosenstiel, 2021, n.p.).

Termo	Conceitos na literatura	Proposta de conceito
	coletividade e o indivíduo, o excesso de informações, mesmo que fidedignas, também gera confusão (Zielinski, 2021)	Covid-19 para fundamentar discussões acadêmicas sobre problemas sistêmicos de comunicação que prejudicam o enfrentamento de crise sanitária
	Fenômeno possibilitado pelas plataformas digitais que marca a passagem definitiva da sociedade de informação (marcada pela ascensão das tecnologias de comunicação e informação) para a sociedade de desinformação (em que as falsidades são “endêmicas”) (Alzamora; Mendes; Ribeiro, 2021, p. 18)	
Malinformação	Dentro da classificação proposta por Wardle (2020), se refere a <i>malinformation</i> , que é a falsidade cuja condição é criada pelo deslocamento contextual de uma informação verdadeira, comum em campanhas de difamação	Anglicismo que em geral faz alusão à sistematização wardliana, baseada na intenção e na estratégia da mensagem, sendo uma das mensagens desinformativas que surge de intuito deliberado (ao lado de <i>disinformation</i>) e a única que não é falsidade
	Mensagem desinformativa porque usa o valor da verdade para fins de engano (Baines; Elliott, 2020). Para os autores, uma mensagem só é <i>informação</i> quando não tem intuito de enganar e carrega proposições que correspondem à verdade	
	“Má-informação”, uma informação verdadeira que sai descontextualizada do âmbito privado para o público a fim de prejudicar a reputação de alguém (Rocha et al., 2022)	
Mesinformação	Segundo Wardle (2020a, p. 10), <i>misinformation</i> é o elemento da desordem informacional que abrange a mensagem falsa ou enganosa que é compartilhada não com mau propósito, mas por incentivo de “fatores sociopsicológicos”. É a condição da <i>disinformation</i> que é replicada por públicos desavisados	Outro anglicismo wardliano, caracteriza a falsidade que não é produzida e nem compartilhada com intenção deliberada de enganar; é um engano “honesto” ou negligente
	“Cacoinformação” é o termo em português proposto por Träsel e Vinciprova (2024, p. 5), para quem esse é o conjunto maior de desinformação, sendo a <i>disinformation</i> uma subcategoria	
	Não há intenção de engano, mas tanto a mensagem do remetente quanto as proposições que ela contém são falsas (Baines; Elliott, 2020)	
Pós-verdade	Característica de um período do século XXI em que emerge descrença sobre o que é verdadeiro na esfera pública e quem tem autoridade para definir isso (Harsin, 2018)	Fenômeno de negação ao consenso público que está relacionado ao isolamento e ao apelo à subjetividade que são a base do negócio das plataformas digitais
	Segundo Delarbre (2021, p. 23), é preciso associar diretamente esse conceito ao mau uso das “redes sociodigitais”: “A pós-verdade é a substituição de fatos objetivos por versões falsas que adquirem credibilidade entre as pessoas que, em redes sociodigitais, se ocupam com mensagens que coincidem com seus preconceitos”	
	Conceito irreal e “anti-histórico”, porque pressupõe que houve rompimento com um passado em que a “verdade” era central nos debates públicos (Jasanoff; Simmet, 2017)	

Fonte: (Adaptado pela autora)

Essa perspectiva, a da “vontade de enganar”, continua importante nos estudos de desinformação porque justifica propostas de intervenção pública na desordem informacional.

Por outro lado, é insuficiente para explicar toda a dinâmica do ecossistema pós-internet, que ocorre em contexto de hiperinformação, do “atual caos comunicativo” (Waisbord, 2018, p. 7, tradução nossa)⁵¹, marcado por fragmentação e volume, ambos geradores de incerteza. Assim, disseminou-se a proposta que destrincha a desinformação em duas: a desinformação (*disinformation*) e a mesinformação (anglicismo para *misinformation*), sendo que essa última diz respeito à informação equivocada na qual se acredita ou a qual se passa para a frente por autoengano, ou seja, sem intenção de enganar o outro e sem noção de que é falso (Lewandowsky et al., 2012; Wardle, 2023; Resende et al., 2019).

Aproveitando uma diferenciação semântica que é possível em inglês (Oliveira, 2020, p. 4), em Wardle (2020), há ainda a malinformação (*malinformation*), que é a informação verdadeira, mas transmitida fora de contexto com intuito de enganar e que vem tomando espaço entre as estratégias para fomentar engano: “Cada vez mais vemos a armamentização do contexto e o uso de conteúdo genuíno [...] distorcido e reformulado” (Wardle, 2020, p. 10). Além do ganho em verossimilhança, a falsidade que contém verdade é mais difícil de ser captada pela verificação automatizada e menos selecionada pelo jornalismo de verificação. Desinformação e malinformação podem se manifestar como mesinformação, visto que a classificação depende de intenção.⁵² A autora dispõe assim a motivação em cada categoria: a desinformação traz ganhos financeiros e políticos; a mesinformação tem por trás fatores psicossociais; e a malinformação geralmente ocorre no âmbito de campanhas difamatórias.

A esse conjunto de falsidades categorizadas, Wardle (2020a, p. 9) dá o nome de “desordem informacional”. A expressão é resultado de mais reflexão sobre o campo da desinformação, com vistas à construção de políticas públicas, na comparação com conceitos dos primórdios da internet — tais como *information pollution* (*infollution*) e *information overload* (sobrecarga de informação). Ainda que teóricos como Pandita (2014) revisitem esses termos do ponto de vista da coletividade, no caso, com uma reflexão sobre como a falta de acesso a informações credíveis e de ferramentas pessoais para discerni-las impacta países em desenvolvimento, essas expressões são mais comumente associadas à dificuldade de o indivíduo tomar decisões diante do excesso de informação fragmentada e descontextualizada em uma perspectiva econômica ou administrativa.

Bran et al. (2021, p. 2-3) reforçam que “desordem informacional” ainda tem significados diversos na literatura, englobando casos mais ou menos graves de intenção e de

⁵¹ “Hate speech, trolling, weaponized social media, large-scale disinformation campaigns, and massive operations of surveillance are not healthy outcomes of the current communication chaos” (Waisbord, 2018, p. 7).

⁵² Para Bran et al. (2021), a mesinformação é mais objeto de estudos do que a desinformação.

efeitos. Desordem informacional é um conceito da ciência política: refere-se a situações em que cidadãos não dispõem de informações precisas para ajudá-los a tomar as decisões que cabem a eles em uma democracia (Sample et al., 2020). Fora isso, criar fraudes informativas por cálculo político é uma tática para alterar comportamentos mesmo que momentaneamente: "Não é inconcebível agir contrariamente às próprias crenças com base em questões mais pessoais e pertinentes, que são passageiras" (Sample et al., 2020, p. 4, tradução nossa).⁵³

Por sua vez, Wardle (2020a, p. 14) busca promover a expressão “desordem informacional” como substituta de “fake news”. O estudo bibliométrico de Bran et al. (2021) mostra que “fake news” ainda é a palavra-chave mais comum em trabalhos acadêmicos do campo. Fora e dentro da academia, popularizou-se como termo definidor de qualquer tipo desinformativo ou enganador que circula pela internet, “palavra dominante para incluir todas as informações enganosas” (Rodríguez-Pérez; Paniagua-Rojano; Magallón-Rosa, 2021, p. 266, tradução nossa).⁵⁴ Trata-se de um problema linguístico e político: primeiro, porque "notícia falsa" é uma incongruência — um “oxímoro” (Tandoc Jr.; Lim; Ling, 2018, p. 190) —, visto que notícias se referem a fatos, não a falsidades, logo, no máximo abrangeria a desinformação forjada para parecer que teve tratamento jornalístico (Wardle, 2020a); e, segundo, porque perpetua a carga original, uma criação política de demérito à imprensa que questiona autoridades públicas (Phillips, 2020; Rodríguez-Pérez; Paniagua-Rojano; Magallón-Rosa, 2021; Moretzsohn, 2019). Tanto quanto é popular, "fake news" é um termo amorfo que não permite entender se inclui os erros de informação propositais com fins de pilhéria e o sensacionalismo, ou se significaria somente a informação intencionalmente fraudada e em formato que simula os das notícias —; e o quanto as "fake news" interferem em processos políticos e que métodos poderiam gerar evidências disso (Lee et al., 2022, p. 4-5).

2.1.1. Fenômenos complexos da “era da ignorância”

O exercício de atuar pela correção de crenças infundadas, especialmente sobre ciência e saúde, são desafiantes para o jornalismo de verificação também devido à conjunção de fenômenos em direção contrária que ajuda a definir a contemporaneidade. Para classificar a

⁵³ “It remains to be seen if the employment of fact checking, controlled narratives, and traditional information operations approaches is sufficient for the information environment of the future, but the results to date are not particularly positive. Perhaps part of the problem is the inconsistency inherent in modern life—it is not inconceivable to act contrary to one’s beliefs based on more personal, pertinent matters, which are fleeting” (Sample et al., 2020, p. 4).

⁵⁴ “Fake news has become a catch-all, buzzword, or mainstream word to include all misleading information” (Rodríguez-Pérez; Paniagua-Rojano; Magallón-Rosa, 2021, p. 266).

nossa época como a “era da ignorância”, Proctor (2008, n.p.) designa a ignorância como uma construção social que resulta do não acesso ao conhecimento, mas também pode ser ferramentalizada. Ou seja, nesse caso é um elemento da desinformação, produto de forças econômicas, políticas e sociais que cultivam dúvida, conspiração, desestímulo e descrédito.

Podemos destacar, assim, fenômenos complexos da atualidade que atuam direta ou indiretamente em prol da produção de ignorância: pelo nivelamento de saberes, tais como a *mediatização* e o *negacionismo*; compelindo à conspiração e à dúvida, o *extremismo de ideias*; e, ainda, barrando o acesso ao conhecimento pela periferia global, o *colonialismo de dados*.

Mediatização é o processo não linear pelo qual a mídia se torna central na sociedade, influenciando a produção cultural além do seu próprio terreno de atuação e se institucionalizando como estrutura transformadora do corpo social, do qual é interdependente. Segundo Krotz (2021, p. 118), a mediatização é composta de dois movimentos que ocorrem em longo prazo: “uma transformação dos meios de comunicação social e uma transformação da vida cotidiana das pessoas, da cultura e da sociedade, dos ambientes simbólicos e das formas de agir e de comunicação das pessoas e, portanto, também das pessoas” (tradução nossa).⁵⁵ Com a internet, os fenômenos de mediatização se aprofundaram e vivemos a *deep mediatization* (mediatização profunda): além de as mídias digitais estarem onipresentes nos espaços pessoais e coletivos, alavancadas por uma indústria de inovação de intensidade inédita, elas codificam (reafirmam) os hábitos dos usuários (Hepp, 2020). Nas palavras de Lelo (2021), vivemos em sociedades “saturadas de mídia”. As mídias sociais, sendo novas formas de mídia de massa e entrega de mensagens, se somaram à mídia de massa tradicional para ampliar a profundidade da presença midiática no cotidiano (McLeod; Wise; Perryman, 2017). Temos um ponto notável de nivelamento dos conteúdos: a imprensa hoje é mídia (Sodré, 2021), tudo é “notícia” (Posetti; Matthews, 2018) e a disputa por atenção dificulta manter registro das fontes da informação que consumimos (Christofoletti et al., 2024).

O senso de desordem informacional coincide com o crescimento, em quantidade, das mídias digitais (Bran et al., 2021), o que faz sentido, visto que as plataformas (ambientes virtuais em que mídias digitais são consumidas) podem ser consideradas instâncias da mediatização, ou seja, agentes que impulsionam esse processo por meio de modelos de funcionamento que se baseiam nas mídias tradicionais (Mintz, 2019).

⁵⁵ “Mediatization consists of two transformations that are mutually dependent: A transformation of the media and a transformation of the everyday life of people, of culture and society, the symbolic environments and ways of acting and communication of the people and thus also of the people themselves” (Krotz, 2021, p. 118).

Sob essa arquitetura de funcionamento, os ecossistemas informacionais organizados por algoritmos viabilizaram a instalação de uma indústria de notícias falsas (Silva, 2018), isto é, um ramo econômico centrado na prática de ganhar dinheiro elaborando e disseminando desinformação, em geral porque esse conteúdo atrai um público que interessa à publicidade gerida por algoritmos, seja por seu volume ou por suas características específicas. Tal indústria se sustenta porque esse sistema publicitário busca grandes audiências e premia iniciativas digitais por isso, sem discriminar com base na intenção nem na qualidade do conteúdo. A *homogeneização de conteúdos* provocada pelas plataformas faz com que mesmo interessados em ciência precisem lidar, por exemplo, com a “divulgação científica” que não é calcada em literatura científica, isto é, os canais que tratam como científicas informações que não o são ou mesmo a desinformação que usa recursos persuasivos, como jargão e figuras de autoridade, reais ou inventadas (Gomes; Penna; Arroio, 2020). Ou seja, as redes sociais possibilitam aos cientistas comunicar ciência sem a mídia de massa como intermediária, mas o negócio de distribuição digital baseado em algoritmos permite que outros agentes disputem a atenção das audiências pelos mesmos temas (Monari; Santos; Sacramento, 2020).

A ciência é um campo de atenção da agnotologia, o estudo da produção de ignorância, porque a geração de dúvida é uma consequência de um fenômeno de obscurecimento de fatos científicos, o negacionismo da ciência. Pode ser descrito como um pacote deliberado de ações que visam a minar a credibilidade em torno de consensos científicos. Ou seja, “constitui-se como projeto atrelado a interesses extracientíficos” (Kropf, 2022).

O negacionismo produz ignorância e desinformação — seja em nichos específicos ou de forma massiva, quando conta com espaço na mídia estabelecida, por exemplo — em benefício das novas autoridades “alternativas” que forma e de quem as financia. De fato, parte do processo de negação das instituições científicas tem relação com a disputa política pela autoridade de produzir conhecimento e falar sobre ele (Oliveira, 2022).

Uma explicação teórica para a aceitação do negacionismo na atualidade está no rebaixamento do racionalismo frente às outras formas iluministas de enxergar o mundo que se verificam em países democráticos, entre elas a ciência e o jornalismo. Brants e Haan (2010) citam a escalada do que chamam de *vox populi*, discurso baseado em subjetividades e que usa sentimentos como a raiva a fim de expressar noções arraigadas. Esse fenômeno revela-se uma ameaça às instituições baseadas em racionalismo e aumenta de escopo ao adentrar as esferas políticas, mudando as dinâmicas políticas, pois pressiona por posturas midiáticas e estimula os comportamentos extremistas. Trata-se, de certa forma, da visão da ciência política sobre a pós-verdade do século XXI que os estudos de comunicação vêm relatando como

consequência do declínio da confiança em instituições que sempre tiveram credibilidade social (Harsin, 2018), com reflexos degradantes sobre o debate político (Martyn; Bosman, 2018). Entenda-se que, em nível filosófico, o senso comum (percepção comum) não existe em contraposição às ciências, visto que também resulta da observação humana, mas é preciso que haja abertura à crítica para que as ideias sejam expandidas, renovando esses sentidos comuns por assimilação de conhecimentos (Paty, 2003).

Por outro lado, Oliveira (2018) avalia que o crescimento da rejeição às instituições produtoras de conhecimento se apresenta também como resposta a posturas arbitrárias de poder. Nesse sentido, a disseminação das mídias sociais serviu para que essas reações contassem com suporte de comunicação para se sistematizar e se divulgar:

Temas como terraplanismo, movimento anticiência e campanhas contra vacinação emergem nos espaços de mediação da informação e comunicação, trazendo à tona a própria forma como estas instituições de poder foram consolidadas autoritariamente e suas práticas para manutenção do poder (Oliveira, 2018, p. 120).

Procedimentos de divulgação dos movimentos anticiência frequentemente abrangem campanhas coordenadas com a finalidade de disseminar seus conteúdos e desacreditar fontes legítimas das áreas de conhecimento. Segundo Machado (2020), essas campanhas de desinformação usam recursos como robôs e incentivos ao comportamento robotizado de humanos para promover conteúdo negacionista da ciência na internet. No caso do anticientificismo ligado à defesa da saúde alternativa, por exemplo, uma estratégia comum é associar a ciência a arranjos de mercado, generalizando a atuação do conhecimento científico:

Há produtores de conteúdo da saúde alternativa que querem tirar a legitimidade das instituições, ocupando o lugar delas por meio da oferta de cursos, livros, e através da simulação de proximidade e de pertencimento em relação à audiência. Vemos ataques a instituições em geral. É um discurso que fica pingando devagarinho e que é contínuo, como as insinuações de que cientistas são corruptos, de que eles têm interesses e ligações com a indústria farmacêutica, bem como a utilização de termos como “indústria da doença” e “indústria do câncer” (Machado, 2020).

A literatura tem se interessado em entender por que discursos negacionistas podem parecer mais atrativos a determinados grupos sociais do que o conhecimento científico. Afinal, discursos negacionistas não circulam apenas em grupos restritos, estando disponíveis em redes sociais por meio de palavras-chave como “antivax” (Pezzini; Terracciano, 2022). Ainda: muitos adeptos de teorias da conspiração costumam se comprometer com a defesa de suas crenças, evitando situações em que essas crenças podem ser ameaçadas por evidências científicas e preocupando-se em sempre apresentá-las como menosprezadas pela mídia

tradicional (Bessi et al., 2015). As teorias conspiratórias têm a vantagem de enfrentar menos filtros à sua circulação na comparação com informações científicas. Vicario et al. (2017) apontam a verificabilidade como a principal diferença entre esses dois tipos de conteúdo. Enquanto a teoria conspiratória se aproveita da tolerância do seu público a um grau de incerteza — não exigem conhecer origem, autoria, nem dados ou métodos que estejam acessíveis —, a informação científica não pode prescindir desses elementos. Logo, é possível, por exemplo, que apoiadores da desinformação tentem reverter a situação se colocando como vítimas dos “abafadores da verdade” quando desmascarados (Vicario et al., 2017). Outra vantagem das teorias conspiratórias em detrimento das informações científicas é que, embora o padrão de consumo de ambas pareça semelhante, o conteúdo conspiracionista sobrevive por mais tempo na internet devido ao modelo de consumo centrado em agrupamentos de usuários formados com base em interesses prévios, que se retroalimentam, enraizando crenças.

O encerramento de cidadãos em grupos fechados ao debate público embasou a tese da “era partidária” (em inglês, *partisan age*), que aparece na literatura científica desde meados dos anos 2000, em especial na ciência política e no direito. O propósito do conceito é descrever fenômenos contemporâneos relacionados às fissuras nas democracias liberais descritas por McGinnis (2006, p. 47) como uma mistura de “virulento partidarismo e poder excessivo de interesses especiais” (tradução nossa).⁵⁶ Ou seja, os que vivem em uma era partidária são os que assumem um partido e se fecham a outras mentalidades, logo são menos orientados a disputas com meta de consenso, menos tolerantes com ideias contrárias às suas e mais movidos pelos interesses do seu grupo.⁵⁷ Logo, o “empirismo” desses grupos — também rejeição ao intelectualismo — tem alterado o que é considerado senso comum, que é o fundamento das discussões políticas nas democracias (McGinnis, 2006, p. 49). Em suma, esse posicionamento político ataca a democracia representativa no ponto em que ela depende da confiança na existência de fatos para que os debates públicos possam ocorrer (Sodré, 2019).

Rechaçar o diálogo público é o resultado característico de outros conceitos associados à discussão sobre a desordem informacional na era partidária, entre eles “polarização”,

⁵⁶ “Pundits and politicians alike complain that virulent partisanship and the excessive power of special interests distort modern democracy. As result, it is difficult to elicit the consensus for policies that will promote the public interest” (McGinnis, 2006, p. 47).

⁵⁷ Silveira (2021, p. 96) dá termos mais específicos a esse processo, que apresentou uma dinâmica de onda a partir do Norte Global e chegou ao Brasil: “[...] a partir da segunda metade do início do século XXI, assistimos ao surgimento de um grupo político de extrema direita que passou a contestar a racionalidade iluminista. Eles passaram a considerar que o debate racional baseado em fatos nos conduziria a um agigantamento do Estado e, portanto, ao que eles chamam de marxismo. Esses vários grupos e pensadores da extrema direita, em geral compromissados com o neoliberalismo exacerbado, passaram a cultivar a desinformação como principal estratégia política. Isso criou uma alteração daquilo que seria caracterizado como os processos de desinformação anteriores e gerou uma insistente ação política a partir da desinformação”.

“populismo” e “extremização”. Os dois primeiros são conceitos um tanto genéricos, que nem todos os pesquisadores se preocupam em delinear nos trabalhos (Kubin; Sikorski, 2021; Mattos, 2022; Gentile, 2021; Sponholz; Özvatan, 2024). Sobre a polarização política, por exemplo: para Ortellado et al. (2022), trata-se de um cenário tido como característico do atual momento histórico em que as opiniões da população estão divididas entre extremos, com poucos adeptos de visões moderadas. Porém, sob esse conceito, no Brasil a polarização não se apresenta generalizada, mas restrita a grupos sociais determinados — como o de pessoas mais velhas e o de pessoas com menos escolaridade —, o que aponta que “o contraste entre a evidência anedótica (que sugere forte polarização) e os resultados empíricos (que mostram uma polarização real, porém modesta) pode ser explicado pela sobrerrepresentação dos subgrupos polarizados na esfera pública” (Ortellado et al., 2022, p. 65). Com isso, entende-se que o tamanho do holofote que certas identidades políticas recebem nas plataformas digitais ou na mídia de massa é fator a ser considerado antes de se julgar a polarização como fato.⁵⁸

Na literatura, a polarização política é relacionada à desordem informacional porque: acelera a queda de credibilidade das instituições de “conhecimento compartilhado” que atuam na criação do consenso no molde democrático, tais como a imprensa e os sistemas científicos (Marques et al., 2023, p. 5, tradução nossa)⁵⁹; faz com que pessoas discordem de fatos científicos por identidade política (Rekker, 2021); influi negativamente sobre o jornalismo de mercado, que se sente tentado a vender notícias para as bolhas (Serafini, 2023); reduz o impacto do jornalismo de verificação, especialmente quando esse traz uma análise com crítica a condutas e comportamentos (Bachmann; Valenzuela, 2023); e deprecia a ideia de imprensa livre, gerando um boicote ao jornalismo profissional e acarretando na redução no número de fontes informativas a um mínimo, bem como na escolha por fontes de informação mais interessadas em espelhar as expectativas do segmento político no seu alvo (Carvalho, 2022). Ressalta-se, porém, que o negacionismo em torno da pandemia de Covid-19 fez parte de um ideário diretamente ligado à extrema-direita em vários países (Küppers; Reiser, 2022).

Por sua vez, a ideia de extremização parece ser mais capaz de apresentar as complexidades referentes ao peso das identidades políticas sobre a desordem informacional, porque centraliza em sua conceituação a ascensão de ideário antidemocrático, em especial o de extrema-direita, como resultado dos problemas do capitalismo contemporâneo. A

⁵⁸ Outros teóricos, porém, defendem que o Brasil vive uma situação de polarização grave. Areal (2022) analisa que o nosso caso é de “polarização de afetos” (*affective polarization*) entre antipetistas e antibolsonaristas, isto é, a identidade política dos brasileiros tem se manifestado por negatividade.

⁵⁹ “To summarize, if a highly polarized political environment undermines societies’ resistance to mis- and disinformation [...], a low level of trust in institutions such as universities, scientific systems, and journalistic organizations destabilizes the authority of our shared knowledge [...]” (Marques et al., 2023, p. 5).

extremização, que pode incluir narrativas negacionistas, é uma estratégia que alavanca sujeitos políticos na internet (Piaia et al., 2023). O próprio jornalismo de verificação tem na sua origem a busca do jornalismo por formatos mais incisivos para lidar com as figuras que ascendem nesse cenário, as quais Sodré (2021) chama de "incivis", ou seja, refratárias a liturgias, alinhadas com a desinformação como arma e profundamente midiaticizadas.

Esses fenômenos da digitalização da vida e, por consequência, do acesso à informação em meios digitais, são diferentes para quem vive no centro e para quem vive na periferia global, onde está o Brasil. No Sul Global, que são os países que ainda enfrentam as marcas do colonialismo (a colonialidade), o capitalismo informacional (Silveira, 2022) se prende a essas vulnerabilidades históricas para enraizar os lucros da exploração das relações humanas transformadas em dados, segundo a tese do colonialismo de dados (Silveira, 2022; Cassino, 2022; Natahson; Morales; Ferreira, 2022). Por essa perspectiva, apesar da globalidade desse novo capitalismo, incidem sobre os países periféricos mais problemas decorrentes da exploração de dados do que sobre o Norte Global onde estão sediadas as giant techs e que, por isso, concentram a renda do ramo econômico, além de ter nele uma ferramenta de disseminação de pretensões geopolíticas. Mesmo com problemas de infraestrutura — leia-se internet mais lenta, por exemplo —, as consequências negativas dos monopólios de tecnologia são percebidas com mais força nos países do Sul Global, que têm sociedades já tocadas por fragilidades históricas (Tandoc Jr., 2022).

A consequência do colonialismo de dados para a forma de consumo de informação na sociedade digitalizada é a condição de "novo eu-colonizado" (Cassino, 2022). Nessa versão do colonialismo, quem vive no Sul Global tem seus encontros com fontes de informação mediados por algoritmos dos quais desconhece o funcionamento, ao mesmo tempo em que tem os dados coletados e transformados em mercadoria por um ramo altamente lucrativo, sediado em outros países. Esse novo-colonizado dispõe de poucas ferramentas para entender o processo no qual está mergulhado, pela típica opacidade do negócio, e é levado a acreditar que ferramentas tecnológicas são feitas para atender aos usuários de uma forma neutra. Logo, não problematiza as escolhas editoriais com as quais topa nem a sua própria falta de escolha.

Na mesma linha, Silveira (2022) adapta o conceito de alienação técnica ao capitalismo informacional, a fim de definir a postura de vulnerabilidade que os usuários dos serviços de plataformas tecnológicas têm frente às regras dos modelos de negócios e das suas consequências. É "a ignorância ativa sobre como funcionam as redes de criação, desenvolvimento e uso de tecnologias, na fé da completa ausência de importância de se conhecer e dominar localmente os processos tecnológicos". No mesmo sentido, Webster

(2014) avalia que a aceitação tácita (seja por desconhecimento ou indiferença) da vigilância dos negócios de serviços privados de internet pelo público usuário tem efeitos sobre a percepção do público cidadão. Como o esgarçamento desse nível de vigilância tem sido uma constante apresentada como regra do jogo, a opinião pública sobre sistemas de monitoramento governamentais, por exemplo, acaba influenciada no mesmo sentido, causando outro empecilho à democracia referente à discussão sobre limites.

Também existe reforço da colonialidade na ideia de que países periféricos devem se contentar em ter menos custos ao fazer uso de tecnologias baseadas no Norte Global, mesmo em nível governamental, do que refletir sobre o impacto disso para questões como soberania e dependência tecnológica (Silveira, 2022). Afinal, como acontecia com as mercadorias coloniais, hoje países periféricos entregam dados para serem armazenados e explorados nos países centrais. Assim, "o avanço do ordenamento neoliberal amplia e aprofunda a colonialidade". Um braço disso é a redução do poder público diante da existência de empresas globais com faturamentos superiores à soma da riqueza de diversos países — em linha parecida, Zuboff (2021) avalia que o capitalismo informacional cria uma espécie de coletividade privatizada, isto é, gerida pelo mercado em vez de por governos eleitos.

A coleta de dados pessoais e o compartilhamento deles entre empresas, o grande movimento tecnológico que está no fundamento desse ramo econômico e que ocorre de forma inevitável, ainda que “fantasiada de consentimento”, também afeta de formas diferentes as minorias sociais, cuja vigilância sobre sua organização sempre foi de interesse do capital estabelecido (Natahnson; Morales; Ferreira, 2022), bem como a censura privada por termos que os cidadãos desconhecem (Silveira, 2022). Outro aspecto é que, nesse cenário, a função da tecnologia se resume à concentração de poder e, dessa forma, as inovações capazes de atuar na contracorrente do capital são inviabilizadas.

Frente a isso, tem se solidificado o entendimento, acadêmico e político, de que a atuação das giant techs é diretamente responsável por ampliar a abrangência da desinformação para o nível global, com seus negócios baseados em conectar, compartilhar e fazer circular conteúdos, explorando a dinâmica da sociabilidade por meio da limitação dela a dados técnicos (Andersen; Søe, 2019). As plataformas hierarquizam o conteúdo que circula pela internet, são “processadores” dele, e vários pontos da sua atuação colidem com a ideia de internet neutra (Sebbah; Sire; Smyrniaios, 2020). A “neutralidade” na prática é privilegiar qualquer conteúdo que traz ganho econômico, mas possivelmente não só isso, visto que ainda há pouca informação sobre decisões políticas das giant techs. Zuboff (2021), por exemplo, define "fake news" como "corrupção da informação" que decorre da moral descompromissada

que sustenta o capitalismo de vigilância criado pelas giant techs. É a "indiferença radical", característica dessa moral, que permite trânsito à desinformação, seja ela criada por profissionais com vistas a ganhos políticos e financeiros ou seja ela resultado da persecução de engajamento que é a base das mídias sociais: "Indiferença radical significa que não importa o que está na tubulação, contanto que esta esteja cheia e fluindo" (Zuboff, 2021).

O contexto recai com mais impacto sobre a América Latina, considerando as dificuldades históricas da região em assimilar mudanças tecnológicas, "hibridizá-las", enquanto abriga uma população que ainda tem em aberto necessidades básicas, como saúde e educação (Martín-Barbero, 2006, p. 280-281). Sendo as plataformas um empreendimento da globalização, são concentradoras de poder e agentes de desenraizamento de culturas, pressionando tradições e necessidades regionais.

2.1.2. Fatores subjetivos associados à desinformação

Os fenômenos coletivos e os individuais que nascem das experiências virtuais têm efeitos sobre a vida off-line, sendo o ciberespaço mais um lugar de relações de poder (Rüdiger, 2013). Em outras palavras, frequentemente se mostrará difícil uma separação concreta de causa e efeito entre individual e coletivo, on-line e off-line.

Essa inter-relação não impede, porém, que as experiências virtuais sejam investigadas em nível individual, tanto que o são amplamente, vide a extensa literatura nas áreas de psicologia, neurociência e administração que se dedica a entender como indivíduos lidam com a internet, inclusive diante de fenômenos de desinformação. Pode-se supor que se trata de reflexo do que Sodré (2019) chama de "absoluta autonomia individual", sendo a perda da ideia de coletividade um prejuízo político para a democracia representativa. Um dos resultados da sociabilidade criada pela rede digital   a desinstitucionaliza o, o distanciamento do indivíduo em rela o às institui oes que sempre mediaram a vida cotidiana e organizaram a sociedade, entre elas a política e a imprensa (Sodré, 2021).

De qualquer forma, identidades sociais — educa o, postura política, etc. — parecem influir na forma como as pessoas classificam conteúdo como "fake news" ou como identificam quem seriam os t picos consumidores de desinforma o (Lyons; Merola; Reifler, 2021). A vulnerabilidade frente   desinforma o, porém,   dificilmente assumida, sendo exemplo disso a tendência a que o indivíduo se considere parte da gera o que mais sabe lidar com o assunto — o efeito "ninguém-me-engana" (*nobody-fools-me perception*) concebido por Martínez-Costa et al. (2022). Essa ideia   semelhante   Hipótese do Efeito de Terceira Pessoa

(*third-person effect hypothesis*), que é a noção de que o outro é menos capaz de perceber a desinformação, logo a comunicação persuasiva pode ter reflexos medidos não por sua influência direta, mas pela reação de membros do grupo à convicção de que outros estarão mais vulneráveis a essa comunicação (Davison, 1983), tese também usada nos estudos de percepção de mídia (McLeod; Wise; Perryman, 2017). Indícios dessa tese apareceram no estudo de Gomes, Penna e Arroio (2020, p. 9), que trata de desinformação em ciência no Brasil — na resposta “eu não acredito [nessa desinformação], mas outros acreditarão”.

Considerando situações em que as pessoas acreditam e compartilham desinformação por estarem enganadas — mesinformação, ou seja, sem desejo de enganar —, é possível que atalhos mentais, chamados *heurística*, instruem o julgamento rápido sobre veracidade. Segundo Ackland e Gwynn (2021, p. 28), “heurísticas são as tendências dos indivíduos de confiar em padrões simplistas para reduzir o gasto de pensamento crítico” (tradução nossa).⁶⁰ Ou seja, para tomar decisões rápidas, podemos ignorar certos pedaços de informação e confiar no que achamos ser verdadeiro antecipadamente (Gigerenzer; Gaissmaier, 2011). O termo “dar sentido” (*sensemaking*) tenta explicar o movimento de preencher lacunas de conhecimento com base em experiências passadas e esboça a efetividade das manchetes clickbaits, que partem de ganchos linguísticos para oferecer um sentido ambíguo, porém desconectado do conteúdo, quando esse último existe (Chen; Conroy; Rubin, 2015).

Dessa forma, podemos inferir que a desinformação que segue um padrão já conhecido, seja ele o formato de notícia ou outra instituição social bem disseminada e reconhecível, em geral ou por grupos, acaba tendo vantagem no convencimento.

Em nível individual, portanto, um processo comum é que o sujeito compare as novas informações que recebe com as que recebeu ao longo da sua vivência, o que é também a origem da resiliência de opiniões sem aderência à realidade quando elas já fazem parte desse universo acumulado. Por outro lado, é fácil acatar novas informações que corroboram um entendimento prévio do que julgamos correto: “[...] em geral relutamos em acreditar em qualquer coisa que nos digam que contrarie [nossa experiência], pelo menos até que nos deem razões bastante boas para mudarmos de opinião. Se o que nos dizem se assemelha à nossa experiência, nós o aceitamos” (Becker, 2009). Esse é o conceito geral do chamado *viés de confirmação*, termo já popular fora da academia e que continua sendo sustentáculo importante das teses mais pessimistas sobre a efetividade da correção no combate à desinformação. O conceito de viés de confirmação ajuda a desenvolver discussões em estudos que apontam que

⁶⁰ “Heuristics are the tendencies of individuals to rely on simplistic patterns to reduce the expenditure of critical thought” (Ackland; Gwynn, 2021, p. 28).

eleitores preferem ler verificações sobre políticos que consideram opositores, evitando assim ameaças às próprias convicções (Mattes; Redlawsk, 2020, p. 17). É também comumente associado às consequências dos filtros algorítmicos das plataformas. Tais filtros funcionam para reforçar o viés de confirmação, entregando ao usuário da plataforma os conteúdos que combinam com suas pré-concepções e evitando os que as negam: "[...] embora esse fenômeno sempre tenha existido, a bolha dos filtros o automatiza. Na bolha, a proporção de conteúdo que valida o que já sabemos aumenta drasticamente" (Pariser, 2012). Apesar de o viés de confirmação ser um mecanismo de segurança da mente humana que tem o propósito de conservar esquemas funcionais a baixo custo cognitivo, ser continuamente exposto a ideias com as quais já se concorda traz impactos negativos à inovação, à criatividade e à educação (Vaidhyanathan, 2011), além de agir contra a capacidade de diálogo. "O ambiente personalizado é muito bom para responder às perguntas que temos, mas não para sugerir perguntas ou problemas inteiramente fora do nosso campo de visão" (Pariser, 2012, n.p.).

A dinâmica de grupos é relevante para estudos de mesinformação. A internet possibilitou uma nova forma de comunicação massiva, em que intermediários humanos são desnecessários e o conteúdo recebido é personalizado de acordo com as preferências de cada usuário, o equivalente a dizer que, se não quiser ou desconhecer como configurar o seu fluxo de conteúdo, esse usuário se manterá integrado em grupos homogêneos, em contato apenas com o que não incomoda sua forma de pensar, o que acaba por gerar visões particulares do que é um pensamento majoritário na sociedade (Vicario et al., 2017; Bessi et al., 2015). A heurística também pode ser criada por meio do consenso em grupo (*consensus heuristic*) e, assim como serve para criar e fortalecer comunidades, também constrói ambientes propícios para a circulação de desinformação (Grant; Nurse; Leach, 2023).

O tribalismo humano (*human tribalism*), hipótese que pode ser usada na comunicação de ciência, se baseia na compreensão das pessoas como seres que se identificam em grupos e dão atenção primária ao que esses grupos pensam ou pensariam, de acordo com um conjunto de valores (Buckler, 2023), inclusive quanto à percepção de risco (Lamberts, 2023). Valores morais de grupos também tocam escolhas relacionadas à comunicação de risco. Lamberts (2023) destaca a necessidade de que a comunicação de risco englobe uma "cognição cultural" capaz de entender a indignação de grupos específicos e assim mapear a perspectiva de risco a eles integrada. O autor usa o exemplo da mobilização antivacinação de grupos ultralibertários que fundamentam sua compreensão de mundo na prévia objeção a tudo que consideram interferência do governo sobre a vida dos cidadãos. "Vista por essa lente teórica [a da

confirmação de valores], a posição antivacinação pode ser caracterizada como aquela que reforça os valores anti autoridade do grupo" (Lamberts, 2023, p. 105, tradução nossa).⁶¹

Tratando do nível de proteção dos grupos às suas crenças, Nguyen (2020) destaca ser importante diferenciar bolhas epistêmicas (*epistemic bubble*), que são marcadas pela carência de informações de credibilidade, das câmaras de eco (*echo chambers*), que atuam ativamente para impedir a circulação dessas informações, além de depreciá-las entre os seus membros. Ambos são “fenômenos epistêmicos sociais”, mas enquanto um caso é de falta de acesso, logo permeável a um contato com conhecimento, o outro é de “manipulação de confiança”, de exploração da interdependência epistêmica inerente ao indivíduo. Assim, o filósofo avança para explicar por que alguns grupos são tão perseverantes à desinformação, especificando o conceito de bolha para além das visões pessimistas pensadas como crítica aos algoritmos das plataformas, como a de Pariser (2012), e visando soluções para essas restrições.

2.1.3. Como fica o jornalismo: amadurecer para não desinformar

Por meio do discurso social que legitima a atuação do jornalismo, especialmente para o traçado do seu mercado, a mediação jornalística é frequentemente apresentada como uma solução para as crises informacionais. Contudo, isso não é consenso nas discussões acadêmicas. Segundo Moretzsohn (2019), por exemplo, o jornalismo assume tarefa essencial à democracia, porém não se deve desconsiderar a participação do jornalismo no excesso de informações descontextualizadas que circulam nos canais digitais. Aqui partimos dessas reflexões para entender o conjunto de práticas que são questionadas no jornalismo tradicional e deveriam estar especialmente distantes do jornalismo de verificação, por princípio.

Logo, ao mesmo tempo que possui ferramentas para construir informações qualificadas, o jornalismo pode fazer parte do barulho e avolumar incertezas, tendo em vista que atua pressionado pela “curva de tensão” das exigências do digital e do mercado (Diniz, 2017, p. 25). Teóricos da desinformação e do jornalismo de verificação reconhecem um foco de desinformação no jornalismo tradicional feito às pressas, sob precarização, movido somente por concorrência ou instrumentalizado (Rodríguez-Pérez et al., 2022), cada vez mais vulnerável frente à descompetencialização profissional, uma forma de degradação do trabalho

⁶¹ “Turning [...] to the covid vaccine example, the depictions of iconic anti vaccination, anti-authority, libertarian American citizens that flooded our screens throughout 2020 epitomise the cultural cognition of risk idea. Viewed through this theoretical lens, their anti-vaccination position can be characterised as one that reinforces the anti-authority values of their group. A cultural cognition of risk perspective enhances our capacity to make sense of their outrage” (Lamberts, 2023, p. 105).

que automatiza e banaliza o jornalismo pós-industrial (Quintanilha, 2023, p. 12). Além da tática de emulação dos formatos da mídia, destaca-se ela própria, inclusive a noticiosa, como agente participante dos transtornos de informação, de forma consciente (em geral, via negligência) ou por problemas que se refletem na qualidade do exercício das profissões (vide Quadro 4).

Quadro 4. Categorização de transtornos informacionais em relação ao contato com a mídia profissional

Proposta de categorização	Formatos	Conceitos por autor	Ideia relevante
Simulações da mídia de massa (desinformação midiaticizada)	Sátira ou paródia	<ul style="list-style-type: none"> - Para Wardle (2020), a despeito de ser uma forma de cultura, também é frequentemente usada de propósito para espalhar desinformação de forma cínica (sob a justificativa "estamos brincando"); - Notícias satíricas: Humor que imita o formato de notícia (em geral, telejornais), fazendo comentários sobre o noticiário. Exemplo: quadro Weekend Update, do programa de TV Saturday Night Live (Tandoc Jr.; Lim; Ling, 2018); - Paródia de notícias: Tipo de humor que imita a notícia, mas usando de exagero ou inverdades. Ex.: The Onion (EUA); Sensacionalista (Brasil) (Tandoc Jr.; Lim; Ling, 2018) - Tipo de notícia enganosa, sátiras e demais textos de humor que imitam notícias podem enganar o público que não entende esses formatos (Rubin; Chen; Conroy, 2016) 	<p><i>O caráter cultural dos formatos jornalísticos faz deles uma base para outras produções culturais, bem como um item da tática de produzir e disseminar falsidades, por ser familiar e legítimo</i></p>
	Fabricação de notícias	<ul style="list-style-type: none"> - O conteúdo é produzido para parecer notícia, porém tem falsidades com o intuito de enganar, seja por motivações políticas ou financeiras. Ao contrário da sátira e da paródia, não existe acordo tácito com a audiência sobre boa fé (Tandoc Jr.; Lim; Ling, 2018) - Conteúdos que resultam de fraude, como o de tabloides e jornais sensacionalistas (Rubin; Chen; Conroy, 2016) - Material falso mascarado de notícia que circula por mídias sociais. Pode acabar endossado por erro da mídia convencional (Rubin; Chen; Conroy, 2016) - O conteúdo impostor se apropria de marcas conhecidas, que podem ser um indivíduo ou organização pública ou privada, para disseminar conteúdo falso ou enganoso. Pode ser sofisticada, alterando capturas de tela, criando-as por meio de sites que falseiam postagens ou até imitando um site de notícias ou a voz de uma pessoa (Wardle, 2020) 	
Exercícios equivocados da comunicação profissional	Erros jornalísticos	<ul style="list-style-type: none"> - A mídia de massa às vezes dissemina informações incorretas devido a problemas estruturais do ramo, que envolvem a pressão por informações em tempo real na internet (Lewandowsky et al., 2012); - Conteúdos enganosos são criados por meio de ausência de contexto, omissões de lado, "espancamento" de números (<i>cherry picking</i>), generalizações ou outros nuances, informações legítimas são usadas para "enquadrar um problema ou indivíduo" (Wardle, 2020). 	<p>Uso equivocado e/ou negligente das técnicas de comunicação contribui para <i>aumentar a infodemia e gerar desconfiança e</i></p>

Proposta de categorização	Formatos	Conceitos por autor	Ideia relevante
		Também é um erro da imprensa. Abrange imagens e infográficos; - Chamada de <i>clickbait</i> s ("armadilhas de cliques"), a conexão falsa é o tipo de desinformação que se espalha por títulos sensacionalistas e desconexos. Erro típico da imprensa (Wardle, 2020)	<i>descrença</i> , que prejudicam em especial o jornalismo
	Publicidade e relações públicas mascaradas	- Conteúdo com objetivo de promoção que é trabalhado para repercutir como se fosse uma notícia isenta, seja com apoio das empresas de notícias ou por meio de distribuição própria (Tandoc Jr.; Lim; Ling, 2018); - Interesses "adquiridos" movem a produção de desinformação exercida por representantes de setores econômicos e ativistas de organizações não governamentais. Assim, buscam influir em políticas de regulação estatal, especialmente nas áreas de meio ambiente e saúde pública (Lewandowsky et al., 2012)	
	Propaganda	- Partindo da régua "ocidental", Tandoc Jr., Lim e Ling (2018) avaliam que conteúdos que promovem interesses, principalmente de governos, usando ou não informações corretas, contribuem no aumento da desordem informacional; - Governos e políticos usam desinformação como tática para agir sobre a opinião pública em temas de interesse, como contextos sociais e biografias. Motivadores mais comuns: guerras e campanhas eleitorais. Eleitores sabem da estratégia, mas isso não impede que a desinformação se dissemine, criando no mínimo incerteza (Lewandowsky et al., 2012)	

(Adaptado pela autora)

A pressa, ou melhor, o instantâneo, é um conhecido inimigo do jornalismo de qualidade, por vários motivos. No jornalismo digital, a contradição que também faz parte do jornalismo industrial se agrava: o que tem mais valor jornalístico, rapidez ou precisão? Segundo Moretzsohn (2002), vários fatores se unem para que a última perca espaço no jornalismo digital. Há o fato de a notícia ser cada vez mais tratada como mercadoria produzida dentro do tempo econômico principal da atualidade, o do mercado financeiro, no qual informações são altamente perecíveis. Também, sendo a notícia uma mercadoria, a rapidez com que é divulgada tornou-se então a característica que a fetichiza — ou seja, é tão alardeada que a isola do contexto dentro do qual é produzida. Assim a produção de notícias é condicionada a uma "lógica de tempo real", capaz de afetar todas as formas de jornalismo.

Como elemento duradouro e em longo prazo, o tempo real criou uma normalização do que Moretzsohn (2007) chama de "pensar automatizado". Trata-se da aceitação de que o jornalismo não dispõe mais de tempo para reflexões capazes de alterar rotinas e consertar

rotas de pensamento. Essa é uma das formas pelas quais o fazer profissional se exime de análises sobre como inserir a criticidade nas suas rotinas, o que também significa se precaver para não ser fonte de desinformação. Assim, jovens jornalistas já até aceitam a divulgação de informações não verificadas se houver um aviso sobre isso na notícia (Brandtzaeg; Følstad; Dominguez, 2017, p. 10). No extremo, chega-se à conclusão de Nichols (2017), segundo o qual jornalistas não têm mais tempo para desenvolver conhecimentos ou expertise e é possível que parte expressiva do público não esteja mais tão interessada em conteúdo com essa marca.

Daí o motivo pelo qual se classifica o jornalismo de verificação como novo tipo jornalístico, em vez de nova técnica ou nova especialidade: o fato de a checagem estar perdendo prioridade diante das necessidades do jornalismo digital (Cazetta; Reis, 2019).

Falta de rigor e precisão profissional fazem com que o jornalismo produza e reproduza desinformação, mesmo porque a desinformação não é só propositadamente motivada. No paradigma que construíram sobre a influência do jornalismo na desinformação, García-Galera, Del-Hoyo-Hurtado e Alfonso (2020) consideram que há mais situações de dano por negligência do que por deliberação (invenções e manipulações) — essas últimas obviamente existem, seja por tolerância ou até orientação por agente externo de interesse, como episódios históricos às vezes deixam registrado (Bucci, 2019). Fora isso, há situações em que o abuso das concessões que a sociedade faz à profissão cria riscos e esses parecem ser os cenários mais difíceis de mapear. Um exemplo é quando o jornalista mantém confiança excessiva em certas fontes ou exagera no uso de fontes não identificadas (em off). No mais, García-Galera, Del-Hoyo-Hurtado e Alfonso (2020) avaliam que o jornalismo serve de contrapeso à desinformação, mas deve reforçar a autocrítica e a transparência de atuação para evitar descrédito. Ambas posturas que tocam em pontos sensíveis, visto que, em vez de ouvir críticas, jornalistas tendem a reagir defensivamente, usando a liberdade de imprensa e o risco de censura como barreira a questionamentos (Boudana, 2011).

Uma das consequências da digitalização massiva e do desinvestimento do jornalismo é a redução do acesso a conteúdo jornalístico na internet por plano de negócio, o que cria um revés na disponibilização de informações de credibilidade. Ou seja, a imprensa estabelecida acaba desempenhando um papel no agravamento da desinformação na medida que adota estratégias que consistem em restringir o acesso à informação, tais como o acesso pago (*paywall*). Além de limitarem a informação de qualidade que circula nos ambientes informacionais, formatos do tipo não parecem forçar a audiência a pagar por jornalismo, apenas a substituí-lo na escolha diária por conteúdo gratuito e menos credível, como aponta Seibt (2019): "Não há mais como o jornalismo marcar território no ecossistema de mídia na

base da autoridade, do poder ou da cobrança de ingresso. O acesso à informação é público e isso é um caminho sem volta" (Seibt, 2019, p. 227). Paywalls e outros bloqueios são sensíveis no Brasil, onde as tarifas de internet são onerosas até na comparação com a América do Sul, e o modelo de negócios das empresas operadoras para celulares favorece, por meio de promoções com tarifa zero, a navegação em aplicativos específicos, em geral mensageiros instantâneos e redes sociais, e acaba por desestimular o uso de navegadores para acessar sites, entre eles os de verificação (Seibt, 2020; Hora, 2021).⁶²

O impacto disso é que o uso de buscadores é um comportamento voltado à verificação de conteúdo (Nee, 2019; Oeldorf-Hirsch et al., 2020), assim como de procura por "selos de aprovação" que leitores usam como referência (Torres; Gerhart; Negahban, 2018; Oeldorf-Hirsch et al., 2020). Assim, as facilidades do desenvolvimento da comunicação mostram-se em sua realidade, isto é, duplamente limitadas para quem não conta com os recursos para se beneficiar delas (Moretzsohn, 2007).

Também seguimento da hiperconcorrência digital e da precarização do jornalismo, há o uso cada vez mais frequente de conteúdo gerado por terceiros para embasar notícias. Checar conteúdo criado por usuários não raramente sobrecarrega as equipes de jornalistas, mesmo em veículos noticiosos que se preocupam com a acurácia (Newman, 2009). Ademais, essa tendência está diretamente relacionada a uma conformação do jornalismo às regras das plataformas sociais, regras essas que constantemente entram em conflito com princípios da atividade jornalística, como o foco na informação e a transparência de atuação. Afora a perseguição de audiência, o jornalismo se interessa em trabalhar para as mídias sociais por motivos que vão da construção de histórias com fontes diferentes e conteúdos criados por usuários a melhorias nas relações com seus públicos e da sua imagem (Newman, 2009). Além de ter sua autonomia editorial ameaçada e defrontar o aumento da dependência em relação às plataformas para fazer parte do tráfego da internet (tema ainda pouco pesquisado), o jornalismo ainda tem competido com as próprias redes sociais que criam serviços de notícias sem links, chamados "formatos nativos" (Sebbah; Sire; Smyrniaios, 2020, p. 19). É tendo que aderir a regras que o jornalismo recai no risco de produzir desinformação por meio de suas "escolhas de ênfase", quando, por exemplo, divulga notícias destacando delas uma informação descontextualizada que rende título apelativo, estratégia que desconsidera a segmentação e a rapidez do fluxo de informações digitais (Moretzsohn, 2007).

⁶² Segundo o estudo Digital Quality of Life 2023, divulgado pela empresa de cibersegurança holandesa Surfshark, no Brasil são necessários 353 minutos de trabalho para arcar com o custo da internet de banda larga mais barata e 5047 segundos para o plano móvel mais acessível. No critério relacionado ao custo acessível da internet para o cidadão, o país figurou em 76º lugar entre 121 países. Fonte: <https://surfshark.com/dql2023>

A disputa para se destacar em meio à nova ecologia informacional leva veículos de notícias a adotarem recursos questionáveis, entre eles o jornalismo declaratório e as chamadas caça-cliques (clickbait). O jornalismo declaratório, aqui considerado o conteúdo jornalístico que se baseia unicamente na opinião ou na declaração de uma fonte, “uma transcrição de uma voz oficial”, que tem forte impacto especialmente quando adotado em chamadas, não deveria ser considerado uma possibilidade para as notícias, tendo em vista que sujeitos com espaço na mídia também têm interesse na disseminação de desinformação (Araújo; Teixeira, 2023, p. 6). Ainda assim, o jornalismo declaratório é aceito no jornalismo de mercado brasileiro, tendo sido utilizado inclusive durante a crise sanitária de Covid-19. Disso, estudos apontam que o recurso é reconhecido pela audiência como endosso pelo veículo, prejudicando sua credibilidade (Araújo; Teixeira, 2023), e isso foi reconhecido pela parte da imprensa brasileira que tratou de desmentir já nos seus títulos as mentiras ditas por autoridades na pandemia (Gerhke et al., 2023). De fato, as chamadas jornalísticas, elemento mais visível do jornalismo nas plataformas digitais, são usadas para reforçar crenças no interior de "bolhas de desinformação" e a mídia hegemônica é a mais visada nisso, o que contribuiu para disseminar desinformação na pandemia por fragmentação do conteúdo (Soares; Recuero, 2021). Assim, é preciso que o jornalismo se atente a fenômenos subjetivos como o que leva o leitor a "completar" a informação da forma que achar adequada (*sensemaking*) ou a confusão inicial e a constatação de que o conteúdo não era o que se esperava — a lacuna de escolha (*choice gap*) entre intenção editorial e expectativa, que compromete a confiança no veículo.

Desinformação também é um derivado da própria atuação do jornalismo que não se refere só às más práticas e às mais recentes pressões, mas ao próprio contexto desse mercado antes mesmo da internet e à adoção de leituras pouco reflexivas dos princípios da prática.

Nesse sentido, Sodré (2019) lista situa es em que a imprensa produziu e disseminou "notícias falsas", seja porque não checkou boatos corretamente ou porque ideologicamente quis acreditar neles. Falsidades assim criadas se disseminam pela força dos veículos jornalísticos, com ampla repercussão global quando os divulgadores são agências internacionais de notícias. No caso da cobertura da invasão do Iraque, por exemplo, o jornal *New York Times* admitiu que deu voz a adversários do governo iraquiano, sem se preocupar em aferir a verdade nas falas. "Em outras palavras, houve predomin o da enuncia o (subjetivista) sobre o enunciado jornalístico, comprometendo a sua veracidade e, assim, a credibilidade do jornal" (Sodré, 2019, p. 96). Contudo, o autor vai além ao argumentar que não apenas os erros nos processos jornalísticos levam   produ o de "notícias falsas": "[...] uma notícia pode ser

construída segundo as regras objetivas de seu código produtivo (entrevistas, números, tabelas etc.) e ainda assim distorcer internamente a factualidade da informação" (Sodré, 2019, p. 98).

Predominante durante séculos, o alcance da mídia de massa se converteu em força de persuasão do jornalismo integrante das grandes empresas de mídia, que são capazes de enquadrar discursos sobre objetos e difundir essa produção para ampla audiência — poder esse que, se usado sem ética, extrapola para a fabricação de simulacros da realidade, dos quais pode-se destacar, por exemplo, a simulação de que determinado assunto é importante ou grave porque recebe ênfase no espaço e na hierarquia a ele dedicados no noticiário (Soares, 2009). Antes das necessidades urgentes do jornalismo digital já se falava do "balão de ensaio", manobra pela qual fontes buscam testar reações da opinião pública de forma pouco comprometedoras (Lage, 1998, n.p.), hoje encarado com ainda mais abertura devido à pressão por conteúdo em tempo real. É possível ampliar as problemáticas do acriticismo da cobertura jornalística para um panorama geral, uma vez que o jornalismo baseado em declarações (agora também no formato de postagens de redes sociais) tem se expandido para além da cobertura política e se estabeleceu a repercussão serial de conteúdo alheio, que frequentemente ocorre sem checagens próprias (o já comum título com o apêndice "diz veículo"), duas situações que também trazem o risco de contribuir para o espalhamento de desinformação. Zimdars (2020) chama a repercussão inverificada de "infidelidade informativa" e a inclui nas questões de desordem informacional, deixando ainda um alerta ao otimismo quanto ao jornalismo de verificação: "Rotular 'fake news' não nos ajuda a resolver os problemas das notícias. [...] pode até diminuir a ênfase nas formas como diferentes tipos de fontes de informação interagem e se sobrepõem" (tradução nossa).⁶³

A neutralidade é uma pré-suposição geral que já cria problemas ao jornalismo de verificação. Uma crítica de Graves (2016) ao fact-checking de temas políticos está na ambiguidade de apontar a "falsa equivalência" (comparar opostos de forma igualitária, como se sempre fossem equivalentes) nas declarações e nos conteúdos que são checados, mas, ao mesmo tempo, recair na mesma falha ao selecionar esse mesmo conteúdo. Ou seja, na busca por forçar um equilíbrio matemático, o jornalismo falseia a realidade — cacoete que se conhece no Brasil como "doisladismo" (Santos, 2021). Nos Estados Unidos, Graves (2016) escreve que ocorre o seguinte: "[Os checadores] insistem que nenhum grande partido [...] tem mais compromisso do que os outros com a verdade, enquanto as mesmas regras [dos

⁶³ "Labeling fake news does not help us address the problems of actual news. In fact, labeling fake news may even de-emphasize the ways that different types of information sources interact and overlap, as demonstrated by these previous examples" (Zimdars, 2020, n.p.).

checadores] apontam que mais falsidades partem da direita" (tradução nossa).⁶⁴ De fato, a instrumentalização dos algoritmos das plataformas para fins de desinformação, o que cria um circuito de retroalimentação de visões e sentimentos, tem se apresentado como um recurso marcante da extrema direita no mundo e no Brasil (Dalmolin, 2024). Assim, aplicar critérios de objetividade e qualidade desinteressados, pode, na verdade, criar conteúdo jornalístico enviesado (Cook, 2011) e sujeito a incentivar a desinformação. Ademais, os contextos com os quais o jornalismo trabalha nunca permitiram afirmar que a aplicação formal de critérios é acerto *a priori*. A fragmentação informacional, por exemplo, foi questão mesmo antes da internet, sendo esse um assunto a se considerar em estudos que tocam a expectativa da audiência. Por exemplo: Lage (1998) chama a atenção para o fato de que a seleção jornalística induz a audiência a enxergar o destaque de episódios específicos como um aviso sobre uma situação que está a ser disseminada, ou seja, a "concluir pela generalização do particular", mesmo quando tecnicamente essa informação não consta nos conteúdos. Ou seja, é possível que o apanhado jornalístico tenha mais significado na percepção da audiência do que isso é efetivamente considerado durante a produção jornalística.

Tais pontos avolumam problemas já existentes, como os da cobertura de temas científicos, uma área na qual o jornalismo encontra dificuldades específicas que se mostraram particularmente durante a pandemia de Covid-19. Primeiro, o tempo do jornalismo e o da ciência são diferentes — um, imediato; a outra, construída em tempos longos e sem retilineidade —, daí os riscos de que notícias passem ideias equivocadas a respeito do mundo científico (Oliveira; Epstein, 2009, p. 425). O descompasso explica a existência de abordagens como as que transformam pesquisas em andamento em "promessas de cura" e, em "fatos novos e inesperados", as teorias que são de dissenso científico.

Oliveira (2020, p. 5) registra que, na desinformação sobre ciência, o jornalismo faz papel de facilitador quando promove "mídiação de controvérsias científicas", ou seja, tenta equilibrar espaço para posições minoritárias ou mesmo anticientíficas. Pressões de mercado também direcionam o jornalismo de saúde para a cobertura de tecnologias médicas e tratamentos em vez da promoção de prevenção (Gomes, 2012) e explicam o teor cada vez mais individualista que essa área vem assumindo, em detrimento das reivindicações coletivas (Hågvar; Alnæs, 2020). Quando a cobertura jornalística de epidemias é feita com sensacionalismo e dando espaço a fatos não científicos, o jornalismo contribui para reduzir a

⁶⁴ "Fact-checkers vocally reject 'false equivalence' in the news. At the same time, they insist that neither major party has a greater claim to truth in U.S. politics — though their own rulings point to more egregious falsehoods from the right" (Graves, 2016, n.p.).

credibilidade nas instituições de saúde, levando à recusa de medidas preventivas e tratamentos e até à rejeição da medicina baseada em evidências (Thomas; Senkpeni, 2020). Também ao se aproximar do entretenimento e do marketing, que avançam sobre diversas formas de comunicação no pós-internet, o jornalismo rompe com seus princípios (Weber, 2021).

Oreskes (2021) destaca duas situações em que o jornalismo se arrisca a atuar contra a credibilidade da ciência e dos cientistas: quando simplifica demais conclusões de pesquisas em vez de apontar limitações e qualificações delas, o que gera expectativas intangíveis para o público; e, quando na escolha das fontes do mundo científico, não se previne quanto a cientistas e estudos que atuam no âmbito político, não distinguindo, por exemplo, entre instituições de pesquisa e grupos de pressão (*think tanks*).

Ainda sobre o jornalismo de ciência, Bueno (2022) reconhece a necessidade de o conhecimento sobre as pesquisas científicas em andamento chegarem à sociedade em geral, como parte do processo democrático de debate sobre prioridades em políticas públicas, mas, ao mesmo tempo, pontua que uma maior presença midiática dos estudos científicos não ajuda nessa dinâmica quando a cobertura jornalística é acrítica. A abordagem apressada da ciência por parte do jornalismo frequentemente reproduz um ponto de vista que ignora conflitos de interesses — do mundo acadêmico e do industrial — e a posição da ciência e da tecnologia como mercadorias, condição que é a mesma das notícias. Esse é o lado que exige reflexão da prática de divulgação científica, na descrição do autor:

Jornalistas e cientistas que apostam na perspectiva libertária da ciência, da tecnologia e da inovação podem facilitar processos de mascaramento ou manipulação, se não se colocarem em vigília diante de ações inescrupulosas de governos e corporações.

Os cidadãos desavisados, em sua maioria, acreditam que a divulgação científica é isenta, qualquer que seja a fonte que a subsidie, e estão dispostos a consumi-la avidamente, sem qualquer filtro ou vigilância intelectual.

Muitos jornalistas e veículos de comunicação adotam esta mesma postura, haja vista a precariedade da cobertura de ciência e tecnologia que caracteriza a quase totalidade dos nossos periódicos (a situação na mídia eletrônica é ainda mais dramática), quase sempre privilegiando o sensacionalismo, a espetacularização da notícia em detrimento da lógica e da precisão (Bueno, 2022, p. 46).

Bueno (2022) avalia que o jornalismo de ciência apresenta problemas de prática profissional semelhantes ao das coberturas jornalísticas de temas especializados, como economia e negócios: conteúdo "monofonte", ou seja, baseado em apenas uma fonte ou ponto de vista; "operação casada", que é o alinhamento do trabalho jornalístico às necessidades do setor comercial, incluindo a escolha de fontes; e uma burocratização de cobertura, que significa abrir mão das investigações jornalísticas, relegando-as à parte pequena da rotina.

Cientistas sem formação para falar sobre determinados assuntos ou mesmo com essa formação, mas que são cooptados por setores econômicos, tornam-se porta-vozes de teses anticientíficas por meio de uma antiga estratégia de relações públicas (Oreskes; Conway, 2010), portanto jornalistas precisam se atentar que fontes enviesadas — sejam entrevistados, relatórios e demais documentos com gráficos e referências — estarão disponíveis mesmo no interior do ambiente científico. Chamam estudos vendidos como científicos, mas de natureza lobista, de "aldeia Potemkin científica". São relatórios que, em geral, enfatizam parte da ciência sobre o assunto, tentando criar contrainformação baseada em fragmentos selecionados de um todo — a meta é menos convencer e mais criar atmosfera de incerteza. Os autores registram que, quando o jornalismo dá espaço a visões científicas minoritárias, esse conteúdo costuma servir de sustentação a tais ideias por décadas a fio, independentemente da evolução da área em relação a consensos. Assim, Oreskes e Conway (2010, p. 687) entendem que jornalistas deveriam saber como evitar opiniões enviesadas ao diferenciar os nomes que se destacam devido a "conexões políticas ou talento gerencial" dos que têm "experiência em pesquisa". "Os repórteres precisam se aprofundar" (tradução nossa).⁶⁵

Houve um esforço da ciência para um "imediate compartilhamento de inteligência coletiva" sobre o vírus, que se refletiu, por exemplo, na abertura de plataformas de artigos científicos ainda não revisados por pares (pré-prints), esforço esse que tinha a intenção de propiciar respostas rápidas — ou uma "tomada de decisões de maneira colaborativa e acessível", nas palavras de Kritikos (2020, p. 379). Essas contribuições implicam a aceleração do conhecimento científico ao facilitarem a correção de rotas, o que ocorreu a respeito da Covid-19, mas também demandam responsabilidade na cobertura jornalística para que o noticiário não pareça contraditório demais à medida que teses vão sendo descartadas.

Há quem ainda aponte uma saída pelo "profissionalismo" jornalístico (Silva, 2018), ou seja, por reforçar ética e apuração, mesmo que as demandas do digital por informação sejam sempre urgentes. No mesmo caminho vai a contextualização, que reforça o compromisso do jornalismo com apresentações mais qualificadas da notícia (Lückman; Fonseca, 2017).

De qualquer forma, fica patente que o jornalismo de verificação, na medida que se posiciona como ferramenta de combate à desinformação, deve evitar problemas que fazem do jornalismo um avolumador da desordem informacional, especialmente quando não expõe esses problemas, como, por exemplo, via fact-checking que cobre mídia.

2.1.4. Legitimidade e perspectivas do combate à desordem informacional

⁶⁵ "Reporters need to dig deeper" (Oreskes; Conway, 2010, p. 687).

Adentrar os estudos da desinformação e os seus debates significa começar o caminho por uma questão essencial: por que a desordem informacional deve ser considerada um problema a ser combatido e quais os limites de enfrentamento? Trata-se de uma indagação a que talvez o senso comum responderia sem pestanejar, mas que ainda é certa disputa acadêmica, especialmente nas áreas de conhecimento em que são investigadas a esfera pública democrática e a produção cultural na sociedade digitalizada. Neste tópico, apresentamos essa discussão e as soluções aventadas no âmbito do controle da desordem informacional — ou seja, o conjunto do qual o jornalismo de verificação faz parte. Afinal, Lelo (2022b, p. 3) lembra que uma crítica acadêmica ao jornalismo de verificação está na associação do tipo a um “pânico moral” causado por episódios históricos recentes marcados pela desinformação.

Percebemos nas teses que buscam tratar a desordem informacional como problema a ser combatido duas áreas de argumentação: o prejuízo coletivo e às coisas públicas; e a excepcionalidade da circulação da informação na sociedade atual.

No primeiro campo, argumenta-se que a prevalência da desinformação prejudica aspectos da coletividade, causando riscos à vida e dispêndio de energia e recursos públicos para esclarecer sobre questões que deveriam ser ponto pacífico (Lewandowsky et al. 2012). Já mencionamos que a democracia liberal exige que discussões públicas sejam baseadas em fatos e que exista certo consenso sobre o que são fatos, para que as deliberações públicas sejam viáveis (Tsang; Feng; Lee, 2022; Weber, 2021). Também informações de credibilidade são necessidade do indivíduo para decisões diárias e participação social (Wilson, 2000). Argumentações que perpassam as necessidades informacionais nas democracias também estão nas discussões sobre a comunicação pública da ciência, o que faz com que teóricos ainda defendam interferências baseadas em modelos hierárquicos, sob críticas nas últimas décadas, por acreditarem que se deve priorizar deliberações políticas pautadas em “fatos”, sustentando que “diálogo significativo e eficaz só pode ocorrer quando ambos os lados tiverem uma compreensão adequada das evidências factuais relevantes” (Dickson, 2021, p. 101). Nesse sentido, o jornalismo de verificação é uma ferramenta de apoio à elucidação de casos de circulação de informações enganosas em que a ambiguidade não é uma ameaça para a análise.

Além dos reflexos sobre os processos políticos democráticos e a gestão pública, outro aspecto da desordem informacional levantado para justificar seu combate é o impacto sobre a credibilidade a respeito do próprio jornalismo, visto que o fluxo de hiperinformação pode uniformizar a percepção da audiência sobre os conteúdos digitais, criando um tipo de “ceticismo midiático” (Bachmann; Valenzuela, 2023). A desinformação é beneficiada pela

hipervelocidade das informações, visto que percorre caminho mais longo até que seja exposta a descrédito e, até lá, pode cimentar entendimentos (Gomes; Penna; Arroio, 2020).

Dessa forma, racionalizar que a produção de falsidades é forma aceitável de manifestar convicções, como se fosse um simples expressar pela via do exagero, significa acolher a gradativa perda de confiança em instituições e no próprio ambiente informacional que surge como consequência (Schiffrin, 2019). O efeito da desinformação na participação política é fenômeno registrado em trabalhos científicos e, segundo Lelo (2020), é possível dizer que cidadãos também se informam sobre política por meio de boatos.

Ademais, a desinformação descontrolada traz risco à saúde pública quando impele pessoas a duvidarem da efetividade das vacinas e a acreditarem em equívocos sobre condições como o autismo (Tuma; Saldanha, 2019). A pandemia de Covid-19 escancarou esse potencial destrutivo (Tandoc Jr., 2022). Exemplo: há vozes "altas e estridentes" que usam de recursos persuasivos — tais como o tom altruísta e familiar (supostos testemunhos e histórias) — para ameaçar campanhas de vacinação, especialmente de crianças, logo é preciso construir estratégias de combate à altura dessa propagação (Amazeen; Krishna, 2023, p. 560).

Oreskes (2021, p. 245) menciona o custo da desinformação e do negacionismo em ciência, usando de exemplo a crise climática, que estimula desastres naturais com cada vez mais mortes e custos, para apontar a gravidade no atual momento histórico. "A negação não é mais apenas teimosa, é cruel" (tradução nossa).⁶⁶ Esses eventos ilustram para a população o porquê do dever de as políticas públicas escutarem o conhecimento científico, questão destacada durante a pandemia de Covid-19, mas a autora se preocupa com o fato de o negacionismo ter se consolidado como bandeira política e admite que os tempos pedem conversas públicas sobre o porquê de a ciência ser confiável. Ou seja, a autoridade científica deixou de ser um argumento em si, como foi na maior parte da Era Moderna.

Contudo, há quem levante que, por mais que o combate à desinformação tenha se tornado agenda pública, especialmente depois de ter se mostrado questão de saúde pública na pandemia, é preciso considerar os riscos do conflito com a liberdade de expressão e efeitos reversos de políticas de repressão. Segundo Radu (2020), existe um "delicado equilíbrio" entre censura e liberdade de expressão e esse conflito tem estimulado o extremismo. As pressões podem contribuir para um isolamento maior do público vulnerável a teorias conspiratórias e afins, levando-os a usar circuitos fechados e encriptados de mensagem. Também Oliveira (2020, p. 8-10) classifica o jornalismo de verificação como uma medida

⁶⁶ "Denial is no longer just pig-headed, it is cruel" (Oreskes, 2021, p. 245).

“instrumental e classificatória sobre a verdade” que conflita com a teoria democrática no que esta entende a capacidade de julgamento pelo indivíduo como a situação ideal.

Em meio aos questionamentos, há um essencial: o que é um ambiente informacional sadio e por que as pesquisas sobre desinformação tendem a não delinear esse conceito? Para Anderson (2021), esse delineamento é uma tarefa incômoda, visto que está imbricada em teoria política e frequentemente os posicionamentos dos estudos precisam ser associados aos do fomento da pesquisa, por exemplo. Ainda assim, é uma questão relevante na aderência entre teoria e políticas públicas, visto que, considerando que a desinformação assume diferentes formatos, propósitos e abrangências, deve-se definir o que é mais danoso ao tecido social e aos processos políticos para que seja efetivamente combatido, o que ocorre especialmente quando se trata da desinformação promovida por grupos privilegiados, de "elites", com acesso à distribuição por plataformas (Lyons; Merola; Reifler, 2021, p. 24-25).

Posto que o combate à desinformação se consolida como agenda pública, identificamos três grandes áreas estratégicas de atuação: *preventivas* (ligadas à educação, como inoculação e letramento midiático adaptado à hiperinformação); *jurídico-políticas* (regulação e leis criminais); e *repressivas* (grupo que inclui o jornalismo de verificação e as automatizações de verificação, considerando o monitoramento exercido pelas plataformas).

Por inoculação entendem-se adaptações para a desordem informacional da chamada Teoria da Inoculação, desenvolvida na década de 1960 com foco no combate a processos de lavagem cerebral exercidos por seitas, movimentos extremistas e demais conspiracionismos. Essa teoria foca esforços no objetivo de garantir aos públicos um conhecimento prévio sobre táticas e narrativas de manipulação informativa, o que ajudaria que o indivíduo conseguisse identificar essas situações mesmo que não contasse com arsenal informacional para rebater a desinformação (Harjani et al., 2022). É como se o conhecimento sobre essas táticas ("anticorpos") funcionasse como uma imunização promovida pelas mensagens de inoculação ("vacinas"), criando resiliência psicológica à desinformação ("imunidade"); daí o nome da teoria (Harjani et al., 2022; Lewandowsky et al., 2020; Lewandowsky; Yesilada, 2021). A inoculação envolve duas fases: primeiramente, é gerado o alerta de que tais táticas serão usadas para persuasão desses públicos com determinados objetivos; e, por fim, ressalta-se quais as desinformações mais comuns a respeito de certos assuntos e, com base nisso, são repassados contra-argumentos que servem de ferramental de resistência (Harjani et al., 2022). Nesse sentido, é possível se antecipar às crises sanitárias combatendo a disseminação de

desinformação de forma consistente em temas relevantes sobre saúde, como a vacinação, cujas falsidades são "recicladas" desde o surgimento dessa tecnologia (tradução nossa).⁶⁷

Existem limitações à inoculação, entre elas a escalabilidade (isto é, atingir mais gente com menos investimento), e despertar e manter a atenção do público, o que passa pelo desafio de selecionar corretamente o tema, a audiência e o suporte, bem como não simplificar demais o conteúdo — o que o torna pouco efetivo — e ficar consciente sobre o risco de efeitos reversos em audiências muito convictas. Para Lewandowsky et al. (2020, p. 4), outro obstáculo está no fato de que a teoria exige saber específico para sua aplicação em iniciativas: [...] requer conhecimento avançado de técnicas de desinformação e é melhor administrado antes que as pessoas sejam expostas à desinformação" (tradução nossa).⁶⁸

Trata-se de uma abordagem específica em relação ao letramento midiático, ferramenta educativa já destacada no auge da mídia de massa.⁶⁹ Para os dias de hoje, estudos reforçam a necessidade de desenvolvimento de pensamento crítico via letramento midiático para que o indivíduo possa entender que informações deve ignorar em meio à hiperinformação (Bran et al., 2021). Em vistas a essa atualização, Soares (2009) defende que elementos da crítica de mídia utilizados por acadêmicos de comunicação poderiam ser disseminados para atualizar o letramento midiático na época digital, marcada pela fragmentação dos processos informacionais. Se levados à população, conceitos como o de que o jornalismo promove uma representação de objetos reais, seguindo um certo agendamento e estabelecendo um enquadramento da realidade, poderiam ser úteis para viabilizar que a audiência consuma notícias de forma mais consciente e crítica, sem que essa postura descambe para a rejeição do jornalismo profissional. O investimento público em educação midiática permitiria postura de crítica construtiva em relação ao jornalismo, em vez de antagonismo (Kuriyama, 2012). As revisões do letramento midiático incluem ainda o objeto desta pesquisa. Por exemplo, jornalistas entendem que a popularização das técnicas de checagem transforma o letramento midiático na direção das novas necessidades, incluindo o fato de que incute um valor, o de responsabilidade, aos consumidores de informação que volta e meia são também produtores (Rodríguez-Pérez; Paniagua-Rojano; Magallón-Rosa, 2021).

⁶⁷ "Vaccines are a perennial topic of misinformation. They have been accused of being 'unnatural' since their invention and the false claims made about them are often recycled" (Harjani et al., 2022, n.p.).

⁶⁸ "A potential drawback of inoculation is that it requires advanced knowledge of misinformation techniques and is best administered before people are exposed to the misinformation" (Lewandowsky et al., 2020, p. 4).

⁶⁹ O letramento é uma noção que transcende a alfabetização e a literacia, pois significa mais do que saber usar recursos (no sentido original, ler e escrever), subentendendo a compreensão do sujeito da sua posição no processo social em questão (Gomes; Penna; Arroio, 2020, p. 2).

O papel de agregação coletiva da educação se faz necessário no pós-internet. Para Moretzsohn (2007, p. 304), ações educativas têm a missão de desfazer bolhas informativas, logo devem enfrentar o isolamento individual por meio do resgate de uma noção de coletividade, o que implica "articulação de ações presenciais e virtuais": "É uma perspectiva de ação coletiva, que orienta o comportamento individual e não o deixa à mercê da avalanche alienante". Na mesma linha, Fernández-García (2017, p. 75-77) percebe que os ambientes digitais não só reforçam a necessidade de alfabetização midiática como exigem para ela uma "perspectiva cívica", ou seja, que possibilite cidadania além de educação. Frente aos indícios de que indivíduos disseminam desinformação conscientemente, a fim de repercutir seu sistema de valores, a educação pode não ser suficiente para o enfrentamento da desinformação: "Se encontrar a verdade não é mais uma prioridade tão alta quanto encontrar informações que sejam pessoalmente relevantes para nós, a maneira como abordamos a alfabetização midiática deve mudar" (Fernández-García, 2017, p. 75). Não significa que a missão seja exclusiva das escolas: avalia haver mais impacto no letramento oferecido por veículos de comunicação do que pela escola; e que esses veículos devem contribuir com mudanças no próprio jornalismo, entre elas mais transparência, permitir participação da audiência e reconhecimento de falhas, bem como informar o que faz para evitá-las.

O letramento midiático sempre esbarrou em descontinuidade e desinvestimento no terreno das políticas públicas. Para Wardle (2018, p. 329), porém, incluir compreensão sobre o mecanismo do viés de confirmação na educação midiática é urgente, visto que recursos educativos servem ao longo prazo, podendo não trazer resultados na mesma geração. A autora sugere o envolvimento da mídia tradicional por meio de produtos culturais de massa, entre os quais as novelas no Brasil. Dadas a natureza e a dinamicidade do problema, ações esparsas não funcionam: "As pessoas precisam aprender que a desinformação é um fenômeno social que pode ser comparado à poluição. E combatê-lo é como varrer as ruas". Trata-se de saída complexa para países de grandes desigualdades, entre elas a de acesso à internet (Vinhas; Bastos, 2023) e investimento em educação (Oliveira, 2020).

De todo modo, a pandemia de Covid-19 apontou para a necessidade de fortalecimento do letramento científico. Para Smolenski (2021, p; 276), é preciso pensar na popularização de recursos científicos, como a aplicação de métodos adaptados à "ciência cotidiana", a fim de deixar as pessoas mais resilientes diante de transtornos informacionais. Pensando nas táticas mais usadas para cooptar confiança, a autora sugere educar crianças sobre as limitações epistêmicas dos discursos de autoridade e das experiências anedóticas: "qualquer pessoa pode usar [o método científico] profissionalmente ou como parte da vida cotidiana" (tradução

nossa).⁷⁰ Para ter impacto geracional, os letramentos midiático e científico devem ter espaço na educação e na formação docente (Gomes; Penna; Arroio, 2020).

Construir dúvidas em torno de temáticas de ciência tem sido há décadas uma estratégia de relações públicas para proteger os interesses de setores econômicos, portanto cientistas — e, em sentido mais amplo, os segmentos sociais incumbidos — precisam se preparar para combater criticismo e estratégias anticência. Segundo Oreskes e Conway (2010), a tarefa é complexa no formato de debate, porque não são muitas as técnicas discursivas que permitem rebater o anticientificismo sem agredir o interlocutor e nem aceitar discussões primárias demais, que criam uma "moldura" de controvérsia para o que é de grande consenso científico. Portanto, os autores sugerem algumas linhas de ação. Uma delas é que que cientistas dêem valor ao trabalho de comunicação de ciência, garantindo reconhecimento por livros e ações de educação do público. Também recomendam que cientistas se preocupem em conhecer a história do seu campo de atuação, a fim de que possam usar a memória sobre refutações e sobre o desenvolvimento de consensos como argumento. Para Oreskes e Conway (2010), melhorar a comunicação de ciência não é panaceia, mas faz diferença no processo de promover as informações embasadas cientificamente no debate público.

As propostas no campo jurídico-legal, porém, são as que mais têm tido repercussão midiática.⁷¹ A perspectiva de que regulação é necessária parte do princípio de que interferências na audiência receptora de conteúdo — o letramento midiático, a educação crítica e a disponibilização de checagens — são medidas unilaterais e insuficientes para o enfrentamento de um problema complexo, uma vez que as redes sociais são ambientes movidos a ações impulsivas e "gamificadas".

A ausência de legislação está diretamente ligada ao fato de as big techs serem tão lucrativas, por isso a ampla resistência à regulação será sempre a conduta desse ramo econômico, como ocorria com os primeiros industriais pós-Revolução Industrial. Na avaliação de Zuboff (2021), críticas que responsabilizam as empresas por problemas sociais

⁷⁰ “We can teach people from the youngest age that authority and experience are important and very old technologies, but they are not the sources of absolute truth. Instead, we can move toward truth much more effectively using a much newer technology — the scientific method — which anyone can use either professionally or as part of their everyday lives” (Smolenski, 2021, p. 276).

⁷¹ No momento em que este trabalho é escrito, o governo brasileiro atua na elaboração de lei para responsabilizar redes sociais por disseminar conteúdo que estimula crimes, tais como o terrorismo (Martins, 2023), iniciativa a princípio sem relação com o combate à desinformação e influenciada pelo entendimento de que cabe ao Estado monitorar o avanço do extremismo político na internet (Schurig; Spagnuolo, 2022). O Projeto de Lei nº 2630, de 2020, conhecido como Lei das Fake News, se encontra parado na Câmara dos Deputados devido a polêmicas do texto mais atual, tais como a garantia da imunidade parlamentar nas redes e a da publicidade de nicho, acusada de promover bolhas informativas, cujo veto no projeto original foi duramente combatido pelas big techs (Spagnuolo, 2023), além da necessidade ou não de agência reguladora.

advindos desse modelo rendem modificações restritas por parte das empresas e apenas quando percebem ameaças à sua lucratividade, por exemplo, com desengajamento de usuários ou atraindo mais pressão por regulação. A moderação de conteúdo, portanto, tem caráter defensivo, não de responsabilidade pública. Além disso, regulações relacionadas à privacidade afetam os negócios: "Se novas leis tornassem ilegais operações de extração, o modelo de vigilância implodiria". Com base em uma avaliação similar — a de que seria preciso remover as plataformas da lógica de mercado para funcionarem de forma alinhada aos ideais democráticos —, outras teses sugerem a gestão pública e descentralizada desses suportes tecnológicos. Descentralizada porque, segundo Joseph (2019), nem mesmo nacionalizar as plataformas a fim de permitir regulação mais extensa seria capaz de alterar os problemas socioeconômicos associados aos algoritmos orientados por ganho financeiro: "O [...] governo poderia exercer mais poder sobre eles [plataformas] do que atualmente [lidando com corporações globais], mas a dinâmica geral do mercado que tende à concentração anticompetitiva e antidemocrática ainda funcionaria" (tradução nossa).⁷²

Um obstáculo à regulação dos fluxos informacionais na intenção de minimizar problemas causados à coletividade é que as fronteiras territoriais e a soberania dos países perdem relevância no capitalismo globalizado (Webster, 2014; Andersen; Søe, 2019), logo, leis domésticas podem se mostrar inócuas. A queda da autoridade de órgãos internacionais, dos quais o principal é as Nações Unidas (ONU), deixa mais distante a ideia de regulações globais sobre a internet. Desde os anos 2010, o retorno do apelo crescente ao protecionismo na política de países que espalharam pelo mundo o neoliberalismo a partir da década de 1980 sinaliza rejeição à globalização (Derakhshan, 2021). A sociedade que se distancia das instituições coletivas (incivil) é também antiglobalizante (Sodré, 2021).

Ainda que difícil, especialmente na definição de conceitos e na elaboração de protocolos temáticos, a regulação das redes sociais e da internet com o propósito de combater a desinformação danosa à coletividade é percebida como uma necessidade (Machado, 2020). Também é preciso esforços na conscientização da população sobre a gravidade do problema e para obter o compromisso de empresas anunciantes, a fim de que deixem de financiar desinformação; e da imprensa, para a manutenção de uma agenda constante.

Para os críticos da regulação, os dilemas essenciais são, primeiro, o "perigo" de se delegar a uma autoridade, seja política ou judiciária, a definição do que é uma "notícia falsa",

⁷² "The Canadian government could certainly wield more power over them [platforms] than they currently do (as evidenced by Facebook executives Sheryl Sandberg and Mark Zuckerberg's ability to ignore a parliamentary subpoena earlier this year), but the general market dynamics that trend toward anticompetitive, anti-democratic concentration would still play out" (Joseph, 2019).

e, paralelamente a isso, o questionamento sobre se uma solução legal é capaz de atingir um problema social e cultural (Silva, 2018), especialmente em países com democracia incipiente e durante crises como a pandemia de Covid-19 (Kritikos, 2020).

Na categoria das ações repressivas, temos a verificação, que inclui o jornalismo de verificação. Na visão de Kritikos (2020, p. 385), a "mídia independente" — na qual inclui iniciativas de verificação — agiu na crise de Covid-19 como espaço qualificado para que discussões difíceis fossem garantidas, "contrabalançando reações autoritárias ao debate aberto e informado" (tradução nossa).⁷³

Soluções automatizadas são um amplo braço da pesquisa sobre desinformação. Além da inteligência artificial, um destaque é o blockchain, uma aposta futura pela possibilidade de rastreabilidade da informação que preserva a fonte e outros dados de origem (Bran et al., 2021). Os argumentos em defesa da automação têm a ver com agilidade, por exemplo quando se declara que o jornalismo de verificação é dispendioso e demorado (Vedula; Parthasarathy, 2021). Por enquanto as técnicas nessa área avançaram no sentido de detectar se informação é falsa ou verdadeira, mas em geral ainda são incapazes de informar o porquê, tarefa essencial no combate à desinformação. Frente a esse déficit de credibilidade, é mais fácil dizer que a automatização tem gerado recursos que aceleram etapas no jornalismo de verificação em vez de oferecer ao público conteúdos prontos confiáveis — apesar de esse ser o “sonho da automação” do ponto de vista dos financiadores (Graves; Stencel; Wilkinson, 2024).

Na esteira dos problemas de desinformação em mídias sociais constatados durante a pandemia, a União Europeia, por exemplo, pressionou big techs em busca de soluções, tanto na forma de respostas imediatas a usuários por meio do aumento do uso da inteligência artificial quanto da moderação de conteúdo, na intenção de não só "rebaixar ou remover falsidades, mas também [...] fornecer informações confiáveis sobre a Covid-19" (Kritikos, 2020, p. 384, tradução nossa).⁷⁴ Contudo, à medida que o conhecimento sobre o vírus Sars-Cov-2 vinha sendo construído, ações automatizadas mostraram limitações para discernir informações confiáveis de não confiáveis e ainda agir com didatismo quanto às incertezas. Há risco nessa situação porque a checagem automática insatisfatória pode respingar desconfiança sobre autoridades científicas e de saúde que forem citadas. Outra crítica à automação é que

⁷³ “[...] independent media safeguard the provision of reliable information and strengthen democratic discourse by bolstering trust in independent fact-checkers and counterbalance authoritarian reactions to open and informed debate, which is vital for the proper functioning of a democracy” (Kritikos, 2020, p. 385).

⁷⁴ “Their [EU, WHO and social media platforms] responses are mostly focused on demoting or removing falsehood, but also on providing authoritative information about COVID-19” (Kritikos, 2020, p. 384).

ignora o compromisso de transparência de métodos para com a audiência, o que afeta inclusive a credibilidade da ferramenta (Zamit; Kooli; Toumi, 2020).

Ainda no campo da automação, há a moderação de conteúdos pelas próprias plataformas que, como dito, têm sido inclusive instadas a isso por governos. A questão é complexa, visto que forçar big techs a assumirem essa função traz problemas talvez tão graves quanto a omissão (Whittaker, 2019, p. 170-171). Primeiro, o monitoramento por inteligência artificial tem se mostrado insuficiente — entre as estratégias para burlá-lo, destacam-se condutas simples como o uso de caracteres especiais e números para imitar letras, ou a descontextualização de informações legítimas. Ou seja, o panorama é de soluções tecnológicas ineficientes e, no trabalho humano, de precarização das funções de monitoramento. "[...] A alternativa de legiões de editores humanos é quase certamente impossível ou nem mesmo desejável: sem treinamento e profissionalização adequados, pessoas são ainda mais suscetíveis a viés" (tradução nossa).⁷⁵ Paralelamente a isso, paira o questionamento sobre se queremos que tais empresas decidam sobre a circulação de informação nas plataformas (Tandoc Jr., 2022).

Ainda: apesar de a automação ser considerada mais ágil do que a verificação, a prática parece ser outra. Segundo Knuutila et al. (2020), o YouTube, por exemplo, levou em média 41 dias para remover vídeos que continham desinformação já verificada sobre a Covid-19 em junho de 2020, o que aponta falha na remoção automática descrita pela plataforma em suas diretrizes. Além disso, as redes sociais parecem não atuar em conjunto, porque vídeos removidos do YouTube estavam disponíveis no Facebook, principalmente em comunidades. É por meio das pontes entre as redes sociais (postagens de links, reuso e demais interações) que conteúdos de desinformação podem viralizar. "Isso sugere que estratégias de desamplificação de conteúdos danosos, em particular para plataformas como o YouTube, que hospedam conteúdo comumente compartilhado em outras mídias, não funciona isoladamente" (Knuutila et al., 2020, p. 5, tradução nossa).⁷⁶ Autorregulação permite que empresas adotem estratégias que não funcionam. No caso do Facebook, por exemplo, banir páginas ou comunidades que

⁷⁵ "With regard to automation, outside of a very small number of categories, such as financial journalism and some aspects of sport reporting, we are still at the very early stages of algorithmic journalism although robo-gatekeepers already have a crucial role to play in categorising the huge streams of information that flow around the world each day. As has been demonstrated again and again in this book, the implementation of such gatekeeping — often driven by the desire for profit rather than quality — has sometimes been disastrous, but the alternative of legions of human editors is almost certainly impossible nor even necessarily desirable: without appropriate training and professionalisation, people are even more susceptible to bias. As such, algorithmic editors are here to stay" (Whittaker, 2019, p. 170-171).

⁷⁶ "The interaction and links between platforms helps to explain how the videos found their audience. [...] This suggests that strategies of deamplifying harmful content, in particular for platforms for YouTube that host content commonly shared on other mediums, does not work in isolation" (Knuutila et al., 2020, p. 5).

ajudam a viralizar desinformação teria efeito limitado, uma vez que a principal massa de compartilhamento desse tipo de conteúdo parece ter contas individuais como origem.

Mesmo a parceria do Facebook com agências de checagem, o programa Facebook's Third Party Fact-checking, ficou sobrecarregada, visto que vídeos com desinformação sobre Covid-19 eram encontrados sem sinalização em meados de 2020. Apesar dos projetos de combate à desinformação divulgados por big techs, o uso da verificação como recurso parece incipiente. Na avaliação de Kritikos (2020, p. 382), "[...] nenhuma plataforma de mídia social tem uma política de bloqueio transparente baseada em verificação sólida de fatos" (tradução nossa).⁷⁷ Essa ausência de precisão é, em si, problemática, visto que estudos já indicam que o conteúdo de verificação que é percebido como insuficiente pela audiência pode ter efeito reverso, reforçando teorias conspiratórias e criando câmaras de eco. O autor reforça que garantir qualidade na informação é responsabilidade das redes sociais e dos governos.

Assim, enquanto big techs anunciam programas preventivos e repressivos, bem como tecnologias para coibir desinformação de circular, esses conteúdos continuam em alta e, por conta disso, seus criadores chegam a ser indicados e remunerados pelas redes sociais, já que mantêm a atenção do público (Machado; Siqueira; Gitahy, 2020). Há, então, duas ausências: da parte das big techs, de preocupação com a desinformação que circula em línguas além do inglês e com as manobras dos criadores para burlar a vigilância; e, dos anunciantes, do compromisso de impedir o apoio a conteúdo desinformativo.

Dado um panorama dos contextos em que o jornalismo de verificação se soma a uma agenda pública do combate à desinformação, além dos recursos que podem inspirar sua hibridização, passemos aos quadros específicos da pandemia de Covid-19.

2.2. Situação informacional da pandemia no Brasil

A existência no Brasil de uma infodemia paralela à crise sanitária de Covid-19 é declarada por relatórios como o da associação de ativismo digital Avaaz, sediada nos Estados Unidos, e o do Instituto Reuters, vinculado à agência de notícias privada britânica (Avaaz, 2020; Nielsen; Schulz; Fletcher, 2021). O relatório da Avaaz, de maio de 2020, quando o Brasil ultrapassava 29 mil óbitos pela doença, apresentou um levantamento feito por meio digital em que o brasileiro se mostrava familiarizado com as desinformações sobre o novo vírus; acreditava mais nelas do que italianos e estadunidenses, de acordo com os testes do

⁷⁷ “[...] no social media platform has a transparent blocking policy founded on solid fact-checking. In fact, several scholars have stated that attributing falsehood without sufficient evidence, or with a restricted lens, can cause” (Kritikos, 2020, p. 382-383).

estudo; dizia ter recebido tais conteúdos via WhatsApp (mensageiro instantâneo privado da Meta) e Facebook; e sentia necessidade de receber verificações se eventualmente topasse com informações falsas na internet (Avaaz, 2020). Divulgado em meados de 2021, o relatório da Reuters procura conhecer, também por formulário digital, como cidadãos de oito países tentavam se informar sobre a Covid-19, passado então um ano da pandemia. O relatório revela que o Brasil é o país em que menos gente usa sites de notícias como fonte de informação, especialmente os mais jovens; com maior percentual de apoio informacional em “cientistas, médicos, especialistas em saúde” e em “pessoas comuns”; e um dos que mais usam buscadores para obter informações (Nielsen; Schulz; Fletcher, 2021, p. 12-15).

Podemos levantar questões brasileiras a partir desses relatórios. Uma delas é que cidadãos com menos acesso a canais de informação, entre os quais se incluem as notícias, são os mais inclinados a desrespeitar as orientações de saúde governamentais (Kritikos, 2020). Ainda: o uso de buscadores para encontrar informações não é simples, pois exige táticas para otimizar pesquisas, uma vez que os anúncios interferem na relevância e na credibilidade dos resultados, por vezes removendo da primeira página os links mais significativos (IFCN, 2020a), um obstáculo concreto aos usuários da internet com menos conhecimentos técnicos.

O Brasil recebeu destaque acadêmico no primeiro ano da pandemia pela percepção de que o país passava por dificuldades no enfrentamento da Covid-19, com índices graves de letalidade da doença, falta de políticas públicas adequadas e desorganização dos poucos esforços. Análises da área de saúde pública apontam o impacto da ausência de norte no que diz respeito à comunicação governamental, com diferenças regionais que refletem o desempenho dos governos locais (Henriques; Vasconcelos, 2020). No campo da percepção pública, o estudo de Massarani et al. (2021) sugere a relevância de instituições públicas da administração indireta no trabalho de orientação de comunidades brasileiras.

A constatação é de que dificuldades nos processos democráticos e na continuidade de investimento público já existentes no Brasil — uma “crise orgânica”, na avaliação de Mattos (2022, p. 27) — se converteram em um quadro de esfacelamento da saúde pública. O risco à informação em nível mundial se somou à arrastada crise econômica da depressão de 2008 e à crise política iniciada nas Jornadas de Junho de 2013, que não cedeu durante a crise sanitária (Carvalho, 2022, p. 503): "A pandemia de Covid-19 vem, então, trazer mais incertezas e medo para a vida dos brasileiros já calejados por desentendimentos e decepções entremeados à desinformação e às características da pós-verdade".

A circulação de informações confiáveis era especialmente estratégica no primeiro ano da pandemia, quando ainda não havia imunizantes disponíveis contra a Covid-19 e as medidas

de prevenção envolviam aspectos comportamentais, sendo que a segurança informacional também corresponde a uma forma de controle sanitário (Ali et al., 2023).

A situação de conflito e descoordenação durante a pandemia é particularmente grave quando se percebe que parcela considerável da desinformação sobre a Covid-19 que circula pela internet diz respeito a políticas de saúde e ações governamentais (Kritikos, 2020).

2.2.1. Incertezas iniciais e persistentes em quadro de evitamento de notícias

A ocorrência de novas doenças está na expectativa dos estudos de saúde global, considerando o desmantelamento da saúde pública dos países nas últimas décadas — que criou “sociedades desestabilizadas”, com apoio governamental restrito — e fatores como a emergência climática, o aumento da migração, a destruição de biomas e a ausência de uma rede de vigilância global que mapeie doenças infecciosas (Cueto, 2015). Ou seja, há perspectiva tanto da emergência de novas doenças quanto da dificuldade de os governos lidarem com elas. Nesse sentido, a pandemia de Covid-19 confirmou a percepção sobre a vulnerabilidade dos sistemas de saúde depois do ciclo profundo de desinvestimento (Paula; Pereira; Giordani, 2023). Governos estaduais brasileiros, por exemplo, descrevem a pandemia como uma excepcionalidade sanitária dos últimos cem anos e entendem que, enquanto progride a compreensão sobre a doença, em um contexto de “nova crise de saúde pública em evolução” (Wirz et al., 2022, p. 4, tradução nossa)⁷⁸, são esperados “incerteza e tropeços” (Barros; Silva; Mansano, 2020, p. 171). A soma de nova doença de abrangência global com baixa ou hesitante capacidade de atuação de governos criou um ambiente informacional de dúvida persistente que repercutiu por longo período nos espaços midiáticos e políticos.

Em parte, o ambiente de dúvida resulta da percepção pública sobre a ciência e os cientistas. As incertezas que recaem sobre a ciência durante a compreensão de um novo patógeno conflitam com a visão que o público tem sobre os cientistas (considerados sempre “os que estão por dentro”) e com o ideal de busca jornalística por posicionamentos estáveis e objetivos (Schäffer, 2011, p. 3). Afinal, a ciência se propõe a desenhar possibilidades, o que não descarta dissensos, e nem sempre é possível prover o público com simplificações.

Confiança é uma questão crucial ao se comunicar temas científicos que contém certo grau de incerteza, especialmente se a meta é mudar comportamentos da audiência de maneiras

⁷⁸ “While the theoretical and applied literature surrounding the communication of science and risk are undoubtedly important and necessary for understanding how to effectively communicate, it is not always clear how to put the findings and recommendations into practice, particularly in the context of new, evolving public health crises such as the COVID-19 pandemic” (Wirz et al., 2022, p. 4).

que impliquem "sacrifícios pessoais" (Curtis; Gillespie; Okimoto, 2023). Quando pouco compreendida, a forma como a ciência se desenvolve pode suscitar percepção de ambiguidade — considerando que o processo científico inclui a evolução dos métodos, o que permite revisões, e as falhas — e essas características precisam ser abordadas na comunicação de ciência. Há situações em que considerações científicas são conflitantes, e a pandemia de Covid-19 teve episódios do tipo. Curtis, Gillespie e Okimoto (2023) sugerem que, nesses casos, a comunicação deve destacar o consenso, mas ainda corre-se o risco de que isso atraia desconfiança em vez de convencimento em públicos predispostos a desconfiar da ciência.

Na avaliação de Oreskes (2021), a sensação de incerteza sobre como lidar com a Covid-19 que assolou diversas populações foi resultado mais de falhas na comunicação de saúde do que nas informações científicas disponíveis. Ainda que o vírus SARS-CoV-2 fosse um patógeno a ser investigado, a larga literatura sobre vírus respiratórios possibilitaram compreender que medidas deveriam ser tomadas para o enfrentamento da doença.

A ciência se propõe a usar métodos rigorosos para testar possibilidades e ter mais ou menos certeza delas, mas não trabalha com verdades absolutas. Enquanto isso, o jornalismo apresenta o seu conteúdo de forma incisiva para mostrar credibilidade; as pessoas aprendem, na vivência em sociedade, a esperar prontidão de respostas (Curtis; Gillespie; Okimoto, 2023); e, na falta de conhecimento próprio, escutam as autoridades que emergem ou se ainda baseiam na própria experiência (Slomenski, 202) — o conhecido descompasso da comunicação científica. Para completar, temas epidemiológicos têm histórico de serem apresentados pela mídia por meio de estudos “contraditórios”, resultado de conflitos entre as visões do conceito de risco para essa especialidade e para o jornalismo, porque este sente que precisa ser tachatativo sobre o que noticia (Luiz, 2007). Nisso, o público percebe contradições e pode deixar de confiar em fontes científicas (Strydhorst; Landrum, 2022), quadro que reforça teorias conspiratórias e gera armamento político na disputa por sentidos (Oliveira, 2020).

A incerteza que cercou o processo de descoberta da Covid-19 foi um obstáculo ao trabalho do jornalismo de verificação, tendo em vista que a função de apontar a verdade na dúvida nem sempre se mostrou possível ou sofreu reveses com mudanças de direcionamento: "[...] a falta de confiança não apenas alimenta a desinformação, mas também prejudica o trabalho dos checadores que contam com a experiência das autoridades de saúde para sinalizar desinformação que deve ser removida" (Kritikos, 2020, p. 381-382, tradução nossa).⁷⁹

⁷⁹ “Providing top-down guidance with such obvious contradictions may backfire exactly because the lack of trust is what not only fuels mis- and disinformation, but also undermines the work of fact checkers that rely on the expertise of health authorities for flagging content to proactively remove falsehood” (Kritikos, 2020, p. 381-382).

O quadro potencializa um aspecto que afeta a busca por informações, a escolha deliberada por evitar notícias (*news avoidance*). Essa escolha é um fenômeno estudado por uma linha de pesquisa no jornalismo que tem se difundido nos últimos anos. Essa aparente opção individual é descrita como mecanismo de proteção à saúde mental (evitar estresse, negatividade e sensações de desamparo ou impotência), mas também surge como sintoma da relativização do instituto "fato" e da desvalorização dos problemas coletivos (Benton 2019).

Remetendo à pandemia, a busca por informações sobre saúde é um processo que reflete a tensão psicológica do indivíduo, que pode escolher por se tornar vigilante (prepara-se para a "ameaça") ou represar essas informações ("evitação", tentar fingir que uma situação não existe) (Wilson, 2000, p. 53). Em tese, estudos em psicologia apontam que a preocupação com saúde é um motivador da busca por informações, portanto outros fatores precisariam agir na direção contrária para frear esse impulso individual (Jiang, 2022).

O fenômeno de evitar notícias tem sido apresentado dentro de nuances, visto que a opção pode ser total ou seletiva. Newman et al. (2022, p. 13) usam o conceito de "evitamento seletivo de notícias" (no inglês, *selective news avoidance*) para descrever o comportamento que consiste em limitar o consumo de conteúdo noticioso em algum momento da vida e em algum grau. Essa postura foi registrada no Reuters Institute Digital News Report 2022, pesquisa quantitativa que colheu opiniões em 46 países, incluindo o Brasil, realizada no início de 2022, cerca de dois anos após o começo da pandemia. De maneira geral, o relatório aponta que a maioria dos participantes afirma ter muito interesse em acompanhar o noticiário, ainda que essa visão esteja em declínio rápido em alguns países, entre eles o Brasil.

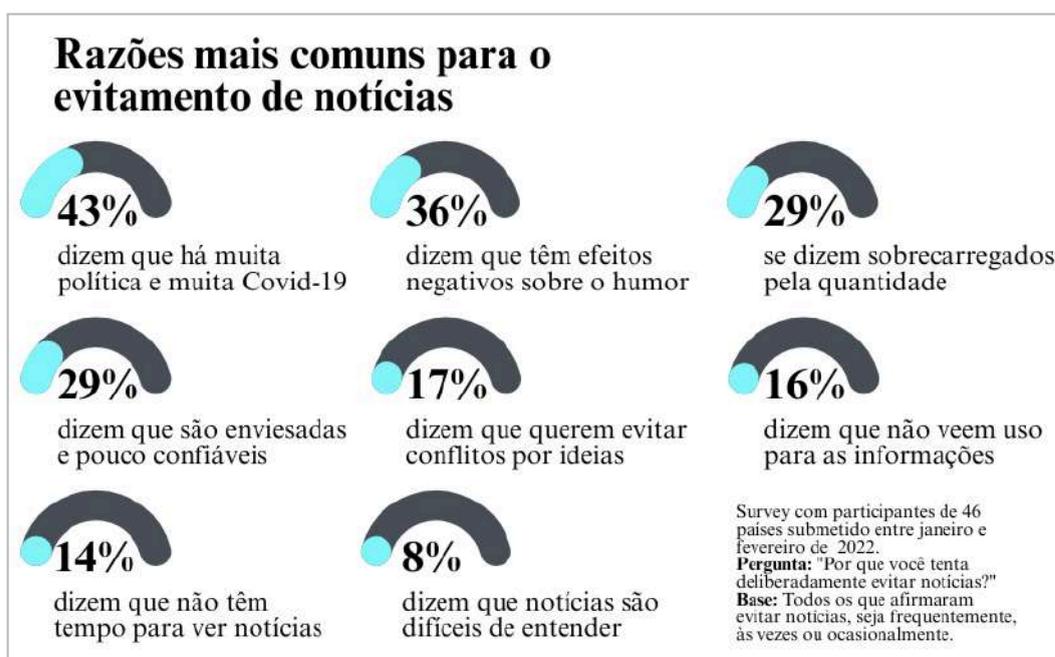
O "evitamento seletivo de notícias", porém, se apresentou como conduta crescente e associada à pandemia. Pautas repetitivas na cobertura jornalística, entre elas a onipresença dos temas de Covid-19 e política, foram fator de peso na rejeição às notícias (vide Figura 3). O público que evita notícias reclama da "negatividade" delas — que se reflete em estresse pessoal ou em conflitos entre familiares e amigos — e da complexidade com que os temas são abordados (Newman et al., 2022; Newman, 2023), o que dá a entender que escolhas da prática jornalística podem influir na recusa às notícias (Newman et al., 2022). A avaliação é de que a maioria das pessoas expressa interesse em notícias, mas há um grupo menor de usuários da internet, entre jovens e pessoas com menos educação formal, que são conectados, porém não se interessam por notícias; e outro grupo, maior, que deixa de consumir conteúdo noticioso por enfrentar problemas para se adaptar ao ritmo e à distribuição do jornalismo digital.

A pandemia foi pano de fundo para uma queda expressiva na confiabilidade dos brasileiros sobre a mídia tradicional e para um aprofundamento na já baixa credibilidade das

mídias sociais (Edelman, 2022a; 2022b). O brasileiro confia mais em buscadores e em mídias sociais do que a média dos países da pesquisa, mas menos na mídia tradicional.

Nos grupos focais realizados por Martínez-Costa et al. (2022) na Espanha, a ideia de que o excesso de informação traz prejuízos fez com que parte dos participantes abandonasse redes sociais e rejeitasse a cobertura jornalística sobre a Covid-19, especialmente a televisiva. Como reflexo da percepção sobre a infodemia e a necessidade de se evitar desinformação, consolidou-se o comportamento de evitar fontes de informação, visto que nenhuma seria totalmente confiável. O jornalismo de verificação não passa batido pelo cansaço midiático, tendo em vista que fact-checkers tendem a escolher pontos negativos para checar, sob o lema de que "negatividade atrai atenção" de jornalistas e do público (Mattes; Redlawsk, 2020, p. 4).

Figura 3. Fatores levantados pelo Reuters Institute Digital News Report 2022 para o evitamento de notícias



(Adaptado pela autora)

Indo além, pode-se relacionar o evitamento de notícias com facetas da convivência que jornalismo e público têm mantido historicamente. Para Martin (2019), nos EUA o distanciamento do jornalismo hegemônico em relação ao público amplo foi escolha consciente que data da década de 1970 e retrata a estratégia de atrair audiência de maior poder aquisitivo, de interesse dos anunciantes, o que induziu uma mudança de abordagem editorial de temas da classe trabalhadora. Assim, a ideia de que a circulação de informações tratadas pelo jornalismo proporcionaria que qualquer cidadão estivesse apto a participar de debates

públicos — gerando uma "inteligência pública" capaz de motivar processos políticos — não se mostrou verdadeira, especialmente para os grupos sociais vulneráveis (Nerone, 2012).

Outro impasse está no fato de que justamente os critérios de noticiabilidade mais relevantes para o jornalismo, boa parte deles centrados em senso de emergência e de crise, são os que parecem afastar a audiência, especialmente os mais jovens, por razões que vão da ênfase de agendamento ao efeito de desesperança que causam (Newman et al., 2022). Uma divergência entre jornalismo e público ressaltada nos estudos de jornalismo está no entendimento sobre o que é relevante ou noticiável, apesar de a notícia ser reconhecida como produto cultural (Swart et al., 2022). Ainda, considerando o ecossistema informacional da atualidade, o fato de o conteúdo ter origem na mídia tradicional hoje pode torná-la nem mais prioritária nem mais digna de confiança para a audiência, pelo menos não mais do que o apelo do conteúdo (Pariser, 2012). Coincidentemente, para vender notícias o jornalismo consolidou critérios de noticiabilidade e recursos de texto e edição que simulam um drama, com personagens, cenários, reviravoltas e a torcida de audiência por um final xis (Derakhshan, 2021). Essa função está esvaziada, visto que concorre com a facilidade de acesso a produtos culturais como séries difundidas via streaming. A internet propiciou também a disseminação de veículos que mimetizam notícias sem serem jornalísticos nem totalmente falsos, tornando as classificações uma tarefa complicada para leitores e até especialistas (Zimdars, 2020).

Ciente do fenômeno, o jornalismo pós-internet tenta vencer essa percepção de cansaço em meio às dificuldades da sua própria crise de desinvestimento. Assim, busca conteúdo de produção barata, porém com impacto emocional, como notícias sobre o que celebridades postam em redes sociais, para tentar compensar também a falta de apoio na distribuição de conteúdo jornalístico via redes sociais, hoje as centralizadoras das verbas publicitárias (McChesney, 2014). Também se adequa à ideia de que, mais até do que ser agradável, não ser desagradável é um critério tradicional de escolha para as audiências — tanto que é marcante, por exemplo, no caso da TV e de uma das formas comuns de consumi-la, a que passa pela inércia (Pariser, 2012). Ao mesmo tempo em que a seleção via algoritmo das plataformas estimula usuários a evitar assuntos que os aborrecem, o jornalismo pós-industrial tem apresentado uma tendência a explorar a internet pela "personalização bajuladora", aquela que procura prover sua audiência com o que ela quer, em vez de apontar o que julga ser socialmente relevante, como fazia constantemente o jornalismo industrial enquanto deteve o controle dos fluxos de informação. Enquanto corporações e investidores deixam de entender essa indústria como rentável, o que reduz a variedade de veículos e o número de jornalistas profissionais em atuação, a queda na produção do jornalismo e de seus produtos mais

sofisticados, como as reportagens, faz com que o público aceite com mais facilidade conteúdos com foco menor em informação, "como se oferecer uma perspectiva política pudesse ser um substituto para o jornalismo" (McChesney, 2014, p. 21).

Abordagens como a do jornalismo de soluções e de aproximação aos interesses da audiência estão no radar dos veículos, porém, sendo a prática jornalística norteadas por princípios específicos, "haverá um limite para até onde os jornalistas podem ir — ou devem ir — para tornar as notícias mais palatáveis" (Newman et al., 2022, p. 14, tradução nossa).⁸⁰

2.2.3. A pandemia como alavanca da virada do debunking

A crise global criada pela Covid-19 marca um ponto de inflexão ao aumentar a demanda pela investigação de boatos virais (*debunking*), o que, em tese, deixa em segundo plano análises de declarações de autoridades (*fact-checking*), a categoria base da verificação (Graves; Mantzarlis, 2020; Juneström, 2021; López-García; Costa-Sánchez; Vizoso, 2021; Moreno; Fuentes-Lara; Navarro, 2020; Seaton; Sippitt; Worthy, 2020; Yu; Shen, 2021; Missau, 2024). Na pandemia, checadores brasileiros mostraram mais afinidade com o desbaratamento de boatos do que com o de discursos públicos (Rodríguez-Pérez; Seibt, 2022).

A diversificação de estilos específicos de *fact-checking* já vinha sendo percebida por estudiosos. Segundo Mena (2019b), uma maioria de checadores estadunidenses compreende o *fact-checking* como ferramenta contra boatos virais, movimento associado ao financiamento por big techs. Também segundo apurado em meados de 2019 por Graves e Mantzarlis (2020), temas políticos continuavam a meta declarada pelos veículos, mas já havia tendência a que o combate a rumores virais crescesse, especialmente fora dos países que não fazem parte do "Ocidente" do estudo. Veículos mais novos mostraram mais inclinação a destacarem os boatos virais como principal objeto de trabalho, enquanto os mais antigos, apesar de manterem as declarações políticas como essência de atuação, aumentaram a presença da verificação de boatos na sua produção. No ano do estudo o impulso para isso estaria nas parcerias dos núcleos especializados em verificação com gigantes de tecnologia, por medida de *accountability* dessas empresas, além da percepção de que boatos virais são elementos relevantes da desordem informacional, com manifestações sobre isso por parte da audiência.

⁸⁰ "Many news organisations are embracing approaches such as solutions journalism around subjects like climate change, that aim to give people a sense of hope or personal agency. Others are looking to find ways to widen the agenda to softer subjects or make news more relevant at a personal level, but there will be a limit to how far journalists can go — or should go — to make the news more palatable" (Newman et al., 2022, p. 14).

Os autores registram que a influência das parcerias de checadores com big techs (no caso, o Facebook) precisa ser mais bem investigada. Além de ser responsável pelo aumento substancial nos orçamentos dos parceiros, visto que o universo do jornalismo de verificação é enxuto — redações com, em média, quatro profissionais dedicados —, os contratos provavelmente estão direcionando para que pautas sejam selecionadas dentro de uma lógica de mercado, isto é, de interesse das empresas (Graves; Mantzarlis, 2020; Rodríguez-Pérez et al., 2022). Também o financiamento dita um caminho para o jornalismo de verificação que é oposto ao das verificações políticas, visto que não é do interesse de giant techs perderem o nicho de anúncios políticos nem darem a entender que estão tomando partido.

Fora isso, para Graves e Mantzarlis (2020, p. 590) a adaptação amplia objetivos para o jornalismo de verificação, mas dão a entender que a substituição do fact-checking de temas políticos pelo debunking de boatos representa uma visão menos crítica sobre o novo tipo:

Existe [...] divisão entre veículos que ainda veem a retórica política enganosa como seu alvo principal e aqueles focados em rumores virais online — uma prioridade crescente em todo o campo. Embora esses objetivos não sejam necessariamente incompatíveis, pequenas organizações com recursos limitados devem tomar decisões diárias sobre para onde direcionar sua atenção. O tempo limitado pode ser usado para publicar outra checagem de fatos, para pedir a uma agência governamental que corrija uma metodologia falha ou para ir atrás de um meme viral nas redes sociais — mas não tudo ao mesmo tempo (tradução nossa).⁸¹

É certo que haveria ganho científico em se refazer o estudo em questão após a experiência da pandemia. Isso posto, há indícios de que o quadro no Brasil já parece estar mais avançado no caminho da tendência verificada em 2019.

Por exemplo: agências especializadas em fact-checking de assuntos políticos, tais como Lupa e Aos Fatos, mudaram a atenção para boatos durante a pandemia e, à medida que a gravidade da crise sanitária foi amenizada, reduziram esse tipo de cobertura, retornando ao foco inicial. Contudo, não deixaram de lado a verificação de conteúdo com ampla divulgação em redes sociais. Pelo contrário: boa parte das pautas parece ter como motivação um boato de alto engajamento na internet, mesmo quando o tema é político, o que sugere uma escolha pela hibridização entre fact-checking e debunking, isto é, o uso de formatos de apuração e apresentação similares, mais simples, para conteúdos diferentes — no entender de Graves e

⁸¹ “[A] divide exists between outlets that still see deceptive political rhetoric as their main target, and those focussed on viral online rumors — a growing priority across the field. While these objectives are not necessarily incompatible, small organisations with limited resources must make daily decisions about where to direct their attention. Limited time can be used to publish another fact check, to ask a government agency to correct a flawed methodology, or to go after a viral meme on social media — but not all at the same time” (Graves; Mantzarlis, 2020, p. 590).

Mantzarlis (2020), o fact-checking seria uma categoria mais demandante em termos técnicos (de apuração e qualidade de informação) do que o debunking.

É na avaliação de perdas e ganhos dessa possível virada que temos um debate sobre o jornalismo de verificação que é central, porque diz respeito a um reposicionamento, que se reflete em frentes. A primeira delas é na missão, sendo que a do fact-checking originalmente trata do reforço à democracia de forma direta, envolvida nos fatos políticos, enquanto o debunking o faz de forma difusa, na disseminação de informação legítima. Tem razão de ser a preocupação de pesquisadores de comunicação política “ocidentais” com o risco de encolhimento do fact-checking de temas políticos. Essa área de conhecimento está sensibilizada para a ideia de que o jornalismo tem poder de fiscalização sobre poderes (o watchdog role), princípio importante nas democracias, e temem a perda de uma oportunidade no reforço dessa missão caso haja mudança de foco no movimento de verificação. A partir do pós-guerra, o campo “comunicação e política” fincou raízes na academia, inclusive no Brasil (tardiamente), nas várias áreas da sua interdisciplinaridade (comunicação, ciência política e sociologia), e uma das suas abordagens apresenta a comunicação pública como elemento integrador da democracia e, as crises democráticas, como crises também comunicacionais (Weber, 2021). Daí o “luto” manifestado por Graves e outros teóricos do jornalismo de verificação centrados na experiência estadunidense e na teoria democrática.

Por outro lado, os obstáculos ao fact-checking de temas políticos ficam em destaque. Essa forma de jornalismo de verificação enfrenta limitações no objetivo de atuar como reforço da democracia, visto que não pode abordar opiniões e outras formas de discurso não passíveis de checagem “objetiva”, mas que também põem em xeque instituições e incitam o autoritarismo (Seibt; Dannenberg, 2021). Ainda, em temas políticos, como vimos, há risco de o partidarismo influir sobre a busca de informações, levando cidadãos a selecionar os veículos nos quais preferem acreditar, frente a verificações conflitantes (Mattes; Redlawsk, 2020). Fora isso, os projetos de verificação que tratam de assuntos políticos são, com frequência e de forma involuntária, incluídos nas disputas partidárias pelos próprios políticos (Gottfried et al., 2013), o que, por força dessa atuação desqualificadora, pode fazer com que pareçam mais um peão de desacordo do que um criador de consenso (Mattes; Redlawsk, 2020). Temas políticos também costumam ser regionais, dificultando a cooperação entre verificadores mesmo quando da mesma língua, o que contrasta com os esforços em rede que ajudaram a enfrentar a infodemia durante a pandemia de Covid-19 (Herrero; Herrera-Damas, 2021a).

No campo jornalístico, o fact-checking acompanha a classificação de hard news da qual temas políticos são parte nobre — considerados de importância social, não individual, e

formadores de leitores interessados em notícias (Otto; Glogger, 2019) —, enquanto o debunking está no terreno dos temas de saúde e ciência, considerados tradicionalmente soft news, “de gaveta”, “frios”, “pouco objetivos”, “curiosidades”, focos de distração em relação ao que importa à cidadania — espremidos nos espaços, no tempo e no pessoal que sobram nas redações (Hansen, 1994). Contudo, os temas de saúde e ciência mostraram relevância social durante a pandemia. Já existe a discussão sobre se boatos virais não seriam uma arma ainda mais danosa aos princípios democráticos do que as meias verdades nas declarações de jogo político. Em Townes e Wardle (2020), que escrevem no primeiro ano da pandemia de Covid-19, há crítica direta à primazia dos temas políticos pelo jornalismo de verificação, visto que, na avaliação das autoras, contribuiu para o despreparo do jornalismo para lidar com desinformação em ciência e saúde. Percebe-se que o questionamento mais contundente diz respeito a uma verticalidade das escolhas do jornalismo de verificação, que podem ter focado nos interesses da classe jornalística e excluído as demandas públicas (no caso, da saúde pública) e as das audiências, desconsiderando realidades regionais. Argumentam que também a ciência é uma instituição que enfrenta descrédito, com reflexos para o coletivo, o que não deveria ser considerado menor. De fato, a desinformação sobre temas científicos impacta sobre os processos democráticos. É o que sugerem estudos sobre a degradação dos debates públicos em torno das questões climáticas (Klein, 2023), dos assuntos de nutrição (Argiñano; Goikoetxea-Bilbao, 2021) e de drogas (Pasquim; Oliveira; Soares, 2020), da saúde em geral e da Covid-19 em particular (Tarullo; Gamir-Ríos, 2022).

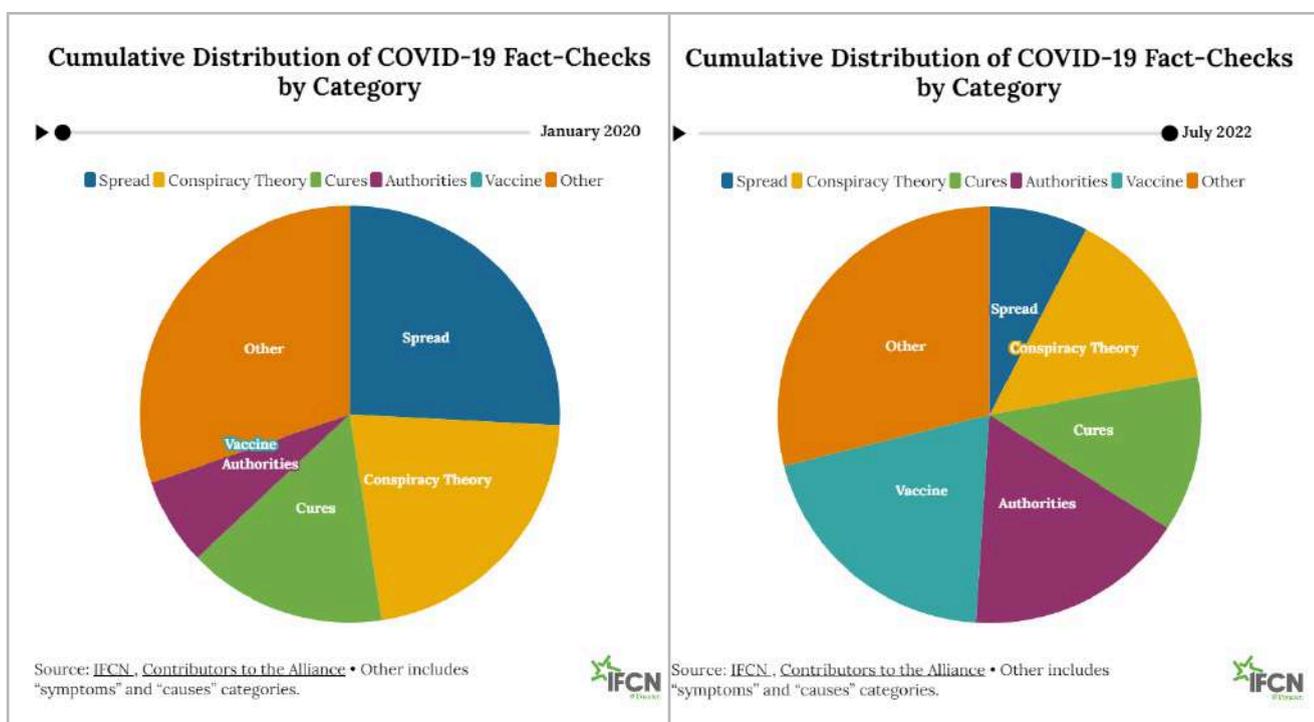
Do ponto de vista institucional, a avaliação é de que episódios como a pandemia — com seu caráter global e temáticas fora do escopo usual do fact-checking — têm preparado as iniciativas de verificação para serem flexíveis, a fim de se adaptarem às ondas de desinformação que exigem esforço conjunto (IFCN, 2020a). Houve nítido esforço, porque, à dificuldade representada pelo grande volume de desinformação a ser verificada, somou-se ainda a complexidade das temáticas de saúde e ciência, o que implica conhecimentos e fontes específicos a serem incorporados às rotinas dos checadores. Sobre isso, escrevem Arao et al. (2020). Nesse sentido, o jornalismo de verificação se adequa às necessidades da comunicação de saúde em contexto de desordem informacional, por ter entre suas características ser feito “de forma detalhada e transparente” (Tuma; Saldanha, 2019, p. 2).

Uma das características da infodemia de Covid-19 é o fato de se manifestar em aparentes ondas em que se destacam subtemas por vez e se espalham pelo mundo, adquirindo no caminho aspectos culturais de cada região. Segundo IFCN (2020a), é possível distinguir até agora nove ondas: a primeira está relacionada à origem do vírus, com teorias

conspiratórias geopolíticas; a segunda, a vídeos sensacionalistas que atribuíam à doença mortes ocorridas em locais públicos; a terceira, a falsas curas, como álcool, vitamina C, limão, etc.; a quarta, aos golpes, em geral *phishings* (roubo de dados por meio de links em mensagens) e pedidos de doações; a quinta, a conteúdo sinofóbico, no qual a China era acusada, por exemplo, de assassinar seus habitantes que contraíram a doença; a sexta, a alegações de que a doença teria sido desenvolvida para atingir raças ou etnias, o que incluía conteúdos racistas, mas também negacionistas; a sétima, a uma profusão de estatísticas (descontextualizadas ou inventadas) que julgavam analisar benefícios ou malefícios das estratégias de restrição de mobilidade contra a Covid-19 (isolamento social, quarentena e lockdown); a oitava, às alegações de agentes políticos e apoiadores a respeito de medidas sanitárias implementadas por governos; e, por fim, às vacinas, especialmente composição e supostos efeitos colaterais (vide Figura 4 para comparativo de temas).

É preciso ressaltar, porém, que a desinformação nunca realmente "vai embora": materiais foram e são reembalados e distribuídos em diversos momentos da pandemia.

Figura 4. Evolução temática da cobertura da #CORONAVIRUSFACTS (jan. 2020 a jul. 2022)



(Adaptado pela autora).

No papel de diretora associada da IFCN e coordenadora da coalizão #CoronaVirusFacts, Tardáguila (2020) observou, no fim de março de 2020, que para os

checadores a emergência sanitária havia passado à frente dos temas políticos não apenas por necessidade, mas por despertar interesse: “Quando você desmascara algo relacionado à política, metade do país não se importa com o que você diz. Mas, quando fala em saúde, todo mundo se importa. Portanto, a pressão para sermos rápidos é alta” (tradução nossa).⁸²

Assim sendo, o mais provável é que as fontes e os limites dos recursos das iniciativas de verificação apontem o caminho das prioridades no pós-pandemia. O fato é que, durante a crise, a escolha por desmistificar boatos foi considerada mais urgente do que as declarações de políticos, mesmo quando esses agentes fizeram alegações sensacionalistas sobre a Covid-19: “[...] o trabalho dos checadores envolve [...] seleção devido ao volume de conteúdo para desmascarar e recursos escassos. Com isso, verificar os fatos de um político que diz algo extremo sobre a Covid-19 é de menor importância em comparação com uma afirmação sobre uma cura falsa” (Kritikos, 2020, p. 383, tradução nossa).⁸³

⁸² “We have to work fast because health issues can really cause harm. When you debunk something related to politics, half of the country doesn't care about what you say. But when you talk about health, everybody cares. So the pressure for us to be fast is very high” (Tardáguila, 2020, n.p.).

⁸³ “[...] the work of fact-checkers involves various selection biases due to the large volume of content to debunk and scarce resources. As a result, fact-checking a politician who says something extreme about COVID-19 is of lesser importance compared with a claim about a false cure” (Kritikos, 2020, p. 383).

3. SUGESTÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE BOAS PRÁTICAS PARA O JORNALISMO DE VERIFICAÇÃO NO CONTEXTO DE INFODEMIA

“[...] é razoável admitir que o jornalismo (pelo menos o “bom jornalismo”) se caracteriza pela difusão de informações qualificadas que atendem às demandas e expectativas da audiência.”

W. Bueno, “Jornalismo e comunicação em saúde” (2023)

Reunindo considerações das já expostas literaturas científicas sobre o jornalismo de verificação, os estudos das desordens informacionais e a comunicação em saúde e ciência, esta pesquisa se propõe, como objetivo periférico, a sugerir indicadores de boas práticas e, a partir deles, analisar conteúdos de verificação produzidos por iniciativas de verificação brasileiras acerca de temas da pandemia de Covid-19.

3.1. Escolhas metodológicas

Abordamos neste tópico primeiramente o delineamento do corpus de verificações, destacando as empresas em que estão inseridas, para em seguida descrever os indicadores e o método de análise utilizados.⁸⁴

3.1.1. Corpus

Em busca de pluralidade de abordagens e de ambientes do jornalismo de verificação, montamos para esta etapa um corpus composto de verificações sobre temas da pandemia de Covid-19 produzidas por três iniciativas de verificação brasileiras, todas digitais: *Boatos*; Fato ou Fake, editoria do portal de notícias G1; e Lupa. Embora sejam todos empreendimentos jornalísticos da iniciativa privada — indício do pouco espaço da mídia pública independente no Brasil —, os três representam a diversidade do jornalismo de verificação.

⁸⁴ Partindo da proposta de análise de conteúdo categorial, desenvolve-se um sistema de classificação (codificação); cujos códigos, por sua vez, são agrupados (por proximidades, inclusive de contexto) em categorias que fundamentam a inferência de características e demais interpretações sobre os conteúdos do corpus (Sampaio; Lycarião, 2021) Mais especificamente, adotamos aqui os recursos de construção das chaves pré-determinadas, de verificação justificada de presença/ausência dessas chaves em suas categorias — que fundamentam os tópicos da discussão de resultados —, permitindo ainda que os dados fiquem abertos à consulta.

Quadro 5. Informações sobre os veículos e o corpus de checagens

Editoria ou site	Boatos	Fato ou Fake/G1	Lupa
Empresa	Boatos	Globo	Lupa
Ano de criação	2013	2018	2015
Descrição	“Site de fact-checking feito por jornalistas.” “Este espaço foi criado justamente para compilar [...] mentiras que são contadas online. A intenção com o boatos.org é justamente prestar um serviço para o usuário da internet.”	“Serviço de monitoramento e checagem de conteúdos duvidosos que esclarece o que é falso ou verdadeiro em mensagens disseminadas pelo celular e pela internet.”	“A Lupa é um hub de combate à desinformação por meio do jornalismo e da educação midiática.”
Processo (Saad, 2021)	Sistemático e contínuo	Episódico	Sistemático e contínuo
Audiência*	2,37 milhões de acessos/mês	Parte de 300,47 milhões de acessos/mês**	1,01 milhão de acessos/mês
Financiamento	Privado (anúncios e apoios em posts)	Privado (empresa de um grupo de mídia que é sociedade anônima)	Privado (empresa dos ramos jornalístico e educacional)
Natureza	Iniciativa privada	Iniciativa privada	Iniciativa privada
Amostra	n = 60	n = 60	n = 60
Origem da amostra	https://www.boatos.org/?s=covid (busca)	https://g1.globo.com/fato-ou-fake/ e https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/categoria/verifica%C3%A7%C3%A3o
Período da amostra***	18 mar. 2020 a 8 nov. 2023	16 mar. 2020 a 11 mai. 2023	1 fev. 2020 a 1 dez. 2023

Fontes: Boatos (2013a); Boatos (2013b); G1 (2018); Lupa (2015). (Adaptado pela autora).

*Média de out./dez. 2022, segundo a ferramenta SimilarWeb (www.similarweb.com).

Relativa ao G1 (dados parciais indisponíveis). *Refere-se à cobertura de temas de Covid-19 pela editoria ou veículo até a data mais recente de publicação. O período de coleta de dados foi igual para todos.

As características do jornalismo de verificação variam de acordo com o modelo de negócio do veículo de comunicação que o adota, segundo Saad (2021, p. 68), que difere o “processo sistemático” das agências dedicadas da “maneira episódica” com que empresas tradicionais de mídia fazem uso desse tipo jornalístico, em geral motivadas por eventos que aumentam a demanda por esse conteúdo, como eleições ou a própria pandemia. Por conta disso, descrevemos a seguir as características dos veículos desta pesquisa.

O Boatos é um site em atividade desde 2013 (Boatos, 2013), não afiliado à IFCN e cujo financiamento ocorre de forma “independente”, ou seja, sem associação a empresa de mídia, pela diversificação de fontes de recursos (Lelo, 2022a, p. 1083-1084). A maior parte do financiamento advém da plataforma de anúncios do Google, mas o site informa receber renda

de redes sociais e — estratégia incomum entre as iniciativas brasileiras —, de anunciantes, vedando dinheiro público (Boatos, 2013). Mantido por jornalistas, produz em média cem checagens por mês e possui acervo de 10 mil conteúdos, a maioria desmistificação de boatos (Boatos, 2013). Para distribuir conteúdo, tem parceria com o site de notícias Metrôpoles, sediado no Distrito Federal, e presença em redes populares, como Kwai e TikTok. Quanto à metodologia, na seleção diz priorizar conteúdo viral destacado em métricas — sem tentar equilibrar partes ou temas — e, na verificação, soma análise de conteúdo, cruzamento de dados, consulta a fontes e entrevistas. Faz uso de etiquetas moduladas de veracidade (“fake news”, “boato sem comprovação”, “golpe”, “enganoso”, “exagerado”, “verdadeiro”, “real com erros” e “em apuração”) e, se não chega a um “veredito”, pede auxílio da sua audiência.

Caracterizamos o Boatos como um representante dos sites de “escrutínio” que aparecem na gênese da verificação (Aspray; Cortada, 2019). É uma iniciativa com apelo popular, métodos flexíveis e foco fora do fact-checking de temas políticos que é de interesse majoritário nas iniciativas institucionalizadas e nas revisões acadêmicas.

A Fato ou Fake é uma editoria (seção temática) do portal de notícias G1 lançada em 2018, cerca de 12 anos depois do portal e em substituição à editoria É ou Não É, criada em 2017 (G1, 2018). Tem um coordenador responsável, que divide atribuições com a coordenação da editoria de Mundo (G1, 2022a), e poucos repórteres dedicados, mas conta com apoio da equipe de repórteres de todos os veículos Globo, capilarizada nos estados (G1, 2018). Apresentada como uma iniciativa do Grupo Globo, a editoria divulga ter foco na produtividade na cobertura de temas, sendo que, em 2022, foram 1,2 mil verificações publicadas (G1, 2022b). Por ser uma seção de um grande site de um conglomerado de empresas que inclui mídia, não especifica fontes de financiamento. Também não faz parte da IFCN. O método prioriza “transparência” (“de fontes, de metodologia e de correções”, ou seja, não empresarial) e se dispõe a investigar boatos virais e “declarações de políticos” (G1, 2018). Trabalha com três etiquetas de veracidade: “fato”, “não é bem assim” e “fake”.

Podemos classificar o Fato ou Fake como uma iniciativa que surgiu da apropriação da prática de verificação por uma empresa jornalística hegemônica, visando diversificação de formatos e de públicos. Por conta disso, a rotina de verificação tende a ser adaptada às já existentes e a percepção da audiência sobre a credibilidade da iniciativa é influenciada pela percepção sobre a empresa em que está inserida (Amazeen; Krishna, 2023).

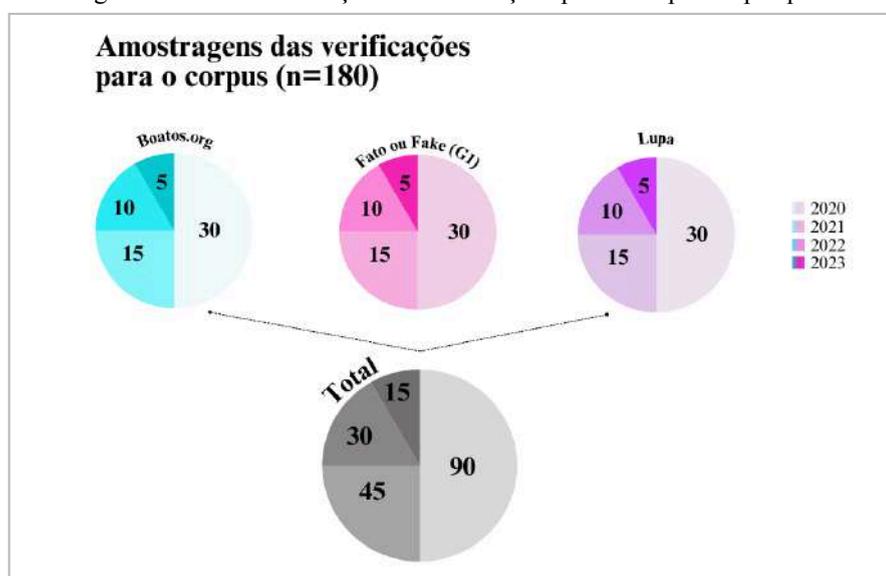
A Lupa é uma iniciativa de financiamento independente fundada em 2015 por jornalistas com experiência em jornalismo tradicional e capital inicial ligado à Editora Alvinegra, que edita a revista *Piauí* e é de propriedade de um herdeiro do banco mais

lucrativo do Brasil, o Itaú, o que faz da agência um exemplo de mídia alternativa com laços com a mídia tradicional (Lelo, 2022a). A principal renda da agência é com contratos de distribuição de conteúdo com a mídia, uma atuação como agência de notícias. Como signatária da IFCN, participa do 3PFC da Meta desde 2018 (Meta, 2018) e já teve ou tem colaboração com Twitter, Google e TikTok (Lupa, 2015b). Também investe em reportagens, oferece um repositório de estudos científicos sobre os temas mais sujeitos a desinformação (Terra, 2022) e desde 2017 tem um braço educacional, a LupaEducação (Lupa, 2020). A Lupa começou com foco em declarações públicas, mas a parceria com a Meta fez a agência agregar o debunking às atividades (Lupa, 2015a). Em ambos os casos, a seleção está atenta aos critérios de interesse público e grau de disseminação da alegação. Os métodos são variados, incluindo pesquisa documental, de dados, pedidos de informações públicas, ferramentas tecnológicas e entrevistas. O conteúdo da agência recebe uma entre sete etiquetas: "verdadeiro", "falso", "falta contexto", "exagerado", "subestimado" (contém informação subdimensionada), "contraditório" (contradiz outra declaração da mesma fonte) e "insustentável" (não existem dados para verificação) (Lupa, 2015c).

O exposto permite identificar a Lupa como uma iniciativa de verificação marcada pela institucionalização, com atuação interligada à da IFCN, inclusive na compreensão do fact-checking de temas políticos como meta do jornalismo de verificação. O fato de a agência ter se voltado para a verificação de boatos virais espelha uma parcial “virada do debunking”.

O corpus de verificação foi montado a partir da produção desses veículos sobre temas de ciência e saúde da pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2023 (conforme Figura 5).

Figura 5. Método de seleção das verificações para o corpus de pesquisa



Elaborado pela autora (2024)

Para fins desta pesquisa, as verificações podem ser descritas tecnicamente como um conjunto de informações multimídia identificado por um título e um weblink e, jornalisticamente, como uma notícia em formato digital. As verificações serão as unidades amostrais (Sampaio; Lycarião, 2021) desta etapa, consideradas a partir do conteúdo em si da notícia (texto, imagens, recursos audiovisuais) e dos seus adendos referenciais (sugestões de aprofundamento de fácil acesso, reproduzido ou “embedado”, isto é, integrado a partir de outras plataformas), um agrupamento que caracteriza a experiência da audiência quando acessa a verificação sobre tema específico de seu interesse. Foram desconsideradas as verificações que não trazem à tona nenhum tema de ciência e saúde, tais como a que abordou o texto erroneamente atribuído a F. Scott Fitzgerald ou as que foram sobre assuntos estritamente políticos, levantados pela CPI da Pandemia, do Senado Federal.

O tamanho da amostragem e a sua distribuição seguem duas escolhas de pesquisa. A primeira, que gera o fato de a quantidade não refletir o tamanho da produção de cada veículo, se refere a evitar o domínio de uma linha editorial sobre as outras, garantindo assim uma visão mais panorâmica desta pesquisa sobre as abordagens do jornalismo de verificação no que tange os temas de saúde e ciência na pandemia. A segunda, uma opção por uma amostragem considerável, porém construída por acessibilidade e conveniência, sem rigor estatístico, está ligada ao caráter exploratório desta dissertação e expõe sua proposta de primeira imersão em um tema, logo a sua adesão pela meta intrínseca de ter “como produto final um problema mais esclarecido” (Gil, 2008, p. 27).

A partir da seleção, temos um corpus de 180 verificações cujos conteúdos serão analisados — em seus reforços e ausências das boas práticas para o jornalismo de verificação em contexto de infodemia de assuntos de ciência e saúde aqui sugeridas — por meio do método proposto. Na apresentação dos resultados e na discussão, as unidades do corpus serão citadas segundo as listas de referências que podem ser consultadas nos anexos B, C e D desta dissertação, a fim de evitar conflitos devido às repetições de autorias e de anos de publicação.

3.1.2. Indicadores adaptados

Neste tópico trazemos visões conceituais da revisão bibliográfica para o delineamento de conceitos adaptados que serão úteis, mais à frente, para a avaliação dos conteúdos de verificação em situação de infodemia no Brasil. Essas visões já estão alinhadas com considerações sobre situações ideais do jornalismo de verificação e da comunicação em ciência e saúde, sendo essa literatura a origem do nosso referencial de codificação (Sampaio;

Lycarião, 2021). Logo, os conceitos adaptados rendem, no fim, um conjunto de boas práticas para o tipo jornalístico em um momento crítico dos ambientes informacionais. Esses conceitos serão, no próximo tópico, pormenorizados em manifestações objetivas, chamadas de chaves derivadas, que serão a base da análise do corpus em 4.2.

Partimos de sete áreas conceituais (vide Quadro 6): 1) aproximação com leitores e entrega de recursos duradouros contra desinformação; 2) autenticidade e verossimilhança (associadas à precisão); 3) contextualização; 4) transparência (de processos e métodos) como suporte de objetividade jornalística; 5) etiquetas, selos e outros elementos do design editorial como recursos contra a desinformação; 6) reflexões sobre comunicação (jornalismo) em saúde e ciência; e 7) reflexões sobre comunicação em saúde e ciência em contexto de infodemia.

Quadro 6. Recursos do jornalismo de verificação e da comunicação em saúde e ciência adaptados a indicadores de boas práticas de verificação em contexto de infodemia

#	Recursos	Visões conceituais	Conceito adaptado
1	Aproximação com leitores e entrega de recursos duradouros contra desinformação	<p>Usar estratégias de pré-bunking, que sensibilizam audiências adiantando narrativas e técnicas de desinformação e agindo antes de o convencimento se instalar como crença (Harjani et al., 2022), ideia por trás da “inoculação” (Lewandowsky et al., 2012; Harjani et al., 2022), faria o jornalismo de verificação avançar em termos de efetividade.</p> <p>Reduzir possíveis rejeições e resultados reversos (efeito bumerangue) por meio de tons brandos, com foco mais em dados do que em julgamentos de valor (Tsang et al., 2023; Mattes; Redlawsk, 2020; Hou; Kankham, 2023).</p> <p>Além de estar diretamente relacionado ao auxílio nas decisões cotidianas, o jornalismo de serviço tem elementos que permitem direcionar o coletivo em situações de crise (Vaz, 2010).</p> <p>A desinformação sobre temas científicos tem características próprias que podem ser adiantadas, como uso de jargões científicos para forçar um viés de autoridade e maior inserção em grupos sociais de menor escolaridade e renda (Gomes; Penna; Arroio, 2020). As estratégias para superar essa desinformação ainda não estão claras para a audiência.</p>	O jornalismo de verificação aumenta suas chances de efetividade (reflexão sobre crenças) <i>ao adiantar possíveis narrativas de desinformação</i> , reduz rejeições <i>ao manter teor informativo</i> e constrói suas comunidades em grupos-chave <i>ao reforçar a prestação de serviço da sua atuação</i> .
2	Autenticidade e verossimilhança (associadas à precisão)	<p>Uso de informações acessíveis, “replicáveis” (Charaudeau, 2006; Meier, 2009).</p> <p>O valor do autêntico está no quanto é reproduzido, copiado, viralizado (Tandoc Jr. et al., 2018).</p> <p>Estando a precisão diretamente relacionada à credibilidade, métodos de medição de precisão jornalística foram investigados cientificamente (Porlezza, 2019).</p> <p>Aproximação dos métodos jornalísticos com métodos científicos, como triangulação de dados de diferentes fontes (Reich, 2011), auxilia na identificação de um jornalismo de precisão que confia mais em seus métodos, sem se basear totalmente em autoridades consultadas (Meyer, 2002, p. 10).</p>	Uso de documentos oficiais e perspectiva de que <i>cada cidadão poderia fazer por si mesmo</i> a checagem a partir das provas apresentadas que foram a base de produção de conteúdos <i>com preocupação de precisão e de acesso aberto</i> .
3	Contextualização	Contextualizar é posicionar a notícia em um cenário mais amplo de seu tema gerador e do próprio acontecimento noticiado, possibilitando que a	Entregar à audiência a <i>possibilidade de compreender a</i>

#	Recursos	Visões conceituais	Conceito adaptado
		audiência compreenda fundos históricos e sociais (Lückman; Fonseca, 2017, p. 172).	<i>desinformação como unidade de um fenômeno amplo, com agentes, intenções e redes organizadas.</i>
		Ir além da mera descrição de acontecimentos e da dualidade verdade/mentira (Moretzsohn, 2019).	
		Deveria abranger avaliação de que grupos organizados ganham com a desinformação, a fim de que sua existência não pareça gratuita (Marques et al., 2023) e de que a disputa do poder por trás da desinformação seja exposta (Silveira, 2021, p. 97).	
4	Transparência (de processos e de métodos) como suporte de objetividade jornalística	<p>Ter transparência no jornalismo significa aproveitar os recursos digitais para disponibilizar à audiência acesso: a fontes externas e dados brutos usados na notícia; às linhas editoriais e éticas do veículo; a uma política de correção de erros que explique de onde se originou a falha, explicitar o que sabe, mas também o que não sabe (Meier, 2009; Koliska, 2021).</p> <p>O jornalismo de verificação possibilita uma transparência jornalística especial em que as verificações são postas como falíveis, portanto podem ser escrutinadas pela audiência, que tem oportunidade de discordar (Seibt, 2019, p. 125).</p> <p>Transparência de fonte também diz respeito à facilitação na visualização das informações, com o uso de links, infográficos, mapas e tabelas (Humprecht, 2020).</p> <p>Evitar fontes em off e anônimas, apresentando como as informações foram obtidas (Rodríguez-Pérez et al., 2022).</p> <p>Segundo Brandtzaeg et al. (2017, p. 17), ser transparente é ponto crucial para o jornalismo de verificação, tanto em relação a informações empresariais quanto a métodos.</p>	O jornalismo de verificação necessita exercer e expor seu compromisso com a transparência como medida de credibilidade, <i>permitindo à audiência acessar suas formas e suas estruturas de trabalho, ao mesmo tempo que rompe com escolhas comuns do jornalismo tradicional, vedando o uso de fontes anônimas, limitando o cultivo de fontes e viabilizando o acesso direto às suas fontes de informação e preocupado-se com a acessibilidade.</i>
5	Etiquetas, selos e outros elementos do design editorial como recursos contra a desinformação	<p>Etiquetas ou selos são parte expressiva das "dicas" (cues) nas mensagens do jornalismo de verificação que, segundo Wintersieck (2017, p. 307), fazem com que esse tipo jornalístico seja acessível, rápido e persuasivo na transmissão de informações.</p> <p>Para serem efetivos (notados pela audiência e, assim, reduzirem a crença e o compartilhamento do conteúdo falso), elementos de design precisam ser incisivos (Oeldorf-Hirsch et al., 2020).</p> <p>Disseminar declarações falsas nos títulos das notícias não é ético para o jornalismo, visto que boa parte da audiência da internet só lê as chamadas (Gehrke et al., 2023, p. 15). Para isso, verbos corretivos são necessários.</p>	Elementos de design possibilitam que o jornalismo de verificação comunique diretamente com sua audiência, mas <i>dever ser resolutos e evitar serem fontes de desinformação, considerando as particularidades do ambiente digital</i>
6	Reflexões sobre comunicação (jornalismo) em saúde e ciência	<p>Uma abordagem aprimorada da ciência no jornalismo é a que a apresenta com realismo, com atenção o fato de que resultados são coletivos, há incertezas em seu processo e está sujeita a diferentes pontos de vista, o que exige variedade de fontes e áreas de conhecimento (Fioravanti, 2013).</p> <p>A tradição da "monofonte", comum no "jornalismo especializado", é uma armadilha para o jornalismo de ciência, considerando que os bastidores dos processos científicos também se movem por interesses, o que pressupõe que criticidade, variação de fontes e resistência a pressões do "oficial" são essenciais (Bueno, 2022).</p> <p>Visto que modelos verticais de comunicação de ciência, que visam sanar "déficits" de conhecimento, têm histórico de inefetividade em gerar</p>	A cobertura jornalística de temas de ciência e saúde ganha ao diversificar fontes com <i>interdisciplinaridade</i> e até no interior das áreas de conhecimento, <i>prestando atenção também às necessidades informacionais dos</i>

#	Recursos	Visões conceituais	Conceito adaptado
		interesse pela ciência, é válido que as práticas de comunicação se permitam identificar o significado da ciência para a audiência, integrando essas informações a interesses e preocupações que cada público busca ver atendidos (Brossard; Lewenstein, 2021).	<i>públicos</i> que pretende alcançar, fugindo do generalismo que não atende aos interesses do cidadão e nem ajuda a sanar suas preocupações.
7	Reflexões sobre comunicação em saúde e ciência em contexto de infodemia	<p>Ao apresentar notícias com foco em risco epidemiológico, o jornalismo deve avaliar se não está apregoando sentidos diferentes dos apresentados nos estudos, tratando controvérsias como fatos, por exemplo, o que pode agravar a sensação de incerteza por parte da audiência devido a eventuais contradições na cobertura (Luiz, 2007).</p> <p>Confiança é uma questão crucial ao se comunicar temas científicos que contêm certo grau de incerteza, especialmente se a meta é mudar comportamentos da audiência de maneira que impliquem "sacrifícios pessoais" (Curtis; Gillespie; Okimoto, 2023). Quando pouco compreendida, a forma como a ciência se desenvolve pode suscitar uma percepção de "ambiguidade" — considerando que o processo científico inclui a evolução dos métodos, o que permite revisões, e ainda as falhas — e essas características precisam ser abordadas na comunicação de ciência.</p> <p>A comunicação em contexto de infodemia é mais eficaz quando se usam linguagens e bases teóricas específicas para grupos sociais classificados como importantes (Wirz et al., 2022), sem estigmatizar as populações que sofrem mais dificuldades com a doença (Thomas; Senkpeni, 2020).</p> <p>A desinformação sobre ciência, que incluiu o uso de <i>fake science</i>, a manipulação de controvérsias reais ou inventadas (Silveira, 2021, p. 97-98), é um cenário de disputas de sentido no qual o ataque às instituições epistêmicas (mídia e ciência) é também projeto político em nível mundial, e as formas de circulação da desinformação são a estratégia mais importante (Oliveira, 2020, p. 16).</p>	Infodemias com foco em temas de saúde e ciência são cenários em que as estratégias comunicacionais importam e a incerteza será uma possibilidade real, logo <i>o jornalismo precisa administrar essa questão a fim de que a sensação de contradição na cobertura seja amenizada</i> , esclarecendo as audiências também sobre os fluxos que fazem parte de campanhas articuladas de desinformação.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Sobre a relação com a audiência (#1), propomos ações de aproximação e de recursos do letramento contra a desinformação, partindo da ideia de que o jornalismo de verificação se beneficiaria de uma relação mais próxima com os seus públicos e da construção de comunidades com grupos chave. A oferta de ferramental para lidar com a desinformação de forma adiantada, usando técnicas do pré-bunking (Harjani et al., 2022) e da inoculação (Lewandowsky et al., 2012), por exemplo, pode ser capaz de aumentar a percepção de utilidade por essa audiência. Outro fator relacionado a isso é a prestação de serviço, central no jornalismo de serviço (ou utilitário), que ganhou espaço em diversas mídias porque considera diretamente o ponto de vista ("interesses diretos") da audiência que assiste ao noticiário, fornecendo informações que são ou eventualmente serão úteis para decisões cotidianas — orientações proveitosas em meio à hiperinformação, para tratar de temas de saúde ou situações de urgência (Vaz, 2010, p. 125). Também é importante sugerir quais os tons e as

abordagens convincentes (Tsang et al., 2023; Mattes; Redlawsk, 2020; Hou; Kankham, 2023) e especificidades sobre a correção de assuntos científicos (Gomes; Penna; Arroio, 2020).

O cerne da credibilidade do jornalismo de verificação, a percepção de autenticidade e verossimilhança (#2), traz elementos do jornalismo de precisão (Meyer, 2002), e dos estudos sobre qualidade jornalística (Meier, 2009) e sobre o tratamento jornalístico frente à desinformação (Tandoc Jr. et al., 2018).

Como medida de qualidade jornalística e de percepção de valor sobre essa atividade (Lückman; Fonseca, 2017), sugerimos contextualização (#3) ao jornalismo de verificação. Isso pressupõe agir contra a segmentação de informação típica da internet (Moretzsohn, 2019), que também alimenta a desinformação. Ainda é possível pensar uma contextualização no âmbito de peças de desinformação, indo além na identificação das motivações por trás da desinformação, indicando, por exemplo, que grupo ou pessoa tem ganhos com a circulação do conteúdo, o que contribuiria para reduzir na audiência a sensação de "cenário especulativo e enigmático" (Marques et al., 2023, p. 17, tradução nossa).⁸⁵

Considerando que na literatura a transparência é um princípio atrelado ao jornalismo de verificação que também desponta à frente da revisão sobre a tradicional objetividade jornalística, propusemos um conceito prático que busca conciliar as duas posições (#4). A transparência jornalística se mostra em duas frentes, a empresarial e a editorial — com disposição para ponderar análises das audiências (Seibt, 2019) e acesso facilitado às fontes bibliográficas ou de dados (Meier, 2009; Koliska, 2021), além de fontes identificadas (Rodríguez-Pérez et al., 2022), por exemplo. Esse princípio também se adere à acessibilidade. Humprecht (2020), por exemplo, relaciona a transparência na escolha de fontes a quatro características: links para fontes documentais (bancos de dados e notícias); infográficos e tabelas para ajudar na explicação de conceitos; e, quando possível, reprodução de fontes utilizadas, como mapas e outras formas de informação visuais.

Etiquetas e selos (#5), uma marca do jornalismo de verificação, são recursos que facilitam a comunicação em ambientes digitais (Wintersieck, 2017), mas é preciso que evitem passar despercebidos (Oeldorf-Hirsch et al., 2020) ou gerar desinformação por ambiguidade quando usados nos títulos, como fazem os clickbaits.

Sendo o nosso objeto o jornalismo de verificação que trata de assuntos de ciência e saúde, levantamos padrões de qualidade dessa especialidade (#6), tais como a pluralidade de

⁸⁵ “[...] most of the Comprova’s publications do not identify the actor potentially benefiting from the conspiracy plots — making the scenario more speculative and enigmatic” (Marques et al., 2023, p. 17).

fontes e pontos de vista (Fioravanti, 2013; Bueno, 2022), e, visto que a verificação tem meta de gerar interesse por informações embasadas, da comunicação de ciência.

Acrescentamos à lista itens sobre ações de comunicação e de jornalismo durante as infodemias (#7), em especial as de ciência e saúde, caso da pandemia. Assim, incluímos como boas práticas a comunicação responsável de incertezas (Luiz, 2007) como aspecto referente à confiança nas instituições (Curtis; Gillespie; Okimoto, 2023), a inclusão não caricatural de grupos chave na comunicação (Wirz et al., 2022; Thomas; Senkpeni, 2020); e a abordagem das disputas por trás das narrativas, enfatizando as de abrangência global (Oliveira, 2020).

3.1.3. Método de análise

Conceituados os critérios que representam boas práticas do jornalismo de verificação e da comunicação de saúde e ciência, dentro e fora de contexto de infodemia, partimos para a discriminação possível deles em ações, posturas e escolhas que são capazes de se refletir nos conteúdos de verificação (vide Quadro 7).

É a partir dessas chaves derivadas que faremos a análise de conteúdo do corpus de verificações, auferindo assim as escolhas e as intenções aparentes de cada conteúdo, em uma perspectiva de avaliação crítica desses documentos (Barbosa, 2020).

Quadro 7. Critérios de análise do corpus de verificações, da adaptação para esta pesquisa às chaves do sistema de avaliação

Critério	Critérios destacados da literatura	Chaves derivadas de análise
Aproximação com leitores e entrega de recursos duradouros contra desinformação	O jornalismo de verificação aumenta suas chances de efetividade (reflexão sobre crenças) ao <i>adiantar possíveis narrativas de desinformação, reduz rejeições ao manter teor informativo e constrói suas comunidades em grupos-chave</i> ao reforçar a prestação de serviço da sua atuação	Orientações que permitam futura autonomia informacional sobre o tema
		Ilustrar a verificação com histórias que possibilitam identificação por parte da audiência
		Tom e apresentação brandos
		Linguagem adequada também para grupos chave, de menor renda e escolaridade
		Serviço sobre saúde
Autenticidade e verossimilhança (associadas à precisão)	Uso de documentos oficiais e perspectiva de que <i>cada cidadão poderia fazer por si mesmo</i> a checagem a partir das provas apresentadas que foram a base de produção de conteúdos com <i>preocupação de precisão</i> e de <i>acesso aberto</i>	Links para fontes citadas
		Acesso aberto, sem paywall
		Uso de tipos diferentes de fontes, em triangulação

Critério	Crítérios destacados da literatura	Chaves derivadas de análise
		Linguagem pode ser narrativa, mas sem esquecer de apresentar dados em números
Contextualização	Entregar à audiência a <i>possibilidade de compreender a desinformação como unidade de um fenômeno amplo</i> , com agentes, intenções e redes organizadas	Acrescentar contexto histórico e/ou social ao tema da verificação
		Indicar se existem pessoas e/ou grupos interessados na disseminação da falsidade
Etiquetas, selos e outros elementos do design editorial como recursos contra a desinformação	Elementos de design possibilitam que o jornalismo de verificação comunique diretamente com sua audiência, mas <i>devem ser resolutos e evitar serem fontes de desinformação</i> , considerando as particularidades do ambiente digital	Uso de etiquetas, selos e demais marcadores como itens para destacar rapidamente o resultado da análise
		Categorizar o conteúdo de forma explícita à primeira vista, a fim de impedir interpretação ambígua a quem vê apenas os elementos editoriais primários da verificação, em especial o título
Transparência (de processos e de métodos) como suporte de objetividade jornalística	O jornalismo de verificação necessita exercer e expor seu compromisso com a transparência como medida de credibilidade, permitindo à audiência acessar suas formas e suas estruturas de trabalho, ao mesmo tempo que rompe com escolhas comuns do jornalismo tradicional, vedando o uso de fontes anônimas, limitando o cultivo de fontes e viabilizando o acesso direto às suas fontes de informação e preocupado-se com a acessibilidade	Evitar fontes em off e anônimas
		Apresentar como as informações foram obtidas, dando crédito às fontes secundárias (inclusive outros veículos) quando necessário
		Usar recursos visuais e gráficos para mais acessibilidade
Comunicação em saúde e ciência	A cobertura jornalística de temas de ciência e saúde ganha ao diversificar fontes com <i>interdisciplinaridade</i> e até no interior das áreas de conhecimento, <i>prestando atenção também às necessidades informacionais dos públicos</i> que pretende alcançar, fugindo do generalismo que não atende aos interesses do cidadão e nem ajuda a sanar suas preocupações	Diversidade de fontes científicas
		Interdisciplinaridade de fontes científicas
Comunicação em saúde e ciência em contexto de infodemia	Infodemias com foco em temas de saúde e ciência são cenários em que as estratégias comunicacionais importam e a incerteza será uma possibilidade real, logo <i>o jornalismo precisa administrar essa questão a fim de que a sensação de contradição na cobertura seja amenizada</i> , esclarecendo as audiências também sobre os fluxos que fazem parte de campanhas articuladas de desinformação	Abordar dúvidas e mudanças de posicionamento científico, em vez de evitar dar explicações
		Orientação sobre eventuais campanhas de desinformação em torno do tema

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

As chaves funcionam como códigos da análise do conteúdo das verificações, que foram justificadas como existentes ou não existentes, sendo que o critério de desempate, quando necessário, foi o de preponderância (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 60). Assim, nas medidas de avaliação, temos que a boa prática pode ser desenvolvida de forma expressa; o

"tangenciamento" é uma menção que não se desenvolve, mas ao menos avisa da existência de chave indicadora de boa prática (inclui links); e a "perda de oportunidade" é a ausência dessa chave em qualquer nível. A partir daí, temos que a predominância envolve o desenvolvimento e o tangenciamento das chaves indicadoras no conteúdo acima delineado.^{86 87}

Além da avaliação, tabulamos dados de cada verificação: veículo; data de publicação; título; autor; link; editoria (seção temática) no qual o tema foi encaixado pelo próprio veículo; suporte da verificação (texto, vídeo ou etc.); resultado da análise (o que diz a etiqueta). Foram também descritas as fontes das informações, divididas nas seguintes áreas: autorreferências (verificações ou notícias do mesmo veículo ou grupo de mídia); governos (poder público em geral, em qualquer esfera, incluindo estrangeiros); instituições (públicas ou privadas, incluindo estrangeiras, entre elas sociedades médicas, entidades internacionais e instituições de pesquisa); médicos; cientistas (inclui médicos que atuam prioritariamente em pesquisa); documentos (inclui artigos científicos, notas técnicas, bancos de dados, painéis de estatísticas e etc.); verificações de outros veículos, indício de trabalho em rede; pesquisas reversas (de imagem ou vídeo); e eventuais manifestações de envolvidos na desinformação.

Também indicamos se há entrevistas inéditas com especialistas ou quaisquer outras fontes; se usa declarações das fontes entrevistadas; se indica os links para as fontes usadas quando isso é possível; se indica links para outras verificações quando é cabível; e se a verificação foi sugerida pela audiência.

Sobre os temas das verificações, sejam eles falsidades específicas ou um conjunto delas, também separamos dados relevantes. Foram organizados: suporte do tema da verificação (vídeo, meme, fotolegenda, postagens e encaminhamentos em redes sociais, áudio, miscelânea, etc.); área temática e subtemas. Essas informações foram usadas, de forma periférica, em eventuais reflexões sobre as pautas e os recursos utilizados pelo jornalismo de verificação no Brasil em temas de ciência e saúde referentes à pandemia de Covid-19.

3.2. Resultados

⁸⁶ As avaliações justificadas de cada conteúdo de verificação foram registradas por meio de formulário dividido em três áreas (aspectos da verificação, análise de chaves e aspectos da desinformação) elaborado com a ferramenta Google Forms (vide Anexo M), rendendo uma planilha e um conjunto de gráficos de resultados. A coleta de dados ocorreu em primeiro momento, em março de 2023 e, em segundo momento, para acréscimos e correções, em março de 2024. Da mesma forma, as análises ocorreram em abril de 2023 e, em etapa de validação, em abril de 2024. A planilha com as análises está disponível em: <https://11nk.dev/b7NRz> (Google).

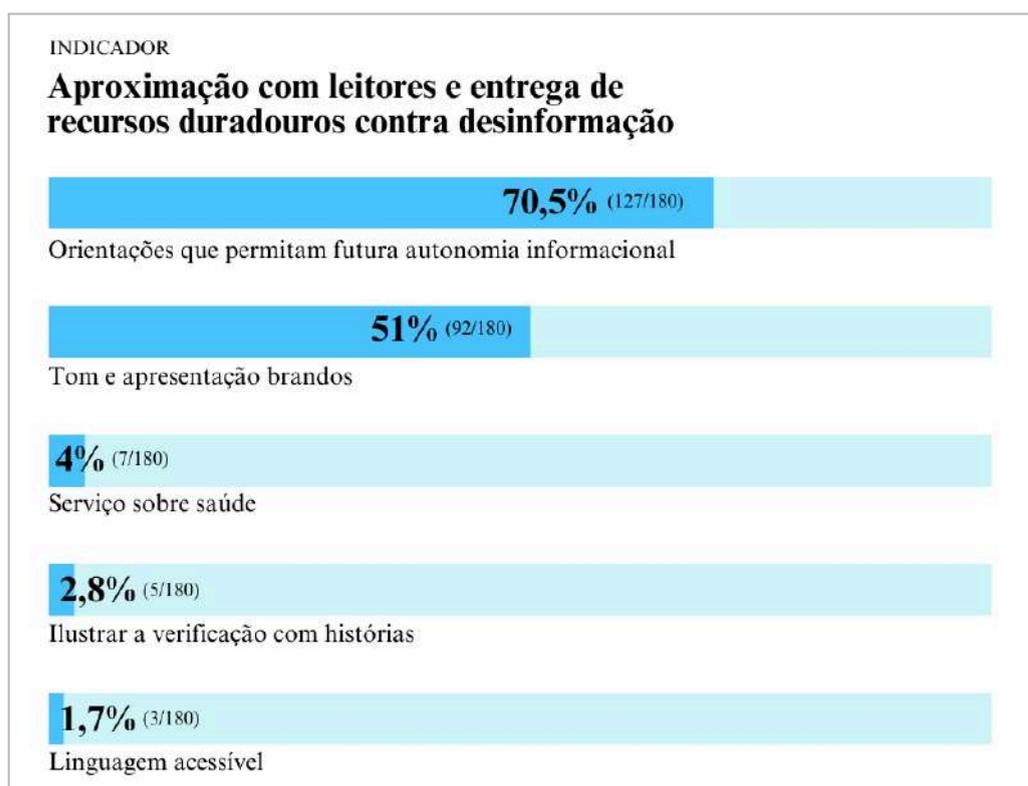
⁸⁷ Um esclarecimento necessário diz respeito ao valor que nossa análise dá à certificação de ausências de chave: a consideramos escolha do veículo, não necessariamente falha. Assim, partimos do entendimento de que características persuasivas definidas pela literatura podem ser adotadas a qualquer tempo em qualquer conteúdo, a depender de uma escolha da equipe responsável por investir no que é considerado efetivo.

Expomos aqui os principais resultados da análise do corpus de verificação, o que será sucedido pela discussão desses resultados.

3.2.1. Aproximação com leitores e entrega de recursos duradouros contra desinformação

Adiantar o esclarecimento sobre narrativas de desinformação na pandemia, o que pode ajudar a empoderar indivíduos no combate à desinformação, é uma prática que se apresentou em mais de 70% das verificações analisadas (127/180, vide Gráfico 1), ainda que, na maioria das vezes, indiretamente. Uma forma indireta comum é pela inclusão no conteúdo da verificação de outros produtos generalistas voltados a disseminar esse tipo de informação, tais como vídeos e podcasts (23/127).

Gráfico 1. Presença no corpus das chaves do indicador *aproximação com leitores e entrega de recursos duradouros contra a desinformação*



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Outra é por tangenciamento, isto é, a menção a formatos, discursos e táticas das mensagens desinformativas e de formas de verificá-las, sem porém apresentar nítida adesão a uma meta orientativa (45/127). A situação lembra a onipresença do “efeito pedagógico colateral” que Paganotti (2023) define para os conteúdos de verificação que seguem a regra de

descrever métodos de apuração, o que rende um passo a passo básico que poderia vir a ser apreendido e adaptado pela parte mais atenta e interessada da audiência, mas que provavelmente não são suficientes para atender e engajar a maioria dos leitores.

Um exemplo do primeiro caso é o vídeo “Veja como identificar se uma mensagem é falsa” (47/127) e o episódio “Mentiras que matam: fake news na pandemia”, do podcast “O assunto” (6/127), incluídos em parte das verificações do corpus do G1 por embedamento ou link, bem como o vídeo “Cuidado com as fake news sobre o coronavírus!”, do Boatos (6/127). O tangenciamento ocorreu quando a verificação mencionou, por exemplo, a retomada de falsidades em novas roupagens como uma técnica de desinformação (p. ex.: “[...] a mensagem é ‘mais do mesmo’. [...] uma pequena modificação de outros dois boatos que circulam na internet”, em B22). Também ao citar o uso da desinformação como arma política (p. ex.: “[...] figuras públicas como [o] presidente Jair Bolsonaro (sem partido) começaram a defender o uso desse remédio. Contudo, os exames clínicos mostraram que não há benefício no uso da droga em nenhuma etapa do tratamento”, em L15) ou a hibridização de teorias conspiratórias a fim de ampliar o alcance delas (p. ex.: “[Especialista] diz [...] que essas teorias surgiram porque o lançamento do 5G na China ocorreu em uma época próxima à do surgimento dos casos do novo coronavírus. ‘Algumas pessoas que são contra o 5G sem motivação científica aproveitaram dessa coincidência para começar a disseminar essa desinformação.’”, em F4).

Percebe-se que os tangenciamentos são apresentações que tratam superficialmente das táticas de alimentação dos fluxos de desinformação, preparando de alguma forma a audiência para futuras situações. Uma minoria de verificações traz orientações explícitas, com destaque para o trecho padrão do Boatos sobre as características gerais das mensagens desinformativas:

De cara, a mensagem já nos causa desconfianças. Ela, assim como tantas outras relacionadas à doença [...], tem características de boatos online como ser vaga (não diz sequer quem são os médicos), alarmistas, com erros de português, pedido de compartilhamento e não cita fontes confiáveis. (B1).

Outro indicativo do nível de aproximação do jornalismo de verificação com a audiência, presente em mais da metade do corpus, é o uso de tom e apresentação brandos, isto é, que não levem à contrariedade do público com apego às informações questionadas (92/180). Sendo essa uma característica da linguagem jornalística tocada pelo ideal de objetividade tradicional — uma linguagem “absolutamente transparente” que deixa eventuais julgamentos para o leitor (Lage, 2001a, p. 20), também por interesse mercadológico —, era esperado que os veículos ligados à imprensa tradicional (G1 e Lupa) adotassem esse fator. Já

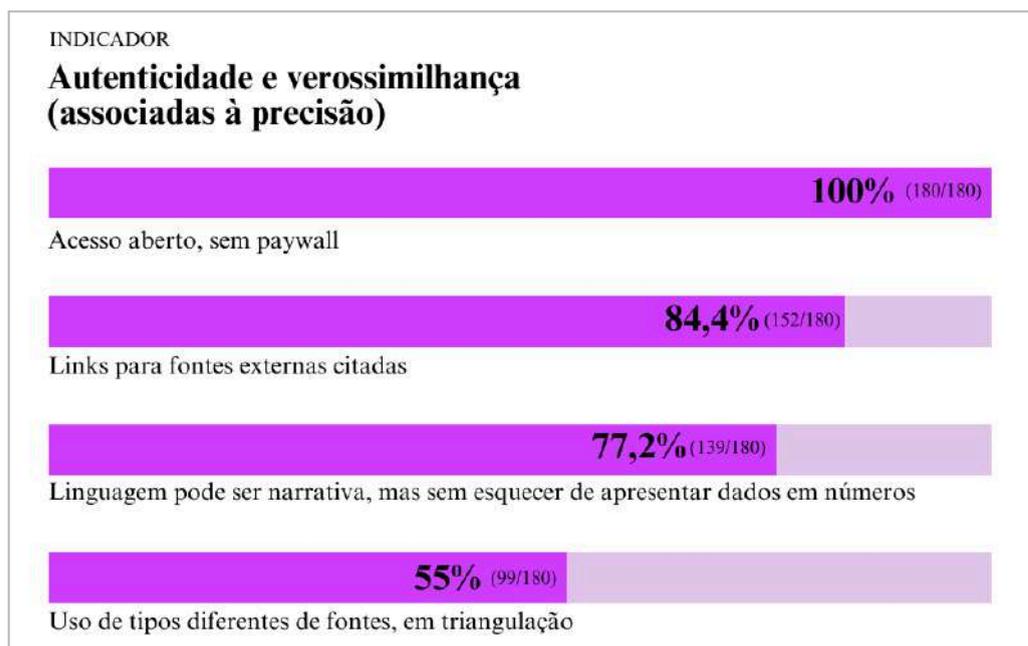
o corpus de Boatos é menos constante nessa chave, por vezes assumindo linguagem com elementos recriminadores, p. ex.: "Caraca! Como tem gente maluca (ou mau caráter)" (B27); e "Informações batidas e repetidas se misturam com compilações de argumentos que já se mostraram indefensáveis e não passam de mentiras de quem nega a realidade" (B41).

Por meio do corpus, entendemos que o jornalismo de verificação sobre temas da pandemia não costuma incluir em seus conteúdos histórias que possibilitam identificação por parte da audiência. Isso ocorreu em menos de 3% das unidades de análise (5/180) e geralmente por simples menção a episódios de repercussão. P. ex.: "Em tempo: no meio dessas histórias, algo peculiar aconteceu no interior do Paraná. Uma proprietária de uma farmácia foi autuada pela polícia porque anunciou um 'tratamento com vitaminas' para curar o coronavírus. Nada mais justo" (B11); e "Não satisfeitos com a informação falsa, houve, ainda mais dois boatos criados com base nas histórias do caixão com pedras. Um foi por meio de um vídeo gravado por uma mulher em Minas Gerais (que teve que responder processo e se retratar publicamente)" (B39). Essa tentativa de aprofundamento — "humanização", para Hinnant, Len-Ríos e Young (2013) — é menos perceptível em G1 e Lupa, mesmo esses veículos tendo acervo maior de reportagens, ou seja, de atividade jornalística, do que Boatos.

Ainda menos presente foi a tentativa de se aproximar de grupos sociais de menor renda e escolaridade (3/180), considerados relevantes para o combate à desinformação em ciência e saúde (Gomes; Penna; Arroio, 2020). A principal estratégia para isso decorreu da apresentação de um resumo da verificação em formato de vídeos curtos e com linguagem simples (3/180), recurso adotado por G1 e Boatos em algumas verificações.

3.2.2. Autenticidade e verossimilhança (associadas à precisão)

Sendo autenticidade e verossimilhança um compromisso de abertura ao escrutínio (vide Gráfico 2), é relevante que o jornalismo de verificação não crie barreiras de acesso às suas audiências. Isso se verifica no corpus analisado, do qual fazem parte veículos que não condicionam a sua comunicação ao pagamento de assinaturas (modelo *premium*) e nem a limitações parciais de leitura (*freemium*) (180/180).

Gráfico 2. Presença no corpus das chaves do indicador *autenticidade e verossimilhança*

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O índice de links para fontes citadas também se apresentou como alto (152/180). Ou seja, a impressão é de que se procura apontar as origens das informações das verificações, ao mesmo tempo que se quer reforçar o impacto da apuração. Destacamos, porém, que é alta a frequência de autorreferência nessas indicações de fontes, o que dá a entender a prevalência de uma tática para aumentar estatísticas de audiência dos sites, especialmente nos casos do Boatos e do G1, bem como um reaproveitamento de apurações, da parte de todos os veículos.

A preferência por uma linguagem que busca objetividade, intercalando narração — o discurso da sucessão de fatos (Lage, 2011) — com dados objetivos (números e estatísticas), é outra característica da objetividade jornalística tradicional que aparece com frequência no corpus analisado (139/180). A exceção mais constante são as escolhas de Boatos, que não raramente pratica um texto mais “editorializado”, isto é, com narrações entremeadas a elementos de subjetividade, algo como a tendência de “notícias opinativas” conceituada por Boukes et al. (2014). P. ex.: “[...] ‘se entupir de vitamina C, zinco e vitamina D’ [...]” (B11), em vez de especificar a necessidade diária para o organismo desses nutrientes; e “[...] não há possibilidade de supernotificação de morte por Covid-19, pois os casos só são incluídos na contagem após o resultado de exames laboratoriais e não clínicos. Infelizmente, a chance de subnotificação (com testes, por exemplo, mal armazenados e descartados) é maior” (B13), sem buscar uma medição em números dos eventos.

Por fim, o uso de tipos diferentes de fontes, a fim de viabilizar precisão pelo cruzamento de informações e reforçar a legitimação do conteúdo jornalístico (Fossá; Müller, 2019), se mostrou a chave menos frequente de autenticidade e verossimilhança (99/180).

Essa questão se deu por duas razões, sendo uma delas pelo reaproveitamento de informações de outras verificações do veículo (autorreferências), o que acaba reduzindo a diversificação de fontes (p. ex.: B9; B53; B54).

A principal ocorrência, porém, foram as verificações baseadas inteiramente em fontes indiretas (especialmente as documentais e as manifestações públicas de governos e empresas), situação em que a precisão do conteúdo depende quase que inteiramente do conhecimento dos jornalistas sobre os assuntos e sobre os usos das ferramentas (p. ex.: L3; L16; L22; L48; F12). Mais raramente, houve ainda situações em que a verificação não teve presença de triangulação por ter se baseado inteiramente em declarações, sem que houvesse o cruzamento das informações prestadas pelos entrevistados com outros tipos de fonte (p. ex.: F30).

3.2.3. Contextualização

Com base na reflexão jornalística, compreendemos que, na verificação, contextualizar é o processo que permite agir contra a fragmentação do conteúdo, característica dos fluxos digitais, que faz com que a falha de contexto seja uma das principais formas de se produzir desinformação sobre ciência, por exemplo (García-Marín; Merino-Ortego, 2022, p. 30). No jornalismo digital, a contextualização é um recurso contra a tendência de pasteurização do noticiário, que contrasta com as expectativas de ineditismo que pairam sobre o meio digital (Moretzsohn, 2002, p. 135). Contextos são relevantes inclusive para entender os movimentos dos “ecossistemas desinformativos” (Prado, 2024), adiantando como fatores subjetivos se desenrolam nesses quadros e quais estratégias atraem atenção da audiência.

Contudo, essas metas não parecem ter feito parte das rotinas que construíram o nosso conjunto recortado do jornalismo de verificação sobre temas de ciência e saúde na pandemia no Brasil, sendo registradas mais ausências do que presenças (131/180) (vide Gráfico 3).

A contextualização mais frequente no corpus diz respeito à indicação de possíveis interessados na disseminação da desinformação. Nosso registro é de que isso ocorreu de alguma forma em um quinto do corpus (36/180), quase sempre por tangenciamento, isto é, pela menção da existência de movimentos antivacinas, negacionistas da ciência e da pandemia, bem como de teorias conspiratórias.

Gráfico 3. Presença no corpus das chaves do indicador *contextualização*

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Uma exceção são as verificações que contam o histórico de porta-vozes dessas ideias, p. ex.:

O conteúdo que viralizou no Brasil é uma tradução de um texto em inglês publicado por Mark Trozzi, um médico canadense conhecido por militar contra vacinas. Em outubro do ano passado, ele foi impedido pelo Colégio de Médicos e Cirurgiões de Ontário (CPSO, na sigla em inglês), no Canadá, de conceder isenções médicas relacionadas às vacinas contra Covid-19. Atualmente, é acusado de descumprir investigações sobre o caso (L47).

Dessa forma, são registrados breves contextos em torno de figuras geradoras de desinformação na pandemia — tais como Mayra Pinheiro, a Capitã Cloroquina, que tinha cargo comissionado na pasta federal da Saúde; os médicos Ryan Cole, Robert Malone e Roberto Petrella; e os influenciadores Toby Rogers e Hal Turner —, sem que se deixe claro, no entanto, os ganhos com tal conduta. Figuras políticas são mencionadas uma minoria de vezes, mesmo quando há reflexos a serem expostos para o debate público, p. ex.:

Infelizmente, o cargo de médico, enfermeiro e até de pesquisador não quer dizer, necessariamente, que a pessoa seja inteligente ou que divulga somente achados científicos. E muito menos exime a pessoa de falar bobagens por aí. É triste? Bastante! Mas acontece com certa frequência (B26).

A mulher cuja voz aparece no vídeo diz que recebeu a informação de Deus. As imagens mostram que o presidente Jair Bolsonaro ouviu seu relato e depois lhe promete uma reunião no Ministério da Saúde para tratar do assunto (F5).

Veículos (sites e contas em redes sociais) dedicados ao espalhamento de desinformação são apresentados brevemente, p. ex.: “A publicação viral é baseada em um

conteúdo do site *Tribuna Nacional* que, por sua vez, traduziu um texto do site britânico *The Exposé* — conhecido por reverberar teorias conspiratórias e cujos conteúdos já foram desmentidos em várias ocasiões” (L46); ou “O mesmo site negacionista publicou no ano passado uma fake news que apontava que cientistas haviam encontrado o ‘organismo A Coisa’ na vacina” (B49). Segundo Paganotti (2023), ao denunciar veículos dedicados a divulgar desinformação, o jornalismo de verificação cria um histórico que reforça diante do público o alerta sobre as intenções por trás desses sites, ajudando a limitar o impacto deles e expondo campanhas e demais orquestramentos de desinformação.

Sobre a chave “acrescentar contexto histórico e social ao tema da verificação”, propusemos que o jornalismo de verificação tratasse também dos significados das peças de desinformação nos contextos em que elas surgem e circulam, o que pode vir a ser feito por meio da oferta de um pano de fundo, de detalhes que propiciem o entendimento complexo dessas falsidades na sua condição de acontecimentos (Lückman; Fonseca, 2017, p. 172).

Assim, caberia ao jornalismo de verificação abordar fenômenos de desinformação sobre ciência e saúde que aumentaram seu alcance durante a pandemia, tais como as chamadas “medicina alternativa” e “medicina natural”, entre outros.

Segundo a análise, foi a forma de contexto menos frequente no corpus (13/180). Quando ocorreu, foi de forma indireta, pela fala de entrevistados ou pela manifestação de entidades, p. ex.: “[...] 'Totalmente fake, comercial.' [...] O Cremesp alerta para que as pessoas 'sempre desconfiem de anúncios sensacionalistas e promessas de resultado fácil'" (F1); e “O infectologista [...] vê na disseminação deste tipo de informação uma afronta à ciência. 'É mais uma tentativa de desqualificar, desmerecer as pesquisas [...]’” (F21).

Registramos, dessa forma, perdas de oportunidades de uma contextualização capaz de posicionar as peças desinformativas em narrativas e interesses mais amplos.

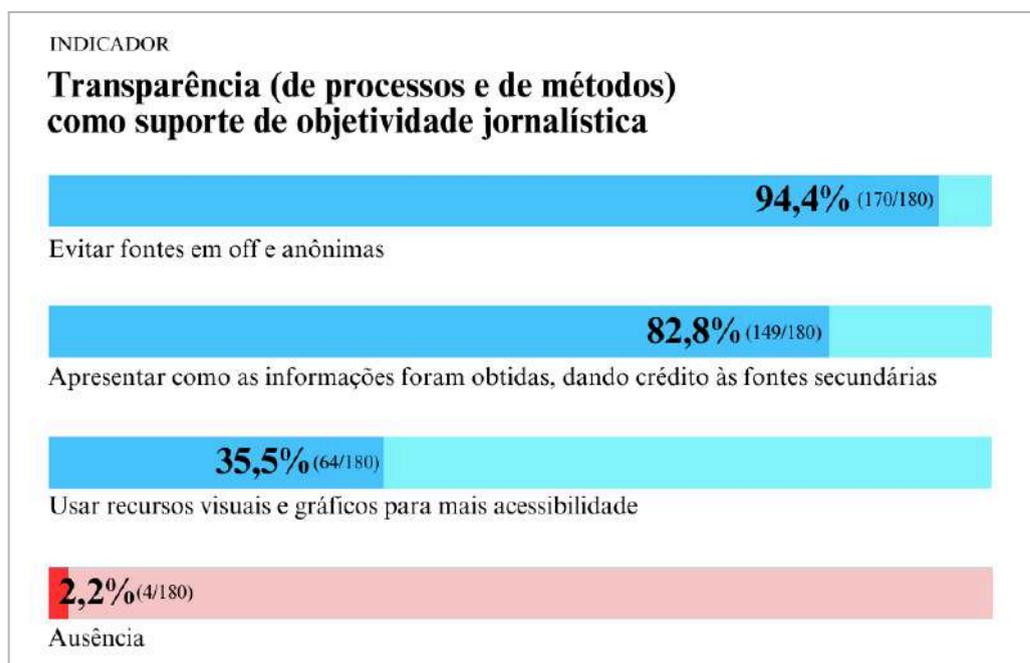
Sendo o enquadramento da nossa análise a possível experiência do leitor ao acessar cada conteúdo, é preciso ressaltar que, apesar de G1 e Lupa disporem de acervo de reportagens capazes de agir como contextualizadoras de desinformação, não identificamos associação sistemática das verificações com elas, seja por menções ou links. No caso da Lupa, uma newsletter semanal disponibiliza por e-mail conteúdo sobre “narrativas desinformativas” que fornecem contextos essenciais (Lupa, 2022) (p. ex.: Marés, 2020; Moraes, 2020a; 2020b; 2021; Queiroz, 2020a; 2020b). Já o G1 tem em seu acervo uma série em vídeo com temas de desinformação, tais como o reconhecimento de mensagens desinformativas e as dinâmicas por trás dos processos de produzir, compartilhar e combater falsidades (Velasco; Rocha; Domingos, 2022a), bem como reportagens (p. ex.: Macário 2021a; 2021b; 2021c; 2024).

3.2.4. Transparência (de processos e de métodos) como suporte de objetividade

No papel de fundamento de uma nova objetividade jornalística para tempos digitais, a transparência aqui sugerida precisa se fazer visível também nos conteúdos de verificação, no plano que Meier (2009, p. 3) classificou de “em cada notícia individualmente”. Recursos de transparência são trunfos para marcar posição em meio à hiperinformação (Meier, 2009, p. 4), bem como um compromisso do jornalismo de verificação destacado em seu nível institucional (Seibt, 2019), mas geralmente exigem esforço extra do jornalismo para serem implementados, um ponto sensível em época de desinvestimento do setor.

A partir disso, pode-se compreender o porquê de a nossa análise indicar que a chave de transparência mais custosa — recursos gráficos e visuais, que requerem investimento em equipe multidisciplinar e em ferramentas tecnológicas — é a com menos adesão no corpus (64/180) (vide Gráfico 4).

Gráfico 4. Presença no corpus das chaves do indicador *transparência*



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Um tipo de recurso visual utilizado é o vídeo curto com resumo da verificação, adotado por Boatos e G1 (14/64).

Raras verificações utilizaram infográfico para apresentar seu conteúdo (4/64), mesmo quando estavam presentes pontes informacionais para uso desse recurso, p. ex.:

O número mostrado em uma das mensagens é falso. Na realidade, os dados de julho corretos são os seguintes: Em julho de 2019, morreram 119.554 no Brasil. Em julho de 2020, morreram 121.487 pessoas no país. Apenas isso já derruba a tese de que julho de 2019 teve mais mortes do que julho de 2020 (B18).

Entre 27 de julho de 2020 e 14 de novembro de 2020, 43.548 pessoas acima de 16 anos de idade em 152 diferentes locais em todo mundo participaram dos estudos randomizados da vacina desenvolvida pela Pfizer/BioNTech, a mesma que já tem autorização para ser aplicada em alguns países, como Estados Unidos e também no Brasil. Nesse período de testes, não foi registrado nenhum óbito relacionado ao imunizante. A farmacêutica norte-americana também conduziu estudo clínico em 2.260 adolescentes com idades entre 12 e 15 anos. Desse total, 18 casos de Covid-19 foram registrados no grupo que tomou placebo. De acordo com a empresa, as reações adversas foram as mesmas já observadas nos voluntários com idade entre 16 e 25 anos e nenhum óbito foi relatado (L33).

Assim como Humprecht (2020, p. 10-11), identificamos que links para documentos e fontes externas parecem ser mais utilizados pelo jornalismo de verificação no Brasil, do que gráficos e recursos visuais. Imagens e outros recursos visuais algumas vezes ficam acessíveis por link em vez de serem integrados à verificação (p. ex.: L59; L56; L58; L15), mas postagens em redes sociais costumam ser incorporadas (p. ex.: F8; F37; F49; F51).

Figura 6. Exemplo de uso de recurso visual para apuração de desinformação baseada em imagem



Fonte: F56

Nos casos em que a desinformação tem como foco uma imagem ou vídeo, recursos visuais podem ser usados para uma verificação também visual, como em F56, conteúdo no

qual se investigou falsidade sobre a imunização do presidente Luiz Inácio Lula da Silva usando detalhes de fotos desse momento (vide Figura 6). Da mesma forma, recursos visuais ou gráficos se mostram saídas interessantes para expor de forma rápida e ilustrativa desinformação sobre diversos temas da pandemia, entre eles, por exemplo, os falsos riscos (lesões do cérebro, da glândula pineal, etc.) dos testes de Covid-19 por swab nasal (F19; F38), que podem ser desbancados também pela visualização da própria anatomia humana.

Por outro lado, evitar fontes em off e anônimas foi uma chave de transparência com alta frequência no corpus (170/180). As exceções foram verificações com tom mais narrativo, sem tantas preocupações com dados objetivos e comprobatórios, todas de Boatos, p. ex.:

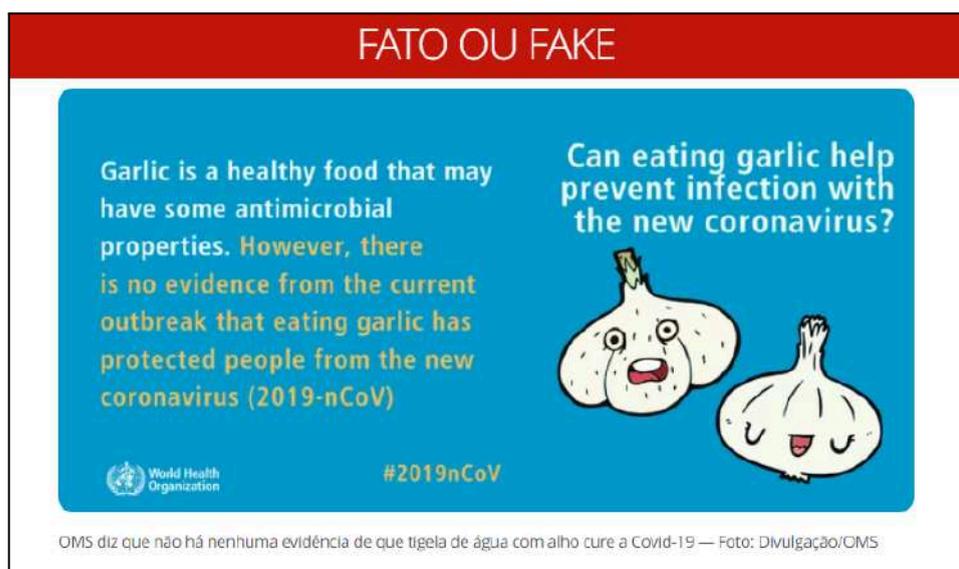
[...] começamos a pesquisar pelas pessoas citadas no documento. Chegamos ao nome de um homem citado em algumas versões como “declarante” da morte. Com algumas buscas na internet, descobrimos o telefone dele e entramos em contato.

Ao retornar as nossas mensagens, *o homem, que trabalha no serviço funerário local, disse que não poderia dizer sobre “áudios”*, mas afirmou que de acordo com as informações que ele recebeu do Hospital Maria Lucinda, o homem havia morrido por uma infecção. Mais do que isso: ele afirmou que se tivesse sido uma morte “acidental”, o corpo iria para o IML (o que não ocorreu) e que a família não contestou o atestado de óbito. [...]

O homem ainda nos enviou uma nota de esclarecimento [...], (nota que também foi enviada para um dos sites que tratou do assunto e que foi confirmada como real pelo Boatos) que explica o que aconteceu. [...] (B5, grifos nossos).

Por fim, nossas análises sugerem que apresentar como as informações foram obtidas, dando crédito às fontes secundárias quando necessário, é chave de transparência também frequente no corpus (149/180). Trata-se de questão ética sensível para o jornalismo digital, visto que a transparência nesse quesito é um diferencial do jornalismo profissional frente à homogeneização de conteúdos nos fluxos de internet e um compromisso com apuração e conteúdo originais, que agregam valor ao produto noticioso (Phillips, 2011). Reflexão pode ser feita quanto à acessibilidade e, por conseguinte, à efetividade da parcela considerável de fontes secundárias em línguas estrangeiras — p. ex.: as explicações técnicas sobre a impossibilidade de 5G “disseminar” o novo coronavírus ofertado somente por links de conteúdos em inglês (F4); e as notícias em jornais israelenses em inglês e hebraico para desmentir boatos sobre o enfrentamento à pandemia naquele país (L4; B2; L41).

Figura 7. Exemplo de recurso visual com pouca acessibilidade devido à língua



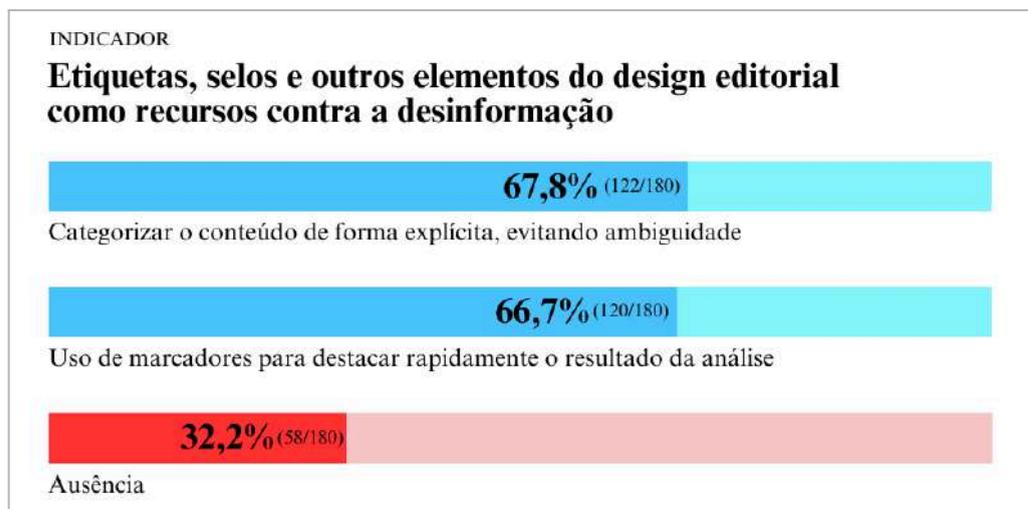
Fonte: G1 (2020x)

A acessibilidade também é questão que está presente em recursos gráficos e visuais de fontes secundárias que são reutilizados em verificações (p. ex.: F2, que usa imagem em inglês da Organização Mundial de Saúde, registrado na Figura 7).

3.2.5. Etiquetas, selos e elementos do design editorial como recursos

Com base na literatura disponível, partimos da concepção de que — quando utilizados de modo a evitar ambiguidades — etiquetas, selos, palavras-chave e demais recursos editoriais que destacam o resultado da verificação ao longo do fluxo da internet são estratégias de comunicação que identificam o jornalismo de verificação e o tornam mais expressivo nos seus objetivos. Contudo, existe o risco de esses recursos produzirem ou reforçarem desinformação caso não se preocupem com a precisão, em um efeito parecido com o que o “jornalismo declaratório” faz no meio digital (Araújo; Teixeira, 2023).

Considerando tais necessidades, ambas as chaves dessa área — categorização explícita a partir do título (122/180) e uso de marcadores visuais de destaque (120/180) — tiveram frequência alta no corpus (vide Gráfico 5).

Gráfico 5. Presença no corpus das chaves do indicador *etiquetas e selos*

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Para apresentar os resultados da primeira chave de modo mais ilustrativo, separamos abaixo alguns exemplos dos padrões de títulos mais usuais dos três veículos de verificação que compõem o corpus:

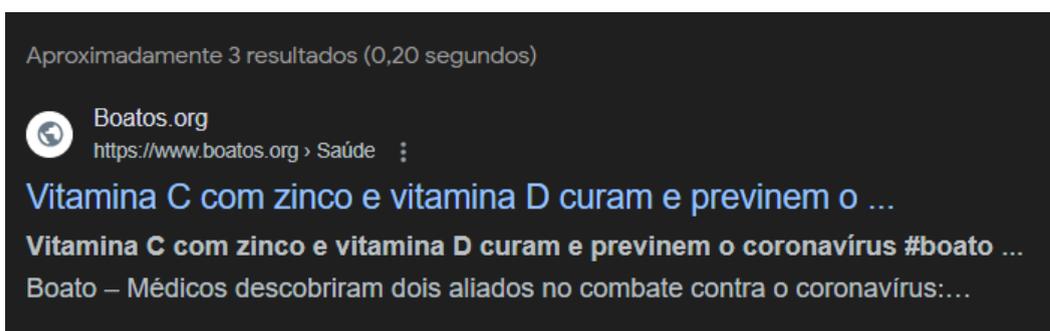
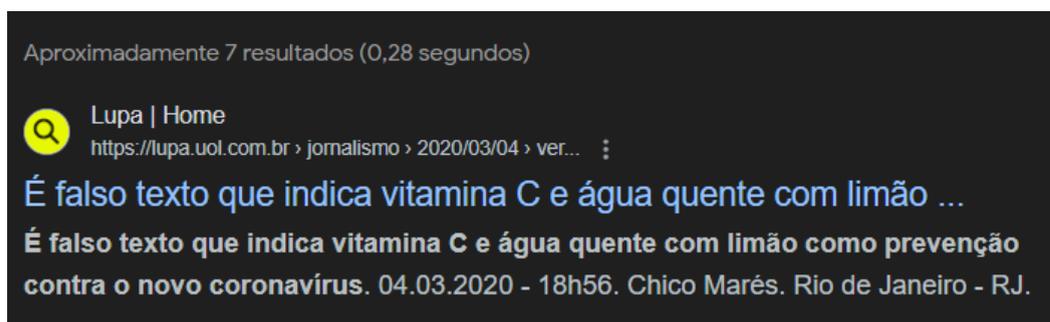
É #FAKE que alto nível de vitamina D no organismo reduza a quase zero a chance de morte pela Covid (F20)

É falso texto que indica vitamina C e água quente com limão como prevenção contra o novo coronavírus (L2)

Vitamina C com zinco e vitamina D curam e previnem o coronavírus #boato (B11)

Percebemos que o primeiro e o segundo padrão deixam clara a falsidade da afirmação já no início da frase que serve de título, o que beneficia a visualização dela na circulação digital — na qual se destacam as miniaturas de link, que são o primeiro contato da audiência com o conteúdo nas redes sociais e cujos títulos se submetem a limites de caracteres das plataformas e até dos dispositivos de visualização. Já o terceiro formato de título dá impressão de reafirmar as mensagens de desinformação que verifica em vez de desmenti-las: como o resultado da análise está no fim da sentença, a limitação de caracteres pode levar a uma leitura fragmentada na internet, em especial nas redes sociais. O título também não tem seus termos conectados diretamente com a palavra-chave (hashtag) de análise (#boato), o que aumenta a incerteza na comunicação (vide registros na Figura 8).

Figura 8. Exemplos de apresentação do título nos veículos do corpus

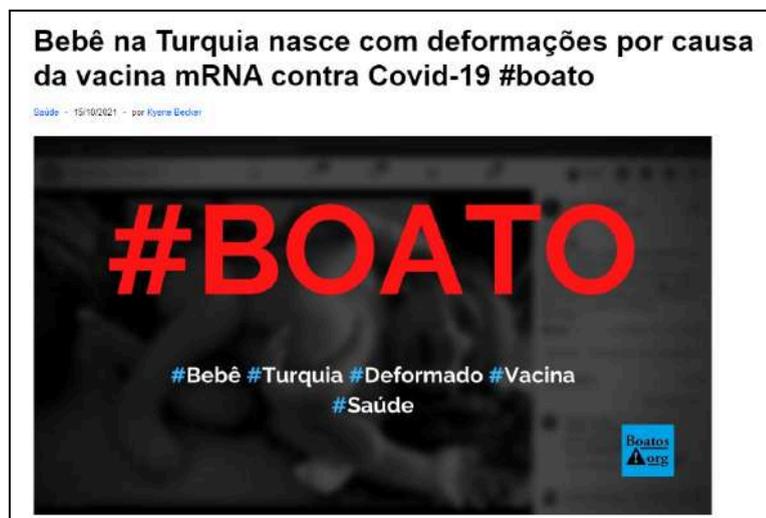


Fontes: Reprodução/Google; Reprodução/Twitter

Sobre as referências visuais instantâneas de que trata a segunda chave da área, é possível observar um padrão das imagens em destaque utilizadas pelos veículos, qual seja, uma montagem com captura de tela que representa a mensagem que está sendo verificada, porém com tratamento para escurecê-la a fim de remover o destaque das informações nela

contidas, e algum tipo de selo ou etiqueta sobreposto com o resultado da análise — “falso”, “fake” e “#boato” (vide registros no Figura 9).

Figura 9. Exemplos de apresentação das referências visuais instantâneas para comunicar as análises nos veículos do corpus



No caso de Boatos, porém, o destaque se arrisca a não funcionar como comunicação direta, visto que pode ser confundido com o nome do veículo, além de outras palavras-chaves relacionadas ao tema da verificação serem usadas conjuntamente na imagem, criando mais dificuldade nessa percepção. Isso explica as ressalvas no quantitativo da nossa análise em relação a essa chave.

3.2.6. Reflexões sobre comunicação (jornalismo) em saúde e ciência

Tendo em vista o aumento da necessidade de fontes especializadas em ciência e saúde para a cobertura do jornalismo de verificação durante a pandemia, construímos duas chaves que buscam levantar a qualificação nessa dinâmica. Uma delas é a diversidade de fontes, destinada a captar a frequência do interesse em oferecer visões variadas em abordagens e experiências, evitando a “armadilha da monofonte” (Bueno, 2022, p. 52).

Gráfico 6. Presença no corpus das chaves do indicador *comunicação em saúde e ciência*



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A outra é a interdisciplinaridade de fontes, uma sugestão que provoca o jornalismo de verificação a entender a ciência além da demanda ferramental diária, apresentando ao público as áreas de conhecimento que se dedicam aos assuntos e, assim, permitindo que a complexidade das temáticas apareça — “uma doença não é apenas um problema médico”, lembra Fioravanti (2013, p. 328). Contudo, a ausência de ambas as chaves predominou na análise do corpus (146/180), revelando um alto grau de verificações sem fonte de ciência ou

saúde, com apenas uma fonte ou baseadas em aproveitamento de apurações anteriores (vide Gráfico 6). Outra questão a ser levantada é a perceptível repetição de fontes.⁸⁸

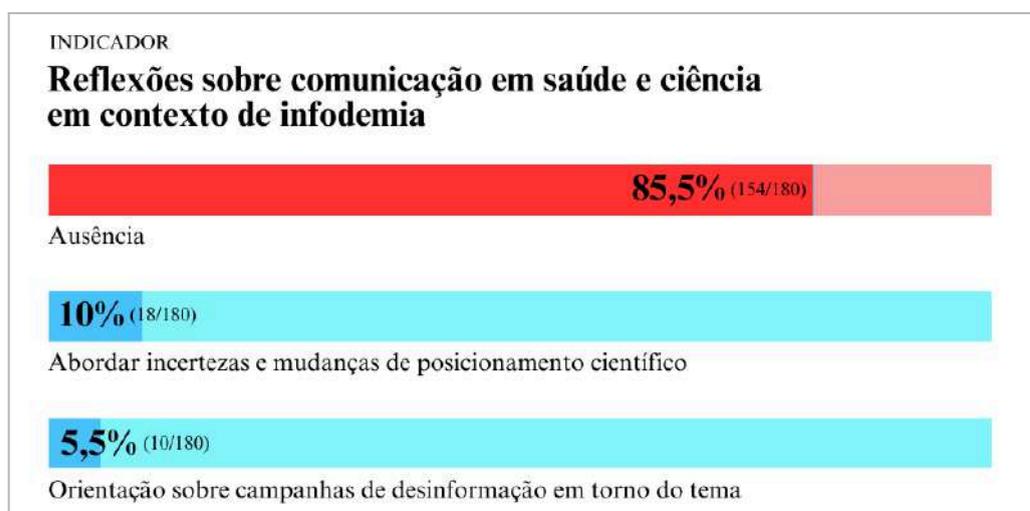
Enquanto a maioria das verificações analisadas não faz uso de fontes especializadas em saúde e ciência (116/180), uma parte apresenta apenas uma fonte (26/180) e pouco mais de 20% têm a presença de mais de uma fonte de ciência e saúde (38/180).

Mas a concentração de áreas de conhecimento fica expressa na frequência de verificações que contam com dois a quatro entrevistados, porém todos da área da medicina (12/180) e, nesse caso, até da mesma especialidade (5/180). Quando foi usada interdisciplinaridade na construção do conteúdo da verificação, tratou-se da soma de fontes das áreas de saúde (médicas) e de biologia, com raras participações registradas das ciências exatas (física) e nenhuma das ciências humanas ou sociais.

3.2.7. Reflexões sobre comunicação em saúde e ciência em contexto de infodemia

Como já descrevemos, o cenário da comunicação pública sobre a pandemia no Brasil exigiu mais do jornalismo como fonte de informação, por consequência da omissão governamental. Esse precedente, somado ao risco de novas crises sanitárias, fazem com que o jornalismo de verificação ganhe ao enxergar as noções de enfrentamento à infodemia como uma lição da cobertura sobre a Covid-19 para momentos e temas semelhantes.

Gráfico 7. Presença no corpus das chaves do indicador *comunicação em saúde e ciência no contexto de infodemia*



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

⁸⁸ Consideramos as fontes procuradas para entrevistas ou posicionamentos, dado que a consulta de documentos científicos, por exemplo, não é uma etapa da apuração que permite alcançar os objetivos que especificamos.

Tendo em mente os princípios que podem ser percebidos nos conteúdos das verificações, duas das nossas chaves procuram representar esses entendimentos — apesar de a ausência de ambas ter sido o mais frequente no corpus (154/180) (vide Gráfico 7).

A primeira delas tem a ver com abordar incertezas em vez de ignorá-las, porque a omissão pode atrair ainda mais desconfiança. Essa postura se mostrou particularmente necessária durante a pandemia porque, a cada “onda” temática de desinformação — origem do vírus, formas de contágio, “curas” e vacinas (IFCN, 2020a) —, também indefinições do processo de conhecimento sobre uma nova doença atravessavam as decisões diárias, ganhando materialidade na vida das pessoas. Assim, reportar o grau de incerteza que de alguma forma faz parte dos processos científicos, apesar da dificuldade do jornalismo nisso, pode ter ganhado destaque na percepção de credibilidade (Curtis; Gillespie; Okimoto, 2023).

Apesar de, no geral, as temáticas de desinformação da pandemia terem incertezas e contradições passadas e presentes a serem informadas, essa foi escolha de uma minoria de verificações do corpus (18/180). Quando optaram por não ignorar essas questões, as verificações expuseram: as dúvidas sobre como funciona a imunidade ao vírus da Covid-19 (p. ex.: B25; L17) e sobre a necessidade de vacinação periódica (p. ex.: B50; F50); os debates sobre a prescrição de medicamentos ainda em testes sobre eficácia contra Covid-19 no início da pandemia (p. ex.: B12; F5; F24; B32; F32), e sobre o uso de máscaras (p. ex.: B28) e de distanciamento social (p. ex.: B17) como medida preventiva; o acompanhamento do desenvolvimento de vacinas (p. ex.: F21; B29; L52) e dos registros de efeitos adversos (p. ex.: L39; L48; F52); e as contradições exploradas por movimentos negacionistas e antivacinistas, tais como a biografia do bioquímico estadunidense Robert Malone, um disseminador de desinformação sobre as vacinas de Covid-19 que tem no currículo contribuição nas pesquisas iniciais para a tecnologia de vacinas com RNA mensageiro (p. ex.: L45).

A segunda chave está relacionada à entrega de um contexto inerente ao cenário de infodemia, que é estabelecer compreensão sobre como campanhas de desinformação funcionam e como alcançam abrangência global. De novo, trata-se de uma proposição contra a fragmentação de assuntos no jornalismo de verificação, a fim de jogar luz sobre o processo de circulação dessas mensagens e o porquê de elas procurarem atingir instituições epistêmicas que são importantes nas democracias (Oliveira, 2020).

Também parcela pequena de verificações do corpus mostrou tal preocupação (10/180) e sempre por tangenciamento. Entre os exemplos de abordagens mais sistematizadas estão as informações sobre a questão geopolítica por trás do boato que associa o vírus da Covid-19 ao 5G (F4) e sobre o caráter global que falsidades sobre vacinas alcançam devido à rede de sites

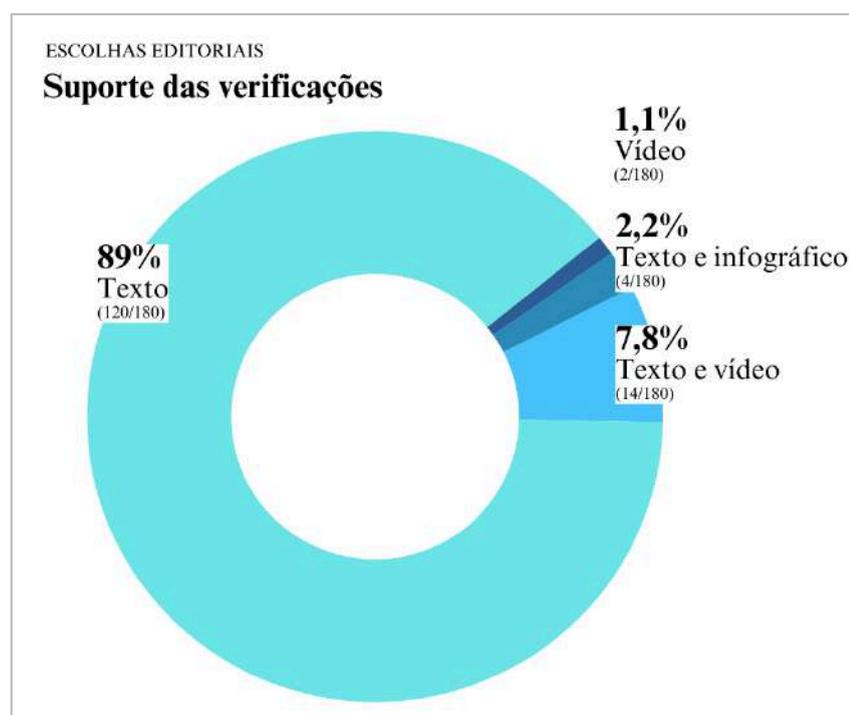
que replicam conteúdo antivacineiro (B40; B48; B52). Nota-se, novamente, que eventuais conteúdos de aprofundamento tendem a não ser revisitados na cobertura diária. Exemplo disso está no Fato ou Fake, cujos link e conteúdo da reportagem “Por que as pessoas criam fake news?” (Velasco; Rocha; Domingos, 2022b) não contam com direcionamento constante nessa cobertura, trazendo a exigência de busca ativa pelo tema para serem encontrados.

3.2.8. Escolhas editoriais

Na intenção de entender as decisões editoriais e os investimentos visíveis ao público que o jornalismo de verificação, na figura dos veículos do corpus, empreendeu no Brasil durante a pandemia, levantamos informações além das necessárias para as chaves derivadas, mas que podem traduzir essa questão. É o que discutimos neste tópico.

Percebemos tendência de que as verificações usem o texto como suporte (120/180), deixando de lado possibilidades como vídeos, áudios e infográficos (vide Gráfico 8).

Gráfico 8. Escolhas editoriais: *suporte das verificações*



Elaboração: A autora (2024)

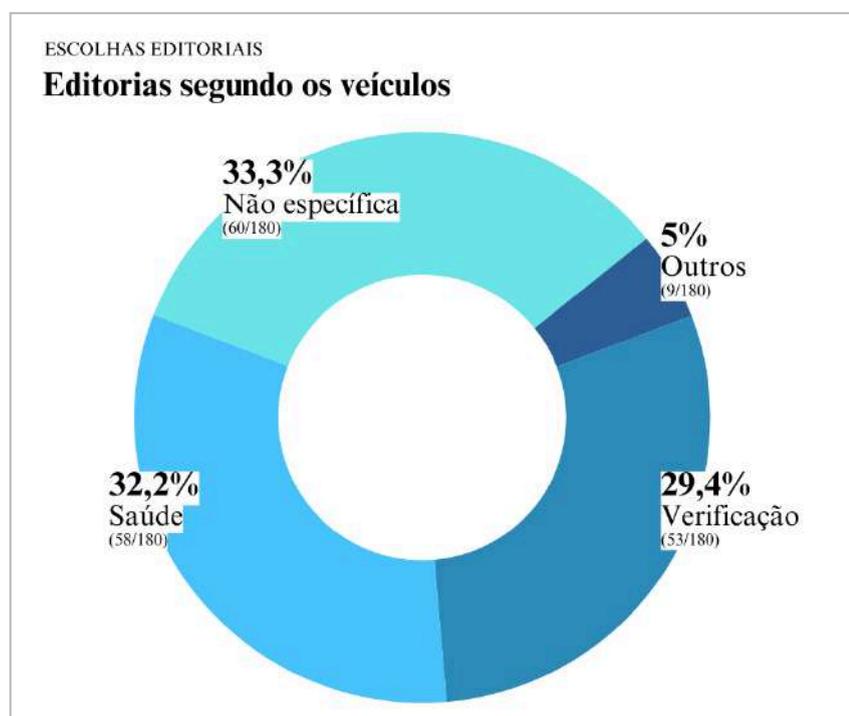
O texto é um suporte de acesso e consulta rápidos na internet, uma vantagem no combate à desinformação em países com gargalos estruturais. Porém a ausência de versões

em vídeo impede que o conteúdo circule em plataformas que despontam como substitutos dos buscadores entre os mais jovens, caso do YouTube e do TikTok (FP, 2024; Goodwin, 2023).

Sendo elemento facilitador da visualização de dados, a ausência dos infográficos significa ainda uma perda da oportunidade pelo convencimento de estatísticas, quando explicadas conforme as necessidades dos segmentos sociais que se pretende alcançar.

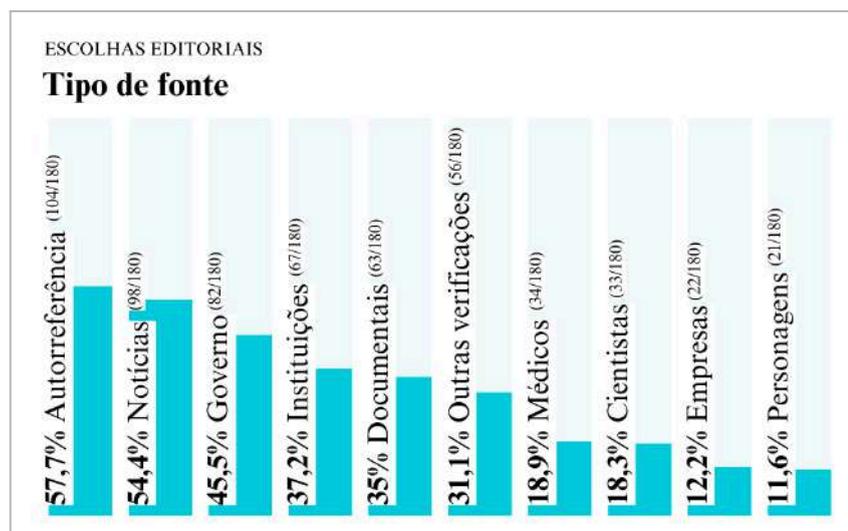
A organização interna das verificações do corpus em seções (editorias), por sua vez, é um dado que variou conforme o veículo: enquanto Boatos adota separações do jornalismo tradicional (saúde, política e etc.), G1 (Fato ou Fake) dispensa divisões e Lupa ressalta conceitos institucionais, diferenciando checagem (análise de declarações) e verificação (boatos virais) (vide Gráfico 9). É possível indicativo da estratégia de distribuição de conteúdo, relacionada ou à expectativa de que leitores sejam captados por acesso direto ao site do veículo (daí a necessidade de organização) ou pela circulação do link em meio digital.

Gráfico 9. Escolhas editoriais: *editorias segundo os veículos*



Elaboração: A autora (2024)

O levantamento do tipo de fontes nomeadas nos conteúdos do corpus é o nosso ponto mais revelador sobre escolhas editoriais, visto que é a partir dessa seleção que o jornalismo define como assegurar credibilidade ao seu conteúdo (Reich, 2011) (vide Gráfico 10).

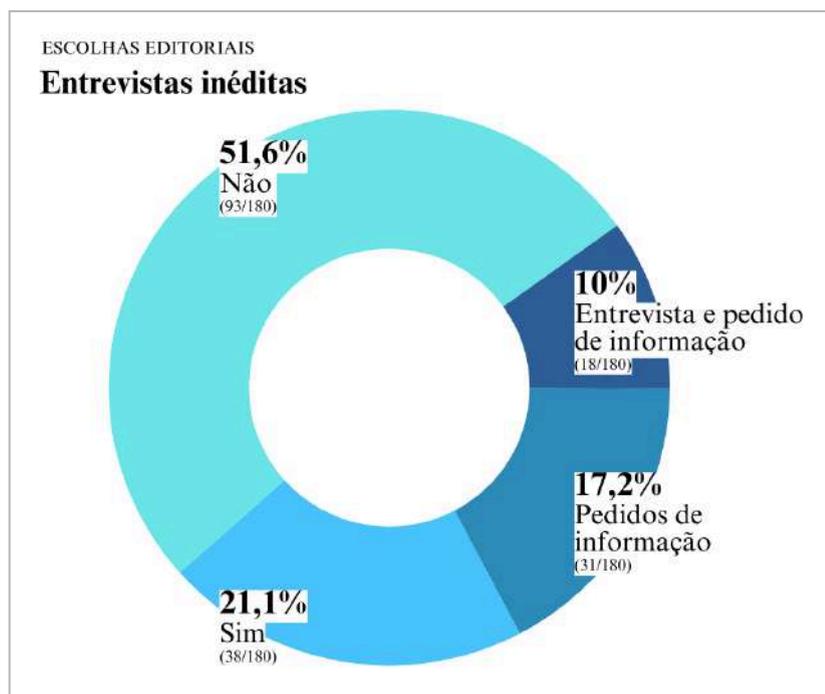
Gráfico 10. Escolhas editoriais: *tipo de fonte*

Elaboração: A autora (2024)

Notamos no corpus um alto grau de autorreferências, ou seja, de fontes mencionadas que fazem parte do acervo do próprio veículo (104/180).⁸⁹ A estratégia foi constante em todos os veículos. Notícias de outros sites jornalísticos também se apresentam como fontes frequentes, funcionando ainda como reforço na credibilidade da apuração pelo fato de indicarem uma disseminação de fatos confirmados em comum (98/180). Foram mais usadas do que as verificações de outros veículos (56/180), mostrando certo afastamento da política colaborativa do movimento de verificação e uma aproximação com estratégias de audiência tradicionais, principalmente da parte do G1 (Fato ou Fake).

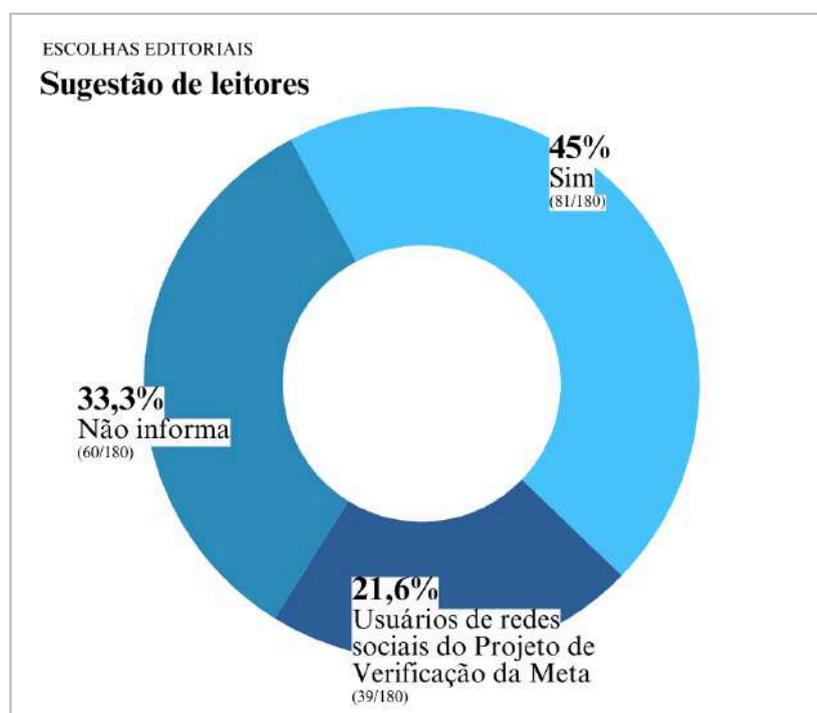
As fontes ligadas a governos (poder público em geral) formam o terceiro grupo mais presente (82/180), à frente das instituições (67/180) e das fontes documentais (63/180). Geralmente indiretas — resultado de manifestações já prontas para consulta ou, menos usual, de pedidos de posicionamento —, essas fontes foram mais frequentes do que a participação de médicos (34/180), cientistas (33/180), empresas (22/180) e personagens ligados ao assunto da verificação (21/180). Isso deixa transparecer uma opção pela consulta a informações já disponíveis em vez de por entrevistas inéditas (vide Gráfico 11). De fato, uma minoria de verificações do corpus traz entrevistas inéditas (56/180, ou cerca de 31%).

⁸⁹ No caso do G1 (Fato ou Fake) foi considerado o arquivo do G1 e de outros veículos da Rede Globo.

Gráfico 11. Escolhas editoriais: *entrevistas inéditas*

Elaboração: A autora (2024)

Por fim, a frequência da apresentação do conteúdo como resultado de interatividade com a audiência revela a preocupação da linha editorial com essa troca (vide Gráfico 12).

Gráfico 12. Escolhas editoriais: *sugestão de leitores*

Elaboração: A autora (2024)

Todos os veículos do corpus divulgam formas de contato com o público pelo menos para indicação de mensagens a serem verificadas, mas apenas dois informam a origem da pauta no seu conteúdo (Lupa e Boatos). Apesar disso, a maior parcela do corpus é de sugestões de leitores que têm essa origem revelada no conteúdo (81/180).

Importante destacar que, do único veículo participante do programa de verificadores financiado pela Meta, a Lupa, as sugestões de usuários das redes sociais da empresa representaram a maioria das indicações (39/60, ou 65%).

3.3. Discussão

Os resultados da nossa avaliação coincidem com considerações da literatura científica sobre o jornalismo de verificação, mas também percebemos debates novos a serem propostos.

É perceptível, por exemplo, a dificuldade desse tipo jornalístico em se permitir um diálogo com a audiência, mesmo que, ao tomar para si a missão do combate à desinformação — ainda mais em contexto de infodemia e crise sanitária —, não possa prescindir de compreender as necessidades dos seus potenciais segmentos leitores. Como vimos, a prática jornalística tradicional não se caracteriza pela utilização de informações e elementos editoriais e discursivos de explicação para com a sua audiência, excetuando-se os espaços restritos do jornalismo de serviço e de algumas "soft news" — e, na sua origem na cobertura de política do jornalismo estadunidense, esses segmentos conflitam com a pretensão do jornalismo de verificação e também porque o conceito calcado nessa origem tenta vinculá-lo à ideia clássica de objetividade. Nesse sentido, os dois veículos do corpus com ligação direta com o jornalismo tradicional (G1 e Lupa) parecem ter maior restrição a assumir a orientação da audiência nos conteúdos das verificações. Ainda também registramos previamente a dificuldade de o jornalismo estabelecer interatividade qualificada com a sua audiência até na contemporaneidade, quando pode contar com os recursos da internet.

A questão se reflete em várias chaves de análise: *aproximação com os leitores, transparência, e reflexões sobre comunicação em ciência e saúde.*

Assim sendo, chances de *prebunking* e inoculação se perdem mesmo havendo ponte informacional para isso. Práticas simples de verificação que poderiam ser apropriadas pelos públicos podem ser até citadas, mas não a ponto de gerar uma lição — caso da busca reversa de imagens (p. ex.:F22; F24; F39; F48; B30; L36, etc); e das observações sobre as características da infodemia de Covid-19 e os movimentos organizados dela que não recebem destaque. Um caso ilustrativo: informações sobre processos científicos que elucidassem certas

problemáticas denexo causal — orientando sobre as evidências anedóticas, por exemplo — poderiam ter efeito de inoculação em relação à desinformação baseada em testemunhos que aborda supostos hábitos preventivos e tratamentos, um tipo que foi constante entre 2020 e 2023. Um exemplo dessa orientação está na crítica às mensagens desinformativas com depoimentos de anônimos que colocavam o chá de boldo como alegado recurso fitoterápico anti-covid (B23). Essa abordagem, porém, dificilmente é a escolha editorial das verificações.

Somadas essas perdas de ensejo à falta ou à desconexão das verificações do corpus com conteúdos de aprofundamento que eventualmente os veículos produzam, temos o primeiro indicativo de que o jornalismo de verificação recebeu caráter instrumental durante a pandemia, ou seja, o foco esteve em informar sobre situações bastante específicas em vez de contribuir para a redução do risco representado pela desinfodemia.

Em relação à acessibilidade do jornalismo de verificação, sinalizada pelo nosso corpus, também é possível inferir certas dificuldades.

Uma questão é o fato de a aproximação entre audiência e checadores parecer formal, concentrada nos momentos da sugestão de pauta, o que faz com que o jornalismo de verificação praticado pelas iniciativas aqui investigadas não pareçam inspiradas pelo jornalismo cívico. Estão mais próximas de um regime limitado — usual no jornalismo tradicional — de jornalismo participativo, caracterizado por atos de tolerância em relação ao público, tais como a participação por meio de envio de conteúdo, fóruns de discussão e espaços delimitados, como blogs e artigos de opinião (Correia, 2012). Dessa forma, ainda que o jornalismo digital confira ambiente propício às interações de qualidade entre jornalistas e públicos, a opção pelo jornalismo participativo significa uma permissão para que o público oxigene rotinas, mas perde-se a oportunidade de debater problemas coletivos em conjunto, transcendendo o império das fontes oficiosas, que é a proposta do jornalismo cívico.

Essa é uma discussão relevante, visto que o público que participa de comunidades formadas pelo jornalismo de verificação mostra mais interesse em informação e mais cautela para se informar (Rodríguez-Pérez; Paniagua-Rojano; Magallón-Rosa, 2021), o que caracteriza ganho em efetividade e relevância para o jornalismo de verificação. Incluir o público no processo de verificação também permite que a percepção da realidade seja construída em conjunto, sem tantas dispersões de interpretação que dão abertura à crença em falsidades (Galarza-Molina, 2020). A baixa incidência de busca por aproximação no corpus também se estabelece na ausência de abordagens sobre a interação dos fenômenos de desinformação com a vida real da audiência. Mesmo para os veículos que mantêm cobertura mais reflexiva sobre desinformação, com reportagens em paralelo às verificações, os

testemunhos e os depoimentos de gente comum não costumam ser pauta principal. Entendemos que esse acréscimo exigiria mais investimentos da cobertura diária, o que é um problema para o jornalismo de verificação. De fato, grupos e movimentos sociais têm mais dificuldade para se organizar para atender ao jornalismo, tanto por falta de recursos quanto pela forma que a agenda do noticiário é sistematizada, que é pensando em temáticas, não em questões específicas (Cook, 2011). Porém, perde-se um momento de identificação entre jornalismo e público que é interessante à prática de verificação.

O uso de recursos visuais, como vídeos curtos e em linguagem simples, cria uma versão da verificação que potencialmente aumenta o leque de alcance para grupos de menor renda e escolaridade. No G1 (Fato ou Fake), vídeos de 42 segundos com os pontos principais da verificação ajudam nesse quesito, apesar de terem o uso de texto como padrão e serem adotados em uma minoria de verificações sobre temas de Covid-19. Consideramos que a presença desses vídeos serve como orientação para futura autonomia informacional, visto que coincide com a consideração de Young et al. (2018) sobre vídeos curtos atraírem a atenção da audiência em primeira abordagem, mudando noções errôneas sobre temas não polarizados.

Por outro lado, jargões e termos técnicos afastam esse público (p. ex.: "microbiota", "sintomático", em F28; "caixa alta"; "saturação de oxigênio", em L33). No corpus, a adoção de linguagem técnica parece ligada ao uso de declarações de entrevistados especialistas, o que sugere demanda reprimida por explicações simplificadas e acessíveis, seja na apuração ou na elaboração do conteúdo. Trata-se de uma questão que está na origem da popularização da ciência. A linguagem científica não tem a simplicidade na sua origem; o seu conteúdo também pode ser detalhista. Não são características propriamente convenientes para o cotidiano das pessoas, o que dá uma dica ao discurso desinformativo, que adota narrativas "sedutoras", "atalhos" e que "brincam com nossos vieses" (Machado, 2020). Segundo Curtis, Gillespie e Okimoto (2023), parte da confiança no comunicador (emissor) está baseada na percepção de que ele faz parte do mesmo grupo social que a audiência (receptores), sendo assim guiado por valores e objetivos que são compartilhados. Ou seja, a possibilidade de criação de um vínculo fundamentado em identidade social é uma variável da confiança.

Sobre a despreocupação com interatividade e acessibilidade no jornalismo de verificação, Albuquerque (2022a) oferece explicação no modelo de negócio que vem se definindo para essa prática jornalística. Segundo o autor, o baixo impacto do jornalismo de verificação junto à audiência reflete o mercado do qual as agências participam, o de comercialização de seus serviços para a mídia tradicional ou big techs. Com fundamento nisso — o entendimento de que a verificação é hoje uma das *commodities* do jornalismo —,

pode-se refletir sobre se os públicos alvos dessas iniciativas são de base popular. Entendemos que essa condição também ajuda a explicar a baixa adesão das verificações do corpus aos recursos visuais e gráficos, mesmo considerando que pelo menos um dos veículos cuja produção foi analisada faz parte de um grande grupo de mídia com tradição em audiovisual.

É possivelmente um quadro em que o negócio conflita com as expectativas dos profissionais do jornalismo. Além da atuação em letramento midiático, incluir públicos chave nos processos de jornalismo de verificação, em uma "estratégia horizontal", é considerado por verificadores do Sul Global uma opção com mais retorno para a reflexão sobre crenças em falsidades do que "soluções autoritárias", entre elas as que focam o confronto com o indivíduo (Vinhas; Bastos, 2023, p. 17). Contudo, há alguma convergência do quadro com a abstração que a mídia de notícias *mainstream* usa para pensar o seu público. De acordo com Martin (2019, p. 8), essa mídia criou um personagem que representa a maioria das abordagens da sua produção cultural. É um estereótipo que se preocupa em retratar o "fazer das elites" (políticas, econômicas, burocráticas, artísticas, etc.) em detrimento das preocupações da maioria. Ainda segundo a autora, esse personagem simboliza vieses bastante resistentes descritos na literatura acadêmica sobre notícias: "etnocentrismo anglo, tendências masculinistas e heteronormativas e sua tendência de marginalizar o ativismo social, bem como seu recurso comum a figuras e narrativas míticas para reafirmar crenças e valores dominantes" (tradução nossa).⁹⁰

Fora isso, os três veículos do nosso corpus parecem compreender a relevância do livre acesso aos conteúdos de verificação. Essa é uma característica do jornalismo "não lucrativo" — modelo de negócio que é sustentado por organizações civis e tem foco nas necessidades da audiência, dispensando anunciantes — e permite mais engajamento digital do que o formato de paywall (Medina-Laverón; Sánchez-Taberner; Breiner, 2021). Mesmo que a dispensa de anunciantes não se aplique a dois dos três veículos analisados, o livre acesso favorece a ideia de que o serviço público é o foco das iniciativas. É possível discutir esse ponto quanto aos links de aprofundamento nas verificações — no geral uma minoria está fechada por paywall, mas, no caso de G1 (Fato ou Fake), a barreira incide sobre autorreferências do grupo Globo, tais como o jornal *O Globo*, reforçando a discussão sobre o peso das estratégias de audiência ortodoxas sobre o jornalismo de verificação ancorado em mídia tradicional.

Há questões também no jornalismo declaradamente independente praticado por Boatos, considerando a escolha de negócio por permitir o uso de plataformas de conteúdo de

⁹⁰ "Researchers have since continually verified this status bias and highlighted other biases of the mainstream news media: its Anglo ethnocentrism, masculinist and heteronormative tendencies, and its tendency to marginalise social activism, as well as its common resort to mythic figures and narratives to affirm dominant beliefs and values" (Martin, 2019, p. 8).

terceiros no site, o que dá espaço a conteúdo falso e desinformador inclusive sobre saúde — levando perigo a grupos sociais vulneráveis, como idosos e adolescentes (vide Figura 10).

Figura 10. Discussão — Exemplo de anúncio com desinformação



Fonte: Boatos (2023x)

Não se trata do único site de notícias a fazer isso no mercado brasileiro — o questionamento deve ser amplo —, mas, no jornalismo de verificação, torna-se uma contradição visível, difícil de ser contornada pela manifesta missão de "prestar um serviço para o usuário da internet" (Boatos, 2013). Com isso, o site vê seus princípios se esvaírem na caça aos cliques, como descrito por Gerhke et al. (2023, p. 5):

Quando o jornalismo está mais preocupado em obter cliques do que em comunicar a verdade com precisão, fundamentos jornalísticos, como ética, objetividade e transparência, estão em risco. Neste caso, o jornalismo perde o propósito e aumenta o ruído num ambiente repleto de conteúdos enganosos (tradução nossa).⁹¹

Estratégias de precisão foram a área em que as unidades do corpus mostraram menos dificuldades de implementação, com grande adesão às ideias de apresentar “provas” por meio de links e de evitar a predominância de discursos narrativos ou argumentativos. Trata-se de um quadro importante para reduzir a sensação de falta de evidências para a audiência, visto

⁹¹ “When journalism is more concerned with obtaining clicks than accurately communicating the truth, some journalistic fundamentals, such as ethics, objectivity, and transparency, are at risk. In this case, journalism loses its purpose and increases the noise in an environment full of misleading content” (Gerhke et al., 2023, p. 5).

que erros de execução e “esquecimentos” influem na percepção de desconfiança sobre o jornalismo de verificação (Galarza-Molina, 2020, p. 47).

Apesar disso, chama atenção a ausência de variação de fontes que permita cruzamento de informações, especialmente de entrevistas inéditas com fontes especializadas em ciência e/ou saúde. É plausível pensar que no jornalismo de verificação que se faz diariamente para analisar declarações públicas essas fontes podem ser dispensadas — saber como entender as metodologias e analisar a integridade dos bancos de dados públicos é um fator central de precisão (Meyer, 2002) reconhecido na prática de verificação —, mas no caso da cobertura de ciência e saúde isso é um risco. Para desconsiderar esse apoio, “interpretando sozinho” os dados de um artigo científico, por exemplo, os jornalistas envolvidos na cobertura precisam ter fundamentos profundos nas áreas de ciência e saúde abordadas (Oliveira, 2005), e essa não é a realidade de mercado nem do jornalismo de verificação, que enfatiza conhecimento em ferramentas, mas não necessariamente em áreas de conhecimento.

No entanto, o cruzamento de informações também é exigência quando essas informações partem de uma fonte entrevistada. Isso, pois, sozinhas, entrevistas não são suficientes para conferir qualidade comprobatória ao conteúdo jornalístico, do que se depreende que baseá-lo apenas em declarações e demais informações provenientes de fontes (pessoas e instituições) é ainda mais perigoso no caso do jornalismo de verificação — no nosso corpus, são frequentes os exemplos em que os dados das declarações são comprovados por outros meios (p. ex.: L8), mas há um caso de verificação totalmente baseada em entrevistas (F15). Segundo Kovach e Rosenstiel (2011, n.p.), fontes propiciam evidências que precisam ser cruzadas com outras fontes mesmo quando o entrevistado possui qualidades como experiência, reputação, proximidade com o assunto e conhecimento objetivo: “Não é suficiente — para aqueles que relatam as notícias ou as consomem — simplesmente aceitar a palavra de alguém sobre algo se puder ser confirmado independentemente” (tradução nossa).⁹² Ainda: fontes se especializam em fazer entrevistas que lhe são convenientes e que agradam jornalistas, logo o que elas deixam de dizer faz parte da apuração (Lage, 2001a).

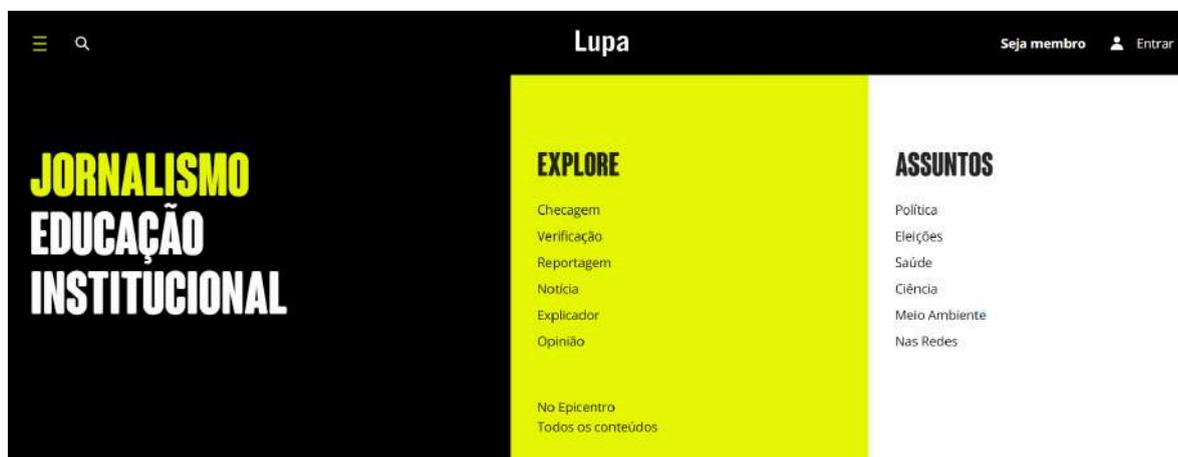
As duas situações falam, portanto, da triangulação de fontes como um princípio de apuração jornalística precisa. Se por um lado saber usar fontes documentais, especialmente dados estatísticos, é considerado um diferencial para jornalistas de verificação, pela importância para formatos aprofundados de jornalismo (Martin, 2016), por outro a

⁹² “It is not sufficient — for those reporting the news or consuming it — to simply take someone’s word for something if it can be independently confirmed. If something can be proven, the proof should be sought” (Kovach; Rosenstiel, 2011, n.p.).

diversificação de fontes é diretriz ainda mais exigente no jornalismo de verificação devido à promessa de precisão, o que significa que há risco à legitimidade quando só fontes oficiais e oficiais são cogitadas (Cazetta; Reis, 2019) — quadro particularmente problemático quando o poder público é fonte de desinformação, como na pandemia. Assim, criam empecilhos à precisão as altas frequências no corpus de dispensas de entrevistas de fontes especializadas em ciência e saúde, e de repetição de entrevistados por um mesmo veículo.

Como já expusemos, a ausência de contextualização nas verificações do corpus é frequente. Trata-se de uma dificuldade do jornalismo tradicional que reverbera para o novo tipo jornalístico. A reflexão clássica: ao abordar o jornalismo como forma de produção de conhecimento, Meditsch (1997) ressalta que o texto jornalístico precisa de um contexto para satisfazer essa função. Diferentemente de como a ciência produz seu conhecimento, de forma dissociada de tempo e espaço, o jornalismo depende dessas condicionantes para "fazer sentido". No caso do jornalismo de verificação, o resultado da descontextualização é a apresentação da desinformação como uma unidade em vez de um todo, o que aprofunda a sensação de desordem informacional sem, porém, permitir a compreensão sobre o fenômeno — seus agentes, seus panos de fundo históricos e sociais, seus interesses.

Figura 11. Discussão — Exemplos de contextualização encerrada em editorias que não chega às verificações



Fonte: <https://lupa.uol.com.br>



Fonte: Velasco, Rocha e Domingos (2022b)

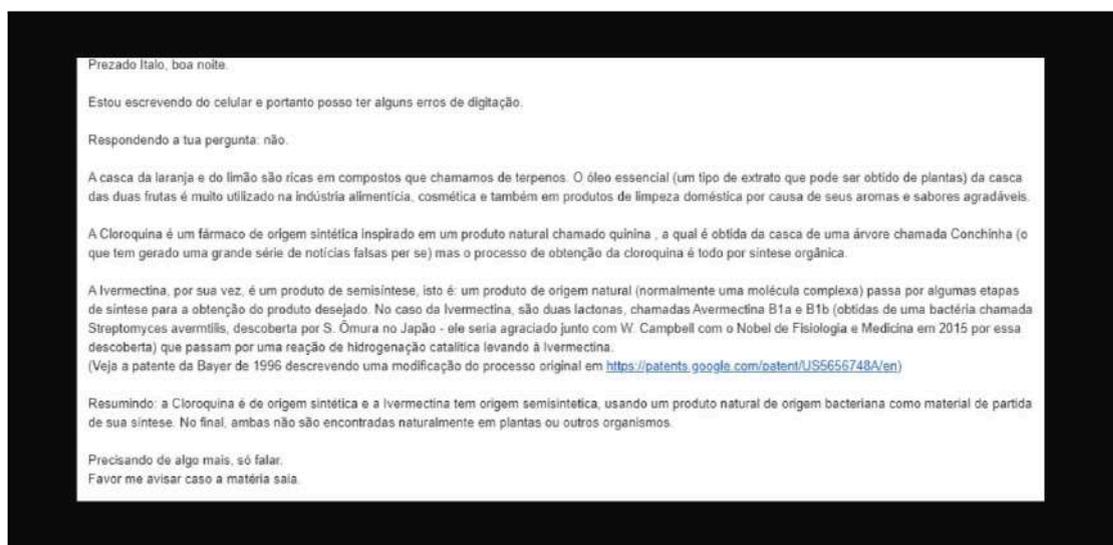
É fato que o jornalismo de verificação feito no Brasil enfrenta as dificuldades extras de situação em periferia global. A ausência de políticas orientativas contínuas e de regras de integridade para a comunicação governamental é uma delas. Nossas análises captaram uma dificuldade real de transparência para o jornalismo de verificação devido aos links com conteúdos em outras línguas que são selecionados pelos jornalistas por prováveis dois motivos: alguma percepção sobre credibilidade extra; ou por se fazerem necessários pela ausência das informações em português sobre assuntos específicos em ciência e saúde.

Outro ponto preocupante é a instabilidade dos sites de fontes oficiais brasileiras, com casos de links quebrados até em material de instituições públicas que deveria estar acessível para consulta permanente, como notas técnicas e normativas — p. ex.: Conselho Federal de Medicina (B7); Ministério da Saúde (B12; L46; L8; L6; L32; B6; B8; B1; L2; L5; L21; B19; L18; B26; L1; L35; L12); Sociedade Brasileira de Infectologia (B11); Sociedade Brasileira de Imunizações (L58; L60); Sociedade Brasileira de Dermatologia (L25); Fiocruz (L29); Polícia Civil do Paraná (B8); Governo de Santa Catarina (L49); Governo do Amazonas (B35); Prefeitura Municipal de Natal (L13); e Centrais de Abastecimento do Paraná (B27).

Ao mesmo tempo, temos um raro exemplo de exercício de transparência nos processos jornalísticos por meio da linha editorial da Lupa, que com certa frequência permite aos leitores entender como se dão as conversas com suas fontes, disponibilizando capturas de telas de diálogos por e-mail e mensagens instantâneas (p. ex.: L15; L56; L57; L58; L59) (vide Figura 12). Trata-se de um entendimento avançado sobre transparência, tendo em vista os problemas que apontam as dificuldades do jornalismo de mercado brasileiro em centralizar

esse princípio, tais como o uso excessivo de fontes anônimas, principalmente pelo formato personalista do colunismo, e a rejeição a apresentar a origem das informações quando isso significa dar crédito a concorrentes e a terceiros (Phillips, 2011).

Figura 12. Discussão — Exemplo de uso de apresentação de diálogos dos processos jornalísticos pela *Lupa*



Fonte: L15

A análise do uso de etiquetas e selos pelas verificações do corpus sugere a prevalência da preocupação em não gerar desinformação por ambiguidade. Nesse sentido, notamos exemplos de como os títulos de notícias são elementos editoriais capazes de causar desinformação: duas falsidades verificadas surgiram de títulos jornalísticos imprecisos. Uma delas tem origem em um vídeo de 55 segundos de uma afiliada da TV Globo cujo título ("Pedra e serragem estavam em caixão; polícia apura fraude") e a sua relação com a miniatura percebida no compartilhamento do link na internet possibilitou a descontextualização que criou a desinformação sobre os números de mortes por Covid-19 em outra cidade e em outra época, no caso, a da pandemia (B13; EPTV, 2017). O mesmo ocorreu com o jornal israelense *Jerusalem Post* e seu título, em fevereiro de 2020, sobre a conclusão de uma vacina "contra o novo coronavírus" ("Israeli scientists: 'In a few weeks, we will have coronavirus vaccine'"), que omite que o imunizante seria para aves (B2).

Nossa avaliação também rendeu o percebimento de que a cobertura de temas de ciência e saúde é desafiante para o jornalismo de verificação. Em um ponto, pela dificuldade na obtenção de multiplicidade de fontes, um esforço que é capaz de proporcionar pontos de vista mais diversos sobre ciência e saúde. O quadro expõe tanto uma escolha por restringir o

número de entrevistados ao mínimo necessário, assim como a repetição de nomes abordados e uma limitação das áreas de conhecimento que são entendidas como essenciais nas temáticas.

Diversificar fontes é uma das dificuldades do jornalista que trabalha sob a pressão do "tempo real", não só porque isso consome tempo, mas também porque fontes diferentes têm posicionamentos pouco conhecidos, o que pode dificultar a construção da notícia como produto coeso (Moretzsohn, 2002). Nesse sentido, a quantidade de fontes necessárias a uma apuração é tema sensível do jornalismo digitalizado, visto que, na prática, jornalistas admitem que "fontes de confiança" não precisam ser checadas, ou que um conteúdo pode se basear em somente duas fontes, ou ainda que apenas conflitos de informação e temas políticos exigem cruzamento de dados como cuidado extra (Weiss Palacios, 2019, p. 26). Nessa dinâmica do "só o estritamente necessário", fama e disponibilidade talvez influam na escolha das fontes, o que em si não é um problema na cobertura de ciência: considerando que o diálogo é mais efetivo para a comunicação de ciência do que a antiga visão monológica, e dentro das perspectivas do que é um diálogo na sociedade digitalizada, parece natural que cientistas que ocupam espaços públicos e falam diretamente com o público pelas mídias sociais recebam status de fonte de confiança (Curtis; Gillespie; Okimoto, 2023). Porém, a onipresença de determinados nomes pode significar a perda de uma oportunidade de se apresentar a ciência de forma mais diversa, contribuindo para a inclusão de grupos sub-representados, o que traz benefícios importantes para a confiança na ciência em longo prazo.

O espaço restrito das fontes de ciência fundamenta ainda uma visão restrita sobre a ciência. Um exemplo é que ciências humanas e sociais seriam fontes adequadas para reflexões sobre fenômenos de viralização on-line, de plataformização da vida, de sociologia e antropologia da saúde, de comunicação de risco, de geopolítica (B24), de racismo associado à pandemia (B24) e de erros jornalísticos que suscitam desinformação (L50). Mas nossa análise sugere que isso não ocorre, primeiro porque o jornalismo de verificação está focado em uma apuração circunscrita às falsidades visíveis no âmbito de cada pauta; e, em segundo, porque aparentemente tende a seguir um imaginário da mídia sobre o que é e quem faz ciência.

Ainda sobre o cenário informacional da pandemia, temos que à primeira vista, reconhecer incertezas esteja na contramão da proposta do jornalismo de verificação, considerando que esse tipo jornalístico se propõe a definir o que é verdadeiro ou, em último caso, o que é mais correto. Portanto, podemos pensar que a experiência do jornalismo de verificação na pandemia pressionou por reflexões relevantes sobre os limites que as dúvidas presentes no momento da verificação imprimem sobre a prática e sobre como lidar com mudanças de entendimento posteriores, pensando na credibilidade junto à audiência e no

acervo que está disponível. É possível que, por causa dessa peculiaridade, conteúdos virais que caberiam ao jornalismo de verificação abordar tenham sido descartados como pauta. Também houve situações em que incertezas foram dispensadas na elaboração da verificação (p. ex.: B36) e em que orientações imprecisas ainda estão disponíveis ao público nas verificações, como a indicação do uso de máscara ao ar livre (F30).

Mas é importante destacar que, quando abordaram essas incertezas, os profissionais de verificação mostraram capacidade de didatismo que poderia ser usado para aproximação com a audiência em outros momentos:

No caso de imunizantes que se valem de cultura de vírus em materiais derivados de tecidos embrionários, trata-se de linhagens de células, [Esper] Kallas explica, ou seja, de células derivadas de fetos e que não perderam as características originais — e não novos tecidos de novos fetos abortados, portanto (F21).

Até o momento, há muitas dúvidas na comunidade científica sobre a imunidade ao novo coronavírus. Pesquisas apontam que as pessoas que conseguiram se recuperar da Covid-19 adquirem imunidade ao patógeno. Ainda não se sabe o certo por quanto tempo ela permanece, nem quão imune as pessoas ficam — ao contrário do que se imagina, muitas vezes, ela pode ser apenas parcial. Nesta segunda-feira (24), um caso de reinfecção foi confirmado em Hong Kong (L17).

Por fim, uma discussão que nos parece essencial ao jornalismo de verificação é se permitir um equilíbrio entre um ideal de objetividade que não dispense interpretação, explicação, engajamento, orientação e esclarecimento como conteúdo jornalístico, especialmente no contexto de infodemia, que atua como disseminador e catalisador de desinformação. Isso é particularmente interessante quando a infodemia em questão trata de temas de saúde e ciência, para os quais a abordagem dialógica é a que tem permitido à comunicação de ciência romper barreiras pré-existentes e à comunicação de saúde atuar pelo enfrentamento de males coletivos durante emergências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: VELHOS E NOVOS DESAFIOS PARA UM TIPO JORNALÍSTICO DE APOIO À SAÚDE PÚBLICA E À CIÊNCIA

Com base na revisão bibliográfica desta pesquisa, podemos afirmar que, em um universo informacional cada vez mais segmentado, o jornalismo de verificação se estabelece como um tipo jornalístico voltado a apontar o que está mais próximo da verdade, cercado-se contra questionamentos por meio de uma abertura de método inédita para o jornalismo tradicional, e, assim, alcançando a transparência a um princípio profissional necessário na reflexão sobre uma nova ontologia para o jornalismo na hiperinformação.

Ao mesmo tempo, estando parte considerável das iniciativas de verificação imersas nas disputas de mercado por investimento, estão vulneráveis aos problemas de julgamento que surgem dessa dependência, criando questionamentos que por enquanto são mais salientados pela literatura acadêmica na cobertura de temas políticos. A inserção, nesse ramo jornalístico, de agências noticiosas internacionais, já conhecidas da pesquisa em comunicação pelo histórico de atuação em processos políticos imperialistas (Aguiar, 2015), assim como o peso já majoritário do financiamento por giant techs — agentes consideráveis dos processos desinformativos —, são indicativos de que os graus de independência e diversidade necessários à verificação parecem estar sendo flexibilizados enquanto a prática caminha ao encontro de uma conformação à ordem midiática estabelecida. Isso ocorre abertamente no caso das iniciativas com fins lucrativos e mais indiretamente nas sem fins lucrativos, distanciando o jornalismo de verificação das noções de mídia alternativa ou mesmo independente (Barsotti; Vieira, 2023). Percebe-se isso na flexibilização dos critérios de associados da IFCN, com alterações recentes no código criado em 2016 para abrigar membros de grandes veículos, de propriedade familiar e capital fechado, que costumam restringir a transparência quanto às fontes de financiamento (Orsek; Ferhat, 2020).

A despeito disso, é possível indicar o jornalismo de verificação como ferramenta relevante no combate à desinformação em temas de ciência e saúde, especialmente em contextos de crise informacional, na linha de auxílio às iniciativas de prevenção (pré-bunking) e à comunicação de risco. O jornalismo de ciência e saúde dispõe de recursos que permitem minimizar os prejuízos da hiperinformação, entre eles uma vocação para a orientação (serviço) dos seus públicos, assim como conta com posições majoritárias e consensos científicos nos quais se ancorar. Há desafios claros também nessa cobertura, é preciso reconhecer. Estão postos em Fioravanti (2013; 2022) e Bueno (2022), e em parte registrados

nas análises desta pesquisa, obstáculos como a influência de interesses econômicos e a dificuldade de lidar com as incertezas que fazem parte da ciência.

O objetivo desta dissertação está em analisar traços do jornalismo de verificação estabelecido no Brasil na cobertura dos temas da pandemia partindo de itens presentes na literatura como relevantes para o combate à desinformação e a qualidade jornalística em temáticas científicas e de saúde. Os resultados da análise, que está centrada em identificar características, não em estabelecer regras ou obrigatoriedades, indicam suporte às hipóteses de pesquisa: a hesitação na adoção de estratégias de engajamento e acessibilidade, por força de questões estruturais e da persistente ética calcada na objetividade do jornalismo tradicional; e a mencionada persistência de desafios do jornalismo especializado em ciência e saúde.

Assim, podem-se resumir os resultados da análise da seguinte forma: apontam para uma *experiência de cobertura jornalística relevante em termos de produtividade e de amplitude de temas; heterogênea no grau de preocupação com precisão e transparência, em escala que segue o nível de institucionalização do veículo; e de abordagem essencialmente funcionalista do jornalismo de verificação, com poucos recursos de engajamento, contextualização e multiplicidade de fontes*. Nota-se a prevalência da perspectiva associada ao jornalismo de informação, com sua vinculação ao produto notícia — em detrimento das abordagens que estariam unidas aos tipos jornalísticos analíticos e explicativos — mesmo que a análise esteja no cerne da verificação. Inferimos nessa dificuldade questões de rotina e estruturação dos veículos, o que pode explicar a dessintonia entre cobertura diária e esforços de aprofundamento — quando esses existem, mas não são destacados à audiência eventual.

Enquanto a tendência de afiliação ao jornalismo que “somente” informa parece ajudar a blindar o jornalismo de verificação de questionamentos quanto à parcialidade — essa era a expectativa do jornalismo tradicional —, temos, contudo, reflexões (internas e externas) sobre se uma preocupação com efetividade não comportaria um passo à frente. Essa compreensão surge ao se considerar a complexidade dos cenários culturais e políticos na qual se somam: uma geração acostumada a se deixar guiar pelos algoritmos das plataformas digitais (Greenfield, 2024), com reflexos sobre a capacidade de empatia; a avançada do negacionismo científico como arma política, o que reduz o impacto das fontes especializadas per se, visto que há uso de simulacros científicos na desinformação (Piaia et al., 2023); a exploração de formatos jornalísticos para a disseminação de falsidades e os efeitos da platformização do consumo de informações, ambos fatos que reforçam o papel da crítica de mídia e meios para o jornalismo de verificação; a condição de perifericidade do Brasil na sociedade informatizada; entre outros fatores que fazem da desinformação uma ameaça à coletividade nas democracias.

O problema de engajamento do jornalismo de verificação, também uma questão do jornalismo tradicional na internet, exige reflexões e prováveis reposicionamentos em frentes que vão da tecnologia (estrutura) à principiologia. A primeira, ligada a grau de investimento, perpassa um reconhecimento da multimídia e do design como estruturas integradas de realização; e da digitalidade, característica do jornalismo de verificação, como intrínseca à participação social. Dessa forma, é possível compreender as mídias sociais como um espaço no qual um jornalismo cidadão adjacente ao de verificação pode evoluir e, assim, viabilizar engajamento. A área de discussão principiológica, por sua vez, começa por uma revisão de valores, segundo Barsotti e Vieira (2023), uma tomada de posição que não é ruptura ética, mas reconhecimento das transformações que o conhecimento criado pelo jornalismo pode catalisar ao observar a desigualdade no mundo — sendo o acesso à informação qualificada uma dessas desigualdades. Ao assumir o seu discernimento transformador, o jornalismo de verificação tem a chance de pensar para si um conceito de efetividade mais abrangente junto aos seus públicos. Essa abertura faz pensar nos projetos possíveis em aproximação com movimentos sociais e com extensão universitária, por exemplo. A questão é que parece necessário ao jornalismo de verificação transcender o que Usher (2019), lembrando Tuchman (2002), chama de profissionalismo defensivo, a tendência de justificar com base em regras profissionais as resistências do jornalismo em ler as mudanças e se adaptar a novos ambientes informacionais. Ou seja, a qualidade jornalística, como seus profissionais a veem, talvez já não baste para garantir o espaço da prática na sociedade digitalizada. Também parece destoar da reflexividade a que o jornalismo de verificação se propõe.

Um ponto sobre transparência que desafia o jornalismo de verificação é que apenas deixar a informação acessível não é a postura que garante a amplitude ética do princípio, que está ligada a uma permanente proximidade com a audiência, sendo preciso garantir que ocorram diálogos públicos e se formem comunidades em torno dos temas (Koliska, 2021). Iniciativas jornalísticas transparentes e interativas são, por exemplo, conselhos de leitores, fóruns e comunidades on-line, bem como ações que incluem o público na produção noticiosa (Meier, 2009, p. 6). Expor em detalhes os métodos de verificação em uma página de website, assim como publicar um código de ética, é “transparência unilateral” (tradução nossa).⁹³ A web 2.0 pressionou toda a mídia a aprender a usar as ferramentas de interação com o público, mas o jornalismo registrou nova dificuldade: enquanto o jornalismo tradicional no pré-internet falhou em ouvir e dar voz a grupos sociais marginalizados, no jornalismo digital a

⁹³ “Placing the editorial ethics code or editorial guidelines in the Internet creates one-sided transparency” (Meier, 2009, p. 6).

postura de escutar a audiência — promovendo mudanças por causa do que ouve e conseguindo engajamento de retorno — ainda é raridade, resultado da confluência de fatores: visão editorial, experiência comunicativa e recursos financeiros (O'Donnell, 2009). Sozinhos, os recursos da internet não garantem diálogo, visto que ela é um ambiente de descontextualização, de audiências fragmentadas e, ainda, de exclusão. Logo, veículos digitais continuam encarregados de criar possibilidades e investir nelas e os de verificação se legitimam com isso, haja vista o relacionamento sem ambiguidades com o público que necessitam firmar em meio aos cenários de desinformação (Brandtzaeg; Følstad; Dominguez, 2017). Considerando as dificuldades da tarefa, é importante que o jornalismo de verificação fique atento à capacidade que novas tecnologias têm, por exemplo, de prover ferramentas de contextualização e de acompanhamento de cenários (Graves; Stencel; Wilkinson, 2024).

Ao mesmo tempo, é preciso evidenciar o esforço do jornalismo de verificação em tentar ocupar na pandemia parte do espaço da garantia do direito à informação que deveria ser tarefa dos entes públicos, mais especificamente das esferas do Executivo. Trata-se de omissão que, embora inaceitável e nefasta, pode se repetir, dada a aparente inexistência de prevenção e responsabilização, bem como a perceptível porosidade das democracias aos empreendimentos de desinformação voltados para fins políticos. A tarefa de desenvolver formas eficazes de combater infodemias e dar tratamento adequado às incertezas — o que exige também vontade política — permanece como desafio para a Humanidade, ainda mais quando nesse terreno está presente a credibilidade de instituições democráticas, como governos, órgãos articuladores internacionais e de saúde pública (Kritikos, 2020). Na visão de Cueto (2020), a pandemia de Covid-19 é um símbolo da negação dos direitos humanos em saúde, da prevalência de interesses econômicos sobre o direito à vida e de desrespeito a acordos internacionais, entre eles o Regulamento Sanitário Internacional de 2005, que previa a coordenação do enfrentamento de crises pela OMS. Logo, um episódio que o desinvestimento em saúde global não possibilita classificar como isolado. Soma-se a isso a realidade de países com doenças endêmicas, como o Brasil e a dengue, que já apresenta um tipo de desinformação semelhante à verificada sobre a Covid-19 (Lupa, 2024).

Ou seja, ao se prestar ao combate à desinformação em cenários do tipo, o jornalismo de verificação se compromete com tarefa mais pesada do que abrir um debate político e social mais fundamentado, que é a sua contribuição mais conhecida à coletividade (Birks, 2019). Logo, mais do que avolumar a pressão sobre o jornalista — a quem tem recaído a maior parte das dificuldades desse ramo econômico na digitalização, com o aumento da exploração sobre o trabalho que traz consigo a precariedade generalizada de saber e prática, com a redução das

especialidades para "uma gestão mais flexível" (Quintanilha, 2023, p. 4) — esta dissertação busca extrair conhecimento de uma experiência histórica recente que reafirmou o valor da instituição jornalismo para a sociedade atual. Essa perspectiva pela essencialidade do jornalismo nas democracias, porém, tem sido atacada com cada vez mais truculência por velhos e novos opositores — destaque para os políticos que usam desinformação como arma em meio digital e as *giant techs* — para os quais o jornalismo de verificação é alvo fundamental. O discurso “a favor da liberdade de expressão” que embasou a decisão da Meta em extinguir o financiamento de iniciativas de checagem nas suas plataformas é exemplo máximo dessa animosidade política, que sofre de antinomias visíveis: “A verificação de fatos não é censura. É contradiscurso” (Lewandowsky, 2025).⁹⁴

De todo modo, é preciso manter a pesquisa tendo por objeto o jornalismo de verificação como ferramenta com potencial diferenciador para o jornalismo em geral, cobrindo assim as brechas de conhecimento sobre seus efeitos, e ajudando a desenvolver suas possibilidades de atuação para temas de ciência e saúde no contexto de crise informacional grave, seja dentro ou fora de empresas de mídia. Mesmo posturas céticas sobre a efetividade do jornalismo de verificação — como a do jornalista espanhol Marc Amorós Garcia (2018), para quem a verificação é pouco efetiva para com as audiências e não intimida os produtores de desinformação porque chega "sempre tarde demais" (tradução nossa)⁹⁵ — conseguem destacar aspectos positivos na influência dessa retomada para o jornalismo: "Apesar da sua ineficácia [sic], celebremos o regresso da checagem de factos à prática jornalística e exijamos que nunca nos esqueçamos de verificar a informação. Seria um primeiro passo para restaurar a confiança no jornalismo" (tradução nossa).⁹⁶ É preciso, porém, que essa influência funcione em ciclos mais robustos de adoção e revisão, o que depende da capacidade de o jornalismo de verificação se expandir sem depender do apoio financeiro de empresas que contribuem para a desinformação e posicionam esse financiamento dentro de um processo para barrar regulações necessárias. Seria relevante, por exemplo, a atenção às potencialidades do jornalismo de verificação sob perspectivas científicas, capazes de incluir a prática nas chamadas de fomento de pesquisas sobre fenômenos de desinformação; ou mesmo em um pouco provável, porém civilizatório, fortalecimento institucional das mídias públicas. O financiamento de serviços públicos de comunicação pode ser um recurso para qualificar a esfera pública, visto que os

⁹⁴ “Fact checking is not censorship. It is counterspeech” (Lewandowsky, 2025).

⁹⁵ “En cuanto a su capacidad disuasiva, el fact-checking no surte efecto porque a los creadores de fake news les da igual que les descubran la mentira porque cuando consiguen hacerlo siempre es tarde” (Garcia, 2018, n.p.).

⁹⁶ “A pesar de su poca eficacia, celebremos la vuelta del fact checking a la práctica periodística y exijamos no olvidarnos nunca de comprobar las informaciones. Sería un primer paso para la recuperación de la confianza en el periodismo” (Ibid.).

conteúdos produzidos são mais acessíveis (isto é, gratuitos) e com informações mais diversificadas do que os conteúdos da mídia de mercado (Webster, 2014).

Quanto às limitações do estudo: além de a limitação de corpus poder ser apontada como limitação de pesquisa, pelo processo de seleção que se estabelece, também a análise de conteúdo é um método que não prescinde de subjetividade em suas decisões (Barbosa, 2020), mesmo sendo um instrumento útil às pesquisas de comunicação de massa (Gil, 2008). Rigor científico possibilita delimitar e documentar essa subjetividade, o que buscamos por meio do critério com linhas objetivas (tangenciamento como determinante de presença), da construção de chaves a partir de indicadores, e do compartilhamento dos dados da pesquisa

Tratando de futuros estudos: a partir da experiência com a sistematização teórica de boas práticas do jornalismo de verificação em contexto de infodemia, é relevante pensar em um futuro cruzamento de percepções com o público potencial e preferível desse tipo jornalístico, considerando para isso, por exemplo, a capacidade de influência sobre um núcleo familiar — interior no qual são tomadas as decisões domésticas que impactam o cotidiano, bem como constituem a adesão coletiva e individual a medidas preventivas de saúde. É factível a ausência de conhecimento quanto à percepção de audiências brasileiras sobre a verificação, mais ainda sobre essa percepção em contexto de crise informacional grave ou em temas de saúde e ciência. A literatura científica já destaca que no Brasil a pandemia deixou mais vulneráveis as minorias sociais — mulheres, indígenas, afrodescendentes, moradores de favelas, trabalhadores informais, segundo Caponi (2020) —, logo, pesquisas que destaquem recortes sociais agregam ao aprimoramento do jornalismo de verificação ao vislumbrarem as dificuldades informativas de populações que correm mais riscos em crises na saúde pública.

Dessa forma, avançaria-se na contribuição à formulação de políticas públicas, na medida em que a pesquisa iniciaria a exploração de um formato e um etos de um tipo de comunicação que vem sendo usada com frequência na comunicação pública, o que pode se refletir também em novo recurso para a comunicação de risco e diante de crises.

No terreno da pesquisa em comunicação, o cruzamento permitiria ainda compreender a construção de significado que o jornalismo de verificação é capaz de estabelecer em cenários de infodemia, a partir da análise dos seus enquadramentos (Von Sikorski; Matthes, 2020), por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASCO. Pandemia de COVID-19. Abrasco, nov. 2022. Disponível em:

<<https://materiais.abrasco.org.br/publicacoes-abrascao>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

ACAMPA, Suania. *From dezinformatsiya to disinformation — A critical analysis of strategies and effect on the digital public sphere* [e-book]. Cham, Suíça: Springer Nature, 2024.

ACKLAND, Robert; GWYNN, Karl. Truth and the dynamics of news diffusion on Twitter.

In: GREIFENEDER, Rainer (Ed.); JAFFE, Mariela (Ed.); NEWMAN, Eryn (Ed.);

SCHWARZ, Norbert (Ed.). *The Psychology Of Fake News — Accepting, Sharing, And*

Correcting Misinformation [e-book]. Londres, Reino Unido e Nova York, EUA:

Routledge/Taylor & Francis Group, 2021. p. 27-46.

AGADJANIAN, Alexander; CHI, Victoria; GREENBERG, Devyn; HOLLANDER, Byrne;

HURT, Alexander; KIND, Joseph; LU, Ray; MA, Annie; NYHAN, Brendan. Counting the

Pinocchios: The effect of summary fact-checking data on perceived accuracy and favorability

of politicians. *Research & Politics*, v. 6, n. 3, p. 1-10, jul./set. 2019. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1177/2053168019870351>>. Acesso em: 21 out. 2021.

AGUIAR, Pedro. O Império das Agências: territórios, cartel e circulação da informação

internacional (1859-1934). *Revista Eptic*, v. 17, n. 2, p. 18—38, mai./ago. 2015. Disponível

em: <<https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/18>>. Acesso em: 21 out. 2023.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Fact-checking. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz.

Dicionário dos negacionismos no Brasil [e-book]. Recife, PE: Cepe, 2022a.

ALBUQUERQUE, Afonso de. O paralelismo político em questão. *Compólitica*, v. 2, n. 1, p.

5-28, 26 ago. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.21878/compolitica.2012.2.1.23>>.

Acesso em: 6 jan. 2023.

ALBUQUERQUE, Afonso de. O que decolonizar o jornalismo afinal quer dizer? Um olhar a partir do Brasil. *Lumina*, v. 16, n. 3, p. 5—19, 2022b. Disponível em:

<<https://doi.org/10.34019/1981-4070.2022.v16.39278>>. Acesso em: 25 set. 2023.

ALEXANDER, James; SMITH, Jonathan. Disinformation: A Taxonomy. *IEEE Security & Privacy*, v. 9, n. 1, p. 58-63, jan.fev. 2011. Disponível em <<https://doi.org/10.1109/MSP.2010.141>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ALFTER, Brigitte. Cross-border collaborative journalism: Why journalists and scholars should talk about an emerging method. *Journal of Applied Journalism & Media Studies*, v. 5, n. 2, p. 297-311, jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1386/ajms.5.2.297_1>. Acesso em: 28 abr. 2023.

ALI, Rabiya; JAWED, Shireen; BAIG, Mukhtiar; MALIK, Ahmad Azam; SYED, Fatima; REHMAN, Rehana. General public perception of social media, impact of COVID-19 pandemic, and related misconceptions. *Disaster Medicine and Public Health Preparedness*, v. 17, p. 1-8, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/dmp.2021.229>>. Acesso em: 9 abr. 2023.

ALZAMORA, Geane; MENDES, Conrado Moreira; RIBEIRO, Daniel Melo. Apresentação. In: ALZAMORA, Geane (Org.); MENDES, Conrado Moreira (Org.); RIBEIRO, Daniel Melo (Org.). *Sociedade da desinformação e infodemia* (Coleção Olhares Transversais) [e-book]. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCom/UFMG — IEAT, 2021. p. 15-21.

AMAZEEN, Michelle A.. Revisiting the Epistemology of Fact-Checking. *Critical Review*, v. 27, n. 1, p. 1-22, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/08913811.2014.993890>>. Acesso em: 9 set. 2021.

AMAZEEN, Michelle A.. Journalistic interventions: The structural factors affecting the global emergence of fact-checking. *Journalism*, v. 21, n. 1, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1464884917730217>>. Acesso em: 21 out. 2021.

AMAZEEN, Michelle A.. Practitioner perceptions: Critical junctures and the global emergence and challenges of fact-checking. *International Communication Gazette*, v. 81, n. 6-8, p. 541—561, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1748048518817674>>. Acesso em: 26 out. 2021.

AMAZEEN, Michelle A.; KRISHNA, Arunima. Processing Vaccine Misinformation: Recall and Effects of Source Type on Claim Accuracy via Perceived Motivations and Credibility.

International Journal of Communication — IJoC, v. 17, 2023. Disponível em:
<<https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/19795>>. Acesso em: 2 jan. 2024.

ANDERSEN, Jack; SØE, Sille Obelitz. Communicative actions we live by: The problem with fact-checking, tagging or flagging fake news — the case of Facebook. *European Journal of Communication*, v. 35, n. 2, p. 1-14, 2019. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1177/0267323119894489>>. Acesso em: 11 set. 2023.

ANDERSON, C. W. Propaganda, misinformation, and histories of media techniques. *Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review*, v. 2, 15 abr. 2021. Disponível em:
<<https://doi.org/10.37016/mr-2020-64>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

AOS FATOS. Aos Fatos lança sistema de monitoramento em tempo real contra a desinformação. Site Aos Fatos, 10 ago. 2020. Disponível em:
<<https://www.aosfatos.org/noticias/aos-fatos-lanca-sistema-de-monitoramento-em-tempo-real-contradesinformacao>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ARAO, Danilo Araña; BROOTEN, Lisa; CUSTODIO, Pamela A.; DU, Roselyn; RIVERA, Theresa M.; ZHANG, Nick Y. Fighting infodemics (Editorial). *Media Asia*, v. 47, n. 3-4, p. 85-87, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01296612.2020.1857067>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ARAÚJO, Arthur; TEIXEIRA, Ailma. Jornalismo declaratório no Twitter: como os usuários reagem à reprodução de declarações de Bolsonaro com desinformação? *Galáxia* (São Paulo), v. 48, p. 1-22, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-2553202358621>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

AREAL, João. ‘Them’ without ‘us’: negative identities and affective polarization in Brazil. *Political Research Exchange*, v. 4, n. 1, p. 1-24, 2022. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1080/2474736X.2022.2117635>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

ARGIÑANO, José Luis; GOIKOETXEA-BILBAO, Udane. El rol de fact-checkers de los influencers españoles de la alimentación en Instagram. *Comunicación y Medios*, v. 30, n. 44,

p. 14-27, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5354/0719-1529.2021.64567>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

ASPRAY, William; CORTADA, James W.. *From Urban Legends to Political Fact-Checking: Online Scrutiny in America, 1990-2015 (History of Computing)* [e-book]. Cham, Suíça: Springer, 2019.

AVAAZ. O Brasil está sofrendo uma infodemia de Covid-19 [Relatório]. 4 mai. 2020. Disponível em: <https://avaazimages.avaaz.org/brasil_infodemia_coronavirus.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2022.

BAINES, Darrin; ELLIOTT, Robert J. R. *Defining misinformation, disinformation and malinformation: An urgent need for clarity during the COVID-19 infodemic*. Birmingham, Inglaterra: Department of Economics, 2020. (Discussion Papers, n. 20-06). Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/bir/birmec/20-06.html>>.

BAPTISTA, João Pedro; GRADIM, Anabela; LOUREIRO, Marlene; RIBEIRO, Fábio. Fact-checking: uma prática recente em Portugal? Análise da perceção da audiência. *Disertaciones*, v. 16, n. 1, p. 1-28, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/disertaciones/a.12426>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BARBOSA, Marialva. *Comunicação e método: cenários e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2020.

BARROS, Fernando Passos Cupertino de; SILVA, Jurandi Frutuoso; MANSANO, Nereu Henrique. O Brasil e o enfrentamento da Covid-19. In: BARROS, Fernando Passos Cupertino de (Org.); FERRINHO, Paulo (Org.); HARTZ, Zulmira (Org.). *O enfrentamento da Covid-19 nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — CPLP*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Secretários de Saúde — Conass, 2020. p. 170-192.

BARSOTTI, Adriana; VIEIRA, Agostinho. É possível um jornalismo ativista? As tensões no ethos profissional assentado na objetividade. *Brazilian Journalism Research*, v. 19, n. 3, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v19n3.2023.1597>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BECKER, Howard S. *Falando da sociedade*: Ensaio sobre as diferentes maneiras de representar o social [e-book]. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2009.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico de Mello B. Do gênero ao giro: contribuições espanholas para repensar o jornalismo. In: MELO, José Marques de (Org.); ASSIS, Francisco (Org.). *Gêneros jornalísticos*: Estudos fundamentais. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC-Rio; São Paulo, SP: Ed. Loyola, 2020. p. 271-290.

BERGER, Jonah; MILKMAN, Katherine L. What Makes Online Content Viral? *Journal of Marketing Research*, v. 49, n. 2, p. 192-205, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1509/jmr.10.0353>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BIRKS, Jen. *Fact-Checking Journalism and Political Argumentation: A British Perspective* [e-book]. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan, 2019.

BLÖBAUM, Bernd. Preface. In: BLÖBAUM, Bernd (Ed.). *Trust and Communication in a Digitized World: Models and Concepts of Trust Research* [e-book]. Cham, Suíça: Springer, 2016.

BOATOS. Anuncie. Boatos, 6 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.boatos.org/anuncie>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

BOUDANA, Sandrine. A definition of journalistic objectivity as a performance. *Media, Culture & Society*, v. 33, n. 3, p. 385-398, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0163443710394899>>. Acesso em: 26 set. 2023.

BOUKES, Mark; BOOMGAARDEN, Hajo G.; MOORMAN, Marjolein; VREESE, Claes H. De. News with an attitude: assessing the mechanisms underlying the effects of opinionated news. *Mass Communication and Society*, v. 17, n. 3, p. 354-378, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/15205436.2014.891136>>. Acesso em: 28 set. 2023.

BRAN, Ramona; LAURENTIU, Tiru; GROSSECK, Gabriela; HOLOTESCU, Carmen; MALITA, Laura. Learning from Each Other — A Bibliometric Review of Research on

Information Disorders. *Sustainability*, v. 13, p. 1-38, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su131810094>>. Acesso em: 30 set. 2022.

BRANDTZAEG, Peter Bae; FØLSTAD, Asbjørn; DOMINGUEZ, Maria Ángeles Chaparro. How journalists and social media users perceive online fact-checking and verification services. *Journalism Practice*, p. 1-21, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/17512786.2017.1363657>>. Acesso em: 5 fev. 2022.

BRANTS, Kees; HAAN, Yael de. Taking the public seriously: three models of responsiveness in media and journalism. *Media, Culture & Society*, v. 32, n. 3, p. 411-428, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/016344370936117>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BROSSARD, Dominique; LEWENSTEIN, Bruce V. Uma avaliação crítica dos modelos de compreensão pública da ciência: usando a prática para informar a teoria. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. *Pesquisa em divulgação científica: textos escolhidos* [e-book]. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz/COC, 2021. p. 15-56.

BRUNS, Axel. Gatewatching and news curation. In: MORRISON, James (Ed.); BIRKS, Jen (Ed.); BERRY, Mike (Ed.). *The Routledge Companion to Political Journalism* [e-book]. Londres, Inglaterra: Routledge, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9780429284571-23>>. p. 252-261.

BUCCI, Eugênio. *Existe democracia sem verdade factual?* (Coleção Interrogações). Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

BUCKLER, Carlyn S. Communicating Science in a Space of Conflict. In: ROWLAND, Susan (Ed.); KUCHEL, Louise (Ed.). *Teaching Science Students to Communicate: A Practical Guide* [e-book]. Cham, Suíça: Springer, 2023. p. 81-88.

BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo Científico: teoria, prática e pesquisa* [e-book]. São Paulo, SP: Jornalismo na Comunicação Organizacional — Jorcom/ECA/USP; Comtexto Comunicação e Pesquisa, 2022.

CANAVILHAS, João. Entrevista com João Canavilhas: “Provedores de internet e empresas de tecnologia, que também lucram com a notícia, deveriam ajudar a financiá-la”. [Entrevista concedida a] Patrícia Pivoto Specht. *Famecos*, v. 22, n. 3, p. 215—227, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2015.3.21331>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CANAVILHAS, João. *Manual de jornalismo na web* [e-book]. Covilhã, Portugal: Editora LabCom, 2023.

CANAVILHAS, João; JORGE, Thaís de Mendonça. Fake News Explosion in Portugal and Brazil the Pandemic and Journalists’ Testimonies on Disinformation. *Journalism and Media*, v. 3, p. 52—65, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/journalmedia3010005>>. Acesso em: 2 set. 2023.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal (Dossiê Pandemia pela Covid-19). *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 209-223, mai./ago. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CARDOSO E CUNHA, Tito. Os media e o silêncio político. *Comunicação e Sociedade*, v. 8, p. 39—45, 2005. Disponível em: <[https://doi.org/10.17231/comsoc.8\(2005\).1180](https://doi.org/10.17231/comsoc.8(2005).1180)>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CARVALHO, Vanessa Brasil de. Percepção pública da ciência em tempos de pandemia: algumas questões. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde — Reciis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 500-506, jul./set. 2022. Disponível em: <<https://www.doi.org/10.29397/reciis.v16i3.3456>>.

CASSINO, João Francisco. O Sul Global e os desafios pós-coloniais na era digital. In: CASSINO, João Francisco (Org.); SOUZA, Joyce (Org.); SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (Org.). *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal* [e-book]. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2022.

CAZETTA, Jhonny Póvoa; REIS, Ana Isabel. As fontes dos serviços de fact-checking luso-brasileiros. *Comunicação Pública*, v. 14, n. 27, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/cp.5348>>. Acesso em: 9 jan. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2ª ed. Trad. de Angela M. S. Corrêa. São Paulo, SP: Contexto, 2013.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. *Natureza e transformação do jornalismo* (Série Jornalismo e Sociedade, v. 3). 2ª ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2023.

CHARRON, Jean. A crise não é do jornalismo, mas do seu financiamento: entrevista com Jean Charron. [Entrevista concedida a] Livia Guilhermano. *Intexto*, n. 45, p. 5-15, abr. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.19132/1807-858320190.5-15>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CHEN, Yimin; CONROY, Niall J.; RUBIN, Victoria L. Misleading Online Content: Recognizing Clickbait as "False News". In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MULTIMODAL INTERACTION — ICMI '15, 14, Seattle. Proceedings [...] Nova York, EUA: Association for Computing Machinery, 2015. p. 15-19. Disponível em: <<https://doi.org/10.1145/2823465.2823467>>.

CHOU, Wen-Ying Sylvia; GAYSYNSKY, Anna; VANDERPOOL, Robin C. The COVID-19 Misinfodemic: Moving Beyond Fact-Checking. *Health Education Behavior*, v. 48, 2021. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1090198120980675>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; BEZERRA, Kalianny; HUF, Natália; BATISTA, Raphaelle. Crise de credibilidade no jornalismo: porque devemos questionar essa ideia. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). *Credibilidade jornalística* [e-book]. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2024. p. 118-146.

COMPROVA. Projeto Comprova (Home). Projeto Comprova, 2019a. Disponível em: <<https://projeto comprova.com.br>>.

COMPROVA. Sobre o Comprova. Projeto Comprova, 2019b. Disponível em: <<https://projeto comprova.com.br/about>>.

CONBOY, Martin. *Journalism: a critical History* [ebook]. Londres: Sage Publications, 2004.

COOK, Timothy E.. O jornalismo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 203—247, jul. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200009>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

CORREIA, João Carlos. Online Journalism and Civic Life. In: SIAPER, Eugenia (Ed.); VEGLIS, Andreas (Ed.). *The Handbook of Global Online Journalism* [e-book]. Chichester, Inglaterra: Wiley-Blackwell, 2012. p. 101-118.

COSTA, Lailton Alves da; LUCHT, Janine Marques Passini. Gênero interpretativo. In: MELO, José Marques de (Org.); ASSIS, Francisco de (Org.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2010. p. 109-124.

CUNHA, Magali do Nascimento. Fundamentalismos. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. *Dicionário dos negacionismos no Brasil* [e-book]. Recife, PE: Cepe, 2022.

CURTIS, Caitlin; GILLESPIE, Nicole; OKIMOTO, Tyler. Establishing Trust in Science Communication. In: ROWLAND, Susan (Ed.); KUCHEL, Louise (Ed.). *Teaching Science Students to Communicate: A Practical Guide* [e-book]. Cham, Suíça: Springer, 2023. p. 39-48.

DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Trad. de Beatriz Sidou. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DALMOLIN, Aline Roes. A circulação da desinformação em plataformas no Brasil. In: FERREIRA, Jairo (Org.); BOLIN, Göran (Org.); SILVEIRA, Ada C. Machado da (Org.); LÖGFREN, Isabel (Org.). *Midiatizações Norte Sul: Perspectivas epistemológicas e empíricas no Brasil e na Suécia* [e-book]. Porto Alegre, RS: Sulina, 2024, p. 144-159. Disponível em: <<https://www.midiaticom.org/midiatizacoes-norte-sul/>>.

DAMASCENO, Daniel de Rezende; PATRÍCIO, Edgard. Journalism and fact-checking: typification of sources used for checking and criteria for selecting fact-checked material — an analysis by Agência Lupa and Aos Fatos. *Brazilian Journalism Research*, v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v16n2.2020.1212>>. Acesso em: 5 jan. 2021.

DAMASCENO, Daniel de Rezende. Marcas da mediatização no jornalismo fact-checking: um estudo sobre a cobertura da pandemia de Covid-19 realizada por Agência Lupa e Aos Fatos. 2022. 156 f. Dissertação (Mestrado em comunicação e Cultura Contemporâneas) — Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36046>>.

DAVISON, W. Phillips. The Third-Person Effect in Communication. *Public Opinion Quarterly*, v. 47, n. 1, p. 1-15, 1983. Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/268763>>. Acesso em: 25 dez. 2023.

DELARBRE, Raúl Trejo. Metaevento: Meios, redes e cidadãos na pandemia. *MATRIZES*, v.15, n. 2, p. 13-32, mai./ago. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v15i2p13-32>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

DE-LIMA-SANTOS, Mathias-Felipe; MESQUITA, Lucia; SANSEVERINO, Gabriela Gruszynski; CARPES, Giuliander; FEDERAL, Kamila Fernandes; SALAVERRÍA, Ramón. Harnessing Data and Digital Journalism in Latin America. In: BEBAWI, Saba (Ed.); ONILOV, Oxana (Ed.). *Different Global Journalisms: Cultures and Contexts* (Palgrave Studies in Journalism and the Global South) [e-book]. Cham, Suíça: Springer Nature Switzerland AG, 2023. p. 9-34.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1997.

DERAKHSHAN, Hossein. Post-news Journalism in the Post-Enlightenment Era. In: GRECH, Alex (Ed.). *Media, Technology and Education in a Post-Truth Society* [e-book]. Bingley, Inglaterra: Emerald Publishing Limited, 2021. p. 123—132.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio; ARANTES, Poliana Coeli Costa. Do "ethos" ao etos: um conceito sem "H" e sem determinantes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 61, p. 1—17, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8655079>>. Acesso em: 21 jul. 2024.

DEUZE, Mark. What journalism is (not). *Social Media + Society*, p. 1-4, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/2056305119857202>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

DIAS, Nicholas; SIPPITT, Amy. Researching Fact Checking: Present Limitations and Future Opportunities. *The Political Quarterly*, v. 91, n. 3, p. 605-613, jul./set. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-923X.12892>>. Acesso em: 2 mai. 2022.

DICKSON, David. Em defesa de um ‘modelo de déficit’ na divulgação científica. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. *Pesquisa em divulgação científica: textos escolhidos* [e-book]. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz/COC, 2021. p. 99-106.

DINIZ, Amanda Tavares de Melo. Fact-checking no ecossistema jornalístico digital: práticas, possibilidades e legitimação. *Mediapolis*, n. 5, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_2>. Acesso em: 2 out. 2023.

DOBBS, Michael. *The rise of political fact-checking* — How Reagan inspired a journalistic movement: a reporter's eye view [ebook]. Washington, DC: New America Foundation, 2012. Disponível em: <<https://www.issuelab.org/resources/15318/15318.pdf>>.

DONOVAN, Joan; BOYD; Danah. Stop the presses? Moving from strategic silence to strategic amplification in a networked media ecosystem. *American Behavioral Scientist*, v. 65, n. 2 p. x-x, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0002764219878229>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

EDELMAN. Edelman Trust Barometer 2022: Global Report [e-book]. Nova York, EUA: Edelman Trust Institute, 2022a. Disponível em: <<https://www.edelman.com.br/edelman-trust-barometer-2022>>.

EDELMAN. Edelman Trust Barometer 2022: Relatório nacional (Confiança no Brasil - com dados globais) [e-book]. Nova York, EUA: Edelman Trust Institute, 2022b. Disponível em: <<https://www.edelman.com.br/edelman-trust-barometer-2022>>.

ELIZABETH, Jane. Who are you calling a fact checker? American Press Institute, 20 mai. 2014. Disponível em:

<<https://www.americanpressinstitute.org/fact-checking-project/fact-checker-definition>>.

Acesso em: 4 out. 2020.

ERICSON, Richard V. How journalists visualize fact. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 560, n. 1, 1998. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1177/0002716298560001007>>. Acesso em: 8 dez. 2021.

ESTEBAN-NAVARRO, Miguel-Ángel; NOGALES-BOCIO, Antonia-Isabel;

GARCÍA-MADURGA, Miguel-Ángel; MORTE-NADAL, Tamara. Spanish Fact-Checking Services: An Approach to Their Business Models. *Publications*, v. 9, n. 38, p. 1-18, 2021.

Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/publications9030038>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

FERNÁNDEZ-GARCÍA, Nuria. Fake news: una oportunidad para la alfabetización mediática. *Nueva Sociedad*, n. 269, p. 66-77, mai./jun. 2017. Disponível em:

<<https://nuso.org/articulo/fake-news-una-oportunidad-para-la-alfabetizacion-mediatica>>.

Acesso em: 10 mar. 2021.

FERRACIOLI, Paulo; KNISS, Andressa Butture; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. The Watchdog Role of fact-checkers in different media systems. *Digital Journalism*, v. 10, n. 5, p. 717-737, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21670811.2021.2021377>>. Acesso

em: 25 jun. 2023.

FIORAVANTI, Carlos. Um enfoque mais amplo para o Jornalismo Científico. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação — Intercom*, v. 36, n. 2, p. 315—332, jul. 2013.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1809-58442013000200015>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan; MÜLLER, Kauane Andressa. A checagem cruzada como estratégia de legitimação do campo jornalístico em reação às fake news. *Brazilian Journalism Research*, v. 15, n. 3, p. 452-475, 2019. Disponível em:

<<https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1196>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan; MÜLLER, Kauane Andressa. Estratégias das organizações de fact-checking brasileiras no contexto de desautorização da mediação jornalística. *Libero* [Dossiê Jornalismo e Conhecimento em Tempos de Capitalismo Pandêmico e Expansão da

Desinformação], n. 49, p. 141-154, set./dez. 2021. Disponível em:
<<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1667>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

FP. Move over Google, there's a new search engine in town: Why Gen Z prefers TikTok, YouTube over Googling. Firstpost, 12 abr. 2024. Disponível em:
<<https://www.firstpost.com/tech/move-over-google-theres-a-new-search-engine-in-town-why-gen-z-prefers-tiktok-youtube-over-googling-13758839.html>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

G1. Equipe do g1. G1 (Institucional), 2022a. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/institucional/equipe-do-g1.ghtml>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

G1. Fato ou Fake publica 1,2 mil checagens em 2022; veja as mais lidas. G1 (Fato ou Fake), 30 dez. 2022b. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2022/12/30/fato-ou-fake-publica-12-mil-checagens-em-2022-veja-as-mais-lidas.ghtml>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

G1. G1 lança Fato ou Fake, novo serviço de checagem de conteúdos suspeitos. G1, 30 jul. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/07/30/g1-lanca-fato-ou-fake-novo-servico-de-checagem-de-conteudos-suspeitos.ghtml>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

GARCÍA-GALERA, María-del-Carmen; DEL-HOYO-HURTADO, Mercedes; BLANCO-ALFONSO, Ignacio. Disinformation and communicative intent: a proposal for fake news classification in professional journalistic environments. *Revista Mediterránea de Comunicación: Mediterranean Journal of Communication*, v. 11, n. 2, p. 105-118, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.14198/MEDCOM2020.11.2.16>>. Acesso em: 6 fev. 2023.

GARCÍA-MARÍN, David; MERINO-ORTEGO, Marta. Desinformación anticientífica sobre la COVID-19 difundida en Twitter en Hispanoamérica. *Cuadernos.info*, [S. l.], n. 52, p. 24—46, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.7764/cdi.52.42795>>. Acesso em: 3 jan. 2024.

GARCIA, Marc Amorós. *Fake News: La verdad de las noticias falsas* [e-book]. Barcelona, Espanha: Plataforma Editorial, 2018.

GEHLEN, Marco Antônio. Fact-checking: o caso da Lupa, a primeira agência de checagem de notícias do Brasil. *Revista Estudos de Jornalismo* — EJ, v. 44, n. 9, p. 44-60, dez. 2018.

Disponível em:

<https://www.revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20190103-ej9_2018.pdf#page=44>. Acesso em: 1 set. 2021.

GEHRKE, Marília; TRÄSEL, Marcelo; RAMOS, Álvaro; OZORIO, Júlia. All the President's Lies: How Brazilian News Media Addressed False and Inaccurate Claims in Their Titles.

Journalism Practice, 2023. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1080/17512786.2023.2174579>>. Acesso em: 7 mai. 2023.

GENTILE, Fabio. Do “povo amorfo” ao populismo. A trajetória do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras. *Locus*, v. 26, n. 2, p. 459—480, 2021. Disponível em:

<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/30018>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

GIGERENZER, Gerd; GAISSMAIER, Wolfgang. Heuristic Decision Making. *Annual Review of Psychology*, v. 62, p. 451-482, 2011. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1146/annurev-psych-120709-145346>>. Acesso em: 2 nov. 2023.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GODLER, Yigal; REICH, Zvi. How journalists think about facts: Theorizing the social conditions behind epistemological beliefs. *Journalism Studies*, v. 14, n. 1, p. 94-112, 2013.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1461670X.2012.689489>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GOMES, Emiliana Sofia. Jornalismo de saúde: prevenir ou remediar? *Estudos em Jornalismo e Mídia* — EJM, v. 9, n. 2, p. 340-353, jul./dez. 2012. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p34>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

GOMES, Sheila Freitas; PENNA, Juliana Coelho Braga de Oliveira; ARROIO, Agnaldo.

Fake news científicas: percepção, persuasão e letramento. *Ciência & Educação*, Bauru, SP, v. 26, p. 1-13, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1516-731320200018>>. Acesso em: 25 dez. 2023.

GONZAGA, Jhonatan Dias; SANTOS, Adriana Omena Cristina dos. Fake news, desinformação e saúde pública: estudo sobre a abordagem do tema ‘vacina’ na agência de checagem Lupa. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 24, 2019, Vitória. Anais [...] Vitória: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação — Intercom, 2019. p. 1-15.

GOODWIN, Danny. Survey: 51% of Gen Z women prefer TikTok, not Google, for search. Search Engine Land, 7 set. 2023. Disponível em: <<https://searchengineland.com/gen-z-tiktok-google-search-survey-431345>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

GRANT, Will J.; NURSE, Matthew S.; LEACH, Joan. The Truth Force Instinct: Misinformation and How to Respond. In: ROWLAND, Susan (Ed.); KUCHEL, Louise (Ed.). *Teaching Science Students to Communicate: A Practical Guide* [e-book]. Cham, Suíça: Springer, 2023. p. 89-98.

GRAVES, Lucas; AMAZEEN, Michelle A. Fact-Checking as Idea and Practice in Journalism. *Oxford Research Encyclopedias — Communication*, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.808>>. Acesso em: 29 set. 2021.

GRAVES, Lucas; BÉLAIR-GAGNON, Valérie; LARSEN, Rebekah. From Public Reason to Public Health: Professional Implications of the “Debunking Turn” in the Global Fact-Checking Field. *Digital Journalism*, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21670811.2023.2218454>>. Acesso em: 5 set. 2024.

GRAVES, Lucas; LAUER, Laurens. From Movement to Institution: The "Global Fact" Summit as a Field-Configuring Event. *Sociologica*, v. 14, n. 2, set. 2020. Disponível em: <<https://sociologica.unibo.it/article/view/11154>>.

GRAVES, Lucas; MANTZARLIS, Alexios. Amid Political Spin and Online Misinformation, Fact Checking Adapts. *The Political Quarterly*, v. 91, n. 3, jul./set. 2020. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-923X.12896>>.

GRAVES, Lucas; STENCEL, Mark; WILKINSON, Kate. Always just around the corner? How fact-checkers view capabilities and challenges in the emerging field of automated fact-checking. In: ELDRIDGE II, Scott A. (Ed.); CHERUIYOT, David (Ed.); BANJAC, Sandra (Ed.); SWART, Joëlle (Ed.). *The Routledge Companion to Digital Journalism Studies*. 2ª ed. [e-book]. Oxon, Inglaterra; Nova York, EUA: Routledge, 2024. p. 185-194.

GRAVES, Lucas. *Deciding what's true: the rise of political fact-checking in american journalism* [e-book]. New York, EUA: Columbia University Press, 2016.

GRAVES; Lucas; CHERUBINI, Federica. The rise of fact-checking sites in Europe [Reuters institute digital news report]. *Reuters Institute for the Study of Journalism*, 2016. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/rise-fact-checking-sites-europe>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

GREENFIELD, Lauren. Social Media Swallowed Gen Z. This Film Shows Exactly How. Entrevista a Jason Parham. *Wired*, 18 out. 2024. Disponível em: <<https://www.wired.com/story/dial-up-lauren-greenfield-social-studies-docuseries/>>. Acesso em: 18 out. 2024.

HANITZSCH, Thomas et al. Mapping journalism cultures across nations: A comparative study of 18 countries. *Journalism Studies*, v. 12, n. 3, p. 273-293, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1461670X.2010.512502>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

HANSEN, Anders. Journalistic practices and science reporting in the British press. *Public Understanding of Science — PUS*, v. 3, n. 2, p. 111-134, 1994. Disponível em: <<https://doi.org/10.1088/0963-6625/3/2/001>>. Acesso em: 3 out. 2020.

HARGREAVES, Ian. *Journalism: A Very Short Introduction* [e-book]. 2ª ed. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 2014.

HARJANI, Trisha; ROOZENBEEK, Jon; BIDDLESTONE, Mikey; VAN DER LINDEN, Sander; STUART, Alasdair; IWAHARA, Mari; PIRI, Bomo; XU, Rachel; GOLDBERG, Beth; GRAHAM, Meghan. *A Practical Guide to Prebunking Misinformation*. Londres, Inglaterra: University of Cambridge; BBC Media Action; Jigsaw, 2022. Disponível em:

<https://interventions.withgoogle.com/static/pdf/A_Practical_Guide_to_Prebunking_Misinformation.pdf>.

HARSIN, Jayson. Post-Truth and Critical Communication Studies. *Oxford Research Encyclopedias — Communication*, 2018. Disponível:

<<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.757>>. Acesso em: 31 mai. 2023.

HÅGVAR, Yngve Benestad; ALNÆS, Jørgen. Help Yourself: The Individualization of Responsibility in Current Health Journalism. In: HORNMOEN, Harald (Ed.); FONN, Birgitte Kjos (Ed.); HYDE-CLARKE, Nathalie (Ed.); HÅGVAR, Yngve Benestad (Ed.). *Media Health: The Personal in Public Stories* [e-book]. Oslo, Noruega: Scandinavian University Press, 2020. Disponível em:

<<https://www.idunn.no/doi/book/10.18261/9788215040844-2020>>.

HENRIQUES, Cláudio Maierovitch Pessanha; VASCONCELOS, Wagner. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil.

Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 25-44, ago. 2020. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 mai. 2021.

HENRIQUES, Rafael da Silva Paes. Understanding Objectivity among Brazilian Journalists: What You Intend to Be when You Want to Be Objective. *Brazilian Journalism Research*, v. 17, n. 3, p. 792—831, 2021. Disponível em:

<<https://doi.org/10.25200/BJR.v17n3.2021.1410>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

HEPP, Andreas. From mediatization to deep mediatization. In: FERREIRA, Jairo (Ed.); FAUSTO NETO, Antônio (Ed.); GOMES, Pedro Gilberto (Ed.); BRAGA, José Luiz (Ed.); ROSA, Ana Paula da (Ed.). *Mediatization, Polarization, and Intolerance (Between Environments, Media, and Circulation)* [e-book]. Santa Maria, RS: Facos/UFSM, 2020. p. 23-36. Disponível em:

<<https://www.ufsm.br/editoras/facos/mediatization-polarization-and-intolerance-between-environments-media-and-circulation>>.

HERMIDA, Alfred. Social Journalism: Exploring How Social Media is Shaping Journalism. In: SIAPER, Eugenia (Ed.); VEGLIS, Andreas (Ed.). *The Handbook of Global Online Journalism* [e-book]. Chichester, Inglaterra: Wiley-Blackwell, 2012. p. 309-328.

HERMIDA, Alfred. *Tell Everyone: Why We Share and Why It Matters* [e-book]. Toronto, Canadá: Doubleday Canada, 2014.

HIMMA-KADAKAS, Marju; OJAMETS, Indrek. Debunking False Information: Investigating Journalists' Fact-Checking Skills. *Digital Journalism*, v. 10, n. 5, p. 866-887, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21670811.2022.2043173>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

HINNANT, Amanda; LEN-RÍOS, María E.; YOUNG, Rachel. Journalistic use of exemplar to humanize health news. *Journalism Studies*, v. 14, n. 4, p. 539-554, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1461670X.2012.721633>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

HORA, Lidia Gurgel Neves. A busca da verdade no discurso do jornalismo de checagem. In: SOARES, Luis Eustáqui; BARBOSA, Diana C. de Souza; ZAIDAN, Junia. *O estatuto (contra)colonial da humanidade* [e-book]. Montes Claros, MG: imensa, 2021.

HU, Tung-Hui. *Digital Lethargy: Dispatches from an Age of Disconnection* [e-book]. Cambridge, EUA; Londres, Inglaterra: MIT Press, 2022.

HUMPRECHT, Edda. How Do They Debunk “Fake News”? A Cross-National Comparison of Transparency in Fact Checks. *Digital Journalism*, v. 81, n. 6-8, p. 310-327, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1691031>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

IFCN. Fact-checking Fundamentals with IFCN (Curso on-line). Poynter, 2020a. Disponível em: <<https://www.poynter.org/fact-checking-fundamentals>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IFCN. Guidelines for applications: The IFCN Code of Principles. Poynter, 21 jan. 2020b.

Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1e-A_AmU3B3G8cbC9NfKSY0nH1zfWeH67/view>.

Acesso em: 22 jul. 2021.

IJUIM, Jorge Kanehide. Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo. *Pauta Geral — Estudos em Jornalismo*, v. 10, n. 1, p. 76-93, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.5212/RevistaPautaGeral.v.10.21874>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

JASANOFF, Sheila; SIMMET, Hilton R. No funeral bells: Public reason in a ‘post-truth’ age. *Social Studies of Science*, v. 47, n. 5, p. 751-770, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0306312717731936>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

JOHNSON, R. Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony J. Mixed Methods Research: A Research Paradigm Whose Time Has Come. *Educational Researcher*, v. 33, n. 7, p. 14-26, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.3102/0013189X033007014>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

JUNESTRÖM, Amalia. An emerging genre of contemporary fact-checking. *Journal of Documentation*, v. 77, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/pt/covidwho-991041>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

KIM, Hyun Suk; SUH, Yoo Ji; CHONG, Eunryung; HONG, Hwajung; SONG, Boyoung. Fact-Checking and Audience Engagement: A Study of Content Analysis and Audience Behavioral Data of Fact-Checking Coverage from News Media. *Digital Journalism*, v. 10, n. 5, p. 781-800, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21670811.2021.2006073>>.

KNUUTILA, Aleks; HERASIMENKA, Aliaksandr; AU, Hubert; BRIGHT, Jonathan; HOWARD, Philip N. *Covid-related Misinformation on YouTube: The Spread of Misinformation Videos on Social Media and the Effectiveness of Platform Policies (Data Memo 2020.6)*. Oxford, Inglaterra: Oxford Internet Institute, 2020. Disponível em: <<https://demtech.oii.ox.ac.uk/wp-content/uploads/sites/12/2020/09/YouTube-misinfo-memo.pdf>>.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Blur: How to Know What’s True in the Age of Information Overload* [e-book]. Nova York, EUA; Berlim, Alemanha; Londres, Inglaterra: Bloomsbury, 2011.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *The Elements of Journalism: What Newspeople Should Know and the Public Should Expect* [e-book]. 4 ed. Nova York, EUA: Crown, 2021.

KOLISKA, Michael. Transparency in Journalism. *Oxford Research Encyclopedias — Communication*, 2021. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.883>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

KROPF, Simone Petraglia. Negacionismo científico. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. *Dicionário dos negacionismos no Brasil* [e-book]. Recife, PE: Cepe, 2022.

KROTZ, Friedrich. "Technologies of communication are becoming media". [Entrevista a] Joan R. Rodríguez-Amat. In: SCOLARI, Carlos A. (Ed.); FERNÁNDEZ, José L. (Ed.); RODRÍGUEZ-AMAT, Joan R. (Ed.). *Mediatization(s): Theoretical Conversations between Europe and Latin America* [e-book]. Bristol, Inglaterra; Chicago, EUA: Intellect, 2021. p. 113-123.

KUBIN, Emily; SIKORSKI, Christian von. The role of (social) media in political polarization: a systematic review. *Annals of the International Communication Association*, v. 45, n. 3, p. 188-206, 2021. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1080/23808985.2021.1976070>>. Acesso em: 13 set. 2022.

KRITIKOS, Mihalis. Tackling Mis-and Disinformation in the Context of Scientific Uncertainty: The Ongoing Case of the COVID-19 'Infodemic'. In: TERZIS, Georgios (Ed.); KLOZA, Dariusz (Ed.); KUZELEWSKA, Elzbieta (Ed.); TROTTIER, Daniel (Ed.). *Disinformation and Digital Media as a Challenge for Democracy*. Cambridge, Inglaterra: Intersentia, 202. p. 367-387. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/9781839700422.021>>.

KÜPPERS, Anne; REISER, Marion. Ideological Extremism or Far-Right Attitudes? The Role of Ideology for COVID-19 Scepticism. *Representation*, v. 58, n. 4, p. 481-499, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00344893.2022.2134190>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

KURIYAMA, Masatoshi. Objectivity in Reporting. *Encyclopedia of Applied Ethics*, p. 274-280, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/B978-0-12-373932-2.00403-8>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

LAGE, Nilson. *Controle da opinião pública: um ensaio sobre a verdade inconveniente*. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Disponível em:

<<http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/controle-da-opinioao-publica.pdf>>.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. 3ª ed. Florianópolis, SC: UFSC-Insular, 2001a. Disponível em:

<http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Ideologia_comp_.pdf>.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística* (Série Princípios). 8ª ed. São Paulo, SP: Ática, 2007. Disponível em: <<http://nilsonlage.com.br/linguagem-jornalistica>>.

LAGE, Nilson. *Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística*. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001b. Disponível em:

<<http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>>.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia* (Série Princípios). 1ª ed. São Paulo, SP: Ática, 2011.

LANE, Les L. A reexamination of the canon of objectivity in American journalism. *LSU Master's Theses*, n. 3167, 2001. Disponível em:

<https://repository.lsu.edu/gradschool_theses/3167>. Acesso em: 11 ago. 2021.

LAMBERTS, Rod. Communicating Risk and Uncertainty. In: ROWLAND, Susan (Ed.); KUCHEL, Louise (Ed.). *Teaching Science Students to Communicate: A Practical Guide* [e-book]. Cham, Suíça: Springer, 2023. p. 99-110.

LEANDRO, Paulo Roberto; MEDINA, Cremilda. Jornalismo e interpretação. In: MELO, José Marques de (Org.); ASSIS, Francisco (Org.). *Gêneros jornalísticos: Estudos fundamentais*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC-Rio; São Paulo, SP: Ed. Loyola, 2020. p. 73-81.

LEITE JUNIOR, Edson Francisco. O Fact-checking à Luz da Teoria dos Gêneros Jornalísticos: o Jornalismo Interpretativo e seu Potencial de Educar para as Mídias. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 43., Salvador. Anais [...]. Salvador, Bahia: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação — Intercom, 2020. p. 1-14. Disponível em:

<<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1387-1.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

LELO, Thales Vilela. A midiatização em perspectiva crítica. *Galáxia* (São Paulo), v. 46, p. 1-16, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-2553202148797>>.

LELO, Thales Vilela. The Rise of the Brazilian Fact-checking Movement: Between Economic Sustainability and Editorial Independence. *Journalism Practice*, v. 23, n. 9, p. 1077-1095, 2022a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1461670X.2022.2069588>>.

LELO, Thales Vilela. When a Journalistic Truth-Seeking Tradition Thrives: Examining the Rise of the Brazilian Fact-Checking Movement. *Journalism Practice*, v. , 2022b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17512786.2022.2088603>>.

LENTZ, Richard. The Search for Strategic Silence: Discovering What Journalism Leaves Out. *American Journalism*, v. 8, n. 1, p. 10-26, 1991. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/08821127.1991.10731319>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

LEWANDOWSKY, Stephan et al. *The Debunking Handbook* [ebook]. Skeptical Science, 2020. Disponível em: <<https://sks.to/db2020>>.

LEWANDOWSKY, Stephan; ECKER, Ullrich K. H.; SEIFERT, Colleen M.; SCHWARZ, Norbert; COOK, John. Misinformation and Its Correction: Continued Influence and Successful Debiasing. *Psychological Science in the Public Interest*, v. 13, n. 3, p. 106—131, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1529100612451018>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

LEWANDOWSKY, Stephan; YESILADA, Muhsin. The “Infodemic”, Inoculation, And Insurrections. *CREST Security Review*, 15 out. 2021. Disponível em: <<https://crestresearch.ac.uk/comment/the-infodemic-inoculation-and-insurrections>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

LEWANDOWSKY, Stephan. Free speech, fact checking, and the right to accurate information. *Science*, v. 387, n. 6734, 6 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/full/10.1126/science.adv4632>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

LINDEN, Sander van der. There’s a Psychological ‘Vaccine’ against Misinformation (Opinion). [Entrevista concedida a] Daisy Yuhas. *Scientific American*, 13 mar. 2023. Disponível em:

<<https://www.scientificamerican.com/article/theres-a-psychological-vaccine-against-misinformation>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LISBOA, Silvia; BENETTI, Marcia. Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. *Estudos em Jornalismo e Mídia — EJM*, v. 14, n. 1, p. 51-62, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1984-6924.2017v14n1p51>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

LIU, Brooke Fisher; AUSTIN, Lucinda; LEE, Yen-I; JIN, Yan; KIM, Seoyeon. Telling the tale: The role of narratives in helping people respond to crises. *Journal of Applied Communication Research*, v. 48, n. 3, p. 328—349, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00909882.2020.1756377>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

LOPEZ-GARCIA, Xosé; COSTA-SANCHEZ, Carmen; VIZOSO, Ángel. Journalistic fact-checking of information in pandemic: Stakeholders, hoaxes, and strategies to fight disinformation during the COVID-19 crisis in Spain. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/ijerph18031227>>. Acesso em: 3 out. 2022.

LÜCKMAN, Ana Paula; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. Contexto e contextualização no Jornalismo: uma proposta conceitual. *Estudos em Jornalismo e Mídia — EJM*, v. 14, n. 2, p. 162-174, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1984-6924.2017v14n2p162>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

LUIZ, Olinda do Carmo. Jornalismo científico e risco epidemiológico. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 3, p. 717—726, mai. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000300022>>. Acesso em: 5 mai. 2022.

LUPA. Checar é preciso. Educar também. Lupa, 5 ago. 2020. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/educacao/2020/08/05/checlar-e-educar>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

LUPA. Como a Lupa faz suas checagens? Lupa, 15 out. 2015a. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/institucional/2015/10/15/como-fazemos-nossas-checagens>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

LUPA. Como funciona o modelo de negócios da Lupa? Lupa, 15 out. 2015b. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/institucional/2015/10/15/como-funciona-nosso-modelo-de-negocios>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

LUPA. Conheça as newsletters da Lupa. Lupa, 2 jun. 2022. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/institucional/nossas-newsletters>>. Acesso em: 3 mai. 2023.

LUPA. Entenda as etiquetas da Lupa. Lupa, 15 out. 2015c. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/institucional/2015/10/15/entenda-nossas-etiquetas>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

LUPA. Lupa fecha parceria com Facebook e vai checar posts feitos na plataforma. Lupa, 10 mai. 2018. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/institucional/2018/05/10/verificacao-de-noticias-lupa-facebook>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

LUPA. Quais os riscos e mitos em torno do fact-checking? Lupa, 15 out. 2015d. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/institucional/2015/10/15/os-riscos-do-fact-checking>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

LUPA. Um hub de soluções no combate à desinformação. Lupa, 1 nov. 2015e. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/institucional>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

LUPA. Dengue: Confira o que já checamos sobre falsas receitas milagrosas, remédios e vacina. Lupa, 19 fev. 2024. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2024/02/19/dengue-confira-o-que-ja-checamos-sobre-falsas-receitas-milagrosas-remedios-e-vacina>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

LYONS, Benjamin A.; MEROLA, Vittorio; REIFLER, Jason. How bad is the fake news problem? The role of baseline information in public perceptions. In: GREIFENEDER, Rainer (Ed.); JAFFE, Mariela (Ed.); NEWMAN, Eryn (Ed.); SCHWARZ, Norbert (Ed.). *The Psychology Of Fake News — Accepting, Sharing, And Correcting Misinformation* [e-book]. Londres, Reino Unido e Nova York, EUA: Routledge/Taylor & Francis Group, 2021. p. 11-26.

MACÁRIO, Carol. 10 verdades descobertas pela ciência sobre a Covid-19. Lupa, 3 abr. 2021a. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/04/02/10-verdades-ciencia-Covid-19>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MACÁRIO, Carol. Desinformação sobre máscaras aumentou depois que Bolsonaro defendeu a desobrigação de seu uso. Lupa, 24 jun. 2021b. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/06/24/desinformacao-sobre-mascaras-bolsonaro>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MACÁRIO, Carol. Síndrome pós-Covid: saiba os mitos e verdades da condição que pode afetar até 70% dos recuperados. Lupa, 26 mai. 2021c. Disponível em:

<<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/05/26/sindrome-pos-covid>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MACÁRIO, Carol. Vacinas da Covid são eficazes e seguras para crianças; veja o que dizem especialistas e ciência. Lupa, 18 jan. 2024. Disponível em:

<<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2024/01/18/vacinas-da-covid-sao-eficazes-e-seguras-para-criancas-veja-o-que-dizem-especialistas-e-ciencia>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

MACHADO, Dayane Fumiyo Tokojima; SIQUEIRA, Alexandre Fioravante; GITAHY, Leda. Natural Stings: Selling Distrust About Vaccines on Brazilian YouTube. *Frontiers in Communication*, v. 5, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3389/fcomm.2020.577941>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MACHADO, Dayane Fumiyo Tokojima. Entrevista: a epidemia da desinformação.

[Entrevista concedida a] Renata Fontanetto. Museu da Vida — Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, dez. 2020. Disponível em:

<<https://www.museudavida.fiocruz.br/index.php/noticias/1587-entrevista-a-epidemia-da-desinformacao>>. Acesso em: 1 mar. 2023.

MANNINEN, Ville J. E. Sourcing practices in online journalism: an ethnographic study of the formation of trust in and the use of journalistic sources. *Journal of Media Practice*, v. 18, n. 2-3, p. 212-228, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14682753.2017.1375252>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MANTZARLIS, Alexios. Verificação dos fatos. IRETON, Cherilyn (Ed.); POSETTI, Julie (Ed.). *Jornalismo, fake news & desinformação: Manual para educação e treinamento em jornalismo (Série Unesco sobre Educação em Jornalismo)* [e-book]. Trad. Sarah Rebouças Reedman. Paris, França: Unesco — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2019. p. 87-102.

MANTZARLIS, Alexios. Will verification kill fact-checking? Poynter, 21 out. 2015.

Disponível em:

<<https://www.poynter.org/fact-checking/2015/will-verification-kill-fact-checking>>. Acesso em: 9 abr. 2023.

MARAS, Steven. *Objectivity in journalism* [ebook]. Cambridge, Inglaterra: Polity, 2013.

MARÉS, Chico. Desinformação foi usada para deslegitimar isolamento social durante a pandemia. Lupa, 10 set. 2020. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/09/10/coronaverificado-isolamento>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. A Latin American perspective on communication/cultural mediation. *Global Media and Communication*, v. 2, n. 3, p. 279—297, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/17427665060695>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Populism and Critical Incidents in Journalism: Has Bolsonaro Disrupted the Mainstream Press in Brazil? *The International Journal of Press/Politics*, p. 1-22, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/19401612231153110>>. Acesso em: 3 fev. 2023.

MARTIN, Fiona. In the Suicide Forest: How Social Media News Sharing Is Affecting News Journalism. In: MARTIN, Fiona; DWYER, Tim. *Sharing News Online: Commendary Cultures and Social Media News Ecologies* [e-book]. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan, 2019. p. 1—19. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-17906-9_6>.

MARTIN, Nora. *Information Verification in the Digital Age: The News Library Perspective* [e-book]. Cham, Suíça: Springer, 2016.

MARTÍNEZ-COSTA, Maria-Pilar; LÓPEZ-PAN, Fernando; BUSLÓN, Nataly; SALAVERRÍA, Ramón. Nobody-fools-me perception: Influence of Age and Education on Overconfidence About Spotting Disinformation. *Journalism Practice*, out. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17512786.2022.2135128>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MARTÍNEZ-GARCÍA, Luisa; FERRER, Iliana. Fact-Checking Journalism: A Palliative Against the COVID-19 Infodemic in Ibero-America. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, p. 237—264, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/10776990231164168>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Métodos de pesquisa em comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MARTINS, Laís. Ministério da Justiça avança para responsabilizar redes sociais. Núcleo, 26 jan. 2023. Disponível em:

<<https://nucleo.jor.br/curtas/2023-01-26-mj-entrega-ao-planalto-propostas-para>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

MASSARANI, Luisa; MENDES, Ione Maria; FAGUNDES, Vanessa; POLINO, Carmelo; CASTELFRANCHI, Yuri; MAAKAROUN, Bertha. Confiança, atitudes, informação: um estudo sobre a percepção da pandemia de COVID-19 em 12 cidades brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 8, ago. 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csc/a/kSCvFtj9h6hcNdXRWVTkPPn/?lang=pt>>. Acesso em: 1 abr. 2022.

MATTES, Kyle; REDLAWSK, David P. Voluntary Exposure to Political Fact Checks. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, V. 97, n. 4, p. 1-23, 2020. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1177/1077699020923603>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. *Relações Internacionais*, n. 73, p. 25-39, mar. 2022. Disponível em:

<<https://doi.org/10.23906/ri2022.73a03>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MCCHESENEY, Robert W. The Struggle for Democratic Media: Lessons from the North and from the Left. In: VIVARES, Ernesto (Ed.); MARTENS, Cheryl (Ed.); MCCHESENEY, Robert W. (Ed.). *The international political economy of communication: media and power in South America* [e-book]. Londres, Inglaterra: Palgrave MacMillan, 2014. p. 11-30.

MCGINNIS, John O. Age of the Empirical. *Policy Review*, n. 137, p. 46-58, jun./jul. 2006. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=910544>>. Acesso em: 5 jan. 2023.

MCNAIR, Brian. The truth is out there, somewhere (Representativeness). *Journalism*, v. 20, n. 1, p. 222-225, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1464884918807610>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MEDINA-LAVERÓN, Mercedes; SÁNCHEZ-TABERNERO, Alfonso; BREINER, James. Some viable models for digital public-interest journalism. *Profesional de la información*, v.

30, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.3145/epi.2021.ene.18>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

MEDINA, Cremilda. *Ciência e jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo, SP: Summus Editorial, 2008a.

MEDINA, Cremilda. *Entrevista: O diálogo possível*. São Paulo, SP: Ática, 2008b.

MEDINA, Cremilda. Poética da interpretação. In: MELO, José Marques de (Org.); ASSIS, Francisco (Org.). *Gêneros jornalísticos: Estudos fundamentais*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC-Rio; São Paulo, SP: Ed. Loyola, 2020. p. 82-92.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. In: MELO, José Marques de (Org.); ASSIS, Francisco (Org.). *Gêneros jornalísticos: Estudos fundamentais*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC-Rio; São Paulo, SP: Ed. Loyola, 2020. p. 255-269.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* — BOCC, p. 1—13, 1997. Disponível em: <<https://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MEIER, Klaus. Transparency in Journalism: Credibility and trustworthiness in the digital future. In: THE FUTURE OF JOURNALISM CONFERENCE, set. 2009, Cardiff, País de Gales. Actas [...]. Cardiff: Cardiff University, 2009. Disponível em: <<http://www0.caerdydd.ac.uk/jomec/resources/foj2009/foj2009-Meier.pdf>>.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom* — Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 39, n. 1, p. 39—56, jan. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-5844201613>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

MELO, José Marques de. O que é jornalismo? É possível entender através dos gêneros. [Entrevista concedida a] Lia Seixas. Blog Gêneros Jornalísticos, 7 mai. 2008. Disponível em: <<http://generos-jornalisticos.blogspot.com/2008/05/o-que-jornalismo-possvel-entender.html>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

MENA, Paul. Cleaning up social media: the effect of warning labels on likelihood of sharing false news on Facebook. *Policy & Internet — P&I*, p. 1-19, 2019a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/poi3.214>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

MENA, Paul. Principles and boundaries of fact-checking: journalists' perceptions. *Journalism Practice*, v. 3, n. 6, p. 657-672, 2019b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17512786.2018.1547655>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

META. Facebook lança produto de verificação de notícias no Brasil em parceria com Aos Fatos e Agência Lupa. Meta, About, 10 mai. 2018. Disponível em: <<https://about.fb.com/br/news/2018/05/facebook-lanca-produto-de-verificacao-de-noticias-no-brasil-em-parceria-com-aos-fatos-e-agencia-lupa>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

METZ, Thaddeus. African Ethics and Journalism Ethics: News and Opinion in Light of Ubuntu. *Journal of Media Ethics*, v. 30, n. 2, p. 74-90, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/23736992.2015.1020377>>. Acesso em: 18 set. 2022.

MEYER, Philip. *Precision Journalism: A Reporter's Introduction to Social Science Methods* [e-book]. 4ª ed. Lanham/Boulder/Nova York, EUA; Toronto, Canadá; Plymouth, Inglaterra: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

MEYERS, Christopher. Journalistic Ethics. In: LAFOLLETTE, Hugo (Ed.). *The International Encyclopedia of Ethics*. Nova Jersey, EUA: John Wiley & Sons, 2015. Disponível em: <[doi:10.1002/9781444367072.wbiee0](https://doi.org/10.1002/9781444367072.wbiee0)>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MINTZ, André Goes. Midiatização e plataformação: aproximações. *Novos Olhares*, v. 8, n. 2, p. 98-109, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/150347>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MISSAU, Lucas Durr. Fact-checking en Latinoamérica: Elementos del chequeo de la desinformación en la pandemia de Covid. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, v. 13, n. 1, p. 228—245, 2024. Disponível em: <<https://revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/502>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

MONARI, Ana Carolina; SANTOS, Allan; SACRAMENTO, Igor. COVID-19 and (hydroxy)chloroquine: a dispute over scientific truth during Bolsonaro's weekly Facebook live streams. *Journal of Science Communication — JCom*, v. 19, n. 7, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22323/2.19070203>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

MORAIS, Ricardo. GRAFOLIN, Tâmelá. Publicar primeiro, verificar depois?: uma reflexão sobre a credibilidade do jornalismo e o papel das organizações de verificação de fatos. *Eco-Pós*, v. 26, n. 3, p. 223—248, 2023. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28000>. Acesso em: 8 nov. 2024.

MORAES, Maurício. Chás, óleos, sêmen e veneno: cultura influencia desinformação sobre curas para Covid-19. *Lupa*, 9 junho. 2020a. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/06/09/coronaverificado-receitas-caseiras>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MORAES, Maurício. Na pandemia de Covid-19, desinformação circula nas redes disfarçada de ciência. *Lupa*, 30 jul. 2020b. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/30/coronaverificado-desinformacao-ciencia>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MORAES, Maurício. Painel de notificações da Anvisa não 'prova' que vacinas contra Covid-19 são perigosas. *Lupa*, 2 mar. 2021. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/03/02/painel-notificacoes-anvisa-vacinas-Covid-19>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MORENO, Ángeles; FUENTES-LARA, Cristina; NAVARRO, Cristina. Covid-19 communication management in Spain: Exploring the effect of information-seeking behavior and message reception in public's evaluation. *El Profesional de la Información*, v. 29, n. 4, 2020. Disponível em: <<https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2020.jul.02>>. Acesso em: 9 out. 2022.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em Tempo Real — O Fetiche da Velocidade*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2002.

MORETZSOHN, Sylvia. O joio, o trigo, os filtros e as bolhas: uma discussão sobre fake news, jornalismo, credibilidade e afetos no tempo das redes. *Brazilian Journalism Research*,

Brasília, v. 15, n. 3, p. 574-597, dez. 2019. Disponível em:

<<https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1188>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano; do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2007.

MOURA, Thalita Albano Duarte; COSTA, Livia Maria da Silva; SILVA, Karolene Veras da; RÊGO, Ana Regina. O jornalismo em transformação. *Brazilian Journal of Development*, v. 9, n. 1, p. 28—44, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv9n1-003>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

NATAHNSON, Graciela; MORALES, Susana; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva.

Colonialismo de dados e apropriação das tecnologias digitais: articulações e propostas a partir de uma perspectiva feminista. *Fronteiras*, v. 24, n. 3, p. 21-34, set./dez. 2022. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/25698>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

NEE, Rebecca C. Youthquakes in a Post-Truth Era: Exploring Social Media News Use and Information Verification Actions Among Global Teens and Young Adults. *Journalism & Mass Communication Educator*, v. 74, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1077695818825215>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; ROBERTSON, Craig T.; EDDY, Kirsten; NIELSEN, Rasmus Kleis. Reuters Institute Digital News Report 2022. Oxford, Inglaterra: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2022. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022>>.

NEWMAN, Nic. Journalism, Media, and Technology Trends and Predictions 2023 (Digital News Project). Oxford, Inglaterra: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2023. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/journalism-media-and-technology-trends-and-predictions>>.

NEWMAN, Nic. The rise of social media and its impact on mainstream journalism: A study of how newspapers and broadcasters in the UK and US are responding to a wave of participatory social media, and a historic shift in control towards individual consumers

(Working paper). Reuters Institute for the Study of Journalism, 2009. Disponível em: <<https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:a980df14-1b49-401b-a136-78d47ab76cdc>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

NGUYEN, C. Thi. Echo Chambers and Epistemic Bubbles. *Episteme*, v. 17, n. 2, p. 141-161, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/epi.2018.32>>. Acesso em: 4 jun. 2022.

NICHOLS, Tom. *The Death of Expertise: The Campaign against Established Knowledge and Why It Matters* [e-book]. Nova York, EUA: Oxford University Press, 2017.

NIELSEN, Rasmus Kleis; SCHULZ, Anne; FLETCHER, Richard. An ongoing infodemic: How people in eight countries access news and information about Coronavirus a year into the pandemic. Instituto Reuters, 27 mai. 2021. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/ongoing-infodemic-how-people-eight-countries-access-news-and-information-about-coronavirus-year>>.

NIELSEN, Rasmus Kleis. Digital News as Forms of Knowledge: A New Chapter in the Sociology of Knowledge. In: BOCZKOWSKI, Pablo J. (Ed.); ANDERSON, Christopher W. (Ed.). *Remaking the News: Essays on the Future of Journalism Scholarship in the Digital Age* [e-book]. Cambridge, EUA; Londres, Inglaterra: The MIT Press, 2017. p. 91-110.

NIEMINEN, Sakari; RAPELI, Lauri. Fighting Misperceptions and Doubting Journalists' Objectivity: A Review of Fact-checking Literature. *Political Studies Review*, v. 17, n. 3, p. 296-309, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1478929918786852>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

NORDENSTRENG, Kaarle. Mass communication. In: BROWNING, Gary (Ed.); HALCLI, Abigail (Ed.); WEBSTER, Frank (Ed.). *Understanding Contemporary Society: Theories of the Present* [e-book]. Londres, Inglaterra; Thousand Oaks, EUA; Nova Délhi, Índia: SAGE Publications, 2000. p. 328-342.

O'DONNELL, Penny. Journalism, change and listening practices. *Continuum — Journal of Media & Cultural Studies*, v. 23, n. 4, p. 503-517, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10304310903015720>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

OELDORF-HIRSCH, Anne; SCHMIERBACH, Mike APPELMAN, Alyssa; BOYLE, Michael P. The Ineffectiveness of Fact-Checking Labels on News Memes and Articles. *Mass Communication and Society*, v. 23, n. 5, p. 682-704, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/15205436.2020.1733613>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

OLIVEIRA, Fabíola de. *Jornalismo científico* (Coleção Comunicação). São Paulo, SP: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, José Aparecido de; EPSTEIN, Isaac. Tempo, ciência e consenso: os diferentes tempos que envolvem a pesquisa científica, a decisão política e a opinião pública. *Interface — Comunicação, Saúde, Educação*, v. 13, n. 29, p. 423—433, abr. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832009000200014>>. Acesso em: 17 out. 2020.

OLIVEIRA, Thaiane Moreira de. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. *Liinc em Revista*, v. 16, n. 2, p. 1-23, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5374>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

OLIVEIRA, Thaiane Moreira de. Miatização da ciência: reconfiguração do paradigma da comunicação científica e do trabalho acadêmico na era digital. *MATRIZES*, v. 12, n. 3, p. 101-126, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p101-126>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

OLIVEIRA, Thaiane Moreira de. Populismo científico. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. *Dicionário dos negacionismos no Brasil* [e-book]. Recife, PE: Cepe, 2022.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. Defeating the merchants of doubt (Opinion). *Nature*, v. 465, n. 10, jun. p. 686-687, 2010. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/465686a>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

ORESQUES, Naomi. *Why trust science?* [e-book]. Princeton, EUA: Princeton University Press, 2021.

ÖRSEK, Baybars; FERHAT, Ozsoy. IFCN's Code of Principles Transparency Report for 2020. IFCN, 25 dez. 2020. Disponível em:

<<https://ifencodeofprinciples.poynter.org/know-more/code-of-principles-1st-year-a-report>>.

Acesso em: 17 mar. 2022.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto; ZEINE, Leonardo. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. *Opinião Pública* [online]. 2022, v. 28, n. 1, p. 62-91. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/1807-0191202228162>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

OTTO, Lukas P.; GLOGGER, Isabella. Hard and Soft News. In: VOS, Tim P. (Ed.); HANUSCH, Folker (Ed.). *The International Encyclopedia of Journalism Studies*. Hoboken, EUA: John Wiley & Sons; International Communication Association (ICA), 2019. p. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9781118841570>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

PAGANOTTI, Ivan. Checagem de fatos como crítica de mídia: critérios e potenciais formativos da verificação jornalística. *RuMoRes*, v. 17, n. 33, p. 256—276, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2023.212866>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

PALACIOS, Marcos. Fake news e a emergência das agências de checagem: terceirização da credibilidade jornalística? In: MARTINS, Moisés de Lemos (Ed.); MACEDO, Isabel (Ed.). *Políticas da língua, da comunicação e da cultura no espaço lusófono* [e-book]. Vila Nova de Famalicão, Portugal: Húmus, 2019. p. 77-90. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/62825>>.

PANDITA, Ramesh. Information Pollution, a Mounting Threat: Internet a Major Causality. *Journal of Information Science Theory and Practice — JISTaP*, v. 2, n. 4, p. 49-60, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1633/JISTaP.2014.2.4.4>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você* [e-book]. Trad. de Diego Alfaro. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2012.

PASQUIM, Heitor; OLIVEIRA, Marcos; SOARES, Cássia Baldini. Fake news sobre drogas: pós-verdade e desinformação. *Saúde e Sociedade* [on-line], v. 29, n. 2, p. 1-13, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190342>>. Acesso em: 3 jan. 2024.

PATY, Michel. A ciência e as idas e voltas do senso comum. Trad. de Maria Aparecida Corrêa-Paty. *Scientiae Studia*, v. 1, n. 1, p. 9—26, mar. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-31662003000100002>>. Acesso em: 1 jan. 2024.

PAUL, Dairan; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Cuidado, virtude e dilemas morais nas práticas de não-jornalistas. *Intercom — Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 43, n. 1, p. 21-36, jan. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-5844202011>>. Acesso em: 6 mai. 2023.

PAULA, Nilson Maciel de; PEREIRA, Wellington; GIORDANI, Rubia Carla Formighieri. A COVID-19 em meio a uma “tempestade perfeita” no capitalismo neoliberal: reflexões críticas sobre seus impactos no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 3, p. 761—770, mar. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232023283.10262022>>. Acesso em: 20 set. 2023.

PEREIRA, Clarissa Josgrilberg. Cibergêneros nos webjornais brasileiros: um estudo dos dez principais veículos. *Intexto*, n. 52, abr. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.19132/1807-8583202152.90530>>. Acesso em: 1 out. 2022.

PEZZINI, Isabella; TERRACCIANO, Bianca. Negationist rhetoric and post-truth figures. Transversal research in social media in the COVID-19 era. *Estudos Semióticos*, v. 18, n. 2, ago. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.194839>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PHILLIPS, Angela. Journalists as Unwilling ‘Sources’: Transparency and the New Ethics of Journalism. In: FRANKLIN, Bob (Ed.); CARLSON, Matt (Ed.). *Journalists, Sources, and Credibility: New Perspectives* [e-book]. Nova York, EUA: Routledge, 2011.

PHILLIPS, Angela. Transparency and the new ethics of Journalism. *Journalism Practice*, v. 4, n. 3, p. 373-382, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17512781003642972>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

PHILLIPS, Whitney. You’re Fake News: The Problem with Accusations of Falsehood. In: ZIMDARS, Melissa (Ed.); MCLEOD, Kembrew McLeod (Ed.). *Fake News: Understanding Media and Misinformation in the Digital Age* [e-book]. MIT Press, 2020.

PIAIA, Victor; ALMEIDA, Sabrina; DOURADO, Tatiana; CANAVARRO, Marcela; DIENSTBACH, Dalby; CORDEIRO, Maria Sirdedy; SILVA, Lucas Roberto da; CARVALHO, Danilo. Science For All? Relating Actors, Links, and Discourses with (Fake) Scientific Claims About COVID-19 on Twitter. *Canadian Journal of Communication*, v. 48, n. 3, p. 581-608, 2023. Disponível em:

<<https://cjc.utppublishing.com/doi/10.3138/cjc-2022-0060>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

PIMENTEL, Aldenor da Silva; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. Newsmaking in Portuguese: uma discussão das hipóteses de Gaye Tuchman no contexto brasileiro.

Comunicação & Informação, Goiânia, Goiás, v. 15, n. 2, p. 116—132, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ci/article/view/23116>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

PINTO, Pâmela; MAGALHÃES, Eleonora de. O enfrentamento à desinformação sobre saúde pública no Brasil: registros entre 2020 e 2022. *Eco-Pós*, v. 26, n. 1, p. 140-167, 2023.

Disponível em: <<https://orcid.org/0000-0002-4566-0833>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

PIOTRKOWICZ, Alicja; DIMITROVA, Vania; OTTERBACHER, Jahna; MARKERT, Katja. Headlines Matter: Using Headlines to Predict the Popularity of News Articles on Twitter and Facebook. *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media*, v. 11, n. 1, p. 656-659, 2017. Disponível em:

<<https://ojs.aaai.org/index.php/ICWSM/article/view/14951>>. Acesso em: 11 set. 2023.

PORLEZZA, Colin. Accuracy in Journalism. *Oxford Research Encyclopedias — Communication*, 2019. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.773>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

POSETTI, Julie; MATTHEWS, Alice. *A short guide to the history of 'fake news' and disinformation: a learning module for journalists and journalism educators*. Washington, DC, EUA: International Center for Journalists — ICFJ, 2018. Disponível em:

<<https://www.icfj.org/news/short-guide-history-fake-news-and-disinformation-new-icfj-learning-module>>. Acesso em: 7 jul. 2022.

PRADO, Ana. Pistas para problematizar a relação entre o ecossistema desinformativo e o jornalismo. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). *Credibilidade jornalística* [e-book]. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2024. p. 96-117.

PROCTOR, Robert N. Agnotology: A Missing Term to Describe the Cultural Production of Ignorance (and Its Study) (Prefácio). In: PROCTOR, Robert N. (Ed.); SCHIEBINGER, Londa (Ed.). *Agnotology: the making and unmaking of ignorance* [e-book]. Stanford, EUA: Stanford University Press, 2008.

QUEIROZ, Luan de Oliveira; CASSUCE; Francisco Carlos da Cunha; CIRINO, Jader Fernandes. Os efeitos da demissão do chefe de família sobre o acesso dos seus dependentes ao ensino superior. *Planejamento e Políticas Públicas*, [S. l.], n. 50, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/821>>.

QUEIROZ, Gustavo. Covid-19 é pano de fundo para ataques políticos a opositores no Brasil e nos EUA. Lupa, 14 jul. 2020a. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/14/coronaverificado-ataques-politicos>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

QUEIROZ, Gustavo. Na pandemia, enquanto milhões de médicos salvam vidas, minoria compartilha desinformação. Lupa, 3 set. 2020b. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/09/03/coronaverificado-medicos>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

QUINTANILHA, Tiago Lima. Uma nova forma de precariedade (da prática)? A Descompetencialização Profissional no centro do sequestro da qualidade no jornalismo. *Comunicação e sociedade*, v. 44, p. 1-19, 2023. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cs/9928>>. Acesso em: 8 fev. 2025.

RADU, Roxana. Fighting the "infodemic": Legal Responses to COVID-19 Disinformation. *Social Media + Society*, jul./set. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/2056305120948190>>. Acesso em: 9 ago. 2022.

REICH, Zvi. Source credibility as a journalistic work tool. In: FRANKLIN, Bob (Ed.); CARLSON, Matt (Ed.). *Journalists, Sources, and Credibility: New Perspectives* [e-book]. Nova York, EUA: Routledge, 2011. p. 19-36.

REKKER, Roderik. The nature and origins of political polarization over science. *Public Understanding of Science — PUS*, v. 30, n. 4; p. 352—368, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0963662521989193>>. Acesso em: 27 out. 2022.

RESENDE, Gustavo; MELO, Philipe; SOUSA, Hugo; MESSIAS, Johnnatan; VASCONCELOS, Marisa; ALMEIDA, Jussara; BENEVENUTO, Fabrício. (Mis)Information dissemination in WhatsApp: Gathering, Analyzing and Countermeasures. In: WORLD WIDE WEB CONFERENCE — WWW, 19, 2019, São Francisco. Proceedings [...] São Francisco, EUA: *Association for Computing Machinery — ACM*, 2019. p. 818—828. Disponível em: <<https://doi.org/10.1145/3308558.3313688>>. Acesso: 12 jun. 2022.

RILEY, Matthew. To reach a wider audience, expand fact-checking to broadcast news. IJNet, 2 abr. 2019. Disponível em: <<https://ijnet.org/en/story/reach-wider-audience-expand-fact-checking-broadcast-news>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ROCHA, Larissa; PREZIA, Ligia; MELO, Luísa; LOBÃO, Raquel. Desinformação e ficção televisiva seriada: uma discussão sobre o papel da mídia na construção social da realidade. In: PRATA, Nair (Org.); JACONI, Sônia (Org.); GABRIOTI, Rodrigo (Org.); NASCIMENTO, Genio (Org.); ANDRÉ, Hendry (Org.); MATOS, Silvio Simão de (Org.). *Comunicação e ciência: reflexões sobre a desinformação* [e-book]. São Paulo, SP: Intercom, 2022. p. 371-397. Acesso em: 17 fev. 2023.

RODRÍGUEZ-PÉREZ, Carlos; PANIAGUA-ROJANO, Francisco J.; MAGALLÓN-RONSA, Raúl. Debunking Political Disinformation through Journalists' Perceptions: An Analysis of Colombia's Fact-Checking News Practices. *Media and Communication*, v. 9, n. 1, p. 264-350, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.17645/mac.v9i1.3374>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

RODRÍGUEZ-PÉREZ, Carlos; SEIBT, Taís; MAGALLÓN-ROSA, Raúl; PANIAGUA-ROJANO, Francisco Javier; CHACÓN-PEINADO, Sonia. Purposes, principles, and difficulties of fact-checking in Ibero-America: Journalists' Perceptions. *Journalism Practice*, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17512786.2022.2124434>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

RODRÍGUEZ-PÉREZ, Carlos; SEIBT, Taís. The Brazilian fact-checkers criteria: an analysis of the guiding purposes, principles, and routines of this journalistic practice. *Brazilian Journalism Research*, v. 18, n. 2, p. 350-173, mai./ago. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v18n2.2022.1497>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

RODRÍGUEZ-PÉREZ, Carlos. Una reflexión sobre la epistemología del fact-checking journalism: retos y dilemas. *Revista de Comunicación*, v. 19, n. 1, p. 243—258, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.26441/RC19.1-2020-A14>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

RÜDIGER, Francisco. *As teorias da Cibercultura: perspectivas, questões e autores* [e-book]. 2ª ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2013.

SAAD, Elizabeth. Reflexões sobre ontologias jornalísticas no contexto de desinformação e crises sistêmicas. *Fronteiras — Estudos Midiáticos*, v. 23, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.4013/fem.2021.232.05>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SALGADO, Susana; STRÖMBÄCK, Jesper. Interpretive journalism: A review of concepts, operationalizations and key findings. *Journalism*, v. 13, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1464884911427797>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SALGADO, Susana; STRÖMBÄCK, Jesper; AALBERG, Toril; ESSER, Frank. Interpretive journalism. In: VREESE, Claes de (Ed.); ESSER, Frank (Ed.); HOPMANN, David Nicolas (Ed.). *Comparing Political Journalism* [e-book]. New York, EUA: Routledge, 2017. p. 50—70.

SAMPAIO, Denise Braga; LIMA, Izabel França de; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. Estratégias fact-checking no combate a fake news: análises informacional e tecnológica no E-farsas e Boatos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO — ENANCIB, 19., 2018, Londrina. Anais... Londrina, PR: UEL, 2018. p. 1665-1685.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. *Análise de conteúdo categorial: Manual de aplicação* [Coleção Metodologias de Pesquisa]. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SAMPLE, Char; JENSEN, Michael J.; SCOTT, Keith; MCALANEY, John; FITCHPATRICK, Steve; BROCKINTON, Amanda; ORMROD, David; ORMROD, Amy. Interdisciplinary Lessons Learned While Researching Fake News. *Frontiers in Psychology*, v. 11, p. 1-22, dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.537612>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SANTOS, Denise Bibiano Becker. Transparência como valor e prática: contribuições do Projeto Credibilidade para o jornalismo brasileiro. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 242 p., 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229803>>. Acesso em: 1 jan. 2023.

SANTOS, Kassia Nobre dos. A rede de checagem da agência Lupa. *Estudos em Jornalismo e Mídia* — EJM, v. 16, n. 2, p. 59-73, jul./dez. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p59>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SCHÄFFER, Maximilian. Science journalism and fact checking [Comentário]. *Journal of Science Communication* — JCom, v. 10, n. 4, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.22323/2.10040302>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

SCHURIG, Sofia; SPAGNUOLO, Sérgio. Relatório de transição propõe que governo monitore extremismo nas redes. Núcleo, 14 dez. 2020. Disponível em: <<https://nucleo.jor.br/reportagem/2022-12-14-relatorio-gt-lula-extremismo-nas-plataformas>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SEATON, Jean; SIPPITT, Amy; WORTHY, Ben. Fact Checking and Information in the Age of Covid. *The Political Quarterly*, v. 91, n. 3, jul./set. 2020. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/en/covidwho-744677>>. Acesso em: 18 mai. 2023.

SEBBAH, Brigitte; SIRE, Guillaume; SMYRNAIOS, Nikos. Jornalismo e plataformas: da simbiose à dependência. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, v. 9, n. 1, p. 18-23, 15 jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25200/SLJ.v9.n1.2020.415>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SEIBT, Taís; DANNENBERG, Murilo. Pandemia, desinformação e discurso autoritário: os sentidos das declarações de Jair Bolsonaro no Twitter a partir de checagens do Aos Fatos.

Liinc em Revista, v. 17, n. 1, p. 1-27, 2021. Disponível em:

<<https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5687>>. Acesso em: 8 nov. 2022.

SEIBT, Taís. Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de fact-checking no Brasil.

2019. 265 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/193359>>.

Acesso em: 27 jul. 2020.

SEIBT, Taís. Limites e possibilidades do fact-checking como prática social para aperfeiçoar a

democracia: o Truco nos Estados nas eleições brasileiras de 2018. *index.comunicación*, v. 10, n. 2, p. 115-141, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.33732/ixc/10/02Limite>>. Acesso

em: 28 jul. 2020.

SEIBT, Taís; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. Transparência como princípio

normativo do jornalismo: a prática de fact-checking no Brasil. *Comunicação Pública*, v. 14, n. 27, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/cp.4806>>. Acesso em: 1 set. 2022.

SEIXAS, Lia. Por uma outra classificação: redefinição de gênero jornalístico. In: MELO, José

Marques de (Org.); ASSIS, Francisco (Org.). *Gêneros jornalísticos: Estudos fundamentais*.

Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC-Rio; São Paulo, SP: Ed. Loyola, 2020. p. 311-327.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Morte e vida da imprensa. Observatório da Imprensa, n. 954,

15 ago. 2017. In: VARONI, Pedro (Org.); OLIVEIRA, Lucy (Org.). *Observatório da*

Imprensa: Uma antologia da crítica de mídia no Brasil de 1996 a 2018 [e-book]. 1a ed. São Paulo, SP: Editora Casa da Árvore, 2018.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado. Surveillance of the watchmen: analytics of mediatization

and newsworthiness. In: FERREIRA, Jairo (Ed.); FAUSTO NETO, Antônio (Ed.); GOMES,

Pedro Gilberto (Ed.); BRAGA, José Luiz (Ed.); ROSA, Ana Paula da (Ed.). *Mediatization,*

Polarization, and Intolerance (Between Environments, Media, and Circulation) [e-book].

Santa Maria, RS: Facos/UFSM, 2020. p. 159-176. Disponível em:

<<https://www.ufsm.br/editoras/facos/mediatization-polarization-and-intolerance-between-environments-media-and-circulation>>. Acesso em: 14 mai. 2022.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSINO, João Francisco (Org.); SOUZA, Joyce (Org.); SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (Org.). *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal* [e-book]. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2022.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Desinformação acima de tudo, espetáculo acima de todos. [Entrevista a] Luiz Alberto de Farias e Valéria de Siqueira Castro Lopes. *Organicom*, v. 17, n. 34, p. 94-100, 2021. Disponível em:

<<https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.181383>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

SINGER, Jane. Fact-Checkers as Entrepreneurs: Scalability and sustainability for a new form of watchdog journalism. *Journalism Practice*, v. 12, n. 8, p. 1070-1080, 2018. Disponível: <<https://doi.org/10.1080/17512786.2018.1493946>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SMOLENSKI, Natalie. How do we know what is true? In: GRECH, Alex (Ed.). *Media, Technology and Education in a Post-Truth Society* [e-book]. Bingley, Inglaterra: Emerald Publishing Limited, 2021. p. 271-276.

SOARES, Felipe; RECUERO, Raquel. How the mainstream media help to spread disinformation about Covid19. *M/C Journal*, v. 24, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5204/mcj.2735>>. Acesso em: 7 mai. 2023.

SODRÉ, Muniz. *A sociedade incivil: mídia, iliberalismo e finanças* [e-book]. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

SODRÉ, Muniz. Mídia, ideologia e financeirização. *Oficina do Historiador*, v. 8, n. 1, p. 135—157, 2015. Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/18591>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SODRÉ, Muniz. O facto falso: do factóide às fake news. in: FIGUEIRA, João (Org.); SOUSA, João Figueira de (Org.); SANTOS, Sílvio Correia (Org.). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade* [e-book]. Coimbra, Portugal: Coimbra

University Press, 2019. Disponível em: <<https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/67859>>. p. 87-100.

SOUSA, Jorge Pedro. Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. *Pauta Geral*, v. 10, n.5, p. 23-45, 2003. Disponível em: <<https://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.html>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SPAGNUOLO, Sérgio. Big tech está a todo vapor contra o PL das Fake News. Núcleo, 1 mai. 2023. Disponível em: <<https://nucleo.jor.br/curtas/2023-05-01-meta-desce-a-lenha-tem-texto-mais-recente-do-pl-da-s-fake-news>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SPONHOLZ, Liriam; ÖZVATAN, Özgür. Cas Mudde: “O termo populismo não é apenas um eufemismo. Falta-lhe clareza e temos termos melhores para descrever o mesmo fenômeno”. *Mídia & Cotidiano*, v. 18, n. 1, jan./abr. 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/rmc.v18i1.61371>>. Acesso em: 8 nov. 2024.

SPONHOLZ, Liriam. As objetividades do jornalista brasileiro. *Líbero*, n. 21, jun. 2008. Disponível em: <<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/602>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

STRYDHORST, Natasha A.; LANDRUM, Asheley R. Charting cognition: Mapping public understanding of COVID-19. *Public Understanding of Science — PUS*, v. 31, n. 5, p. 534-552, jul. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/09636625221078462>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

SWART, Joëlle; KORMELIN, Tim Groot; MEIJER, Irene Costera; BROERSMA, Marcel. Advancing a radical audience turn in Journalism. Fundamental dilemmas for journalism studies. *Digital Journalism*, v. 10, n. 1, p. 8-22, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21670811.2021.2024764>>. Acesso em: 9 set. 2023.

TANDOC JR., Edson C.; LIM, Zheng Wei; LING, Richard. Defining “Fake News”: A typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

TANDOC JR., Edson C. Contextualizing fake news — Can online falsehoods spread fast when internet is slow? In: WASSERMAN, Herman (Ed.); MADRID-MORALES, Dani. *Disinformation in the Global South* [e-book]. Hoboken, EUA: John Wiley & Sons, 2022. p. 3-13.

TANDOC JR., Edson C.; LING, Richard; WESTLUND, Oscar; DUFFY, Andrew; GOH, Debbie; WEI, Lim Zheng. Audiences' acts of authentication in the age of fake news: A conceptual framework. *New Media & Society*, v. 20, n. 8, p. 2745—2763, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1461444817731756>>. Acesso em: 12 fev. 2024.

TARDÁGUILA, Cristina. "How fact-checkers are fighting coronavirus misinformation worldwide". [Entrevista concedida a] Eduardo Suárez. Reuters Institute, 31 mar. 2020. Disponível em:

<<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/news/how-fact-checkers-are-fighting-coronavirus-misinformation-worldwide>>.

TARDÁGUILA, Cristina. #SilêncioEstratégico: um forte antídoto para Venturinis e Sikêras Jr (Opinião). UOL, 29 jun. 2021. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/colunas/cristina-tardaguila/2021/06/29/venturini-sikera-covid-homofobia-silencio-estrategico.htm>>. Acesso em: 15 set. 2022.

TARULLO, Raquel; GAMIR-RIOS, José. Asustar para desestabilizar: Desinformación sobre la COVID-19 en Argentina y España. *Cuadernos.info*, Santiago, n. 52, p. 47-68, 2022.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7764/cdi.52.42915>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

TAVARES, Clarice (Ed.); BORGES, Ester (Ed.). Falando sobre ataques on-line e trolls: Um guia para jornalistas e criadores de conteúdo na internet [e-book]. São Paulo, SP: InternetLab e Redes Cordiais, 2021. Disponível em:

<https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2021/06/guia_trolls_paginadupla_12062021_ok.pdf>.

TEDESCO, John C.; MCKINNON, Lori Melton; KAID, Lynda Lee. Advertising watchdogs: a content analysis of print and broadcast ad watches. *The International Journal of Press/Politics*, v. 1, n. 4, 1996. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1177/1081180X96001004007>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

TERRA, Victor. Lupa lança o Achado, repositório acadêmico sobre desinformação. Lupa, 14 jun. 2022. Disponível em:

<<https://lupa.uol.com.br/educacao/2022/06/14/lupa-lanca-o-achado-repositorio-academico-sobre-desinformacao>>. Acesso em: 31 dez. 2022.

THOMAS, Katherina; SENKPENI, Alpha Daffae. What should health science journalists do in epidemic responses? *AMA Journal of Ethics*, v. 22, n. 1, p. 55-60, jan. 2020. Disponível em:

<<https://journalofethics.ama-assn.org/article/what-should-health-science-journalists-do-epidemic-responses/2020-01>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

TORRES, Russell; GERHART, Natalie; NEGAHBAN, Arash. Epistemology in the Era of Fake News: An Exploration of Information Verification Behaviors among Social Networking Site Users. *ACM SIGMIS Database: the DATABASE for Advances in Information Systems*, v. 49, n. 3, p. 78-97, ago. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1145/3242734.3242740>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

TOWNES, Diara J.; WARDLE, Claire. In 2021, it's time to refocus on health and science misinformation. *Nieman Lab*, 8 dez. 2020. Disponível em:

<<https://www.niemanlab.org/2020/12/in-2021-its-time-to-refocus-on-health-and-science-misinformation>>. Acesso em: 4 jan. 2022.

TRÄSEL, Marcelo; LISBOA, Sílvia; VINCIPROVA, Giulia Reis. Pós-verdade e confiança no jornalismo: uma análise de indicadores de credibilidade em veículos brasileiros. *Brazilian Journalism Research*, v. 15, n. 3, p. 452—473, 2019. Disponível em:

<<https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1211>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

TRAQUINA, Nelson. *A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional* (Coleção Teorias do Jornalismo - v. II) [ebook]. Florianópolis: Insular Livros, 2020.

TSANG, Nathan L.T.; FENG, Mengzhe; LEE, Francis L.F. How fact-checkers delimit their scope of practices and use sources: Comparing professional and partisan practitioners.

Journalism, p. 1-20, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/14648849221100862>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

TUCHMAN, Gaye. The production of news. In: JENSEN, Klaus Bruhn. *A Handbook of Media and Communication Research* [e-book]. Londres, Inglaterra: Routledge, 2002. p. 78-90.

TUMA, Ana Beatriz; SALDANHA, Felipe. Fact-checking e debunking na cobertura de saúde: análise comparativa das estratégias utilizadas e temas abordados por serviços brasileiros de checagem. In: Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, VI, 2019, São Paulo. Anais... São Paulo: Abraji, 2019. Disponível em: <https://projetos.abraji.org.br/seminario/PDF/6/ANA_BEATRIZ_TUMA_et_al-Fact-checking_e_debunking_na_cobertura_de_saude.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2022.

UFARTE RUIZ, María José; CALVO RUBIO, Luis Mauricio; MURCIA VERDÚ, Francisco José. Combatir las noticias falsas. El perfil profesional del verificador de la información en España. *Vivat Academia*, n. 155, p. 265-295, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.15178/va.2022.155.e1365>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

USCINSKI, Joseph E. The Epistemology of Fact Checking (Is Still Naïve): Rejoinder to Amazeen. *Critical Review*, v. 27, n. 2, p. 243-252, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/08913811.2015.1055892>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

USCINSKI, Joseph E.; BUTLER, Ryden W. The Epistemology of Fact Checking. *Critical Review — A Journal of Politics and Society*, v. 25, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/08913811.2013.843872>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

USHER, Nikki. Journalism's biggest challenge? Journalists (Models of Practice). *Journalism*, v. 20, n. 1, p. 140—143, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1464884918809278>>. Acesso em: 12 mai. 2022.

VAIDHYANATHAN, Siva. *A googlização de tudo (e por que devemos nos preocupar): a ameaça do controle total da maior e mais bem-sucedida empresa do mundo virtual* [e-book]. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, SP: Cultrix, 2011.

VAN DAMME, Thomas. *Global Trends in Fact-Checking — A Data-Driven Analysis of ClaimReview*. Mestrado (International Relations and Diplomacy) — Faculty of Social Sciences, University of Antwerp. Antuérpia, Bélgica, 2021.

VAZ, Tyciane Cronemberger Viana. Gênero utilitário. In: MELO, José Marques de (Org.); ASSIS, Francisco de (Org.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2010. p. 125-140.

VEDULA, Nikhita; PARTHASARATHY, Srinivasan. FACE-KEG: FAct Checking Explained using Knowledge Graphs. In: ACM International Conference on Web Search and Data Mining — WSDM 2021, 14, 2021. Proceedings [...] Nova York, EUA: Association for Computing Machinery — ACM, 2021. p. 526-534. Disponível em: <<https://doi.org/10.1145/3437963.3441828>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

VELASCO, Clara; ROCHA, Gessyca; DOMINGOS, Roney. Fato ou Fake: O que você precisa saber sobre fake news e eleições. G1 (Fato ou Fake), 16 ago. 2022a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/eleicoes/noticia/2022/08/16/fato-ou-fake-o-que-voce-precisa-saber-sobre-fake-news-e-eleicoes.ghtml>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

VELASCO, Clara; ROCHA, Gessyca; DOMINGOS, Roney. Fato ou Fake: Por que as pessoas criam fake news? G1 (Fato ou Fake), 14 mar. 2022b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2022/03/14/fato-ou-fake-por-que-as-pessoas-criam-fake-news.ghtml>>. Acesso em: 1 jan. 2023.

VETRITTI, Fabiana Grieco Cabral de Mello. Práticas de checagem de fatos no Brasil: os sites de fact-checking e a participação dos indivíduos em rede. *Cambiassu*, v. 15, n. 25, p. 52-70, jan./jun. 2020. Disponível em: <<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/13870>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

VICARIO, Michela Del; BESSI, Alessandro; ZOLLO, Fabiana; PETRONI, Fabio; SCALA, Antonio; CALDARELLI, Guido; STANLEY, H. Eugene; QUATTROCIOCCHI, Walter. The spreading of misinformation online. *Proceedings of the National Academy of Sciences — PNAS*, v. 113, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1073/pnas.1517441113>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

VINHAS; Otávio; BASTOS, Marco. When fact-checking is not WEIRD: Negotiating consensus outside western, educated, industrialized, rich, and democratic countries. *The International Journal of Press/Politics*, p. 1-21, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/194016122312218>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

VIZOSO, Ángel; VÁZQUEZ-HERRERO, Jorge. Plataformas de fact-checking en español. Características, organización y método. *Communication & Society*, v. 32, n. 1, p. 127-144, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.15581/003.32.37819>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

VOGT, Carlos; MORALES, Ana Paula. Cultura científica. In: VOGT, Carlos (Org.); GOMES, Marina (Org.); MUNIZ, Ricardo (Org.). *ComCiência e divulgação científica*. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, 2018. p. 13-22. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/wp-content/uploads/2018/07/Livro-ComCiencia.pdf>>. Acesso em: 2 mai. 2021.

VON SIKORSKI, Christian; MATTHES, Jörg. Framing and Journalism. *Oxford Research Encyclopedia of Communication*, 28 fev. 2020. Disponível em: <<https://oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-817>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

VRAGA, Emily K.; TULLY, Melissa; BODE, Leticia. Empowering users to respond to misinformation about Covid-19. *Media and Communication*, v. 8, 2020. Disponível em: <<https://experts.umn.edu/en/publications/empowering-users-to-respond-to-misinformation-about-Covid-19>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

WAHL-JORGENSEN, Karin; CARLSON, Matt. Conjecturing fearful futures: Journalistic discourses on deepfakes. *Journalism Practice*, v. 15, n. 6, p. 803-820, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17512786.2021.1908838>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

WAISBORD, Silvio. *Reinventing Professionalism: Journalism and News in Global Perspective* [e-book]. Cambridge, Inglaterra; Malden, EUA: Polity Press, 2013.
 WAISBORD, Silvio. Truth is What Happens to News: On journalism, fake news, and post-truth. *Journalism Studies*, v. 19, n. 13, p. 1866-1878, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1492881>>. Acesso em: 13 set. 2022.

WANG, Shixiong; FANGFANG, Su; YE, Lu; JING, Yuan. Disinformation: A Bibliometric Review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 19, n. 24, p. 1-21, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/ijerph192416849>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

WARD, Stephen J. A. Journalism ethics. In: WAHL-JORGENSEN, Karin (Ed.); HANITZSCH, Thomas (Ed.). *The Handbook of Journalism Studies* [e-book]. 2ª ed. Nova York, EUA: Routledge, 2019a. p. 307-323.

WARD, Stephen J. A. *Objectively Engaged Journalism: An Ethic* [e-book]. Montreal, Canadá; Londres, Inglaterra; Chicago, EUA: McGill-Queen's University Press, 2019b.

WARD, Stephen J. A. Objectivity and Bias in Journalism. *Oxford Research Encyclopedias — Communication*, 2019c. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.853>>. Acesso em: 9 set. 2022.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making* [e-book]. Estrasburgo, França: Council of Europe, 2017. Disponível em: <<https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

WARDLE, Claire; PIMENTA, Angela; CONTER, Guilherme; DIAS, Nic; BURGOS, Pedro. An Evaluation of the Impact of a Collaborative Journalism Project on Brazilian Journalists and Audiences (Report). First Draft, 2019. Disponível em: <<https://firstdraftnews.org/articles/new-research-shows-the-successful-impact-of-newsroom-collaboration-at-fighting-misinformation>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

WARDLE, Claire. Claire Wardle: combater a desinformação é como varrer as ruas. [Entrevista a] Angela Pimenta. In: VARONI, Pedro (Org.); OLIVEIRA, Lucy (Org.). *Observatório da Imprensa: Uma antologia da crítica de mídia no Brasil de 1996 a 2018* [e-book]. São Paulo, SP: Editora Casa da Árvore, 2018. p. 327-329.

WARDLE, Claire. Guia essencial da First Draft para entender a desordem informacional [ebook]. Trad. de Global Lingo. First Draft, jan. 2020. Disponível em:

<https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_P TBR.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

WARDLE, Claire. Misunderstanding Misinformation. *Issues in Science and Technology*, v. 39, n. 3, p. 38-40, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.58875/ZAUD1691>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

WEBER, Maria Helena. Balizas do campo comunicação e política. In: MARTINS, Ana Taís (Org.). *Trajéórias de pesquisa em comunicação: temas, heurísticas, objetos* [e-book]. São Paulo, SP: Pimenta Cultural, 2021. p. 32-74.

WEBSTER, Frank. *Theories of the Information Society* [e-book]. 4ª ed. Londres, Inglaterra; Nova York, EUA: Routledge, 2014.

WEISS PALACIOS, Gabriela. Aplicación del proceso de verificación de datos en el ejercicio del periodismo escrito tradicional cochabamba. *Punto Cero*, v. 24, n. 38, p. 21-31, ago. 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1815-02762019000100002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 3 jan. 2024.

WILSON, Thomas Daniel. Human Information Behavior. *Informing Science*, v. 3, n. 2, p. 49-56, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.28945/576>>. Acesso em: 16 dez. 2023.

WIRZ, Christopher D.; CATE, Ashley; BRAUER, Markus; BROSSARD, Dominique; BROWN, Lori DiPrete; CHEN, Kaiping; HO, Pauline; LUTER, D. Gavin; MADDEN, Haley; SCHOENBORN, Sara; SHAW, Bret; SPRINKEL, Cory; STANLEY, Don; SUMI, Gail. Science communication during COVID-19: when theory meets practice and best practices meet reality. *Journal of Science Communication — JCOM*, v. 21, n. 3, p. 1-22, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.22323/2.21030801>>. Acesso em: 26 mai. 2023.

YOUNG, Dannagal G.; JAMIESON, Kathleen Hall; POULSEN, Shannon; GOLDRING, Abigail. Fact-Checking Effectiveness as a Function of Format and Tone: Evaluating FactCheck.org and FlackCheck.org. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 95, n. 1, p. 1-27, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1077699017710453>>.

YU, W.; SHEN, F. Does fact-checking habit promote COVID-19 knowledge during the pandemic? Evidence from China. *Public Health*, v. 196, jul. 2021. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0033350621001852>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ZAMIT, Fredj; KOOLI, Arwa; TOUMI, Ikram. An examination of Tunisian fact-checking resources in the context of COVID-19. *Journal of Science Communication — JCom*, v. 19, n. 7, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22323/2.19070204>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

ZIELINSKI, Chris. Infodemics and infodemiology: a short history, a long future (Opinion and analysis). *Revista Panamericana de Salud Pública — PAJPH*, v. 45, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.40>>. Acesso em: 3 jul. 2022.

ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder* [e-book]. Trad. de George Schlesinger. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2021.

ANEXOS

A — Corpus de artigos científicos sobre percepção do jornalismo de verificação

#	Ano	Referência	Assunto	Método	Público	País
1	2013	Gottfried et al. (2013)	Influência do fact-checking na imagem que eleitores têm de políticos	Entrevistas por videoconferência com experimento	Audiência/ Eleitores	EUA
2	2017	Shin e Thorson (2017)	Reação de usuários da rede social Twitter ao fact-checking de tema político, considerando partidarismo	Análise de compartilhamentos e comentários	Audiência/ Redes sociais	EUA
3	2017	Brandtzaeg, Følstad e Dominguez (2017)	Contraste da percepção de jornalistas e de usuários de redes sociais sobre o fact-checking e o verification on-line	Entrevistas com jovens jornalistas e análise de conteúdo das conversas de leitores em redes sociais	Jornalistas/ Redes sociais	Noruega e Espanha
4	2017	Wintersieck (2017)	Influência do fact-checking na imagem que eleitores têm de candidatos políticos em debates e na intenção de voto	Experimento com uso de vídeos e questionário	Audiência/ Eleitores	EUA
5	2018	Young et al. (2018)	Poder de correção de diferentes formatos (vídeo/texto) e tons (sério/bem-humorado) do fact-checking de temas políticos	Experimento com uso de versões de conteúdo e questionário on-line	Audiência	EUA
6	2018	Aird et al. (2018)	Capacidade de o fact-checking alterar sentimentos e intenção de votos sobre políticos quando correções superam confirmações	Experimento com questionário on-line	Audiência/ Eleitores	Austrália
7	2019	Amazeen (2019)	Expansão global do movimento de verificação, causas e efeitos para quem trabalha nessas iniciativas	Grupos focais e survey com participantes do Global Fact-checking Summit de 2015, em Londres	Jornalistas	Inglaterra (vários)
8	2019	Agadjanian et al. (2019)	Comparação de impactos do fact-checking “sumarizado”, que mostra panorama de declarações do político, e da cobertura esparsa	Experimentos com survey	Audiência/ Eleitores	EUA
9	2019	Mena (2019a)	Avalia o resultado da sinalização de falsidade no compartilhamento de conteúdo no Facebook	Experimento com survey	Audiência/ Redes sociais	EUA
10	2019	Mena (2019b)	Comparação de percepções de jornalistas que trabalham e que se interessam por fact-checking sobre questões éticas fronteiriças, como ativismo e uso do termo “mentira”	Questionário on-line com 61 jornalistas	Jornalistas	EUA
11	2019	Weiss Palacios (2019)	Percepção sobre possibilidades de uso da verificação de fatos no jornalismo tradicional boliviano	Entrevistas com jornalistas de verificação de diversos países e com jornalistas bolivianos	Jornalistas	Vários na América Latina
12	2020	Lelo (2020)	Percepção sobre a credibilidade de verificações sobre discursos relacionados a episódio da campanha presidencial de 2018	Questionário on-line com 108 contribuições de estudantes universitários	Audiência/ Eleitores	Brasil
13	2020	Galarza-Molina (2020)	Percepção da aceitação do público ao projeto Verificado 2018, de fact-checking colaborativo, com base nos comentários deixados na página no Facebook	Análise temática dos comentários publicados na página Verificado 2018 (n=947)	Audiência/ Redes sociais	México

#	Ano	Referência	Assunto	Método	Público	País
14	2021	Suhwoo et al. (2021)	Análise sobre se correções de fact-checking são capazes de alterar as percepções de grupos partidários a respeito de seus grupos antagônicos	Experimento on-line com inscritos em uma plataforma de crowdsourcing	Audiência	EUA
15	2021	Chung e Kim (2021)	Avaliação de como o fact-checking influi no compartilhamento de notícias e na percepção do “efeito da terceira pessoa” (TPE)	Experimentos on-line com 261 inscritos em uma plataforma de crowdsourcing	Audiência	EUA
16	2021	Herrero e Herrera-Damas (2021b)	Estudo das percepções de jornalistas e verificadores de países falantes de espanhol sobre o jornalismo de verificação	Survey com 52 jornalistas e entrevistas com 13 verificadores espanhóis e latino-americanos	Jornalistas	Espanha e Hispano-América
17	2021	Rodríguez-Pérez, Paniagua-Rojano e Magallón-Rosa (2021)	Percepção de jornalistas colombianos sobre atuação de verificação em rede (rotinas, dificuldades e ética)	Entrevistas em profundidade com 11 jornalistas da RedCheq	Jornalistas	Colômbia
18	2021	Herrero e Herrera-Damas (2021a)	Perfil demográfico dos verificadores em países falantes de espanhol e pontos de vista sobre rotinas, dificuldade e ética	Survey com 52 jornalistas e entrevistas com 13 verificadores espanhóis e latino-americanos	Verificadores	Espanha e Hispano-América
19	2022	Abuín-Penas e Fontenla-Pedreira (2022)	Estudar a atividade e a repercussão no YouTube de 11 verificadores ibero-americanos vinculados à IFCN	Análises quantitativa dos 51 vídeos de mais interesse e de conteúdo dos comentários	Audiência/ Redes sociais	América Ibérica, inclusive Brasil
20	2022	Ferracioli, Kniess e Marques (2022)	Estudo da percepção do papel de vigilante de autoridades políticas (<i>watchdog role</i>) por parte de jornalistas que atuam com fact-checking de temas políticos em diferentes países	Análise de conteúdo de 2792 verificações publicadas por FactCheck.org (EUA), Pagella Política (Itália), Correctiv (Alemanha) e Lupa (Brasil)	Jornalistas	Vários, inclusive Brasil
21	2022	Jiang (2022)	Impacto da preocupação e das sensações de uso intenso de redes sociais e da fadiga causada por ele sobre a motivação para verificar informação sobre saúde durante a pandemia	Survey on-line em duas etapas com diferença de três meses entre elas (n=802)	Audiência	China
22	2022	Rodríguez-Pérez et al. (2022)	Investigar junto a jornalistas de verificação os princípios, os propósitos e os desafios da prática na Ibero-América	Survey com 122 fact-checkers de 17 países da Ibero-América, incluindo o Brasil	Jornalistas	América Ibérica, inclusive Brasil
23	2022	Rodríguez-Pérez e Seibt (2022)	“Conhecer propósitos, motivações e rotinas da prática de fact-checking no Brasil, a partir das percepções dos jornalistas”	Questionário com 29 jornalistas brasileiros	Jornalistas	Brasil
24	2022	Herrero-Diz, Pérez-Escolar e Varona Aramburu (2022)	Competências necessárias ao jornalismo de verificação, segundo os profissionais que o praticam e/ou estudam	Questionário com 18 especialistas em verificação, docência em comunicação e educação	Jornalistas/ Especialistas	Espanha
25	2022	Ufarte Ruiz, Calvo Rubio e Murcia Verdú (2022)	Investigar o perfil profissional na verificação, as competências e habilidades mais demandadas e refletir se representa novo mercado de trabalho	Entrevistas com jornalistas e análise de conteúdo de web e redes sociais (comentários)	Jornalistas	Espanha
26	2023	Amazeen e Krishna (2023)	Investigar modelo teórico para examinar como os indivíduos processam as tentativas de corrigir a desinformação	Experimento on-line com adultos estadunidenses em uma	Audiência	EUA

#	Ano	Referência	Assunto	Método	Público	País
			sobre saúde	plataforma de crowdsourcing (n=760)		
27	2023	Chae, Lee e Song (2023)	Investigar quais efeitos a verificação realizada por mídia partidária pode ter sobre a percepção desse tipo de conteúdo e sobre mudanças comportamentais	Série de experimentos “originais” on-line em 2019 (n=531) e em 2021 (dois experimentos, n=904 e n=678)	Audiência	Coreia do Sul e EUA
28	2023	Jiang et al. (2023)	Processos que levam indivíduos a procurar ou a se negar a checar informações sobre Covid-19 em diferentes momentos da pandemia	Survey on-line em duas etapas com diferença de três meses entre elas (n=802)	Audiência	China
29	2023	Kyriakidou et al. (2023)	Entender como o público percebe a verificação e a faz uso dela em seu consumo diário de notícias	Grupos focais (n=52) e surveys (n=759), ambos on-line	Audiência	Reino Unido
30	2023	Liu et al. (2023)	Efetividade (capacidade de mudar opiniões) da verificação conforme fonte pela qual chega à audiência (iniciativas profissionais, plataformas, veículos tradicionais, IA e crowdsourcing)	Experimento on-line com membros de plataforma de trabalho freelancer (n=859)	Audiência	EUA
31	2023	Tsang et al. (2023)	Testa recursos do jornalismo de verificação para averiguar quais produzem mais impacto diante da audiência em termos de capacidade de correção de crenças	Experimento com survey on-line (n=511) sobre temas de imigração	Audiência	Hong Kong
32	2023	Zhao et al. (2023)	Comparação das percepções sobre facilidade de uso e efetividade dos chatbots e dos sites tradicionais de verificação	Experimento on-line com membros de comunidades universitárias (n=308)	Audiência	China
33	2023	Míguez-Gonzalez, Dafonte-Gomes e Abuin-Penas (2023)	Características das postagens de fact-checking de iniciativas de verificação da América Ibérica associadas à IFCN que recebem mais interações na rede social Instagram	Análise quantitativa de conteúdo das postagens	Audiência/ Redes sociais	América Ibérica, inclusive Brasil
34	2023	Hou e Kankham (2023)	Efeitos das publicações de verificação nas redes sociais quando elas fazem uso de um avatar para transmitir o resultado da análise de veracidade	Experimentos on-line conduzidos com membros pré-inscritos de uma plataforma de pesquisa	Audiência/ Redes sociais	Taiwan
35	2023	Bachmann e Valenzuela (2023)	Consequências da cobertura de política do jornalismo de verificação para o jornalismo em geral em termos de credibilidade	Experimentos on-line (n=1472)	Audiência	Chile
36	2023	Vinhas e Bastos (2023)	Estratégias de iniciativas de verificação em 27 países do Sul Global, incluindo o Brasil	Entrevistas em profundidade	Jornalistas	Vários, inclusive Brasil

Fonte: O conjunto de artigos científicos (36 no total) foi obtido por meio de buscas nas plataformas Web of Science (WoS) e SciELO, com o uso das ferramentas de busca nos seguintes critérios: termos “fact-checking” nas palavras-chaves do autor e “perception” em qualquer campo na WoS; e “fact-checking” na pesquisa geral na SciELO. Foram considerados apenas artigos científicos apresentados em inglês, português ou espanhol e que investigam a percepção sobre o jornalismo de verificação dentro das áreas de classificação desta pesquisa. Ou seja, foram desconsideradas outras temáticas de pesquisa comuns, como a caracterização das desinformações e das verificações. (Elaborado pela autora)

B — *Corpus* de pesquisa em *Boatos*

Cód.	Referência bibliográfica
B1	BOATOS. Respire fundo por 10 segundos para testar se coronavírus causou fibrose no pulmão #boato. Boatos, 18 mar. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/respire-fundo-10-segundos-teste-coronavirus-fibrose-pulmao.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B2	BOATOS. Israel descobriu a cura (vacina) para o coronavírus, que estará disponível em maio #boato. Boatos, 18 mar. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/israel-descobriu-cura-vacina-coronavirus-disponivel-maio.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B3	BOATOS. Fernando Parrillo, dono da Prevent Sênior, diz que dados de mortes por coronavírus estão sendo escondidos #boato. Boatos, 20 mar. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/fernando-parrillo-prevent-senior-dados-mortes-coronavirus-escondidos.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B4	BOATOS. Toffoli, Maia e Alcolumbre criaram a quarentena em um pacto para derrubar Bolsonaro #boato. Boatos, 27 mar. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/politica/toffoli-maia-alcolumbre-quarentena-pacto-derrubar-bolsonaro.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B5	BOATOS. Borracheiro morreu em acidente com pneu, mas foi diagnosticado com Covid-19 para inflar estatísticas do coronavírus #boato. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/borracheiro-morreu-acidente-pneu-diagnosticado-Covid-19-inflar-estatisticas-coronavirus.html >. Boatos, 31 mar. 2020. Acesso em: 2 mar. 2023.
B6	BOATOS. Uísque e mel ajudam a combater o novo coronavírus #boato. Boatos, 2 abr. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/uisque-mel-ajudam-combater-novo-coronavirus.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B7	BOATOS. Auto-hemoterapia cura e previne o novo coronavírus (Covid-19) #boato. Boatos, 2 abr. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/auto-hemoterapia-cura-previne-coronavirus-Covid-19.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B8	BOATOS. Cientistas descobrem que cocaína mata o coronavírus #boato. Boatos, 2 abr. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/cientistas-descobrem-cocaina-mata-coronavirus.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B9	BOATOS. Unicef faz recomendações sobre coronavírus e diz que a célula é “maior do que o normal” #boato. Boatos, 2 abr. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/unicef-recomendacoes-coronavirus-celula-maior-normal.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B10	BOATOS. Chá de erva-doce cura o novo coronavírus, diz diretor do HC #boato. Boatos, 2 abr. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/cha-erva-doce-cura-novo-coronavirus-diretor-hc.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B11	BOATOS. Vitamina C com zinco e vitamina D curam e previnem o coronavírus #boato. Boatos, 2 abr. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/vitamina-c-com-zinco-vitamina-d-curam-previnem-coronavirus.html >. Acesso em: 2 mar. 2023. Acesso em: 2 mar. 2023.
B12	BOATOS. Coronavírus não causa pneumonia (causa problema de coagulação) e não necessita de respiradores e UTIs para tratamento #boato. Boatos, 23 abr. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/coronavirus-nao-causa-pneumonia-trombose-respiradores-utis.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B13	BOATOS. Caixaão com serragem e pedras é encontrado em meio à pandemia da Covid-19 #boato.

Cód.	Referência bibliográfica
	Boatos, 4 mai. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/caixao-serragem-pedras-Covid-19.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B14	BOATOS. Bioluminescência em ondas do mar da Califórnia (EUA) ocorreram por causa de quarentena #boato. Boatos, 28 mai. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/ciencia/bioluminescencia-ondas-mar-california-eua-quarentena.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B15	BOATOS. Esquerdistas estão se passando por agentes de saúde do Ibope para contaminar as pessoas com testes falsos de Covid-19. Boatos, 28 mai. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/politica/esquerdistas-agentes-saude-ibope-contaminar-testes-falsos-Covid-19.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B16	BOATOS. Café ou chá curam e previnem o coronavírus, diz médico Li Wenliang na CNN #boato. Boatos, 31 mai. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/cafè-ou-cha-curam-e-previnem-coronavirus.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B17	BOATOS. Porta-voz diz que OMS é contra isolamento social e nunca recomendou quarentena #boato. Boatos, 12 jun. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/porta-voz-diz-oms-contra-isolamento-social.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B18	BOATOS. Mesmo com pandemia, julho de 2020 teve menos mortes do que julho de 2019 #boato. Boatos, 14 ago. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/mesmo-pandemia-julho-2020-menos-mortes-julho-2019.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B19	BOATOS. Beber água de 15 em 15 minutos previne o novo coronavírus #boato. Boatos, 20 ago. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/beber-agua-15-em-15-minutos-previne-o-novo-coronavirus.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B20	BOATOS. Apenas 6% das mortes de pessoas com coronavírus foram, de fato, por Covid-19, mostra pesquisa #boato. Boatos, 2 set. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/6-das-mortes-de-coronavirus-foram-por-covid-pesquisa.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B21	BOATOS. Médico alemão Walter Weber acerta ao falar que máscaras não protegem, PCR tem 85% de erro, Covid-19 não existe e vacina altera o DNA #boato. Boatos, 9 set. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/medico-alemao-walter-weber-mascaras-pcr-erro-vacina-dna.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B22	BOATOS. Vacina INO-4800, de Bill Gates, é um selo com chip 5G colocado na pele das pessoas #boato. Boatos, 22 set. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/mundo/vacina-ino-4800-bill-gates-um-selo-chip-5g-pele.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B23	BOATOS. Chá de folhas de boldo é a cura do coronavírus #boato. Boatos, 11 out. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/cha-folhas-boldo-cura-coronavirus.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B24	BOATOS. Coronavírus já existia desde 2014 e China já vacinou população em 2018 e 2019 #boato. Boatos, 16 nov. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/coronavirus-existia-desde-2014-china-vacinou-populacao-2018-2019.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B25	BOATOS. Covid só vai parar quando infectar maioria das pessoas, mutação está menos letal e mentiram sobre isolamento #boato. Boatos, 23 nov. 2020. Disponível em:

Cód.	Referência bibliográfica
	< https://www.boatos.org/saude/covid-parar-quando-infecar-maioria-pessoas-mutacao-menos-letal-men-tira-isolamento.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B26	BOATOS. Pandemia já acabou e não há necessidade de vacinas #boato. Boatos, 3 dez. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/pandemia-acabou-nao-necessidade-vacinas.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B27	BOATOS. Melancia vendida no Brasil foi contaminada por chineses com coronavírus #boato. Boatos, 7 dez. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/melancia-vendida-brasil-contaminada-chineses-coronavirus.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B28	BOATOS. Chineses não usam máscaras em reunião no Instituto Butantan, no Brasil #boato. Boatos, 14 dez. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/chineses-nao-usam-mascaras-butantan-brasil.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B29	BOATOS. Peru suspendeu testes com a Coronavac após vacina causar paralisia nas pernas de voluntários #boato. Boatos, 17 dez. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/peru-suspende-testes-coronavac-apos-vacina-causar-paralisia-pernas.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B30	BOATOS. Vacina contra Covid-19 é vendida por camelôs em Madureira, no Rio #boato. Boatos, 24 dez. 2020. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/vacina-Covid-19-vendida-camelos-madureira-rio.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B31	BOATOS. Dra. Stella Emanuel fala a verdade ao dizer que hidroxicloroquina é a cura da Covid-19 e que máscaras fazem mal #boato. Boatos, 22 jan. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/stella-emanuel-verdade-hidroxicloroquina-cura-covid-mascaras-fazem-mal.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B32	BOATOS. Ivermectina aniquila Covid-19 se usada preventivamente #boato. Boatos, 23 fev. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/ivermectina-aniquila-Covid-19-usada-preventivamente.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B33	BOATOS. Maxaranguape zerou óbitos e internações por Covid-19 com tratamento precoce e ivermectina #boato. Boatos, 25 mar. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/maxaranguape-zerou-obitos-internacoes-Covid-19-tratamento-precoce-ivermectina.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B34	BOATOS. OMS vai recomendar oficialmente ivermectina para tratar Covid-19 #boato. Boatos, 27 mar. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/mundo/oms-vai-recomendar-ivermectina-tratar-Covid-19.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B35	BOATOS. Amazonas tem queda de 80% nas mortes por Covid-19 por causa de tratamento precoce #boato. Boatos, 12 abr. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/amazonas-queda-80-nas-mortes-Covid-19-tratamento-precoce.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B36	BOATOS. Byram Bridle está certo ao dizer que proteína spike das vacinas é um veneno tóxico #boato. Boatos, 17 jun. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/byram-bridle-proteina-spike-veneno-toxico.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B37	BOATOS. CEO da Novartis acaba de falar que hidroxicloroquina mata a Covid-19 e vai doar 130

Cód.	Referência bibliográfica
	milhões de doses #boato. Boatos, 3 jul. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/ceo-novartis-hidroxicloroquina-mata-covid-doar-130-milhoes-doses.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B38	BOATOS. Vacinas contra Covid-19 contêm 80% a 90% de óxido de grafeno #boato. Boatos, 5 jul. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/vacinas-contr-Covid-19-contem-80-90-oxido-de-grafeno.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B39	BOATOS. Polícia Federal desenterra 26 caixões com pedras de vítimas da Covid-19 #boato. Boatos, 21 jul. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/policia-federal-desenterra-26-caixoes-pedras-vitimas-Covid-19.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B40	BOATOS. Vacinados têm três vezes mais chances de morrer com a variante delta da Covid-19 #boato. Boatos, 26 ago. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/vacinados-tres-vezes-mais-chances-de-morrer-com-variante-delta-Covid-19.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B41	BOATOS. Tratamento para evitar efeitos nocivos das vacinas contra Covid-19 é necessário #boato. Boatos, 1 out. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/tratamento-evitar-efeitos-nocivos-vacinas-contr-Covid-19.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B42	BOATOS. Bebê na Turquia nasce com deformações por causa da vacina mRNA contra Covid-19 #boato. Boatos, 15 out. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/bebe-turquia-nasce-com-deformacoes-por-caoa-vacina-mrna-contr-Covid-19.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B43	BOATOS. Itália divulga que 97% das mortes na pandemia não foram por Covid-19 #boato. Boatos, 4 dez. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/italia-mortes-pandemia-nao-foram-covid.html >. Acesso em: 2 mar. 2023.
B44	BOATOS. Japão venceu a Covid-19 graças ao uso da ivermectina #boato. Boatos, 8 dez. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/japao-venceu-Covid-19-gracas-ao-uso-da-ivermectina.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B45	BOATOS. Nitazoxanida reduz Covid-19 em 94% e é a cura da doença #boato. Boatos, 14 dez. 2021. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/nitazoxanida-reduz-Covid-19-em-94-cura-da-doenca.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B46	BOATOS. Vacina contra Covid-19 está causando nova hepatite em crianças #boato. Boatos, 30 abr. 2022. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/vacina-contr-Covid-19-esta-causando-nova-hepatite-criancas.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B47	BOATOS. Varíola dos macacos foi causada pela vacina contra Covid-19 #boato. Boatos, 27 mai. 2022. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/variola-dos-macacos-foi-causada-pela-vacina-contr-Covid-19.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B48	BOATOS. Agora teremos casos de aids sem HIV por causa da vacina contra Covid-19 #boato. Boatos, 6 jun. 2022. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/agora-teremos-casos-aids-sem-hiv-por-caoa-da-vacina-contr-Covid-19.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.

Cód.	Referência bibliográfica
B49	BOATOS. Hydra, o nano polvo, é encontrado em vacina da Pfizer contra Covid-19 #boato. Boatos, 10 jun. 2022. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/hydra-o-nano-polvo-e-encontrado-em-vacina-da-pfizer-contra-Covid-19.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B50	BOATOS. Revista Science aponta que vacinas contra Covid-19 são inúteis e ameaçadoras #boato. Boatos, 5 jul. 2022. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/revista-science-aponta-vacinas-contra-Covid-19-sao-inuteis-e-ameacadoras.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B51	BOATOS. Médicos canadenses morrem por causa de quarta dose da vacina contra Covid-19 #boato. Boatos, 23 ago. 2022. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/medicos-canadenses-morrem-por-caoa-de-quarta-dose-da-vacina-contr-a-Covid-19.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B52	BOATOS. Dinamarca proibiu vacina contra Covid-19 para população com menos de 50 anos #boato. Boatos, 26 set. 2022. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/dinamarca-proibiu-vacina-covid-50-anos.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B53	BOATOS. Teste de Covid-19 já vem infectado com vírus no cotonete, mostra vídeo #boato. Boatos, 18 nov. 2022. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/teste-Covid-19-ja-vem-infectado-com-virus-cotonete-mostra-video.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B54	BOATOS. Criador da vacina da Pfizer, Robert Malone revela que as vacinas contra Covid-19 estavam em teste e não funcionam #boato. Boatos, 19 nov. 2022. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/criador-vacina-pfizer-robert-malone-revela-vacinas-contra-Covid-19-estavam-teste-nao-funcionam.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B55	BOATOS. Sarah, menina de Maceió, morreu de encefalite por causa da vacina contra Covid-19 #boato. Boatos, 18 dez. 2022. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/sarah-menina-maceio-morreu-encefalite-por-caoa-vacina-contra-Covid-19.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B56	BOATOS. Jamie Foxx ficou paralisado e cego por causa da vacina contra Covid-19 #boato. Boatos, 3 jun. 2023. Disponível em: < https://www.boatos.org/entretenimento/jamie-foxx-ficou-paralisado-e-cego-por-caoa-da-vacina-contr-a-Covid-19-boato.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B57	BOATOS. Alerta da Anvisa sobre miocardite justifica decisão de não tomar vacina contra Covid-19 #boato. Boatos, 18 jun. 2023. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/alerta-anvisa-miocardite-justifica-decisao-nao-tomar-vacina-Covid-19.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B58	BOATOS. Vídeo de Drauzio Varella alertando sobre “novo surto de Covid-19” é de novembro de 2022. Boatos, 23 ago. 2023. Disponível em: < https://www.boatos.org/saude/drauzio-varella-alertou-novo-surto-Covid-19-pediu-todos-usarem-mascaras-2023.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B59	BOATOS. É falso que mortes súbitas aumentaram 2.300% após início de vacinação contra a Covid-19. Boatos, 1 set. 2023. Disponível em: < https://www.boatos.org/esporte/casos-morte-subita-cardiaca-atletas-aumentou-2-300-vacinacao-Covid-19.html >. Acesso em: 3 mar. 2023.
B60	BOATOS. Fake news: Dr. Charles Hoffe está certo ao dizer que vacinas aumentam risco de morrer por Covid-19. Boatos, 8 nov. 2023. Disponível em: < https://www.boatos.org/fast-checking/fake-news-dr-charles-hoffe-esta-certo-ao-dizer-que-vacinas-aum >

Cód.	Referência bibliográfica
	entam-risco-de-morrer-por-Covid-19.html>. Acesso em: 3 mar. 2023.

C — *Corpus* de pesquisa em *Fato ou Fake* (G1)

Cód.	Referência bibliográfica
F1	G1. É #FAKE que soroterapia combate o coronavírus. G1 (Fato ou Fake), 16 mar. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/03/16/e-fake-que-soroterapia-combate-o-coronavirus.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F2	G1. É #FAKE que tigela de água com alho recém-fervida cura o coronavírus. G1 (Fato ou Fake), 16 mar. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/03/16/e-fake-que-tigela-de-agua-com-alho-recem-fervida-cura-o-coronavirus.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F3	G1. É #FAKE que ozonioterapia mata o novo coronavírus. G1 (Fato ou Fake), 24 mar. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/03/24/e-fake-que-ozonioterapia-mata-o-novo-coronavirus.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F4	G1. É #FAKE que redes 5G disseminam o novo coronavírus. G1 (Fato ou Fake), 8 abr. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/04/08/e-fake-que-redes-5g-disseminam-o-novo-coronavirus.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F5	G1. É #FAKE que chá com mistura de jambu, limão, alho e paracetamol cura a Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 24 abr. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/04/24/e-fake-que-cha-com-mistura-de-jambu-limao-alho-e-paracetamol-cura-a-Covid-19.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F6	G1. É #FAKE que hospital de campanha do Anhembi não tem pacientes e, por isso, médicos têm sido liberados de plantões. G1 (Fato ou Fake), 24 abr. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/04/24/e-fake-que-hospital-de-campanha-do-anhembi-nao-tem-pacientes-e-por-isso-medicos-tem-sido-liberados-de-plantoes.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F7	G1. É #FAKE que enfermeira foi demitida na Bahia por filmar UTI vazia. G1 (Fato ou Fake), 27 abr. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/04/27/e-fake-que-enfermeira-foi-demitida-na-bahia-por-filmar-uti-vazia.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F8	G1. É #FAKE que cientista morreu dois dias após tomar vacina experimental contra a Covid-19 na Inglaterra. G1 (Fato ou Fake), 28 abr. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/04/28/e-fake-que-cientista-morreu-dois-dias-apos-tomar-vacina-experimental-contra-a-Covid-19-na-inglaterra.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F9	G1. É #FAKE que caixões de vítimas do coronavírus foram desenterrados em Belo Horizonte e havia apenas pedra e madeira dentro. G1 (Fato ou Fake), 30 abr. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/04/30/e-fake-que-caixoes-de-vitimas-do-coronavirus-foram-desenterrados-em-belo-horizonte-e-havia-apenas-pedra-e-madeira-dentro.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F10	G1. É #FAKE que uso prolongado de máscara contra o coronavírus leva a quadro de intoxicação e baixa oxigenação do organismo. G1 (Fato ou Fake), 5 mai. 2020. Disponível em:

Cód.	Referência bibliográfica
	<p><https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/05/05/e-fake-que-uso-prolongado-de-mas-cara-contra-o-coronavirus-leva-a-quadro-de-intoxicacao-e-baixa-oxigenacao-do-organismo.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2023.</p>
F11	<p>G1. É #FAKE que mortes por Covid-19 no Amazonas diminuíram de forma expressiva após visita de ministro da Saúde. G1 (Fato ou Fake), 7 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/05/07/e-fake-que-mortes-por-Covid-19-no-amazonas-diminuiram-de-forma-expressiva-apos-visita-de-ministro-da-saude.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2023.</p>
F12	<p>G1. É #FAKE que tendas de triagem da Unicamp para Covid-19 foram desmontadas por falta de pacientes. G1 (Fato ou Fake), 11 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/05/11/e-fake-que-tendas-de-triagem-da-unicamp-para-Covid-19-foram-desmontadas-por-falta-de-pacientes.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2023.</p>
F13	<p>G1. É #FAKE que Ministério da Saúde repassa R\$ 12 mil a hospitais por cada morte por Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 18 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/05/18/e-fake-que-ministerio-da-saude-repassa-r-12-mil-a-hospitais-por-cada-morte-por-Covid-19.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2023.</p>
F14	<p>G1. É #FAKE que vídeo mostre equipe médica forjando caso de Covid-19 em São Paulo. G1 (Fato ou Fake), 20 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/05/20/e-fake-que-video-mostre-equipe-medica-forjando-caso-de-Covid-19-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2023.</p>
F15	<p>G1. É #FAKE que enxofre destrua o coronavírus. G1 (Fato ou Fake), 9 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/06/09/e-fake-que-enxofre-destrua-o-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2023.</p>
F16	<p>G1. É #FAKE que vacina contra o coronavírus a ser testada no Brasil só foi ministrada em macacos. G1 (Fato ou Fake), 19 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/06/19/e-fake-que-vacina-contra-o-coronavirus-a-ser-testada-no-brasil-so-foi-ministrada-em-macacos.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2023.</p>
F17	<p>G1. É #FAKE que edição da revista 'Veja' de 2003 já falasse da Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 7 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/07/07/e-fake-que-edicao-da-revista-veja-de-2003-ja-falasse-da-Covid-19.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2023.</p>
F18	<p>G1. É #FAKE que beber vodca ou uísque mate o coronavírus na garganta. G1 (Fato ou Fake), 10 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/07/10/e-fake-que-beber-vodca-ou-uisque-mate-o-coronavirus-na-garganta.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2023.</p>
F19	<p>G1. É #FAKE que coletor usado em teste para coronavírus pode provocar dano cerebral. G1 (Fato ou Fake), 13 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/07/13/e-fake-que-coletor-usado-em-teste-para-coronavirus-pode-provocar-dano-cerebral.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2023.</p>
F20	<p>G1. É #FAKE que alto nível de vitamina D no organismo reduza a quase zero a chance de morte pela Covid. G1 (Fato ou Fake), 21 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/07/21/e-fake-que-alto-nivel-de-vitamina-d-no-organismo-reduza-a-quase-zero-a-chance-de-morte-pela-Covid-19.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2023.</p>
F21	<p>G1. É #FAKE que vacina chinesa em testes no Brasil use células de fetos abortados. G1 (Fato ou Fake), 28 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/07/28/e-fake-que-vacina-chinesa-em-teste-s-no-brasil-use-celulas-de-fetos-abortados.ghtml>. Acesso em: 4 mar. 2023.</p>

Cód.	Referência bibliográfica
F22	G1. É #FAKE que foto mostre jovem com rosto inchado após tomar vacina chinesa contra a Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 28 jul. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/07/28/e-fake-que-foto-mostre-jovem-com-rosto-inchado-apos-tomar-vacina-chinesa-contra-a-Covid-19.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F23	G1. É #FAKE que mortes por pneumonia e insuficiência respiratória têm sido todas registradas como sendo Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 12 ago. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/08/12/e-fake-que-mortes-por-pneumonia-e-insuficiencia-respiratoria-tem-sido-todas-registradas-como-sendo-Covid-19.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F24	G1. É #FAKE que OMS pediu desculpas por erro, mudou posicionamento e agora recomenda hidroxicloroquina para tratar a Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 31 ago. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/08/31/e-fake-que-oms-pediu-desculpas-po-r-erro-mudou-posicionamento-e-agora-recomenda-hidroxicloroquina-para-tratar-a-Covid-19.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F25	G1. É #FAKE que a Covid é um plano internacional de controle e redução da população lançado em 2020. G1 (Fato ou Fake), 1 set. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/09/01/e-fake-que-a-covid-e-um-plano-internacional-de-controle-e-reducao-da-populacao-lancado-em-2020.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F26	G1. É #FAKE teste que manda prender respiração para pessoa se certificar se tem Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 4 set. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/09/04/e-fake-teste-que-manda-prender-respiracao-para-pessoa-se-certificar-se-tem-Covid-19.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F27	G1. É #FAKE que lei 14.019 determina que o uso de máscara não é mais obrigatório em todo o Brasil. G1 (Fato ou Fake), 22 out. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/10/22/e-fake-que-lei-14019-determina-que-e-o-uso-de-mascara-nao-e-mais-obrigatorio-em-todo-o-brasil.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F28	G1. É #FAKE que uso de máscara aumenta taxa de CO2 no cérebro e risco de trombose e altera flora da boca e do intestino. G1 (Fato ou Fake), 3 nov. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/11/03/e-fake-que-uso-de-mascara-aumenta-taxa-de-co2-no-cerebro-e-risco-de-trombose-e-altera-flora-da-boca-e-do-intestino.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F29	G1. É #FAKE que médicos alemães descobriram que mortes por coronavírus são causadas por uma bactéria e que a Covid-19 é amplificada pelo 5G. G1 (Fato ou Fake), 13 nov. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/11/13/e-fake-que-medicos-alemaes-descobriram-que-mortes-por-coronavirus-sao-causadas-por-uma-bacteria-e-que-a-Covid-19-e-amplificada-pelo-5g.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F30	G1. É #FAKE que máscaras podem causar quadro de acúmulo de água no pulmão. G1 (Fato ou Fake), 8 dez. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/12/08/e-fake-que-mascaras-podem-causar-quadro-de-acumulo-de-agua-no-pulmao.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F31	G1. É #FAKE que vacina contra Covid-19 tem chip líquido e inteligência artificial para controle populacional. G1 (Fato ou Fake), 27 jan. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/08/06/e-fake-que-testes-pcr-sao-estudos-da-johns-hopkins-para-usar-vermes-robos-na-aplicacao-de-vacinas.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F32	G1. É #FAKE que farmácias italianas distribuam hidroxicloroquina gratuitamente à população para combater a Covid. G1 (Fato ou Fake), 28 mai. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/05/28/e-fake-que-farmacias-italianas-distribuem-hidroxicloroquina-gratuitamente-a-populacao-para-combater-a-covid.ghtml >. Acesso em: 4 mar.

Cód.	Referência bibliográfica
	2023.
F33	G1. É #FAKE e-mail atribuído ao governo de SP que promete sorteio para vacinação contra a Covid. G1 (Fato ou Fake), 16 jun. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/06/16/e-fake-e-mail-atribuido-ao-governo-de-sp-que-promete-sorteio-para-vacinacao-contra-a-covid.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F34	G1. É #FAKE que foto mostre repórter atacada por Bolsonaro sem máscara e abraçada a cinegrafista em meio à pandemia. G1 (Fato ou Fake), 22 jun. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/06/22/e-fake-que-foto-mostre-reporter-atacada-por-bolsonaro-sem-mascara-e-abracada-a-cinegrafista-em-meio-a-pandemia.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F35	G1. É #FAKE que estudos mostrem que cúrcuma combate a Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 12 jul. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/07/12/e-fake-que-estudos-mostrem-que-curcuma-combate-a-covid-19.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F36	G1. É #FAKE que vacinas aprovadas contra Covid-19 contenham óxido de grafeno e possam tornar a pessoa magnetizada. G1 (Fato ou Fake), 16 jul. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/07/16/e-fake-que-vacinas-aprovadas-contr-a-covid-19-contenham-oxido-de-grafeno-e-possam-tornar-a-pessoa-magnetizada.ghtml >. Acesso em: 4 mar. 2023.
F37	G1. É #FAKE que tradução de AstraZeneca do latim para o português resulte em 'ou seja, estrelas mortas'. G1 (Fato ou Fake), 23 jul. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/07/23/e-fake-que-traducao-de-astrazeneca-do-latim-para-o-portugues-resulte-em-ou-seja-estrelas-mortas.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F38	G1. É #FAKE que testes PCR são usados para implementar microcristais na glândula pineal. G1 (Fato ou Fake), 13 ago. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/08/13/e-fake-que-testes-pcr-sao-usados-para-implementar-microcristais-na-glandula-pineal.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F39	G1. É #FAKE que vídeo mostre mulher sendo agredida por enfermeiros em elevador após recusar vacina contra a Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 27 ago. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/08/27/e-fake-que-video-mostre-mulher-sendo-agredida-por-enfermeiros-em-elevador-apos-recusar-vacina-contra-a-covid-19.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F40	G1. É #FAKE que vacina contra Covid-19 causa impotência em homens. G1 (Fato ou Fake), 17 set. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/09/17/e-fake-que-vacina-contra-covid-19-causa-impotencia-em-homens.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F41	G1. É #FAKE que jovens têm morrido após receber vacina contra Covid-19 no Brasil. G1 (Fato ou Fake), 30 set. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/09/30/e-fake-que-jovens-tem-morrido-apos-receber-vacina-contra-covid-19-no-brasil.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F42	G1. É #FAKE que vacinas de RNA mensageiro provocam doenças autoimunes. G1 (Fato ou Fake), 1 out. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/10/01/e-fake-que-vacinas-de-rna-mensageiro-provocam-doencas-autoimunes.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F43	G1. É #FAKE que mortes por Covid têm aumentado em 2021 no Brasil em razão da vacinação da população. G1 (Fato ou Fake), 18 out. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/10/18/e-fake-que-mortes-tem-aumentado >.

Cód.	Referência bibliográfica
	em-2021-no-brasil-em-razao-da-vacinacao-da-populacao.ghtml>. Acesso em: 5 mar. 2023.
F44	G1. É #FAKE que vacinas contra Covid têm aumentado casos de aborto e provocado AVC em pilotos e têm alumínio além da concentração tolerável. G1 (Fato ou Fake), 25 nov. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/11/25/e-fake-que-vacinas-contracovid-tem-aumentado-casos-de-aborto-e-provocado-avc-em-pilotos-e-tem-aluminio-alem-da-concentracao-toleravel.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F45	G1. É #FAKE que imagens de autópsia mostrem lesões causadas por vacina contra Covid e que imunizante cause vasculite. G1 (Fato ou Fake), 9 dez. 2021. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/12/09/e-fake-que-imagens-de-autopsia-mostrem-lesoes-causadas-por-vacina-contracovid-e-que-imunizante-cause-vasculite.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F46	G1. É #FAKE que resolução isente deputados, senadores e ministros do STF de tomar vacina. G1 (Fato ou Fake), 18 jan. 2022. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2022/01/18/e-fake-que-resolucao-isente-deputados-senadores-e-ministros-do-stf-de-tomar-vacina.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F47	G1. É #FAKE que jogador de futebol Alex Apolinário morreu em decorrência da vacina contra a Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 27 jan. 2022. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2022/01/27/e-fake-que-jogador-de-futebol-alex-apolinario-morreu-em-decorrencia-da-vacina-contracovid-19.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F48	G1. É #FAKE que vídeo mostre homem dado como morto por Covid-19 ressuscitando horas depois no Pará. G1 (Fato ou Fake), 1 fev. 2022. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2022/02/01/e-fake-que-video-mostre-homem-dado-como-morto-por-covid-19-ressuscitando-horas-depois-no-para.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F49	G1. É #FAKE que resultado positivo de Covid-19 em limão revele ineficácia dos testes. G1 (Fato ou Fake), 3 fev. 2022. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2022/02/03/e-fake-que-resultado-positivo-de-covid-19-em-limao-revele-ineficacia-dos-testes.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F50	G1. É #FAKE que Robert Malone criou as vacinas de mRNA e que elas não são seguras e não funcionam. G1 (Fato ou Fake), 4 fev. 2022. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2022/02/04/e-fake-que-robert-malone-criou-as-vacinas-de-mrna-e-que-elas-nao-seguras-e-nao-funcionam.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F51	G1. É #FAKE que reportagem mostrou homem se mexendo como um dos mortos por Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 8 fev. 2022. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2022/02/08/e-fake-que-reportagem-mostrou-homem-se-mexendo-como-um-dos-mortos-por-covid-19.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F52	G1. É #FAKE que CDC dos EUA tenha registrado 12 mil mortes relacionadas a vacinas contra Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 8 fev. 2022. Disponível em: < https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/02/08/e-fake-que-cdc-dos-eua-tenha-registrado-12-mil-mortes-relacionadas-a-vacinas-contracovid-19.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F53	G1. É #FAKE que Aline Midlej disse que morte de pessoa com três doses de vacina seria pior se não tivesse sido imunizada. G1 (Fato ou Fake), 10 fev. 2022. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2022/02/10/e-fake-que-aline-midlej-disse-que-morte-de-pessoa-com-tres-doses-de-vacina-seria-pior-se-nao-tivesse-sido-imunizada.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F54	G1. É #FAKE que imagem mostre protesto de 2 milhões de pessoas contra passaporte sanitário no Canadá. G1 (Fato ou Fake), 11 fev. 2022. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2022/02/11/e-fake-que-imagem-mostre-protesto >.

Cód.	Referência bibliográfica
	-de-2-milhoes-de-pessoas-contrapassaporte-sanitario-no-canada.ghtml>. Acesso em: 5 mar. 2023.
F55	G1. É #FAKE que membro da família Rothschild patenteou teste para Covid-19 em 2015. G1 (Fato ou Fake), 15 fev. 2022. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2022/02/15/e-fake-que-membro-da-familia-rothschild-patenteou-teste-para-Covid-19-em-2015.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F56	G1. É #FAKE que vídeo mostre que Lula não recebeu vacina contra Covid. G1 (Fato ou Fake), 28 fev. 2023. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2023/02/28/e-fake-que-video-mostre-que-lula-nao-recebeu-vacina-contracovid.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F57	G1. É #FAKE que hospital da USP em Ribeirão Preto tem ala para tratar sequelas de vacinados contra Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 2 mar. 2023. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2023/03/02/e-fake-que-hospital-da-usp-em-ribeirao-preto-tem-ala-para-tratar-sequelas-de-vacinados-contracovid-19.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F58	G1. É #FAKE que vídeo mostre Flávio Dino como ministro defendendo uso da cloroquina em 2023. G1 (Fato ou Fake), 6 mar. 2023. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2023/03/06/e-fake-que-video-mostre-flavio-dino-como-ministro-defendendo-usoda-cloroquina-em-2023.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F59	G1. É #FAKE que homem em Nhandeara foi internado na UTI após tomar vacina contra a Covid. G1 (Fato ou Fake), 6 mar. 2023. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2023/03/07/e-fake-que-homem-em-nhandeara-foi-internado-na-uti-apos-tomar-vacina-contracovid.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.
F60	G1. É #FAKE que UTIs infantis de Pernambuco estejam lotadas por conta de vacina contra Covid-19. G1 (Fato ou Fake), 11 mai. 2023. Disponível em: < https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2023/05/11/e-fake-que-utis-infantis-de-pernambuco-estejam-lotadas-por-contadevacina-contracovid-19.ghtml >. Acesso em: 5 mar. 2023.

D — *Corpus* de pesquisa em *Lupa*

Cód.	Referência bibliográfica
L1	LUPA. É falso que chá de erva-doce pode ser usado como tratamento contra o novo coronavírus. Lupa, 1 fev. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/02/01/verificamos-coronavirus-erva-doce >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L2	LUPA. É falso texto que indica vitamina C e água quente com limão como prevenção contra o novo coronavírus. Lupa, 4 mar. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/04/verificamos-vitamina-coronavirus >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L3	LUPA. É falso que general Augusto Heleno curou-se da Covid-19 com cloroquina. Lupa, 26 mar. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/26/verificamos-general-augusto-heleno-Covid-19-cloroquina >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L4	LUPA. É falso que Israel teve ‘melhor situação do mundo’ contra Covid-19 isolando apenas idosos. Lupa, 27 mar. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/27/verificamos-israel-coronavirus >. Acesso em: 6 mar.

Cód.	Referência bibliográfica
	2023.
L5	LUPA. É falso que surto de H1N1 em 2009 foi mais intenso do que epidemia de Covid-19. Lupa, 27 mar. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/27/verificamos-coronavirus-h1n1 >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L6	LUPA. É falso que alimentos com ‘pH mais alcalino’ ajudam no combate à Covid-19. Lupa, 16 abr. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/16/verificamos-ph-alimentos-covid >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L7	LUPA. É falso que mortes por Covid-19 caíram depois de ‘investigação’ da Polícia Federal. Lupa, 17 abr. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/17/verificamos-mortes-covid-policia-federal >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L8	LUPA. É falso que chá de limão, alho e jambu cura a Covid-19. Lupa, 23 abr. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/23/verificamos-alho-jambu-coronavirus >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L9	LUPA. Post erra ao falar que novos casos de Covid-19 diminuem diariamente no mundo. Lupa, 23 abr. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/23/verificamos-post-covid-diminuem >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L10	LUPA. É falso que caixões vazios estão sendo enterrados no Amazonas. Lupa, 23 abr. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/23/verificamos-caixoes-vazios-amazonas >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L11	LUPA. É falso que policial de São Paulo resgatou a mãe viva de um ‘saco para defuntos’. Lupa, 17 jun. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/06/17/verificamos-saco-defuntos-sp >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L12	LUPA. Alho, limão, laranja e melão de São Caetano não curam nem previnem Covid-19. Lupa, 2 jul. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/02/verificamos-limao-melao-covid >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L13	LUPA. Não há estudo que comprove que ivermectina fez cair número de infectados em Natal. Lupa, 6 jul. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/06/verificamos-ivermectina-natal >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L14	LUPA. É falso que imagem ‘prova’ que primeira voluntária não tomou vacina contra Covid-19 em SP. Lupa, 22 jul. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/22/verificamos-voluntaria-vacina-covid >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L15	LUPA. É falso que cloroquina e ivermectina estejam presentes na casca da laranja e do limão. Lupa, 27 jul. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/27/verificamos-cloroquina-casca-limao >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L16	LUPA. É falso que hidroxiclороquina, defendida em vídeo por médica nos EUA, funcione contra Covid-19. Lupa, 29 jul. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/29/verificamos-hidroxiclороquina-video-medica-eua >. Acesso em: 6 mar. 2023.

Cód.	Referência bibliográfica
L17	LUPA. É falso que neurocientista britânico publicou estudo mostrando que 80% da população é imune ao novo coronavírus. Lupa, 24 ago. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/08/24/verificamos-neurocientista-estudo-imune >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L18	LUPA. É falso que governo federal fornece kit contra Covid-19 a estados e municípios. Lupa, 4 set. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/09/04/verificamos-governo-federal-kit-contr-Covid-19 >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L19	LUPA. É falso que vacinas contra a Covid-19 alteram material genético do ser humano. Lupa, 29 set. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/09/29/verificamos-vacina-material-genetico-coronavirus >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L20	LUPA. É falso que homem no Reino Unido recebeu vacina contra Covid-19 através da camisa. Lupa, 29 set. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/12/17/verificamos-vacina-camisa >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L21	LUPA. É falso que exposição ao sol, refeições com ovo e ‘alimentos alcalinos’ tenham efeito contra Covid-19. Lupa, 23 out. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/10/23/verificamos-texto-whatsapp-coronavirus >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L22	LUPA. É falso que pesquisas sobre vacinas contra Covid-19 foram canceladas após a morte de voluntários. Lupa, 24 out. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/10/24/verificamos-vacinas-canceladas >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L23	LUPA. É falso que morreram mais pessoas por mês em 2019 do que em 2020. Lupa, 15 nov. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/11/15/verificamos-morreram-registro-civil-covid >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L24	LUPA. É falso que tomar água de 15 em 15 minutos ajuda a prevenir Covid-19. Lupa, 3 dez. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/12/03/verificamos-agua-coronavirus >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L25	LUPA. É falso que voluntária nos EUA apresentou ‘feridas sangrentas’ após teste da vacina da Covid-19. Lupa, 4 dez. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/12/04/verificamos-voluntaria-feridas-vacina >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L26	LUPA. É falso que vacina da Covid-19 causa infertilidade em mulheres. Lupa, 4 dez. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/12/04/verificamos-vacina-Covid-19-infertilidade-mulheres >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L27	LUPA. É falso que Israel recomenda gargarejo com limão e bicarbonato para prevenir Covid-19. Lupa, 9 dez. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/12/09/verificamos-limao-bicarbonato-israel >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L28	LUPA. Vacinas contra a Covid-19 não são ‘derivadas de células fetais’ nem causam ‘modificação genética’. Lupa, 14 dez. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/12/14/verificamos-vacinas-celulas-fetais-modificacao-genetica >. Acesso em: 6 mar. 2023.

Cód.	Referência bibliográfica
L29	LUPA. Vídeo viral de diretor do Sírio-Libanês mostra informações corretas sobre funcionamento das vacinas em teste no Brasil. Lupa, 18 dez. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/12/18/verificamos-video-medico-vacinas >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L30	LUPA. É falso que enfermeira morreu após receber a primeira dose da vacina da Pfizer. Lupa, 21 dez. 2020. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/12/21/verificamos-enfermeira-morreu-dose-vacina-pfizer >. Acesso em: 6 mar. 2023.
L31	LUPA. É falso que vacinas contra a Covid-19 causaram 501 mortes. Lupa, 3 mar. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/03/03/verificamos-vacinas-Covid-19-501-mortes >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L32	LUPA. ‘Estudo’ da prefeitura de Sorocaba não comprovou ‘eficácia de 99%’ do ‘tratamento precoce’. Lupa, 16 abr. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/04/16/verificamos-estudo-prefeitura-sorocaba-tratamento-precoce >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L33	LUPA. É falso que bebê de dois anos morreu durante teste da vacina da Pfizer. Lupa, 7 mai. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/05/07/verificamos-bebe-morreu-teste-pfizer >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L34	LUPA. É falso que vacina da Pfizer causa acúmulo de ‘nanopartículas de mRNA’ no organismo. Lupa, 15 jun. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/06/15/verificamos-pfizer-nanoparticulas >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L35	LUPA. Máscaras não ‘privam’ o cérebro de oxigênio e nem causam doenças neurodegenerativas. Lupa, 17 jun. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/03/02/painel-notificacoes-anvisa-vacinas-Covid-19 >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L36	LUPA. Vídeo que mostra gotas flutuando no ar é de experimento sem relação com vacina ou 5G. Lupa, 15 jul. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/07/15/verificamos-vacina-5g >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L37	LUPA. É falso que vacinas contra a Covid-19 tenham óxido de grafeno em sua composição. Lupa, 15 jul. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/07/15/verificamos-vacinas-oxido-grafeno >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L38	LUPA. ‘Estudo de Oxford’ não prova que ivermectina poderia ter salvado 250 mil brasileiros com Covid-19. Lupa, 28 jul. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/07/28/verificamos-oxford-ivermectina-250-mil >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L39	LUPA. Adolescentes vacinados contra Covid-19 não têm 6 vezes mais chances de problemas cardíacos. Lupa, 22 set. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/09/22/verificamos-adolescentes-vacina-miocardite-cardiacos >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L40	LUPA. É falso que vacina da Covid-19 insere RNA em genoma humano. Lupa, 20 out. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/10/20/verificamos-vacina-Covid-19-rna-genoma-humano >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L41	LUPA. É falso que vacinados contra a Covid-19 são perigosos e devem ser isolados. Lupa, 25 nov.

Cód.	Referência bibliográfica
	2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/11/25/verificamos-vacinados-nao-sao-perigosos >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L42	LUPA. Médica distorce informações ao relacionar vasculite a vacinação contra a Covid-19. Lupa, 7 dez. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/12/07/verificamos-medica-vasculite-vacinacao-Covid-19 >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L43	LUPA. É falso que suramina é ‘antídoto para magnetização e envenenamento’ das vacinas contra a Covid-19. Lupa, 10 dez. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/12/10/verificamos-suramina-antidoto-vacinas-contr-Covid-19 >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L44	LUPA. É falso que supermercado na Alemanha usa cerca para separar vacinados e não vacinados. Lupa, 13 dez. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/12/13/verificamos-supermercado-alemanha-cerca-vacinados >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L45	LUPA. É falso que vacinas de RNA mensageiro levam à produção de proteínas tóxicas em crianças. Lupa, 17 dez. 2021. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/12/17/verificamos-robert-malone-vacinas-criancas >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L46	LUPA. É falso que relatório do governo britânico mostrou que pessoas triplamente vacinadas estão desenvolvendo Aids. Lupa, 25 jan. 2022. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/01/25/verificamos-governo-britanico-triplamente-vacinadas-a-ids >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L47	LUPA. É falso que vacina contra Covid-19 causou aborto em ‘100% das gestantes’ em estudo da Pfizer. Lupa, 8 fev. 2022. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/02/08/verificamos-vacina-aborto-gestantes-pfizer >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L48	LUPA. É falso que o CDC dos Estados Unidos registrou 12 mil mortes relacionadas às vacinas. Lupa, 9 fev. 2022. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/02/09/verificamos-cdc-estados-unidos-12-mil-mortes-vacinas >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L49	LUPA. Médica erra ao dizer que não existem internações de crianças por Covid-19. Lupa, 18 fev. 2022. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/02/18/verificamos-medica-internacoes-criancas-Covid-19 >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L50	LUPA. É falso que TV australiana ‘revelou’ que rainha Elizabeth II está sendo tratada com ivermectina. Lupa, 21 fev. 2022. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/02/21/verificamos-rainha-elizabeth-ivermectina >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L51	LUPA. É falso que Pfizer pagou US\$ 2,8 milhões para que FDA aprovasse vacina contra Covid-19. Lupa, 16 mar. 2022. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/03/16/verificamos-e-falso-que-pfizer-pagou-us-28-milhoes-para-que-fda-aprovasse-vacina-contr-Covid-19 >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L52	LUPA. Patente da Moderna de 2017 não comprova que vírus foi criado em laboratório. Lupa, 18 abr. 2022. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/04/18/verificamos-patente-moderna-coronavirus-laboratorio >. Acesso em: 7 mar. 2023.

Cód.	Referência bibliográfica
L53	LUPA. É falso que nova tenda montada no Pacaembu seja futuro hospital de campanha. Lupa, 26 abr. 2022. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/04/26/verificamos-tenda-pacaembu-hospital >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L54	LUPA. É falso que revista Science 'admitiu' que vacinas são prejudiciais e inúteis contra a Covid-19. Lupa, 14 jul. 2022. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/07/14/science-admitiu-vacinas-covid-inuteis >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L55	LUPA. É falso vídeo em que médico nega o aumento de casos de Covid-19 no Brasil. Lupa, 18 nov. 2022. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/18/medico-casos-Covid-19 >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L56	LUPA. É falso que funcionário da Sucen de Nhandeara, em SP, foi para UTI após tomar vacina bivalente. Lupa, 8 mar. 2023. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/03/08/e-falso-que-funcionario-da-sucen-de-nhandeara-em-sp-foi-para-uti-apos-tomar-vacina-bivalente >. Acesso em: 7 mar. 2023.
L57	LUPA. Vacinas contra Covid-19 não estão contaminadas com vírus que causa câncer. Lupa, 25 jul. 2023. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/07/25/vacina-covid-virus-cancer >. Acesso em: 5 dez. 2023.
L58	LUPA. São falsas as afirmações de médica sobre riscos da vacina da Covid-19 em crianças. Lupa, 4 ago. 2023. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/08/04/sao-falsas-as-afirmacoes-de-medica-sobre-riscos-da-vacina-da-Covid-19-em-criancas >. Acesso em: 5 dez. 2023.
L59	LUPA. É falso que vacina da Pfizer aumentou miocardite em crianças. Lupa, 19 set. 2023. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/09/19/e-falso-que-vacina-da-pfizer-aumentou-miocardite-em-criancas >. Acesso em: 5 dez. 2023.
L60	LUPA. São falsas afirmações de médica sobre vacina da Covid-19 causar câncer e mortes súbitas em crianças. Lupa, 1 dez. 2023. Disponível em: < https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/12/01/sao-falsas-afirmacoes-de-medica-sobre-vacina-da-Covid-19-causar-cancer-e-mortes-subitas-em-criancas >. Acesso em: 5 dez. 2023.